



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

1.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 07/31 DE JULHO DE 2015

Publica-se ao Exército o seguinte:

## SUMÁRIO

### DECRETOS-LEIS

#### Ministério da Defesa Nacional

##### Decreto-Lei n.º 125/2015:

Procede à configuração do sistema de ensino não superior de matriz militar, à definição das atribuições, das competências e da estrutura orgânica da Direção de Educação do Exército e à aprovação do Estatuto dos Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior do Exército..... 290

##### Decreto-Lei n.º 142/2015:

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, que aprova o regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e de voluntariado dos três ramos das Forças Armadas, adaptando a tabela remuneratória e as equiparações para efeitos de atribuição do abono por despesas de representação à nova estrutura orgânica das Forças Armadas..... 301

### DECRETOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### Presidência da República

##### Decreto do PR n.º 51/2015:

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de Cooperação no Domínio da Defesa, assinada a 18 de janeiro de 2013, em Tunes..... 306

##### Decreto do PR n.º 71/2015:

Ratifica o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde no Domínio da Defesa, assinado na Cidade do Mindelo, em 2 de dezembro de 2012..... 307

### RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

#### Assembleia da República

##### Resolução da AR n.º 78/2015:

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de Cooperação no Domínio da Defesa, assinada a 18 de janeiro de 2013, em Tunes..... 307

**Resolução da AR n.º 90/2015:**

Recomenda ao Governo a inclusão da memória da perseguição política no Museu Militar do Porto..... 310

**Resolução da AR n.º 96/2015:**

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde no Domínio da Defesa, assinado na Cidade do Mindelo, em 2 de dezembro de 2012..... 310

**DECRETOS REGULAMENTARES****Ministério da Defesa Nacional****Decreto Regulamentar n.º 6/2015:**

Aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional..... 314

**Decreto Regulamentar n.º 7/2015:**

Aprova a orgânica do Instituto de Defesa Nacional..... 318

**Decreto Regulamentar n.º 8/2015:**

Aprova a orgânica da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional..... 322

**Decreto Regulamentar n.º 9/2015:**

Aprova a orgânica da Inspeção-Geral da Defesa Nacional..... 326

**Decreto Regulamentar n.º 11/2015:**

Aprova a orgânica do Exército..... 330

**Decreto Regulamentar n.º 13/2015:**

Aprova a orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas..... 368

**Decreto Regulamentar n.º 14/2015:**

Aprova a orgânica da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional..... 403

**PORTARIAS****Ministério da Defesa Nacional****Gabinete do Ministro****Portaria n.º 510/2015:**

Missão OTAN no âmbito das Assurance Measures – Destacamento Exército..... 406

**DESPACHOS****Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional****Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional****Despacho n.º 7 742-A/2015:**

Autoriza a alienação do PM 71/Lisboa - Convento do Coleginho..... 407

**Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e da Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional****Despacho n.º 7 325/2015:**

Desafetação do domínio público militar e alienação do PM 200/Lisboa - Cerca do Convento da Estrela (ala norte) e do PM 216/Lisboa - Casa de Saúde da Família Militar..... 408

**Ministério da Defesa Nacional****Gabinete do Ministro****Despacho n.º 7 400/2015:**

Intervenções diversas para instalação da repartição de Recrutamento e requalificação da Casa de Sargentos no PM 14 / Porto – Quartel em Santo Ovídeo..... 410

**Despacho n.º 7 401/2015:**

Remodelações diversas para instalação do Centro de Recrutamento do Porto e PJM no PM 007/Vila Nova de Gaia - Quartel da Serra do Pilar e Campo de Manobras..... 410

**Despacho n.º 7 402/2015:**

Caducidade da Licença concedida à empresa Mil - Parts Technologies Suport, Unipessoal, Lda. 410

**Despacho n.º 7 567/2015:**

Licença de autorização da empresa ALPHA C2 – Comercialização de Sistemas Eletrónicos e de Comunicações, Lda..... 411

**Despacho n.º 7 628/2015:**

Delegação de competências no Major-General Diretor do IDN..... 411

**Despacho n.º 8 324/2015:**

Autorização do lançamento da empreitada de obra pública com a designação PM 026/Funchal – Quartel da Nazaré (RG3) - "Reparação geral da cozinha e refeitório e remodelação da arrecadação de material de guerra"..... 412

<b>Estado-Maior-General das Forças Armadas</b>	<b>Despacho n.º 7 460/2015:</b>	
<b>Instituto de Estudos Superiores Militares</b>	Subdelegação de competências no Coronel Adjunto do Cmdt da BrigMec.....	416
<b>Despacho n.º 7 569/2015:</b>		
Subdelegação de competências no Coronel Chefe dos Serviços de Apoio.....		412
<b>Despacho n.º 8 075/2015:</b>		
Alteração ao Plano de Curso do Mestrado em Ciências Militares - Segurança e Defesa.....		413
<b>Comando do Exército</b>		
<b>Comando das Forças Terrestres</b>		
<b>Comando da Brigada Mecanizada</b>		
<b>Comando e Gabinete</b>		
<b>Despacho n.º 7 459/2015:</b>		
Subdelegação de competências no Coronel Tirolado 2.º Cmdt da BrigMec.....		416
	<b>Despacho n.º 7 460/2015:</b>	
	Subdelegação de competências no Coronel Adjunto do Cmdt da BrigMec.....	416
	<b>PROTOCOLOS</b>	
	<b>Protocolo de cooperação entre:</b>	
	- O Exército e:	
	- A Federação Equestre Portuguesa.....	417
	<b>Protocolo de colaboração entre:</b>	
	- O Exército e:	
	- O Município de Borba e o Município de Mafra.....	421
	<b>ALVARÁS</b>	
	<b>Presidência da República</b>	
	<b>Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas</b>	
	<b>Alvará (extrato) n.º 19/2015:</b>	
	Concessão da Ordem Militar de Cristo - Membro-Honorário à ETP.....	424

## **I — DECRETOS-LEIS**

### **Ministério da Defesa Nacional**

#### **Decreto-Lei n.º 125/2015 de 7 de julho**

O XIX Governo Constitucional definiu a educação, área determinante para o futuro coletivo da nação, como um dos eixos fundamentais para a ação governativa, plasmando esta opção no respetivo Programa.

O Governo assume a necessidade de melhorar a qualidade do que se ensina e do que se aprende, com vista à concretização das metas definidas na Estratégia Europa 2020, continuando firmemente empenhado em melhorar a educação e formação dos jovens e intensificando, para isso, a aposta na promoção de projetos educativos de referência e no desenvolvimento de melhores estratégias educativas, da introdução das vias vocacionais, do reforço e da requalificação do ensino profissionalizante e da melhoria da aprendizagem ao longo da vida.

A prossecução destes objetivos no Sistema Educativo Português deve, obrigatoriamente, ser acompanhada de melhores formas de organização e de métodos de administração e gestão escolar, capazes de permitir uma adequação da vida escolar aos novos desafios no âmbito da educação e formação, bem como de alcançar um clima de estabilidade e de confiança nas escolas.

No cumprimento dos objetivos e desafios definidos pelo XIX Governo Constitucional e integrados no Sistema Educativo Português, deve atender-se às lições aprendidas e que se constituem como ponte para um melhor futuro educativo.

Acresce ainda que, no âmbito da defesa nacional, os estabelecimentos militares de ensino são um instrumento de elevada importância na relação entre as Forças Armadas e a sociedade civil, partilhando com esta os princípios basilares da sua cultura e identidade, sendo determinante valorizar a sua história para identificar e potenciar os seus aspetos distintivos, assegurando as condições necessárias para a manutenção de um projeto de ensino de qualidade reconhecida, que assenta a sua especificidade e diferenciação nas dimensões que configuram a matriz militar.

Neste domínio, a existência dos Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior do Exército (EME), por ser secular e plena de experiência, merece um olhar profundo e inspirador para as mudanças do futuro, garantindo as condições para a manutenção da sua existência e promoção do seu papel único no Sistema Educativo Português.

Assim, na prossecução dos princípios orientadores para a educação e para a consolidação do processo de reforma dos EME, define-se uma orgânica de sistema de ensino não superior de matriz militar que, preservando a memória do seu importante património histórico, potencia os diferentes projetos educativos aí ministrados.

Neste sentido, com base na experiência acumulada, estabeleceu-se como ponto fulcral da reforma operada nos EME a redefinição, numa lógica integrada e sistémica, das funções da Direção de Educação do Exército, que foi criada pelo entretanto revogado Decreto-Lei n.º 61/2006, de 21 de março, que aprovou a Lei Orgânica do Exército, reforçando-a e atribuindo-lhe competências de coordenação e harmonização da gestão pedagógica e da racionalização da administração escolar dos EME.

Por outro lado, mostra-se necessário promover a desafetação do domínio público militar dos imóveis adstritos ao funcionamento do Instituto de Odívetas, na medida em que deixam de ser necessários para a prossecução dos fins a que até agora se destinavam, visando a sua futura fruição pela comunidade.

Desta forma, o presente decreto-lei conclui a reforma do ensino não superior de matriz militar, tendo como pilares fundamentais a criação de um sistema harmonizado, a redefinição orgânica, coerente e integrada das diversas entidades responsáveis pelo ensino não superior de matriz militar e garantindo que as medidas introduzidas concorrem para potenciar o modelo educativo e para a prossecução da sustentabilidade do sistema de ensino não superior ministrado nos EME, tanto no que diz respeito aos custos que lhe estão associados, como à procura por parte de famílias e alunos.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, e nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### **Artigo 1.º**

#### **Objeto**

1 — O presente decreto-lei procede à configuração do sistema de ensino não superior de matriz militar e, neste âmbito, à definição das atribuições, das competências e da estrutura orgânica da Direção de Educação do Exército (DE).

2 — O presente decreto-lei aprova também o Estatuto dos Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior do Exército (EME), doravante designado por Estatuto, o qual estabelece os princípios gerais da organização e do funcionamento do ensino não superior ministrado nos EME, no respeito pelos princípios do Sistema Educativo Português e pelas especificidades da formação de matriz militar.

### **Artigo 2.º**

#### **Princípios**

A consolidação da implementação da reforma do ensino não superior ministrado nos EME faz-se de acordo com os seguintes princípios fundamentais:

- a*) Criação de um sistema, único e harmonizado, de ensino de matriz militar;
- b*) Definição de uma organização integrada das diversas entidades responsáveis, nos diferentes escalões, pelo ensino de matriz militar;
- c*) Garantia da potenciação do modelo educativo de matriz militar e da sustentabilidade do sistema de ensino não superior ministrado nos EME;
- d*) Aplicação de projetos educativos que promovam um sistema de ensino misto, de convivência integrada de género na vida escolar, e optativo entre os regimes de frequência de externato e de internato;
- e*) Acompanhamento da evolução das melhores práticas educativas e potenciando a relação das Forças Armadas com a sociedade civil.

### **Artigo 3.º**

#### **Sistema de ensino não superior de matriz militar**

1 — O sistema de ensino não superior de matriz militar compreende:

- a*) A DE;
- b*) Os EME.

2 — À DE incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos EME, bem como dos órgãos ou serviços no âmbito do sistema de ensino não superior ministrado nos EME.

3 — Os EME são responsáveis pelo desenvolvimento dos respetivos projetos educativos assentes numa formação de matriz militar, no respeito pelos princípios fundamentais previstos no Sistema Educativo Português.

### **Artigo 4.º**

#### **Tutela**

1 — A tutela política do sistema de ensino não superior ministrado nos EME cabe ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ao qual compete, designadamente, a emissão de orientações estratégicas e de diretrizes gerais no que respeita à sua autonomia e ao seu modelo de financiamento.

2 — Os EME encontram-se integrados na estrutura orgânica do Exército, na direta dependência da DE.

### **Artigo 5.º**

#### **Direção de Educação**

1 — A DE é integrada pelos:

- a) Diretor de Educação (DirEd);
- b) Conselho Coordenador da Direção de Educação (CCDE);
- c) Supervisor Pedagógico (SP);
- d) Adjunto Militar (AdjMil);
- e) Gabinete de Estatística e Gestão da Qualidade (GEGQ).

2 — A DE é responsável pela supervisão do funcionamento dos EME e pela garantia da qualidade do ensino aí ministrado, cabendo-lhe, em especial:

- a) Dirigir a atividade dos EME na sua dependência, no cumprimento das orientações superiores, designadamente do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) e Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército (VCEME);
- b) Definir, coordenar e harmonizar as linhas orientadoras dos projetos pedagógicos dos EME, em obediência aos princípios fundamentais do Sistema Educativo Português e da formação de matriz militar;
- c) Definir, coordenar e harmonizar as linhas orientadoras no âmbito da gestão dos recursos humanos, docentes e não docentes, e materiais, criando mecanismos de partilha e racionalização dos ónus ou encargos;
- d) Elaborar o Regulamento de Admissão aos EME e submetê-lo a aprovação do CEME;
- e) Coordenar os processos de candidatura e seleção dos alunos;
- f) Adequar e integrar a calendarização das atividades dos EME;
- g) Criar instrumentos e procedimentos de avaliação interna e de garantia da qualidade do ensino baseados em padrões de excelência nacionais e internacionais;
- h) Acompanhar a evolução do Sistema Educativo Português, promovendo a indispensável adequação do sistema de ensino não superior de matriz militar e apresentando, sempre que necessário, as propostas essenciais à sua atualização, numa perspetiva de conjunto e atendendo às suas especificidades;
- i) Definir o perfil funcional do SP, atendendo em especial aos seguintes requisitos:
  - i) Habilitação específica para o exercício de funções de administração e gestão escolar;
  - ii) Relevância da experiência profissional.

3 — São, ainda, atribuições da DE:

- a) Promover a cooperação e os intercâmbios culturais, científicos, pedagógicos e técnicos dos EME com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras, com especial destaque para a aproximação entre os povos dos países de língua oficial portuguesa e dos países europeus;
- b) Instituir prémios e incentivos destinados a reconhecer o mérito, a distinguir a qualidade e a apoiar atividades que valorizem a formação de matriz militar nos EME;
- c) Coordenar e harmonizar as linhas orientadoras para a dinamização da imagem dos EME, em coordenação com o Gabinete do CEME.

### **Artigo 6.º**

#### **Diretor de Educação**

O DirEd é um oficial general na situação de reserva, nomeado pelo CEME, que dirige as atividades da DE e superintende os EME, respondendo pelo cumprimento da respetiva missão e competindo-lhe em especial:

- a) Presidir ao CCDE e assegurar o seu funcionamento nos termos do respetivo regulamento interno;
- b) Aprovar, ouvido o CCDE:
  - i) A formulação estratégica, onde constam as linhas gerais de orientação dos EME no plano pedagógico e dos recursos;

- ii) O programa da formação de matriz militar e as disciplinas e cursos com planos próprios a ministrar nos EME.
- c) Superintender na administração e gestão escolar dos EME, cabendo-lhe, designadamente:
  - i) Homologar os planos anuais e plurianuais de atividades;
  - ii) Homologar os regulamentos internos dos EME, de acordo com as diretivas e orientações do CEME;
  - iii) Homologar os projetos educativos e as respetivas alterações;
  - iv) Homologar os projetos curriculares de escola;
  - v) Homologar os relatórios anuais de atividades.
- d) Nomear e exonerar o SP;
- e) Definir e aprovar as propostas de medidas de carácter técnico-pedagógico que considere adequadas para a garantia da qualidade do ensino;
- f) Nomear os coordenadores pedagógicos dos EME (CPE), sob proposta dos diretores dos EME, ouvido o SP;
- g) Aprovar, sob proposta do CCDE, o respetivo regulamento interno;
- h) Supervisionar a gestão administrativa e financeira dos EME, designadamente a elaboração do orçamento anual, e monitorizar a respetiva execução de acordo com as diretivas emanadas para a estrutura orgânica do Exército;
- i) Exercer as competências administrativo-financeiras que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelos CEME ou VCEME;
- j) Emitir orientações nas matérias relativas à vida escolar nos EME, designadamente no que se refere aos docentes, discentes, encarregados de educação e restante pessoal ao serviço nos EME;
- k) Supervisionar a execução de protocolos de cooperação com instituições de ensino, bem como praticar os demais atos para tal necessários e para os quais esteja autorizado, nos termos definidos pelo CEME;
- l) Aplicar as taxas e os emolumentos aprovados pelo CEME.

### **Artigo 7.º**

#### **Conselho Coordenador da Direção de Educação**

1 — O CCDE é integrado pelos:

- a) DirEd, que preside;
- b) Diretores dos EME;
- c) SP;
- d) AdjMil;
- e) CPE.

2 — Ao CCDE compete emitir pareceres, elaborar estudos e apresentar propostas sobre a administração e gestão escolar, designadamente no que se refere a:

- a) Orientações técnico-pedagógicas adequadas às diferentes modalidades de ensino dos EME;
- b) Alterações aos projetos curriculares dos EME, no âmbito da formação de matriz militar e das disciplinas e cursos com planos próprios;
- c) Nomeação do SP, de acordo com o perfil funcional definido;
- d) Adaptação ou renovação de equipamentos e instalações escolares;
- e) Regulamentação respeitante aos EME com incidência direta nas atividades de ensino;
- f) Seleção e recrutamento de docentes, bem como a sua distribuição e gestão;
- g) Planos de atividades anuais e plurianuais;
- h) Atividades escolares em cada período escolar e relatórios anuais de atividades.

3 — O regime de deliberação e funcionamento do CCDE é definido no respetivo regulamento.

### **Artigo 8.º**

#### **Supervisor Pedagógico**

1 — O SP é um docente habilitado com competências ao nível da administração e gestão escolar e da orientação técnico-pedagógica de estabelecimentos de ensino, nomeado para um mandato de três anos.

2 — O SP é o responsável perante o DirEd, em articulação com os CPE, pela gestão pedagógica do ensino ministrado nos EME, competindo-lhe, designadamente:

- a) Supervisionar a reformulação dos projetos educativos dos EME, de acordo com as orientações técnico-pedagógicas definidas;
- b) Supervisionar a atividade pedagógica nos EME, zelando pelo cumprimento da legislação e das normas atinentes;
- c) Coordenar as atividades de ensino;
- d) Assegurar, em ligação com o AdjMil, a integração da formação de matriz militar nos projetos curriculares dos EME;
- e) Supervisionar a gestão dos recursos humanos e materiais pedagógicos necessários ao normal funcionamento das atividades de ensino;
- f) Coordenar a formação do pessoal docente;
- g) Supervisionar os processos de avaliação do desempenho do pessoal docente não militar, garantindo a sua equiparação a todo o corpo docente dos EME;
- h) Coordenar o apoio administrativo ao funcionamento do CCDE, nos termos do respetivo regulamento interno;
- i) Emitir parecer relativamente à nomeação dos CPE;
- j) Coordenar os processos de seleção e recrutamento de docentes em articulação com os CPE;
- k) Coordenar o processo de distribuição de docentes pelos EME e supervisionar a respetiva distribuição do serviço docente para cada ano letivo;
- l) Acompanhar os processos de avaliação externa dos projetos educativos dos EME, em coordenação com o GEGQ;
- m) Apresentar ao DirEd e ao CCDE propostas de:
  - i) Medidas de carácter técnico-pedagógico que considere necessárias à garantia da qualidade do ensino;
  - ii) Recrutamento de docentes, acompanhadas do calendário previsto para os respetivos procedimentos;
  - iii) Requalificação de infraestruturas e aquisição de equipamentos pedagógicos, em coordenação com o AdjMil.
- n) Exercer as demais competências que lhe sejam delegadas pelo DirEd.

### **Artigo 9.º**

#### **Adjunto militar**

O AdjMil é um oficial superior que responde perante o DirEd pela formação de matriz militar e pelo funcionamento administrativo da DE, competindo-lhe, em especial:

- a) Articular com o SP a integração da formação de matriz militar nos projetos curriculares dos EME e assegurar o seu cumprimento;
- b) Supervisionar a execução dos planos de atividades dos EME, na vertente financeira;
- c) Coordenar a elaboração dos planos e relatórios de atividades referente à DE e aos EME;
- d) Coordenar as assessorias técnicas e protocoladas ao nível da DE.

### **Artigo 10.º**

#### **Gabinete de Estatística e Gestão da Qualidade**

1 — Ao GEGQ compete:

- a) Assegurar o processo de gestão da qualidade ao nível da DE e dos EME;



- b) Assegurar a coordenação e o controlo dos processos de avaliação interna, de acordo com as orientações do DirEd;
- c) Garantir o registo estatístico da atividade dos EME.

2 — O GEGQ é chefiado por um civil ou militar habilitado com competências na área da gestão da qualidade.

#### **Artigo 11.º** **Dever de informação**

1 — A DE reporta, através do Exército, ao serviço central do Ministério da Defesa Nacional responsável pela política de ensino e formação, com periodicidade anual, a informação relativa ao sistema de ensino não superior ministrado nos EME.

2 — A natureza da informação referida no número anterior é definida mediante despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

#### **Artigo 12.º** **Regulamentação dos Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior do Exército**

Os regulamentos internos dos EME estão sujeitos às orientações determinadas pelo CEME, nos termos do Estatuto, e são homologados pelo DirEd, no prazo de 180 dias, a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei, definindo, designadamente, as seguintes matérias:

- a) A organização dos EME;
- b) A administração e gestão escolar;
- c) A autonomia dos EME, no respeito pelos limites impostos no Estatuto e em legislação complementar;
- d) Os modelos de diplomas e prémios.

#### **Artigo 13.º** **Aprovação**

É aprovado o Estatuto dos Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior do Exército, que consta do anexo ao presente decreto-lei e do qual faz parte integrante.

#### **Artigo 14.º** **Recursos do Instituto de Odivelas**

1 — Os recursos humanos, docentes e não docentes, que prestam serviço no Instituto de Odivelas devem transitar, preferencialmente, para o Colégio Militar (CM) ou para o Instituto dos Pupilos do Exército.

2 — Os recursos materiais e pedagógicos são reafetados, preferencialmente, ao CM, podendo, em função das necessidades, ser alocados aos restantes estabelecimentos, unidades ou órgãos do sistema de ensino e formação do Exército.

3 — O espólio documental do Instituto de Odivelas deve ser salvaguardado pela DE.

4 — O PM01/Odivelas, sito no Largo D. Dinis, 2675-336 Odivelas, e o PM007/Cascais, designado por Forte Velho de Santo António da Barra, sito em Cascais, parcialmente omissos na matriz e registo predial, são desafetados do domínio público militar e integrados no domínio privado do Estado, para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, tendo em vista a respetiva fruição pela comunidade.

5 — O presente decreto-lei constitui título bastante para a inscrição dos imóveis referidos no número anterior nas correspondentes matrizes e registos prediais.

#### **Artigo 15.º** **Produção de efeitos**

O Estatuto produz efeitos sobre os projetos educativos dos EME a partir do ano letivo de 2015/2016, inclusive.

**Artigo 16.º**  
**Norma transitória**

1 — Até à entrada em vigor dos regulamentos internos e demais legislação prevista no Estatuto, mantém-se em vigor, com as necessárias adaptações, a regulamentação atualmente aplicável.

2 — O cargo de DirEd pode continuar a ser ocupado por um Major-General na situação de ativo, até que se atinjam os quantitativos previstos no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, ou até que se verifique a sua substituição.

**Artigo 17.º**  
**Norma revogatória**

São revogados:

- a) O Decreto n.º 32 615, de 31 de dezembro de 1942;
- b) O Decreto n.º 34 093, de 8 de novembro de 1944;
- c) O Decreto-Lei n.º 42 632, de 4 de novembro de 1959;
- d) A Portaria n.º 872/81, de 29 de setembro, alterada pelas Portarias n.ºs 774/86, de 31 de dezembro, 4/2000, de 5 de janeiro, 1 390/2002, de 25 de outubro, e 931/2005, de 28 de setembro, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

**Artigo 18.º**  
**Entrada em vigor**

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao termo do ano letivo 2014/2015.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de maio de 2015. — *Pedro Passos Coelho* — *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque* — *José Pedro Correia de Aguiar-Branco* — *Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato*.

Promulgado em 1 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 3 de julho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

**ANEXO**  
**(a que se refere o artigo 13.º)**

**ESTATUTO DOS ESTABELECIMENTOS MILITARES  
DE ENSINO NÃO SUPERIOR DO EXÉRCITO**

**CAPÍTULO I**  
**Do âmbito**

**Artigo 1.º**  
**Âmbito**

1 — O presente Estatuto estabelece os princípios gerais da organização e do funcionamento do ensino não superior ministrado nos Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior do Exército (EME), no respeito pelos princípios do Sistema Educativo Português e pelas especificidades da formação de matriz militar.

2 — O presente Estatuto aplica-se aos EME.

3 — São EME:

- a) O Colégio Militar (CM);
- b) O Instituto dos Pupilos do Exército (IPE).

4 — Em tudo o que não estiver expressamente regulado no presente Estatuto e em regulamentação dele decorrente, aplica-se aos EME o regime geral do Sistema Educativo Português, com as necessárias adaptações.

## **Artigo 2.º**

### **Natureza**

1 — Os EME são estabelecimentos de ensino da rede pública escolar inseridos na estrutura orgânica do Exército.

2 — Os EME, enquanto órgãos de base do Exército, caracterizam-se por conciliar a organização e os valores próprios das Forças Armadas com a organização e objetivos fundamentais do Sistema Educativo Português e da escola como ambiente privilegiado de aprendizagem.

3 — A admissão aos EME obriga a provas de admissão e a sua frequência ao pagamento de mensalidades.

4 — São excecionados do pagamento de mensalidades os órfãos de militares ou de membros das forças de segurança.

5 — O CM ministra todos os ciclos do ensino básico e o ensino secundário.

6 — O IPE ministra os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário na modalidade de ensino profissional.

7 — Os EME funcionam num sistema de ensino misto, promovendo a convivência integrada de género na vida escolar.

8 — Os alunos que frequentam os EME podem optar entre o regime de externato e o de internato.

## **Artigo 3.º**

### **Missão**

Os EME têm como missão assegurar uma sólida formação de matriz militar, intelectual, técnica, física, moral e cívica, inspirada nas qualidades e virtudes da vida militar, e na prossecução dos princípios fundamentais definidos no Sistema Educativo Português, bem como relevar o papel da defesa nacional e das Forças Armadas na sociedade.

## **Artigo 4.º**

### **Ação social escolar e outros apoios educativos**

1 — Na prossecução da missão cometida aos EME, em especial no âmbito da ação social escolar, são desenvolvidas medidas de apoio de carácter pedagógico, social e financeiro, visando, entre outros objetivos, a promoção do sucesso escolar e educativo, de modo que todos os seus beneficiários, independentemente das suas condições sociais, económicas, culturais e familiares, tenham a possibilidade de concluir com sucesso o ensino secundário.

2 — As formas de ação social escolar e outros apoios educativos, bem como os universos de beneficiários, são fixados mediante portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

## **CAPÍTULO II**

### **Da organização**

## **Artigo 5.º**

### **Organização**

1 — Os EME têm a seguinte organização:

- a) Direção;
- b) Órgãos de conselho;

- c) Serviço escolar, chefiado pelo respetivo coordenador pedagógico;
  - d) Corpo de alunos;
  - e) Serviços de apoio.
- 2 — Os órgãos de conselho compreendem, designadamente, o conselho pedagógico e o conselho escolar.
- 3 — No âmbito do conselho escolar, deve ser acautelada a participação dos pais e encarregados de educação.

### **Artigo 6.º** **Regulamentação**

A estrutura, a organização e as competências dos EME são desenvolvidas nos respetivos regulamentos internos.

### **Artigo 7.º** **Diretores**

1 — Os EME são dirigidos por um diretor (DirEME), com o posto de Coronel, nomeado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).

2 — As competências do DirEME são as que resultarem do respetivo regulamento interno e, em especial, as seguintes:

- a) Responder pelos EME e orientar e coordenar os respetivos serviços;
- b) Assegurar a unidade e a continuidade da ação educativa;
- c) Exercer as competências administrativo-financeiras que lhe sejam cometidas por lei, bem como as que lhe sejam delegadas ou subdelegadas;
- d) Convocar os órgãos de conselho e presidir às respetivas reuniões;
- e) Promover e fiscalizar a manutenção da ordem e da disciplina em todos os serviços e a observância das leis e dos regulamentos;
- f) Enviar anualmente ao Diretor de Educação (DirEd) um relatório das atividades desenvolvidas pelos EME e propor as medidas que se revelem necessárias;
- g) Aprovar e submeter à homologação do DirEd os projetos educativos, o regulamento interno, o projeto curricular e os planos e relatórios de atividades;
- h) Aprovar a distribuição do serviço docente e não docente;
- i) Nomear os coordenadores dos departamentos curriculares, ouvido o respetivo conselho pedagógico;
- j) Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;
- k) Garantir, nos termos da lei, o processo de avaliação do desempenho do pessoal civil docente e não docente;
- l) Dirigir as atividades de ensino, formação, instrução e apoio aprovadas;
- m) Supervisionar os processos de avaliação interna dos projetos educativos;
- n) Coordenar os recursos humanos e materiais atribuídos;
- o) Propor a nomeação do coordenador pedagógico;
- p) Zelar pelo cumprimento dos planos e programas curriculares;
- q) Coordenar a elaboração dos planos, relatórios e atividades;
- r) Propor superiormente a aquisição de recursos materiais.

## **CAPÍTULO III** **Das especificidades e autonomia**

### **Artigo 8.º** **Especificidades do ensino não superior de matriz militar**

O ensino não superior de matriz militar insere-se no Sistema Educativo Português em paridade pedagógica com os estabelecimentos de ensino públicos, particulares e cooperativos, no respeito pela especificidade própria da formação de matriz militar e caracteriza-se por:

- a) Uma sólida educação moral, intelectual e física, com plena consciência dos deveres e direitos de cidadãos, respeitadores da pessoa humana e do meio ambiente, defensores do património cultural e histórico da sua Pátria, intervenientes e participativos no que respeita às responsabilidades sociais e cívicas;
- b) Uma formação comportamental inspirada nas virtudes e qualidades militares, nomeadamente a coragem, a lealdade, a honra, a camaradagem, o espírito de bem servir e o amor à Pátria, e uma rigorosa e exigente disciplina em todas as atividades enquanto conjunto de princípios e de valores de orientação da vivência escolar, no respeito pela integridade física e psicológica dos alunos;
- c) Um regime de avaliação que atenda aos planos curriculares específicos dos EME, definido mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da educação e ciência.

### **Artigo 9.º**

#### **Autonomia dos Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior do Exército**

1 — A autonomia é a faculdade reconhecida a cada um dos EME para tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica.

2 — Os EME gozam de autonomia escolar nas vertentes cultural, administrativa, pedagógica e disciplinar.

3 — A autonomia cultural caracteriza-se pela capacidade de definir o seu programa de formação e de iniciativas culturais decorrentes do património e legado históricos dos EME e do seu passado secular.

4 — A autonomia administrativa caracteriza-se pela aprovação, no âmbito escolar, de regulamentos, diretivas ou determinações e pela prática de atos administrativos, nos termos previstos nos respetivos regulamentos e demais legislação aplicável.

5 — A autonomia pedagógica caracteriza-se pela capacidade de conceber e aplicar um projeto educativo que valorize uma formação de matriz militar e que adeque a ação pedagógica às circunstâncias concretas e às características dos alunos.

6 — A autonomia disciplinar caracteriza-se pela adoção de um regime disciplinar escolar próprio.

7 — A autonomia de cada um dos EME, nas suas várias vertentes, é exercida no âmbito e no respeito pelos limites estabelecidos nas orientações estratégicas ou diretrizes emanadas pela tutela e pelo CEME.

8 — Sem prejuízo do recurso a outros métodos e processos de avaliação institucional, os EME estão sujeitos ao sistema de avaliação externa das escolas promovido pelos serviços da educação e do ensino não superior, com vista à promoção da sua melhoria, eficiência e eficácia.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Do corpo docente**

### **Artigo 10.º**

#### **Docentes**

1 — O corpo docente dos EME é constituído por todos os docentes, formadores ou instrutores que, a qualquer título, desenvolvam atividade docente em cursos, estágios, unidades curriculares ou quaisquer outras atividades de ensino e formação.

2 — Aos docentes é aplicável o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, sem prejuízo das necessárias adaptações decorrentes da natureza dos EME.

3 — Os docentes podem exercer a sua atividade em ambos os EME, de acordo com uma adequada distribuição do serviço docente.

4 — A avaliação do desempenho do pessoal docente dos EME é feita de acordo com os respetivos regimes de avaliação.

### **Artigo 11.º**

#### **Requisitos habilitacionais para a docência**

O corpo docente dos EME é constituído por profissionais dotados dos requisitos habilitacionais, reconhecida competência e mérito profissional e por conduta ética e moral compatível com os valores próprios dos EME.

## **CAPÍTULO V**

### **Do corpo discente**

#### **Artigo 12.º**

##### **Corpo discente**

O corpo discente é constituído, em cada ano letivo, por todos os alunos matriculados para a frequência de ciclos de ensino, cursos, estágios, unidades curriculares ou quaisquer outras atividades de ensino e formação, estando sujeito aos direitos e deveres previstos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar, aprovado pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, sem prejuízo das necessárias adaptações decorrentes da natureza dos EME e das previstas nos respetivos regulamentos internos.

#### **Artigo 13.º**

##### **Comissão de Admissão**

1 — O concurso de admissão aos EME é desenvolvido por uma Comissão de Admissão (CA), nomeada anualmente por despacho do DirEd, nos termos do Regulamento de Admissão aos EME.

2 — A CA é o órgão responsável pela coordenação e controlo de todas as operações dos concursos em cada um dos EME, competindo-lhe, em especial:

- a) Propor ao DirEd os requisitos necessários às candidaturas aos concursos, às provas de admissão e o respetivo conteúdo;
- b) Estabelecer anualmente a calendarização dos concursos;
- c) Estabelecer os critérios gerais de classificação e seriação dos candidatos, de acordo com as normas de admissão;
- d) Deliberar sobre a admissão ou a exclusão dos candidatos aos concursos;
- e) Propor, para homologação, a lista de classificação final dos candidatos;
- f) Apresentar propostas de alteração das fases do concurso;
- g) Elaborar o relatório final de atividades.

3 — O regimento da CA é aprovado por despacho do DirEd.

#### **Artigo 14.º**

##### **Regime de candidatura e admissão ao concurso**

1 — O Regulamento de Admissão aos EME fixa as condições de candidatura e as regras aplicáveis ao concurso e às provas de admissão, no respeito pelos princípios fundamentais do Sistema Educativo Português e pelas especificidades da formação de matriz militar.

2 — São requisitos gerais de candidatura e admissão aos EME possuir as condições físicas e psicológicas e os conhecimentos e as capacidades de base indispensáveis à frequência do nível de ensino a que o candidato se candidata no estabelecimento em causa.

3 — O Regulamento de Admissão aos EME é aprovado pelo CEME.

#### **Artigo 15.º**

##### **Matrícula**

Cabe a cada EME efetuar o processo de matrícula, a qual é anual e obrigatória e confere, no respeito pelos direitos e deveres consagrados na lei e nos respetivos regulamentos internos, o estatuto próprio de aluno.

#### **Artigo 16.º**

##### **Exclusão de alunos**

1 — Os alunos são excluídos de um EME, nos termos do respetivo regulamento interno, no respeito pelos princípios fundamentais do Sistema Educativo Português e pelas especificidades da formação de matriz militar.

2 — Aos alunos que sejam excluídos de um EME aplicam-se as normas definidas pelo Ministério da Educação e Ciência para a transição de ano e matrícula noutra estabelecimento de ensino.

(DR, 1.ª Série, n.º 130, 07jul15)

**Decreto-Lei n.º 142/2015  
de 31 de julho**

O Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, procedeu à alteração da estrutura do regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes (QP) e em regime de contrato (RC) e de voluntariado (RV) dos três ramos das Forças Armadas, designadamente a sua adaptação à criação da tabela remuneratória única e a atualização do regime de abono mensal de despesas de representação dos militares titulares de determinados cargos ou funções na estrutura orgânica das Forças Armadas.

Pelo presente diploma procede-se a uma atualização do referido decreto-lei na sequência da reorganização da estrutura orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas, pelo Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, e dos ramos das Forças Armadas, pelos Decretos-Leis n.ºs 185/2014, 186/2014 e 187/2014, todos de 29 de dezembro, a qual introduziu alterações significativas no elenco dos respetivos cargos e funções.

Consequentemente, importa atualizar o anexo I ao Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, que fixa a tabela remuneratória dos militares dos QP e em RC e RV, tendo em vista o desenvolvimento da promoção ao posto de Comodoro ou Brigadeiro-General e a criação do posto de Cabo-Mor, de acordo com o previsto no Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio.

De igual modo, mostra-se necessário atualizar o anexo III ao Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, que fixa as equiparações para efeitos de atribuição do abono por despesas de representação, de acordo com a nova estrutura orgânica das Forças Armadas.

Foram ouvidas as associações profissionais de militares.

Assim:

Nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º  
Objeto**

O presente diploma procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, que aprova o regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e de voluntariado dos três ramos das Forças Armadas, adaptando a tabela remuneratória e as equiparações para efeitos de atribuição do abono por despesas de representação à nova estrutura orgânica das Forças Armadas.

**Artigo 2.º  
Alteração ao Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro**

Os anexos I e III ao Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, passam a ter a redação constante dos anexos I e II ao presente diploma, do qual fazem parte integrante.

**Artigo 3.º  
Reorganização de serviços**

Durante o período de transição da reorganização dos serviços, os oficiais titulares dos cargos constantes do anexo III do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, em serviços de unidades, estabelecimentos ou órgãos a extinguir ou reestruturar de acordo com o disposto no artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 184/2014, no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 185/2014, no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 186/2014 e no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 187/2014, todos de 29 de dezembro, têm direito ao abono por despesas de representação nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, enquanto se mantiverem no desempenho efetivo do cargo e desde que não ocorra atribuição simultânea do referido abono ao titular de cargo consequente da respetiva reorganização do serviço.

**Artigo 4.º****Novos cargos na estrutura orgânica das Forças Armadas**

Os oficiais titulares dos novos cargos criados na estrutura orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas, pelo Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, e dos ramos das Forças Armadas, pelos Decretos-Leis n.ºs 185/2014, 186/2014, e 187/2014, de 29 de dezembro, têm direito ao abono por despesas de representação aprovado nos termos do presente diploma desde a data da respetiva nomeação.

**Artigo 5.º****Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de junho de 2015. — *Paulo Sacadura Cabral*  
*Portas — Hélder Manuel Gomes dos Reis — Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral.*

Promulgado em 23 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 23 de julho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho.*

**ANEXO I**

(a que se refere o artigo 2.º)

**«ANEXO I**

(a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º e o n.º 2 do artigo 32.º)

**Tabela remuneratória dos militares dos QP, em RC e RV**

Postos	Posições remuneratórias					
	—					
	Níveis remuneratórios					
	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>
Almirante/General.....	89					
Vice-Almirante/Tenente-General.....	69	73				
Contra-Almirante/Major-General.....	60	64				
Comodoro/Brigadeiro-General.....	58	59				
Capitão-de-Mar-e-Guerra/Coronel.....	48	53	57			
Capitão-de-Fragata/Tenente-Coronel...	41	43	45	46		
Capitão-Tenente/Major.....	35	37	39	40		
Primeiro-Tenente/Capitão.....	29	30	31	32	33	
Segundo-Tenente/Tenente.....	21	23	24			
Guarda-Marinha/Subtenente/Alferes...	18	19				
Aspirante/Aspirante Tirocinado.....	9					
Sargento-Mor.....	29	32				
Sargento-Chefe.....	26	27	28			
Sargento-Ajudante.....	22	23	24	25		
Primeiro-Sargento.....	18	19	20	21		



Postos	Posições remuneratórias					
	—					
	Níveis remuneratórios					
	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>
Segundo-Sargento.....	16	17				
Subsargento/Furriel.....	9	10	11			
Segundo-Subsargento/Segundo-Furriel.....	7					
Cabo-Mor.....	20	21				
Cabo/Cabo-de-Secção.....	14	15	16	17	18	19
Primeiro-Marinheiro/Cabo-Adjunto.....	8	9	10	11	12	13
Segundo-Marinheiro/Primeiro-Cabo.....	6	7				
Primeiro-Grumete/Segundo-Cabo.....	5					
Segundo-Grumete/Soldado.....	3	4	5			

### ANEXO III

(a que se refere o n.º 3 do artigo 11.º)

#### Equiparações para efeitos de atribuição do abono por despesas de representação

Designação	Equiparação
No âmbito do EMGFA:	Direção superior de 1.º grau.
Adjunto para o Planeamento e Coordenação.....	
Chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares.....	
Comandantes Operacionais dos Açores e da Madeira.....	
Diretor do Instituto Universitário Militar (a) .....	
No âmbito da Marinha:	
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (VCEMA).....	
Comandante Naval.....	
Superintendentes dos Órgãos Centrais de Administração e Direção (OCAD).....	
Diretor-Geral do Instituto Hidrográfico.....	
Comandante da Escola Naval.....	
Diretor da Comissão Cultural de Marinha.....	
Inspetor-Geral da Marinha.....	
No âmbito da Autoridade Marítima Nacional:	
Diretor-Geral da Autoridade Marítima Nacional.....	
No âmbito do Exército:	
Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército (VCEME).....	
Comandantes dos Órgãos Centrais de Administração e Direção (OCAD).....	
Comandante das Forças Terrestres.....	
Inspetor-Geral do Exército.....	
Comandante da Academia Militar.....	
No âmbito da Força Aérea:	
Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (VCEMFA).....	
Comandantes dos Órgãos Centrais de Administração e Direção (OCAD).....	
Diretor de Finanças da Força Aérea.....	
Comandante Aéreo.....	
Inspetor-Geral da Força Aérea.....	
Comandante da Academia da Força Aérea.....	

Designação	Equiparação
<p>No âmbito do EMGFA:</p> <p>Chefe do Gabinete do CEMGFA.....</p> <p>Chefes de divisão do EMGFA.....</p> <p>Subchefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares....</p> <p>Subdiretores do Instituto Universitário Militar (b).....</p> <p>Contra-Almirante/Major-General em funções em estruturas OTAN no território nacional.....</p> <p>Comodoro/Brigadeiro-General em funções em estruturas OTAN no território nacional.....</p> <p>Diretores das direções do EMGFA.....</p> <p>Chefe do Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL).....</p> <p>Diretor do Hospital das Forças Armadas (HFAR).....</p> <p>Comandante do Comando de Apoio Geral.....</p> <p>No âmbito da Marinha:</p> <p>Subchefe do EMA.....</p> <p>Chefe do Gabinete do CEMA.....</p> <p>Subdiretor-Geral do Instituto Hidrográfico ou Adjunto ao Diretor-Geral.....</p> <p>2.º Comandante Naval.....</p> <p>Comandante do Corpo de Fuzileiros.....</p> <p>Comandantes das zonas marítimas.....</p> <p>Presidente da Junta Médica de Revisão da Armada.....</p> <p>Diretores dos Órgãos Centrais de Administração e Direção (OCAD).....</p> <p>No âmbito da Autoridade Marítima Nacional:</p> <p>Subdiretor-Geral da Autoridade Marítima.....</p> <p>No âmbito do Exército:</p> <p>Chefe do Gabinete do CEME.....</p> <p>2.º Comandante das Forças Terrestres.....</p> <p>Diretores dos Órgãos Centrais de Administração e Direção (OCAD).....</p> <p>Diretor de Educação.....</p> <p>Diretor de Comunicações e Sistemas de Informação.....</p> <p>Diretor de História e Cultura Militar.....</p> <p>Diretor-Coordenador do EME.....</p> <p>Comandantes de Brigada.....</p> <p>Comandantes das Zonas Militares dos Açores e da Madeira.....</p> <p>2.º Comandante da Academia Militar.....</p> <p>Presidente da Junta Médica de Recurso do Exército.....</p> <p>Comandante da Escola das Armas.....</p> <p>Diretor da Escola do Serviço de Saúde Militar (c).....</p> <p>No âmbito da Força Aérea:</p> <p>Diretores dos Órgãos Centrais de Administração e Direção (OCAD) da Força Aérea.....</p> <p>2.º Comandante Aéreo.....</p> <p>Comandantes das Zonas Aéreas dos Açores e da Madeira.....</p> <p>Subchefe do EMFA.....</p> <p>Chefe do Gabinete do CEMFA.....</p> <p>Diretor das Operações Aéreas.....</p>	<p>Direção superior de 2.º grau.</p>
<p>No âmbito do EMGFA:</p> <p>Comandantes das Unidades de Apoio do EMGFA.....</p> <p>Chefe da Unidade Nacional de Verificações.....</p> <p>Chefes de Estado-Maior dos Comandos Operacionais dos Açores e da Madeira....</p> <p>Chefes das áreas de Operações/Planos/Recursos do Estado-Maior do CCOM.....</p> <p>Subdiretores do HFAR (Polo Lisboa e Polo Porto).....</p>	<p>Direção intermédia do 1.º grau.</p>

Designação	Equiparação	
Diretor Clínico do HFAR.....	Direção intermédia do 1.º grau.	
Chefe da Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM).		
Chefes de Departamento da Estrutura Executiva de Apoio do HFAR.....		
Capitão-de-Mar-e-Guerra/Coronel em funções de CEM em estruturas OTAN no território nacional.....		
No âmbito da Marinha:		
Chefes de divisão do EMA.....		
Diretor técnico e diretores dos serviços do Instituto Hidrográfico.....		
2.º Comandante da Escola Naval.....		
Chefe do Estado-Maior do Comando Naval.....		
2.º Comandante do Corpo de Fuzileiros.....		
Comandantes das unidades navais de deslocamento superior a 1000t.....		
Chefes de Estado-Maior das Zonas Marítimas.....		
Comandante da Escola de Tecnologias Navais.....		
Diretor do Centro de Medicina Naval.....		
Diretor do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval.....		
Comandante da Base Naval de Lisboa.....		
Comandante da Base de Fuzileiros.....		
Comandante da Escola de Fuzileiros.....		
Comandante da Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha.....		
Comandantes das Esquadrilhas e Agrupamentos.....		
Presidente/diretores dos órgãos culturais da Marinha.....		
Diretor da Escola de Hidrografia e Oceanografia.....		
No âmbito da Autoridade Marítima Nacional:		
Diretor de Faróis.....		
Diretor da Escola de Autoridade Marítima.....		
Diretor do Instituto de Socorros a Náufragos.....		
No âmbito do Exército:		
Chefe do Gabinete do VCEME.....		
Chefes de divisão do EME.....		
Chefes de gabinete dos Órgãos Centrais de Administração e Direção (OCAD).....		
Chefes do Gabinete e do Estado -Maior do Comando das Forças Terrestres.....		
2.ºs Comandantes das Zonas Militares dos Açores e da Madeira e respetivos Chefes de Estado-Maior.....		
Diretores dos Centros de Saúde Militar de Coimbra e Santa Margarida.....		
Comandantes dos regimentos.....		
Diretores dos Estabelecimentos Militares de Ensino.....		
Comandante da Escola dos Serviços.....		
Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais.....		
Comandantes das unidades de apoio do EME, do Comando do Pessoal e do Co-mando da Logística.....		
Comandante da Escola de Sargentos do Exército.....		
Comandante da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército.....		
Diretor do Centro de Informação Geoespacial do Exército.....		
Comandante do Destacamento da Academia Militar.....		
Comandante do Campo Militar de Santa Margarida.....		
Diretor do Museu Militar de Lisboa.....		
Comandante do Estabelecimento Prisional Militar.....		
2.ºs Comandantes de Brigada e respetivos Chefes de Estado-Maior.....		
Diretor do Centro de Psicologia Aplicada.....		
Diretor do Jornal do Exército.....		
No âmbito da Força Aérea:		
Chefe do Gabinete do VCEMFA.....		

Designação	Equiparação
Chefes de divisão do EMFA..... Chefes de Estado-Maior das Zonas Aéreas dos Açores e da Madeira..... Diretor do Estado-Maior para as Operações..... 2.º Comandante da Academia da Força Aérea..... Comandantes das Bases Aéreas..... Comandante da Unidade de Apoio a Lisboa..... Comandante do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea..... Comandante do Depósito Geral de Material da Força Aérea..... Comandante do Campo de Tiro..... Comandantes dos Aeródromos de Trânsito..... Diretor do Centro de Medicina Aeronáutica..... Subdiretores dos Órgãos Centrais de Administração e Direção e Chefes das áreas funcionais..... Diretor do Departamento Jurídico da Força Aérea..... Diretor do Museu do Ar..... Diretor do Centro de Psicologia..... Comandantes dos Aeródromos de Manobra..... Comandantes das Estações de Radar..... Comandante do Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea.....	Direção intermédia do 1.º grau.

(a) Até à implementação do Instituto Universitário Militar refere-se ao Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares;

(b) Até à implementação do Instituto Universitário Militar refere-se aos subdiretores do Instituto de Estudos Superiores Militares;

(c) Mantém-se o abono até à extinção da Escola do Serviço de Saúde Militar.

(DR, 1.ª Série, n.º 148, 31jul15)

## II — DECRETOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

### Presidência da República

#### Decreto do Presidente da República n.º 51/2015 de 8 de julho

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de Cooperação no Domínio da Defesa, assinada a 18 de janeiro de 2013, em Tunes, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 78/2015, em 6 de fevereiro de 2015.

Assinado em 30 de junho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 30 de junho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

(DR, 1.ª Série, n.º 131, 08jul15)

**Decreto do Presidente da República n.º 71/2015  
de 21 de julho**

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde no Domínio da Defesa, assinado na Cidade do Mindelo, em 2 de dezembro de 2012, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 96/2015, em 16 de janeiro de 2015.

Assinado em 10 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 14 de julho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

(DR, 1.ª Série, n.º 140, 21jul15)

---

**III — RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**Assembleia da República**

**Resolução da Assembleia da República n.º 78/2015**

**Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de  
Cooperação no Domínio da Defesa, assinada a 18 de janeiro de 2013, em Tunes**

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea *i*) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de Cooperação no Domínio da Defesa, assinada a 18 de janeiro de 2013, em Tunes, cujo texto, nas versões autenticadas em língua portuguesa, árabe e francesa, se publica em anexo.

Aprovada em 6 de fevereiro de 2015.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

**Convenção entre a República Portuguesa e a República  
da Tunísia de Cooperação no Domínio da Defesa**

A República Portuguesa e a República da Tunísia, doravante designadas conjuntamente por «Partes» e separadamente por «Parte»;

Reafirmando a ligação aos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas, em particular, no que concerne o respeito pela independência e a soberania dos Estados;

Considerando o Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Tunísia, assinado em Túnis, a 17 de junho de 2003;

Convictos do papel decisivo da cooperação para a estabilidade, o desenvolvimento regional e a manutenção da paz e segurança;

Convictos de que esta cooperação, que existe desde 1995, tem uma importância significativa para a manutenção e o fortalecimento das relações entre as Partes;

Acordam o seguinte:

**Artigo 1.º  
Objeto**

Nos termos da presente Convenção, as Partes comprometem-se a agir concertadamente a fim de promover e desenvolver a cooperação bilateral no domínio da defesa entre os dois Estados, em conformidade com as legislações nacionais e com os seus compromissos internacionais.

## **Artigo 2.º**

### **Áreas de cooperação**

1 — As partes comprometem-se a agir concertadamente com vista à efetivação e ao desenvolvimento da cooperação no âmbito da defesa entre os dois Estados, particularmente nos seguintes domínios:

- a) Troca de informação e de experiências sobre conceitos de organização das Forças Armadas;
- b) Intercâmbio de delegações dos respetivos Ministérios da Defesa e de representantes dos três Ramos das Forças Armadas;
- c) Participação, mediante convite, de observadores militares em manobras ou exercícios militares, organizados por uma das Partes;
- d) Cooperação na área da formação militar;
- e) Visitas de meios da Armada e da Força Aérea de acordo com o Direito vigente de cada país;
- f) Troca de informações técnicas, tecnológicas e industriais relacionadas com as indústrias de Defesa;
- g) Estabelecimento de programas comuns para a investigação, desenvolvimento e produção de material e equipamentos de defesa;
- h) Assistência mútua para a utilização das capacidades científicas, técnicas e industriais para o desenvolvimento e a produção de materiais e equipamentos de defesa destinados a satisfazer as necessidades dos dois países;
- i) Desenvolvimento, em condições a fixar em documento próprio, de intercâmbios culturais e sociais entre os membros das Forças Armadas de ambas as Partes e respetivas famílias;
- j) Outras áreas de reconhecido interesse para ambas as Partes suscetíveis de reforçar as relações de cooperação no domínio da defesa entre as Partes.

## **Artigo 3.º**

### **Participação de país terceiro**

1 — A participação de um país terceiro na cooperação prevista no artigo 2.º fica subordinada a acordo prévio entre as Partes.

2 — No âmbito da presente Convenção, e para cada caso específico, toda a informação, experiência técnica, documento, material ou equipamento confiado por uma das Partes à outra serão exclusivamente utilizados para os fins previstos, salvo autorização expressa do país de origem.

3 — As condições segundo as quais a informação, os documentos, o equipamento e a tecnologia produzida em colaboração poderão ser, temporária ou definitivamente, reproduzidos, transferidos ou cedidos a países terceiros serão reguladas em instrumento próprio.

## **Artigo 4.º**

### **Proteção de informação classificada**

1 — A proteção de informação classificada trocada entre as Partes e que tenha sido transmitida para a outra Parte através das autoridades ou organismos expressamente autorizados para esse efeito, no âmbito deste acordo, ou no quadro de instrumentos contratuais envolvendo entidades públicas ou privadas de ambos os países, deverá ser objeto de um Acordo Bilateral para a Proteção Mútua de Informação Classificada.

2 — Cada Parte estabelecerá, em todo o caso, um grau de proteção pelo menos equivalente ao que foi previsto pela Parte de origem e adotará as medidas de segurança adequadas.

## **Artigo 5.º**

### **Instrumentos de cooperação**

A cooperação estabelecida no quadro da presente Convenção será desenvolvida, se for caso disso, através de acordos ou protocolos específicos, os quais conterão os detalhes necessários aos projetos que deles careçam.

### **Artigo 6.º**

#### **Comissão Mista**

1 — Com vista à boa execução das disposições da presente Convenção, as duas Partes convêm na criação de uma Comissão Mista composta por representantes das duas Partes.

2 — A Comissão Mista é responsável pelo acompanhamento e execução da cooperação em matéria de Defesa, contribuindo ainda para o seu desenvolvimento e procurando novas formas de cooperação.

3 — A Comissão Mista reunirá anualmente, alternadamente em Portugal e na Tunísia e funcionará com base nos princípios acordados entre as Partes e em conformidade com o regulamento adotado em anexo à presente Convenção.

### **Artigo 7.º**

#### **Solução de controvérsias**

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação desta Convenção será solucionada, através de negociações entre as Partes, por via diplomática.

### **Artigo 8.º**

#### **Revisão**

1 — A presente Convenção pode ser objeto de revisão a pedido de qualquer das Partes.

2 — As emendas entrarão em vigor nos termos previstos no artigo 10.º da presente Convenção.

### **Artigo 9.º**

#### **Vigência e denúncia**

1 — A presente Convenção permanecerá em vigor por um período de cinco anos, renovável automaticamente por períodos sucessivos de dois anos.

2 — Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, denunciar a presente Convenção mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática.

3 — A presente Convenção cessa a sua vigência seis meses após a data da receção da respetiva notificação.

### **Artigo 10.º**

#### **Entrada em vigor**

A presente Convenção entrará em vigor 30 dias após a data da última notificação, por escrito e por via diplomática, do cumprimento das formalidades exigidas para o efeito pela ordem jurídica de cada uma das Partes.

Feito em Tunes, em 18 de janeiro de 2013, em dois exemplares autênticos, nas línguas árabe, portuguesa e francesa.

Em caso de divergência de interpretação, a versão francesa prevalecerá.

Pela República Portuguesa:

*José Pedro Aguiar Branco*, Ministro da Defesa Nacional.

Pela República da Tunísia:

*Abdelkrim ZBIDI*, Ministro da Defesa Nacional.

**Resolução da Assembleia da República n.º 90/2015****Recomenda ao Governo a inclusão da memória da perseguição política no Museu Militar do Porto**

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que proceda aos esforços necessários para inserir no Museu Militar do Porto um percurso expositivo que identifique com critérios históricos as atividades da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) no edifício em nome da preservação da memória e da luta antifascista.

Aprovada em 3 de julho de 2015.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

(DR, 1.ª Série, n.º 135, 14jul15)

**Resolução da Assembleia da República n.º 96/2015****Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde no Domínio da Defesa, assinado na Cidade do Mindelo, em 2 de dezembro de 2012.**

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde no Domínio da Defesa, assinado na cidade do Mindelo, em 2 de dezembro de 2012, cujo texto, na versão autenticada em língua portuguesa, se publica em anexo.

Aprovada em 16 de janeiro de 2015.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

**Acordo de cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde no domínio da Defesa**

A República Portuguesa e a República de Cabo Verde, doravante designadas por “Partes”:

Animadas pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade existentes entre os dois países e os dois povos;

Considerando os propósitos expressos no Acordo de Cooperação Técnica no Domínio Militar entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, assinado no Mindelo, a 13 de junho de 1988, o qual se constituiu como um marco histórico no relacionamento dos dois países;

Considerando a determinação de ambas as Partes em completar e alargar as relações de cooperação expressas no Programa Quadro 2012-2014, assinado na Praia, a 1 de dezembro de 2011;

Considerando a determinação de ambas as Partes em completar e alargar as relações de cooperação expressas no Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa Nacional da República de Cabo Verde, para a criação de um grupo de trabalho técnico para avaliar a realização de uma parceria conjunta na área da Economia de Defesa, assinado em Oeiras, a 9 de junho de 2010;

Considerando o reforço do relacionamento bilateral no domínio da Defesa, garantido pela cooperação técnico-militar;

Considerando a vontade de desenvolver novas áreas de cooperação no sector da Defesa, em especial por via da integração de militares das Forças Armadas de Cabo Verde, em contingentes portugueses empenhados em missões de paz;

Pretendendo estabelecer uma cooperação assente numa base de plena independência, respeito pela soberania, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de interesses.

Acordam o seguinte:



## **Artigo 1.º**

### **Objeto**

O presente Acordo regula a cooperação no domínio da Defesa entre as Partes.

## **Artigo 2.º**

### **Âmbito da Cooperação**

A cooperação no domínio da Defesa compreenderá a cooperação técnico-militar, a segurança marítima, a integração de militares das Forças Armadas de Cabo Verde em contingentes portugueses empenhados em missões de apoio à paz e assistência humanitária e o desenvolvimento de parcerias na economia de Defesa relacionados com a Defesa.

## **Artigo 3.º**

### **Cooperação Técnico-Militar**

1 — As ações de cooperação técnico-militar a desenvolver nos termos do presente Acordo serão concretizadas através de ações de formação de pessoal e de assessoria técnica e integrar-se-ão em programas quadro de cooperação bilateral, cujo âmbito, objetivo e responsabilidades de execução serão definidos pelos serviços ou organismos designados como competentes pela legislação de cada Parte.

2 — Os termos da cooperação técnico-militar em qualquer das modalidades previstas serão estabelecidos através de protocolos de cooperação específicos.

## **Artigo 4.º**

### **Cooperação no domínio da Segurança Marítima**

1 — As ações de cooperação no domínio da segurança marítima concretizam-se através da fiscalização conjunta do espaço marítimo sob jurisdição Cabo-Verdiana, com introdução de mecanismos de segurança cooperativa, podendo incidir sobre qualquer ilícito, num quadro de respeito pelo Direito Internacional e pelo Direito Interno das Partes.

2 — A cooperação no domínio da segurança marítima realiza-se no quadro do Tratado em vigor sobre esta matéria e de outros protocolos de cooperação específicos.

## **Artigo 5.º**

### **Integração de Militares das Forças Armadas de Cabo Verde**

A integração de militares das Forças Armadas de Cabo Verde em contingentes portugueses empenhados em missões de apoio à paz e assistência humanitária processar-se-á nos termos a definir em protocolo de cooperação celebrado para o efeito, sem prejuízo do disposto no presente Acordo.

## **Artigo 6.º**

### **Responsabilidade Civil**

1 — As Partes renunciam a reclamar qualquer indemnização à outra Parte no caso de um militar das Forças Armadas de Cabo Verde ou das Forças Armadas Portuguesas ser ferido ou morto no exercício de funções oficiais, desde o início ao fim da missão, incluindo o aprontamento, abrangendo os momentos e locais de embarque e desembarque definitivo.

2 — As Partes renunciam a todos os pedidos de indemnização contra a outra Parte pelos danos causados aos bens dos seus correspondentes Estados que sejam utilizados no âmbito da preparação e execução das operações, incluindo exercícios, se o dano for causado pelos militares das Forças Armadas de Cabo Verde ou das Forças Armadas Portuguesas, no exercício das suas funções no âmbito das referidas operações.

3 — Se, além dos previstos no n.º 2, forem causados danos a outros bens, propriedade dos seus correspondentes Estados e situados nos territórios, a responsabilidade e o montante dos danos serão determinados por negociação entre ambas as Partes.

4 — Os pedidos de indemnização por atos ou omissões no exercício de funções oficiais, pelos quais seja responsável um militar das Forças Armadas de Cabo Verde ou das Forças Armadas Portuguesas, e que tenham causado no território da outra Parte danos a um terceiro, serão tratados pelas Partes de acordo com as disposições seguintes:

a) Os pedidos de indemnização são apresentados, examinados e resolvidos de acordo com as leis e regulamentos do Estado em cujo território tenha sido gerado o dano a terceiro, aplicáveis na matéria às suas próprias Forças Armadas;

b) As Partes poderão liquidar qualquer dessas reclamações e procederão ao pagamento das indemnizações concedidas na sua própria moeda;

c) Este pagamento, quer provenha da solução direta da questão quer da decisão da jurisdição competente de ambos os Estados, bem como a decisão dessa mesma jurisdição negando o pedido de indemnização, vinculam definitivamente as Partes;

d) O pagamento de qualquer indemnização por uma das Partes será comunicado à outra Parte, acompanhado de relatório circunstanciado e de proposta de pagamento;

e) Na falta de resposta no prazo de dois meses, a proposta referida na alínea anterior é considerada aceite e o reembolso será feito por uma das Partes à outra Parte no mais curto prazo possível, na moeda desta última.

5 — Os pedidos de indemnização contra os militares das Forças Armadas de Cabo Verde ou das Forças Armadas Portuguesas por atos ou omissões, fora do exercício de funções oficiais, em território Cabo-Verdiano ou em território Português, serão regulados da seguinte forma:

a) As autoridades da Parte em cujo território tenha sido gerado o dano instruirão o pedido de indemnização e fixarão de forma justa e equitativa a indemnização devida ao requerente, tendo em conta todas as circunstâncias do caso, incluindo a conduta e o comportamento da pessoa lesada, e redigirão um relatório sobre a questão;

b) Este relatório será enviado às autoridades da outra Parte, que decidirão sem demora se deve ser concedida uma indemnização a título gracioso, fixando, nesse caso, o correspondente montante;

c) Se for feita uma proposta de indemnização a título gracioso e esta for aceite pelo interessado como compensação integral, as próprias autoridades da Parte que indemniza procederão ao pagamento e comunicarão às autoridades da outra Parte a sua decisão e o montante do valor pago.

6 — O previsto no número anterior não obsta a que os tribunais competentes da Parte em cujo território tenha sido gerado o dano decidam sobre a ação que possa ser interposta contra um militar das Forças Armadas de Cabo Verde ou das Forças Armadas Portuguesas, conforme o caso, nos termos do Direito vigente.

#### **Artigo 7.º**

#### **Cooperação na Economia de Defesa**

As parcerias económicas na área da Defesa processar-se-ão nos termos do Memorando de Entendimento sobre esta matéria em vigor e outros protocolos a celebrar para o efeito.

#### **Artigo 8.º**

#### **Encargos**

1 — Salvo o disposto no número seguinte, constituem encargo da Parte solicitante, os custos com o transporte de ida e volta do pessoal destinado à frequência de ações de formação ou estágios concedidos pela Parte solicitada.

2 — O encargo aludido no número anterior poderá, mediante acordo pontual e específico, ser suportado pela Parte solicitada ou por qualquer outra entidade.

3 — Às ações de cooperação que se traduzam em assessorias técnicas aplica-se o seguinte regime de repartição de encargos:

a) A Parte solicitada assegura o pagamento dos custos com o transporte de ida e volta do pessoal nomeado para participar na ação;

b) A Parte solicitante assegura aos elementos integrantes das assessorias referidas no artigo 3.º alojamento adequado nos locais onde venha a prestar serviço em condições a definir caso a caso;

c) A Parte solicitante assegura as deslocações em serviço no seu território necessárias à execução das ações de cooperação.

4 — Os encargos previstos na alínea b) no n.º 3 do presente artigo cessam sempre que a Parte solicitante promova a cedência de imóvel destinado à instalação dos elementos da Parte solicitada envolvidos em ações de cooperação.

5 — A Parte solicitante assume o encargo, sempre que for caso disso e nas condições que vierem a ser estabelecidas por mútuo acordo para efeito de liquidação, do custo do material fornecido pela Parte solicitada.

6 — Cada Parte assumirá os encargos para si resultantes da integração de militares das Forças Armadas de Cabo Verde em contingentes portugueses empenhados em missões de paz, sem prejuízo do referido nos números anteriores do presente artigo.

### **Artigo 9.º**

#### **Isenções Fiscais**

A Parte solicitante isentará de quaisquer impostos ou taxas, aduaneiras ou outras, nos termos e condições da legislação aplicável, os materiais que a Parte solicitada fornecer a título gratuito para o apoio de projetos e ações de cooperação, bem como os materiais enviados para apoio às assessorias técnicas especializadas.

### **Artigo 10.º**

#### **Subcomissão Bilateral**

Com vista à boa execução do presente Acordo é criada uma subcomissão bilateral no domínio da Defesa, no quadro da arquitetura institucional criada pelo Tratado de Amizade e Cooperação, que reunirá, no mínimo, uma vez por ano, alternadamente em Portugal e em Cabo Verde.

### **Artigo 11.º**

#### **Consultas**

As Partes concordam em manter consultas anuais a nível de altos funcionários dos departamentos governamentais envolvidos em questões de índole político-militar, que se realizarão alternadamente em Portugal e em Cabo Verde.

### **Artigo 12.º**

#### **Solução de Controvérsias**

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Acordo será solucionada através de negociação por via diplomática.

### **Artigo 13.º**

#### **Revisão**

1 — O presente Acordo pode ser objeto de revisão a pedido de qualquer das Partes.

2 — As emendas entrarão em vigor nos termos previstos no Artigo 15.º do presente Acordo.

### **Artigo 14.º**

#### **Vigência e denúncia**

1 — O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de três anos renovável automaticamente por períodos iguais e sucessivos.

2 — Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática, com uma antecedência mínima de 180 dias em relação ao termo do período de vigência em curso.

3 — Em caso de denúncia, o presente Acordo cessará a sua vigência no final do período de vigência em curso.

### **Artigo 15.º** **Alteração Fundamental das Circunstâncias**

1 — O presente Acordo poderá ser objeto de denúncia ou de suspensão da sua aplicação, no todo ou em parte, por qualquer das Partes por alteração fundamental das circunstâncias.

2 — Qualquer das Partes poderá denunciar ou suspender a aplicação do Acordo nos termos do número anterior mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática, com uma antecedência mínima de 60 dias em relação à data relativamente da cessação de vigência ou da suspensão da aplicação.

### **Artigo 16.º** **Entrada em vigor**

O presente Acordo entrará em vigor trinta dias após a receção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de Direito interno das Partes necessários para o efeito.

### **Artigo 17.º** **Registo**

A Parte em cujo território o presente Acordo for assinado submetê-lo-á para registo junto do Secretariado das Nações Unidas imediatamente após a sua entrada em vigor, nos termos do artigo 102.º da Carta das Nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a outra Parte da conclusão deste procedimento e indicar-lhe o número de registo atribuído.

Feito na Cidade do Mindelo, aos dois dias do mês de dezembro de 2012, em dois exemplares originais na língua portuguesa, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pela República Portuguesa:

*José Pedro Aguiar Branco*, Ministro da Defesa Nacional.

Pela República de Cabo Verde:

*Jorge Homero Tolentino Araújo*, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e da Defesa Nacional.

(DR, 1.ª Série, n.º 140, 21jul15)

---

## **IV — DECRETOS REGULAMENTARES**

### **Ministério da Defesa Nacional**

#### **Decreto Regulamentar n.º 6/2015** **de 31 de julho**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e a subsequente Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou a Reforma “Defesa 2020”, definiram as orientações políticas para a implementação da reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas.

No âmbito desta reforma, o Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova orgânica do Ministério da Defesa Nacional (MDN), tendo em vista a simplificação e otimização dos serviços, ajustando-os em função das boas práticas, mantendo como referencial a racionalização das estruturas orgânicas da Administração Pública e do seu modo de funcionamento, à luz dos objetivos de modernização administrativa, melhoria de funcionamento, economia de meios e redução da despesa pública.

Foi então preconizado o aprofundamento da reorganização dos serviços centrais, através da criação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, resultante da fusão da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar com a Direção-Geral de Armamento, Infraestruturas e Equipamentos de Defesa, e o reforço das atribuições da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional e da Secretaria-Geral (SG) do MDN.

O presente decreto regulamentar traduz o novo quadro de orientações e aproxima a SG do MDN ao novo modelo organizacional a implementar junto das secretarias-gerais dos ministérios, constante do artigo 31.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015.

A SG do MDN é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, com funções nas áreas da gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, do apoio técnico-jurídico e de contencioso, dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação e, ainda, das áreas da organização e modernização administrativa, da comunicação, relações públicas e documentação, a par do planeamento financeiro do MDN.

Com o presente decreto regulamentar define-se a missão da SG do MDN, as suas atribuições e o tipo de organização interna, numa lógica que visa dotar os serviços com os meios necessários de forma a permitir-lhes responder eficazmente aos seus atuais desafios.

As novas atribuições estão devidamente consagradas, tendo, para o efeito, sido adequada a estrutura à missão, por forma a garantir a adaptação dos serviços às mudanças, em razão da natureza e exigências das atividades a desenvolver, por um lado, e da qualidade dos métodos de trabalho e de organização, por outro lado, visando a racionalização dos meios, a eficiência da utilização dos recursos públicos e a melhoria dos serviços prestados.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, e nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### **Artigo 1.º**

#### **Natureza**

A Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (MDN), abreviadamente designada por SG, é um serviço central da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa.

### **Artigo 2.º**

#### **Missão e atribuições**

1 — A SG tem por missão assegurar o apoio técnico e administrativo aos gabinetes dos membros do Governo integrados no MDN e aos demais órgãos e serviços nele integrados, no âmbito do aprovisionamento centralizado e do apoio técnico-jurídico e de contencioso, bem como, exceto no que às Forças Armadas diz respeito, nos domínios da gestão de recursos internos, da documentação e da comunicação e relações públicas, assegurando ainda o planeamento financeiro dos recursos essenciais ao MDN.

2 — A SG prossegue as seguintes atribuições:

a) Prestar apoio administrativo, logístico, técnico, jurídico e contencioso aos gabinetes dos membros do Governo integrados no MDN, bem como aos serviços, comissões e grupos de trabalho do ministério que não disponham de meios próprios, salvo o previsto na Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas;

b) Assegurar a prestação centralizada de serviços comuns, em particular para os serviços centrais integrados na administração direta do MDN;

- c) Coordenar a elaboração do projeto de orçamento da defesa nacional, bem como a respetiva execução financeira;
- d) Participar na elaboração das propostas de lei de programação militar e de programação das infraestruturas militares;
- e) Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e proceder à elaboração e disponibilização dos instrumentos de planeamento integrado;
- f) Assegurar o processamento, a liquidação e o pagamento de todas as despesas com o pessoal do universo da defesa nacional;
- g) Promover, no âmbito dos serviços centrais do MDN, a aplicação das medidas de política de organização e de recursos humanos definidas para a Administração Pública;
- h) Implementar, em linha com os planos aprovados, uma política integradora para toda a área dos sistemas de informação (SI) e tecnologias de informação e comunicação (TIC) no universo da defesa nacional, incluindo a gestão da informação para apoio à tomada de decisão, competindo-lhe coordenar os SI/TIC e administrar os SI/TIC de natureza comum, sem prejuízo da atribuição às Forças Armadas da definição de requisitos operacionais e técnicos, da segurança e da gestão dos sistemas de comando e controlo militares;
- i) Instruir e acompanhar os processos de candidaturas a fundos europeus estruturais e de investimento, em estreita colaboração com os serviços centrais do MDN e as Forças Armadas;
- j) Acompanhar a aplicação do subsistema de avaliação do desempenho dos órgãos ou serviços do MDN;
- k) Assegurar, através da Unidade Ministerial de Compras, a contratação pública centralizada de bens e serviços e colaborar com os serviços centrais do MDN no levantamento e agregação de necessidades.

### **Artigo 3.º**

#### **Prestação centralizada de serviços**

1 — A SG assegura a prestação centralizada de serviços comuns, no âmbito da gestão de recursos aos serviços centrais do MDN, sem prejuízo das competências dos dirigentes máximos dos serviços do MDN e das atribuições previstas no artigo anterior, designadamente nas áreas seguintes:

- a) Recursos humanos, formação e aperfeiçoamento profissional, organização e modernização administrativa;
- b) Consultoria jurídica e contencioso administrativo;
- c) Gestão financeira, patrimonial e aquisição de bens e serviços;
- d) Processamento, liquidação e pagamento de todas as despesas com pessoal;
- e) Documentação, arquivo, comunicação, informação e relações públicas;
- f) Sistemas e tecnologias de informação e comunicação.

2 — A articulação, o funcionamento e a calendarização da prestação centralizada de serviços a que se refere o número anterior são definidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sem prejuízo das regras gerais definidas para os modelos organizacionais dos ministérios.

### **Artigo 4.º**

#### **Órgãos**

A SG é dirigida por um secretário-geral, coadjuvado por um secretário-geral-adjunto, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau, respetivamente.

### **Artigo 5.º**

#### **Secretário-geral**

1 — Sem prejuízo das competências que lhe forem conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas, compete ao secretário-geral:

a) Exercer, de harmonia com a lei e com as orientações do Ministro da Defesa Nacional, a representação do MDN;

b) Coordenar a atividade dos serviços do MDN nas matérias de gestão comum que estão confiadas à SG, promovendo a elaboração de instruções e acompanhando os procedimentos adequados ao bom funcionamento dos serviços;

c) Exercer as funções de oficial público nos atos e contratos em que participem como outorgantes os membros do Governo integrados no MDN.

2 — O secretário-geral-adjunto exerce as competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo secretário-geral, competindo substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

### **Artigo 6.º**

#### **Tipo de organização interna**

A organização interna da SG obedece ao modelo de estrutura hierarquizada.

### **Artigo 7.º**

#### **Receitas**

1 — A SG dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe sejam atribuídas no Orçamento do Estado.

2 — A SG dispõe ainda das seguintes receitas próprias:

- a) As quantias cobradas pela prestação de serviços no âmbito das suas atribuições;
- b) O produto da venda de publicações e de trabalhos por si editados;
- c) Os subsídios, subvenções e participações de entidades públicas e privadas;
- d) O rendimento dos bens que possua a qualquer título;
- e) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou a outro título lhe sejam atribuídas.

3 — As quantias cobradas pela SG são fixadas e periodicamente atualizadas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, tendo em atenção os meios humanos e materiais mobilizados em cada caso, podendo ainda ser tidos em conta os custos indiretos de funcionamento.

### **Artigo 8.º**

#### **Despesas**

Constituem despesas da SG as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

### **Artigo 9.º**

#### **Mapa de cargos de direção**

Os lugares de direção superior de 1.º e 2.º grau e de direção intermédia de 1.º grau constam do mapa anexo ao presente decreto regulamentar, do qual faz parte integrante.

### **Artigo 10.º**

#### **Sucessão**

A SG sucede nas atribuições e competências transferidas dos órgãos e serviços referidos no n.º 1 do artigo 3.º, no âmbito da prestação centralizada de serviços comuns nos domínios mencionados no mesmo número, sem prejuízo das competências próprias ou delegadas dos respetivos dirigentes máximos.

### **Artigo 11.º**

#### **Critérios de seleção de pessoal civil**

São fixados como critérios gerais e abstratos de seleção do pessoal civil necessário à prossecução das atribuições e ao exercício das competências transferidas para a SG, no âmbito da prestação

centralizada de serviços comuns, o desempenho de funções nos órgãos e serviços referidos no n.º 1 do artigo 3.º relativas aos domínios elencados no mesmo número.

**Artigo 12.º**  
**Norma revogatória**

É revogado o Decreto Regulamentar n.º 7/2012, de 18 de janeiro.

**Artigo 13.º**  
**Entrada em vigor**

O presente decreto regulamentar entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de junho de 2015. — *Paulo Sacadura Cabral Portas* — *Hélder Manuel Gomes dos Reis* — *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

Promulgado em 26 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de julho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

**ANEXO**

(a que se refere o artigo 9.º)

**Mapa de pessoal dirigente**

Designação dos cargos Dirigentes	Qualificação dos cargos dirigentes	Grau	Número de lugares
Secretário-geral.....	Direção superior.....	1.º	1
Secretário-geral-adjunto.....	Direção superior.....	2.º	1
Diretor de serviços.....	Direção intermédia.....	1.º	8

(DR, 1.ª Série, n.º 148, 31jul15)

**Decreto Regulamentar n.º 7/2015**  
**de 31 de julho**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e a subsequente Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou a Reforma “Defesa 2020”, definiram as orientações políticas para a implementação da reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas.

No âmbito desta reforma, o Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova orgânica do Ministério da Defesa Nacional, tendo em vista a simplificação e otimização dos serviços, ajustando-os em função das boas práticas, mantendo como referencial a racionalização das estruturas orgânicas da Administração Pública e do seu modo de funcionamento, à luz dos objetivos de modernização administrativa, melhoria de funcionamento, economia de meios e redução da despesa pública.



A segurança e a defesa nacionais são os pilares essenciais que garantem a soberania do Estado e os valores da democracia e assentam na vontade dos portugueses em constituir-se como uma comunidade política livre e independente, bem como na capacidade do Estado para definir as estratégias e assegurar os meios necessários para consolidar a posição de Portugal num contexto internacional em mudança permanente.

O estatuto de Portugal como membro das Nações Unidas e fundador da Aliança Atlântica, membro da União Europeia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a estabilidade das nossas alianças e parcerias estratégicas, são aspetos cruciais da segurança e da defesa nacionais.

A vinculação aos princípios do direito e a sua contribuição permanente para as missões de paz internacionais reforçam o reconhecimento de Portugal como um Estado responsável na comunidade internacional.

A qualidade das estratégias, a capacidade de resposta aos desafios externos e o consenso sobre os valores e as prioridades do Estado são fatores indispensáveis para assegurar a autonomia, a coerência e a durabilidade das políticas de segurança e defesa nacionais. A definição das prioridades, a fundamentação das escolhas e a mobilização da comunidade portuguesa exigem um trabalho continuado de reflexão assente num pensamento estratégico moderno, rigoroso e inovador.

Nesse quadro, o Estado deve garantir a existência de centros portugueses de formulação estratégica onde se possam concentrar a investigação, a formação, o debate e a divulgação sobre a segurança e a defesa nacionais.

Neste contexto, o presente decreto regulamentar aprova a nova orgânica do Instituto de Defesa Nacional.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, e nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## **Artigo 1.º**

### **Natureza**

1 — O Instituto de Defesa Nacional, abreviadamente designado por IDN, é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, científica e pedagógica.

2 — A nível regional funciona o serviço desconcentrado do IDN, designado por Delegação do Porto.

## **Artigo 2.º**

### **Missão e atribuições**

1 — O IDN tem por missão o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação nos domínios da segurança e defesa.

2 — O IDN prossegue as seguintes atribuições:

- a) Assegurar o apoio à formulação e desenvolvimento do pensamento estratégico nacional nos domínios relacionados com a segurança e defesa;
- b) Fomentar a elaboração e discussão de outras vertentes ligadas ao pensamento estratégico nacional, em articulação com os organismos públicos e privados para o efeito vocacionados;
- c) Fomentar o estudo e a divulgação das questões de segurança e defesa;
- d) Fomentar a investigação nos domínios das relações internacionais e da segurança e defesa;
- e) Promover e reforçar as relações civis-militares e valorizar os quadros das Forças Armadas, da Administração Pública, dos setores público, privado e cooperativo, através do estudo, divulgação e debate sobre os grandes temas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e defesa;
- f) Contribuir para a sensibilização da sociedade para as questões da segurança e defesa, em especial no que respeita à consciência para os valores fundamentais que lhe são inerentes;
- g) Cooperar com organismos congéneres internacionais.

### **Artigo 3.º**

#### **Órgãos**

- 1 — O IDN é dirigido por um diretor-geral, cargo de direção superior de 1.º grau.
- 2 — É ainda órgão do IDN o conselho científico.

### **Artigo 4.º**

#### **Diretor-geral**

- 1 — Compete ao diretor-geral dirigir e orientar a ação dos órgãos e serviços do IDN, nos termos das competências que lhe sejam conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas.
- 2 — O diretor-geral é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo titular do cargo de direção intermédia de 1.º grau.

### **Artigo 5.º**

#### **Conselho científico**

- 1 — O conselho científico é um órgão colegial, de natureza consultiva, ao qual compete apoiar o diretor-geral no exercício das suas funções.
- 2 — O conselho científico é composto pelo diretor-geral, que preside, por elementos do corpo de investigadores e assessores do IDN e por personalidades, militares ou civis, de reconhecido mérito no domínio das questões da segurança e defesa.
- 3 — Ao conselho científico compete, em especial, pronunciar-se sobre:
  - a) Os projetos de investigação científica que lhe sejam submetidos pelo presidente;
  - b) As linhas gerais de orientação estratégica do IDN;
  - c) As questões de natureza pedagógica, científica e cultural.
- 4 — O presidente pode determinar a participação de outros trabalhadores do IDN nas reuniões do conselho científico, em razão das matérias a tratar.
- 5 — O funcionamento do conselho científico é regulado por regulamento interno.

### **Artigo 6.º**

#### **Tipo de organização interna**

A organização interna do IDN obedece ao seguinte modelo estrutural misto:

- a) Nas áreas de atividade relativas à investigação, o modelo de estrutura matricial;
- b) Nas restantes áreas, o modelo de estrutura hierarquizada.

### **Artigo 7.º**

#### **Receitas**

- 1 — IDN dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe sejam atribuídas no Orçamento do Estado.
- 2 — O IDN dispõe ainda das seguintes receitas próprias:
  - a) As quantias cobradas pela prestação de serviços no âmbito das suas atribuições;
  - b) O produto da venda de publicações e de trabalhos por si editados;
  - c) Os subsídios, subvenções, participações, doações e legados de entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
  - d) O rendimento dos bens que possua a qualquer título;
  - e) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou a outro título lhe sejam atribuídas.
- 3 — As quantias cobradas pelo IDN são fixadas e periodicamente atualizadas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, tendo em atenção os meios humanos e materiais mobilizados em cada caso, podendo ainda ser tidos em conta os custos indiretos de funcionamento.

### **Artigo 8.º** **Despesas**

Constituem despesas do IDN as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

### **Artigo 9.º** **Mapa de cargos de direção**

Os lugares de direção superior de 1.º grau e de direção intermédia de 1.º grau constam do mapa anexo ao presente decreto regulamentar, do qual faz parte integrante.

### **Artigo 10.º** **Estatuto remuneratório do chefe da equipa multidisciplinar**

Ao chefe da equipa multidisciplinar é atribuído um estatuto remuneratório equiparado a diretor de serviços ou a chefe de divisão, em função da natureza e complexidade das funções.

### **Artigo 11.º** **Norma revogatória**

É revogado o Decreto Regulamentar n.º 41/2012, de 16 de maio.

### **Artigo 12.º** **Entrada em vigor**

O presente decreto regulamentar entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de junho de 2015. — *Paulo Sacadura Cabral Portas* — *Hélder Manuel Gomes dos Reis* — *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

Promulgado em 27 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 30 de julho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

## **ANEXO**

**(a que se refere o artigo 9.º)**

### **Mapa de pessoal dirigente**

Designação dos cargos dirigentes	Qualificação dos cargos dirigentes	Grau	Número de lugares
Diretor-geral.....	Direção superior.....	1.º	1
Diretor de serviços.....	Direção intermédia.....	1.º	1

**Decreto Regulamentar n.º 8/2015  
de 31 de julho**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e a subsequente Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou a Reforma “Defesa 2020”, definiram as orientações políticas para a implementação da reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas.

No âmbito desta reforma, o Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova orgânica do Ministério da Defesa Nacional (MDN), tendo em vista a simplificação e otimização dos serviços, ajustando-os em função das boas práticas, mantendo como referencial a racionalização das estruturas orgânicas da Administração Pública e do seu modo de funcionamento, à luz dos objetivos de modernização administrativa, melhoria de funcionamento, economia de meios e redução da despesa pública.

Foi então preconizado o aprofundamento da reorganização dos serviços centrais, através da criação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, resultante da fusão da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar com a Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, e o reforço das atribuições da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional e da Secretaria-Geral do MDN.

A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional congrega um leque de atribuições muito vasto que importa relacionar e estruturar de forma harmoniosa, procurando-se uma verdadeira integração ao invés de um mero somatório das atribuições das duas direções-gerais extintas.

O presente decreto regulamentar estabelece a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, definindo ainda a dotação de lugares de direção superior e de direção intermédia de 1.º grau e o estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, e nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º  
Natureza**

A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, abreviadamente designada por DGRDN, é um serviço central da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa.

**Artigo 2.º  
Missão e atribuições**

1 — A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional.

2 — A DGRDN prossegue as seguintes atribuições:

a) Estudar, propor e emitir pareceres e monitorizar a execução das medidas de política de recursos humanos — militares, militarizados e civis —, nomeadamente as relativas a estatutos, vínculos, carreiras e remunerações;

b) Apoiar o Ministro da Defesa Nacional na direção da atividade interministerial de execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas, em articulação com o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), nomeadamente quanto à mobilização e requisição;

c) Exercer as competências de órgão central de recrutamento e divulgação, planeando, dirigindo e coordenando os processos estruturantes da profissionalização do serviço militar, nos termos da Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar;

d) Planear, dirigir e coordenar as atividades relativas ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;

- e) Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de ensino, investigação e desenvolvimento e inovação, formação e qualificação profissional, assegurando a devida articulação com os sistemas nacionais;
- f) Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de saúde militar, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- g) Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política no âmbito do apoio social;
- h) Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de apoio e reabilitação dos deficientes militares, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- i) Propor, avaliar e executar as políticas de apoio aos antigos combatentes;
- j) Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional;
- k) Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política ambiental da defesa nacional;
- l) Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;
- m) Coordenar a elaboração das propostas de lei de programação militar e de programação das infraestruturas militares, de acordo com o ciclo de planeamento de defesa, assegurando a respetiva execução e controlo;
- n) Planear, coordenar e executar as atividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção, alienação e desmilitarização;
- o) Propor a concessão de autorizações para acesso e exercício das atividades de indústria e ou comércio de bens e tecnologias militares e proceder à supervisão da atividade das empresas do setor da defesa e ao controlo das importações e exportações de bens e tecnologias militares;
- p) Planear, coordenar e executar as atividades relativas à aquisição, arrendamento, construção, manutenção, disposição e rentabilização das infraestruturas e demais património imobiliário afeto à defesa nacional, assegurando, designadamente, as competências legais da Unidade de Gestão Patrimonial do Ministério da Defesa Nacional (MDN);
- q) Participar, coordenando a posição do MDN, na definição e execução das políticas de ordenamento do território e urbanismo, garantindo a salvaguarda dos interesses da defesa nacional em sede de produção, alteração, revisão e execução dos instrumentos de gestão territorial;
- r) Participar na preparação e execução de medidas que envolvam a requisição, aos particulares, de coisas ou serviços;
- s) Assegurar, no âmbito das suas atribuições e em articulação com a DGPDN, a representação em organizações e entidades internacionais e nacionais, definindo, propondo, coordenando e desenvolvendo protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios dos recursos humanos, do armamento, dos equipamentos, do património e das infraestruturas da defesa nacional;
- t) Assegurar, no âmbito das suas atribuições, a representação em organizações e entidades nacionais e internacionais, propondo, coordenando e desenvolvendo atividades de cooperação internacional na execução das políticas de defesa no domínio do armamento, equipamentos, infraestruturas e património;
- u) Planear, coordenar e monitorizar, em articulação com os serviços e organismos do MDN, os ramos das Forças Armadas e outras entidades, as atividades relativas ao turismo militar, assegurando uma visão integrada do património da defesa nacional, apresentando e executando propostas de carácter educativo e formativo que valorizem a história e cultura portuguesas.

### **Artigo 3.º** **Órgãos**

1 — A DGRDN é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por dois subdiretores-gerais, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau, respetivamente.

2 — Junto da DGRDN funcionam a Capelania Mor do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança e o gabinete do oficial de ligação junto da Agência OTAN de Apoio Logístico.

#### **Artigo 4.º** **Diretor-geral**

- 1 — Compete ao diretor-geral dirigir e orientar a ação dos órgãos e serviços da DGRDN, nos termos das competências que lhe sejam conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas.
- 2 — Compete ainda ao diretor-geral exercer as funções de Diretor Nacional de Armamento.
- 3 — Os subdiretores-gerais exercem as competências que lhes sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor-geral, devendo este identificar a quem compete substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

#### **Artigo 5.º** **Tipo de organização interna**

A organização interna da DGRDN obedece ao seguinte modelo estrutural misto:

- a) Nas áreas de atividades cuja natureza, complexidade ou transversalidade aconselhe o seu desenvolvimento por projetos, designadamente planeamento e gestão estratégica, gestão de informação, relações externas e cooperação internacional, modernização administrativa, qualidade, inovação e investigação e desenvolvimento, o modelo de estrutura matricial;
- b) Nas restantes áreas, o modelo de estrutura hierarquizada.

#### **Artigo 6.º** **Receitas**

- 1 — A DGRDN dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe sejam atribuídas no Orçamento do Estado.
- 2 — A DGRDN dispõe ainda das seguintes receitas próprias:
  - a) As verbas provenientes da venda das peças dos procedimentos de formação de contratos públicos;
  - b) As quantias cobradas pela prestação de serviços no âmbito das suas atribuições;
  - c) O produto da venda de publicações e de trabalhos por si editados;
  - d) Os subsídios, subvenções, participações, doações e legados de entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
  - e) O rendimento dos bens que possua a qualquer título;
  - f) As verbas provenientes das contribuições de fundos comuns resultantes do acordo entre Portugal e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) destinadas às infraestruturas;
  - g) As verbas provenientes da contribuição de Portugal destinadas a suprirem as despesas de interesse nacional que excedam os requisitos militares mínimos definidos pela OTAN;
  - h) As verbas provenientes de acordos de utilização, concessão de exploração, aluguer de capacidades sobranes ou outros referentes à disponibilização das infraestruturas sedeadas em Portugal, devidamente autorizados e pertencentes ao inventário OTAN;
  - i) As verbas provenientes do produto das receitas geradas pela rentabilização do património imobiliário afeto à defesa nacional;
  - j) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou a outro título lhe sejam atribuídas.

3 — As quantias cobradas pela DGRDN são fixadas e periodicamente atualizadas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, tendo em atenção os meios humanos e materiais mobilizados em cada caso, podendo ainda ser tidos em conta os custos indiretos de funcionamento.

#### **Artigo 7.º** **Despesas**

Constituem despesas da DGRDN as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

**Artigo 8.º**  
**Mapa de cargos de direção**

Os lugares de direção superior de 1.º e 2.º grau e de direção intermédia de 1.º grau constam do mapa anexo ao presente decreto regulamentar, do qual faz parte integrante.

**Artigo 9.º**  
**Estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares**

Aos chefes das equipas multidisciplinares é atribuído um estatuto remuneratório equiparado a diretor de serviços ou a chefe de divisão, em função da natureza e complexidade das funções, não podendo o estatuto equiparado a diretor de serviços ser atribuído a mais de uma chefia de equipa.

**Artigo 10.º**  
**Sucessão**

A DGRDN sucede nas atribuições e competências da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa.

**Artigo 11.º**  
**Reafetação do pessoal militar**

O pessoal militar a exercer funções na Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e na Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa transita para a DGRDN.

**Artigo 12.º**  
**Critérios de seleção do pessoal civil**

São fixados como critérios gerais e abstratos de identificação do universo de trabalhadores civis necessários à prossecução das atribuições e ao exercício das competências na DGRDN, o desempenho de funções na Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e na Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa nas áreas das atribuições transferidas nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro.

**Artigo 13.º**  
**Reafetação de outros recursos**

Os recursos financeiros, os bens móveis e imóveis, os veículos e os restantes recursos afetos à Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e à Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa são transferidos para a DGRDN, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro.

**Artigo 14.º**  
**Regime transitório**

Até à entrada em vigor da regulamentação a que se refere o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, compete à DGRDN:

- a) Estudar e propor os atos e procedimentos relativos à constituição, modificação e extinção de servidões militares e de outras restrições de utilidade pública e emitir pareceres e autorizações sobre licenciamentos, nos termos da legislação aplicável;
- b) Manter sob a sua dependência administrativa e financeira a Estação Ibéria NATO e a Comissão de Educação Física e Desporto Militar.

**Artigo 15.º**  
**Norma revogatória**

São revogados os Decretos Regulamentares n.ºs 5/2012 e 6/2012, ambos de 18 de janeiro.

**Artigo 16.º**  
**Entrada em vigor**

O presente decreto regulamentar entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de junho de 2015. — *Paulo Sacadura Cabral Portas* — *Hélder Manuel Gomes dos Reis* — *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral* — *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*.

Promulgado em 26 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de julho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

**ANEXO**

(a que se refere o artigo 8.º)

**Mapa de pessoal dirigente**

Designação dos cargos Dirigentes	Qualificação dos cargos dirigentes	Grau	Número de lugares
Diretor-geral.....	Direção superior .....	1.º	1
Subdiretor-geral.....	Direção superior .....	2.º	2
Director de serviços.....	Direção intermédia .....	1.º	<b>7</b>

(DR, 1.ª Série, n.º 148, 31jul15)

**Decreto Regulamentar n.º 9/2015**  
**de 31 de julho**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e a subsequente Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou a Reforma “Defesa 2020”, definiram as orientações políticas para a implementação da reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas.

No âmbito desta reforma, o Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova orgânica do Ministério da Defesa Nacional, tendo em vista a simplificação e otimização dos serviços, ajustando-os em função das boas práticas, mantendo como referencial a racionalização das estruturas orgânicas da Administração Pública e do seu modo de funcionamento, à luz dos objetivos de modernização administrativa, melhoria de funcionamento, economia de meios e redução da despesa pública.

Neste contexto, o presente decreto regulamentar, que aprova a nova orgânica da Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), adota, no que se refere ao tipo de organização interna, o modelo estrutural misto, tendo sido acolhida a estrutura matricial na vertente operacional.

Importa sublinhar a linha de orientação prosseguida na missão e nas atribuições da IGDN, numa perspetiva sistémica, preventiva e pedagógica, em particular no que concerne ao acompanhamento e avaliação permanentes da execução das políticas na área da defesa, procurando-se a consolidação da IGDN enquanto serviço de apoio à governação.

Assim:



Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, e nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### **Artigo 1.º**

#### **Natureza**

A Inspeção-Geral da Defesa Nacional, abreviadamente designada por IGDN, é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa.

### **Artigo 2.º**

#### **Missão e atribuições**

1 — A IGDN tem por missão assegurar, numa perspetiva sistémica, preventiva e pedagógica, o acompanhamento e avaliação permanentes da execução das políticas na área da defesa, contribuindo para a melhoria do funcionamento das estruturas da defesa nacional, apreciando a legalidade e regularidade dos atos praticados pelas Forças Armadas e pelos serviços e organismos do Ministério da Defesa Nacional (MDN) sujeitos à superintendência ou tutela do Ministro da Defesa Nacional, e avaliando a sua gestão e resultados, através da realização de auditorias e outras ações de controlo.

2 — A IGDN prossegue as seguintes atribuições:

a) Realizar auditorias no âmbito do MDN, e no quadro das responsabilidades cometidas ao Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado, numa perspetiva preventiva e pedagógica, através da avaliação integrada e acompanhamento dos riscos existentes nos processos das entidades auditadas;

b) Realizar inquéritos, sindicâncias, peritagens e outras ações que lhe sejam superiormente determinadas;

c) Assegurar a obtenção e o fornecimento de indicadores de desempenho relevantes para a gestão e restantes funções de suporte à governação;

d) Planear e coordenar a realização de parcerias estratégicas, nacionais e internacionais, tendo em vista identificar, organizar e divulgar boas práticas de auditoria e de gestão, assegurando a memória organizacional desse conhecimento;

e) Realizar estudos, informações e relatórios, no domínio da análise de risco, e outros trabalhos sobre matérias da competência da IGDN;

f) Assegurar a articulação com os órgãos de controlo interno dos serviços e organismos do MDN e de inspeção dos ramos das Forças Armadas, visando a cooperação e partilha de informação sobre os órgãos ou serviços auditados pela IGDN, e sobre as boas práticas de auditoria e de gestão adotadas, garantindo a racionalidade, complementaridade e sinergia das intervenções.

### **Artigo 3.º**

#### **Órgãos**

1 — A IGDN é dirigida por um inspetor-geral, cargo de direção superior de 1.º grau.

2 — É ainda órgão da IGDN o conselho de inspeção.

### **Artigo 4.º**

#### **Inspetor-geral**

1 — Sem prejuízo das competências que lhe sejam conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas, compete ao inspetor-geral:

a) Ordenar a realização das ações superiormente aprovadas;

b) Representar a IGDN nas organizações nacionais e internacionais que integrem serviços similares.

2 — O inspetor-geral é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo titular do cargo de direção intermédia de 1.º grau.

### **Artigo 5.º**

#### **Conselho de inspeção**

1 — O conselho de inspeção é um órgão colegial, de natureza consultiva, ao qual compete apoiar o inspetor-geral no exercício das suas funções.

2 — O conselho de inspeção é composto pelo inspetor-geral, que preside, e pelos dirigentes intermédios de 1.º e 2.º grau, podendo o primeiro determinar a participação de outros trabalhadores da IGDN nas reuniões deste conselho, em razão das matérias a tratar.

3 — Ao conselho de inspeção compete, em especial, pronunciar-se sobre a estrutura do sistema de gestão da qualidade da IGDN, no que diz respeito a:

*a)* Política, objetivos, indicadores e metas para a qualidade do serviço prestado pela IGDN, apresentados nos principais instrumentos de gestão, nomeadamente no Plano Estratégico, Manual da Gestão da Qualidade, Plano e Relatório anual de atividades, Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, bem como outros instrumentos de gestão da IGDN;

*b)* Processos e respetivos manuais de procedimentos, em particular no que respeita ao processo de auditoria, que assenta na avaliação e controlo dos riscos existentes nos serviços e organismos do MDN, ao processo de cooperação institucional, ao processo de formação profissional, e aos processos relacionados com a gestão dos recursos humanos, financeiros, patrimoniais e informáticos da IGDN.

4 — Compete ainda ao conselho de inspeção pronunciar-se sobre outras matérias que sejam superiormente determinadas.

5 — O funcionamento do conselho de inspeção é regulado por regulamento interno.

### **Artigo 6.º**

#### **Apoio à ação inspetiva**

1 — As equipas de inspeção podem ser apoiadas tecnicamente, em áreas específicas, por pessoal pertencente às Forças Armadas ou a outros serviços e organismos do Estado.

2 — Quando se trate de pessoal pertencente às Forças Armadas, o pedido do apoio técnico a que se refere o número anterior deve ser dirigido aos respetivos chefes de Estado-Maior dos ramos das Forças Armadas, ficando aquele pessoal a prestar serviço na IGDN, sem a integrar, de acordo com o disposto em legislação estatutária militar, e durante o tempo necessário à realização da ação inspetiva.

### **Artigo 7.º**

#### **Tipo de organização interna**

A organização interna da IGDN obedece ao seguinte modelo estrutural misto:

- a)* Na área de atividade relativa à ação inspetiva, o modelo de estrutura matricial;
- b)* Na área de suporte, o modelo de estrutura hierarquizada.

### **Artigo 8.º**

#### **Receitas**

1 — A IGDN dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe sejam atribuídas no Orçamento do Estado.

2 — A IGDN dispõe ainda das seguintes receitas próprias:

- a)* As quantias cobradas pela prestação de serviços no âmbito das suas atribuições;
- b)* O produto da venda de publicações e de trabalhos por si editados;
- c)* Os subsídios, subvenções, participações, doações e legados de entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- d)* O rendimento dos bens que possua a qualquer título;
- e)* Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou a outro título lhe sejam atribuídas.

3 — As quantias cobradas pela IGDN são fixadas e periodicamente atualizadas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, tendo em atenção os

meios humanos e materiais mobilizados em cada caso, podendo ainda ser tidos em conta os custos indiretos de funcionamento.

### **Artigo 9.º** **Despesas**

Constituem despesas da IGDN as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

### **Artigo 10.º** **Mapa de cargos de direção**

Os lugares de direção superior de 1.º grau e de direção intermédia de 1.º grau constam do mapa anexo ao presente decreto regulamentar, do qual faz parte integrante.

### **Artigo 11.º** **Estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares**

Aos chefes das equipas multidisciplinares é atribuído um estatuto remuneratório equiparado a diretor de serviços ou a chefe de divisão, em função da natureza e complexidade das funções, não podendo o estatuto equiparado a diretor de serviços ser atribuído a mais de uma chefia de equipa.

### **Artigo 12.º** **Norma revogatória**

É revogado o Decreto Regulamentar n.º 3/2012, de 18 de janeiro.

### **Artigo 13.º** **Entrada em vigor**

O presente decreto regulamentar entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de junho de 2015. — *Paulo Sacadura Cabral Portas* — *Hélder Manuel Gomes dos Reis* — *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

Promulgado em 26 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de julho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

### **ANEXO** **(a que se refere o artigo 10.º)** **Mapa de pessoal dirigente**

Designação dos cargos Dirigentes	Qualificação dos cargos dirigentes	Grau	Número de lugares
Inspetor-geral.....	Direção superior.....	1.º	1
Diretor de serviços.....	Direção intermédia.....	1.º	1

**Decreto Regulamentar n.º 11/2015**  
**de 31 de julho**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e a subsequente Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou a Reforma “Defesa 2020”, definiram as orientações políticas para a implementação da reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas.

No âmbito desta reforma, e no seguimento da aprovação da Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, que procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, o Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova orgânica do Exército, determinando que as atribuições, competências e estrutura orgânica das unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército seriam estabelecidas por decreto regulamentar.

No mesmo sentido, e nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º da LOBOFA, compete aos chefes de Estado-Maior dos ramos das Forças Armadas dirigir, coordenar e administrar o respetivo ramo. Assim, o presente decreto regulamentar estabelece a organização e competências das estruturas principais do Exército, e fixa as competências dos respetivos comandantes, diretores ou chefes.

Face às suas especificidades, esta organização interna é também articulada com outros diplomas que a complementam, nomeadamente com o disposto no artigo 5.º-A da LOBOFA, que prevê a fixação anual, por decreto-lei, dos efetivos das Forças Armadas em todas as situações, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior.

De igual modo, a organização interna deve ter em conta o enquadramento do regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e voluntariado dos três ramos das Forças Armadas, designadamente a sua adaptação à criação da tabela remuneratória única e a atualização do regime de abono mensal de despesas de representação dos militares titulares de determinados cargos ou funções na estrutura orgânica das Forças Armadas, fixada no Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 142/2015, de 31 de julho.

Assim:

Nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, e da alínea *c*) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**CAPÍTULO I**  
**Chefe do Estado-Maior do Exército**

**SECÇÃO I**  
**Disposições gerais**

**Artigo 1.º**  
**Natureza**

O Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) é o comandante do Exército e tem as competências estabelecidas na lei.

**SECÇÃO II**  
**Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército**

**Artigo 2.º**  
**Competências**

1 — O Gabinete do CEME (GabCEME) é o órgão de apoio direto e pessoal ao CEME.

2 — Ao GabCEME compete prestar assessoria pessoal e apoio técnico especializado ao CEME, prestar consultadoria jurídica e apoio no contencioso ao comando do Exército, assegurar as atividades de relações públicas, informação pública e protocolo, coordenar as atividades do Exército no quadro das relações externas e assegurar as atividades de relacionamento institucional com estruturas subordinadas e entidades e organismos externos.

### **Artigo 3.º** **Estrutura**

O GabCEME compreende:

- a) O Chefe do Gabinete;
- b) A Assessoria Pessoal do CEME;
- c) O Departamento de Assessoria Jurídica e Contencioso (DeJur);
- d) A Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo (RCRPP);
- e) A Repartição de Relações Externas de Defesa (RRED);
- f) A Repartição de Assuntos Gerais (RAG).

### **Artigo 4.º** **Chefe do Gabinete**

1 — O Chefe do GabCEME é um Major-General, competindo-lhe a chefia do gabinete.

2 — Nas suas ausências ou impedimentos, o Chefe do GabCEME é substituído pelo adjunto da Assessoria Pessoal do CEME com maior antiguidade.

### **Artigo 5.º** **Assessoria Pessoal do Chefe do Estado-Maior do Exército**

1 — À Assessoria Pessoal do CEME compete prestar assessoria direta, apoio técnico e apoio especializado, cabendo-lhe, ainda, coordenar as atividades do CEME no quadro das relações institucionais com os outros ramos das Forças Armadas, o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e com entidades e organismos externos.

2 — A Assessoria Pessoal do CEME é chefiada pelo Chefe do GabCEME.

### **Artigo 6.º** **Departamento de Assessoria Jurídica e Contencioso**

1 — O DeJur é o serviço de consultadoria jurídica e apoio no contencioso do comando do Exército.

2 — Ao DeJur compete, em especial:

a) Emitir pareceres, elaborar informações e realizar estudos de natureza jurídica sobre quaisquer matérias submetidas à sua apreciação;

b) Analisar e emitir parecer sobre os projetos de diplomas legais com interesse para o Exército, bem como os projetos de regulamentação interna, e participar na respetiva elaboração quando lhe for solicitado;

c) Assegurar o patrocínio, nos termos previstos na lei, nos processos do contencioso administrativo relativos ao Exército;

d) Acompanhar ou intervir em processos de natureza judicial, administrativa ou outra em que o Exército seja parte ou interessado;

e) Analisar e emitir parecer sobre as reclamações e os recursos hierárquicos dirigidos ao CEME;

f) Acompanhar e emitir parecer sobre processos de averiguações, inquérito, sindicância e disciplinares;

g) Emitir parecer sobre contratos e protocolos de cooperação, bem como acompanhar ou emitir parecer sobre procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, e elaborar e participar na negociação de minutas de contratos, protocolos de cooperação e outros documentos similares;

h) Emitir parecer sobre processos de qualificação como deficiente das Forças Armadas, de grande deficiente das Forças Armadas e de grande deficiente do serviço efetivo normal, quando a competência para a decisão pertença ao CEME;

i) Emitir parecer sobre a responsabilidade civil emergente de acidentes em serviço ou atos imputáveis ao Exército, e prestar a colaboração necessária ao Ministério Público na representação judicial do Estado em processos daquela natureza;

j) Conduzir os demais assuntos de natureza jurídica que envolvam o Exército, no âmbito das atribuições e competências deste;

k) Compilar e divulgar a legislação com interesse para o Exército.

3 — O diretor do DeJur é o assessor jurídico pessoal do CEME, sendo um consultor jurídico do mapa de pessoal civil do Exército, e é equiparado, para efeitos de estatuto remuneratório e avaliação do desempenho, a cargo de direção intermédia de 1.º grau.

#### **Artigo 7.º**

##### **Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo**

1 — À RCRPP compete planear, assegurar e coordenar as atividades de relações públicas, informação pública e protocolo do Exército, de acordo com as orientações do CEME, e, em especial:

a) Preparar e difundir a informação interna e externa, bem como coordenar e apoiar as atividades de relações públicas dos comandos subordinados;

b) Assegurar as atividades protocolares do Exército, constituindo-se como o órgão diretor do protocolo.

2 — O chefe da repartição é o porta-voz do CEME.

#### **Artigo 8.º**

##### **Repartição de Relações Externas de Defesa**

À RRED compete coordenar e acompanhar as atividades e ações no quadro das relações externas de defesa e, em especial:

a) Coordenar a cooperação técnico-militar com os países africanos de língua oficial portuguesa e com Timor-Leste;

b) Acompanhar as atividades e ações não englobadas na alínea anterior.

#### **Artigo 9.º**

##### **Repartição de Assuntos Gerais**

À RAG compete assegurar as relações do Exército com o exterior, com exceção das que são próprias dos órgãos referidos nos artigos 6.º, 7.º e 8.º, bem como prestar o apoio administrativo que lhe for determinado, e, em especial:

a) Assegurar o processamento dos documentos relativos à ligação institucional do CEME com os seus subordinados diretos e com as entidades e organismos externos, designadamente os responsáveis pela defesa nacional e pelas Forças Armadas;

b) Prestar apoio administrativo a todos os órgãos e pessoal do GabCEME, designadamente registar e acionar a entrada e saída de documentos e proceder ao tratamento e à escrituração dos documentos de matrícula dos oficiais gerais e coronéis tirocinados, nas situações de ativo e de reserva na efetividade de serviço.

### **CAPÍTULO II**

#### **Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército**

##### **SECÇÃO I**

#### **Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército**

#### **Artigo 10.º**

##### **Natureza e órgãos dependentes**

1 — O Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército (VCEME) é o 2.º comandante do Exército e dirige o Estado-Maior do Exército (EME).

2 — O VCEME é um Tenente-General, hierarquicamente superior a todos os oficiais do seu posto, no Exército.

- 3 — O VCEME dispõe de um gabinete para apoio direto e pessoal.
- 4 — Estão na dependência direta do VCEME os seguintes órgãos:
  - a) A Direção de Comunicações e Sistemas de Informação (DCSI);
  - b) A Direção de História e Cultura Militar (DHCM);
  - c) A Direção de Educação (DE).

### **Artigo 11.º**

#### **Direção de Comunicações e Sistemas de Informação**

1 — À DCSI compete estudar, planear, dirigir, coordenar, controlar e executar as atividades do Exército em matéria de comunicações e sistemas de informação, gestão da informação e do conhecimento e guerra de informação.

2 — À DCSI compete, em especial:

- a) Participar no planeamento de médio e longo prazo do Exército, na sua área de responsabilidade;
- b) Exercer a autoridade funcional e técnica nas matérias da sua competência;
- c) Elaborar o plano geral de comunicações e sistemas de informação do Exército;
- d) Elaborar as orientações gerais sobre as tecnologias de informação e comunicações;
- e) Coordenar as atividades das tecnologias de informação e comunicações do Exército;
- f) Assegurar a instalação, configuração, operação e sustentação das infraestruturas de comunicações e dos sistemas de informação em apoio da componente fixa;
- g) Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de comando, controlo e comunicações da componente terrestre;
- h) Fornecer, através de equipas de engenharia, apoio e assessoria técnico-científica ao Exército em matérias de tecnologias de informação e comunicações;
- i) Definir as características técnicas dos sistemas e tecnologias de informação em função dos requisitos operacionais;
- j) Propor requisitos operacionais relacionados com as matérias da sua competência;
- k) Realizar visitas de apoio técnico às unidades, estabelecimentos e órgãos (UEO) no âmbito do sistema de comunicações e sistemas de informação;
- l) Assegurar a integração entre o sistema de comunicações estrutural de natureza fixa e sistemas de comunicações conjunturais de natureza tática, bem como a sua capacidade de ligação a sistemas conjuntos e combinados;
- m) Assegurar a coerência dos sistemas e tecnologias de informação estruturais de natureza fixa e dos conjunturais de natureza tática, bem como a sua capacidade de interligação a sistemas conjuntos e combinados;
- n) Contribuir para a metodologia, preservação, partilha e disponibilização controlada da informação e do conhecimento;
- o) Contribuir para a superioridade de informação, através da implementação de uma capacidade de guerra eletrónica, de ciberdefesa, de medidas que garantam a segurança dos sistemas e tecnologias de informação e que assegurem a pronta resposta e investigação de incidentes;
- p) Apoiar o Comando das Forças Terrestres (CFT), no âmbito da sua área funcional, no planeamento das atividades relativas ao emprego operacional dos elementos da componente operacional do sistema de forças (ECOSF);
- q) Garantir a ciberdefesa das forças terrestres;
- r) Organizar, treinar e manter as forças operacionais que lhe sejam fixadas;
- s) Estabelecer a coordenação com o EMGFA e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em matérias de comunicações e sistemas de informação e ciberdefesa;
- t) Prestar apoio aos sistemas e tecnologias de informação e comunicações do Exército no âmbito da informática operacional e de gestão;
- u) Gerir o emprego de frequências atribuídas ao Exército;
- v) Assegurar o reabastecimento, a manutenção, a operação e o controlo das atividades no domínio dos sistemas criptográficos e de segurança da informação;

- w) Garantir a segurança eletrónica de instalações e aconselhar as medidas de proteção e contra medidas a adotar;
- x) Assegurar os sistemas de apoio de som a cerimónias e eventos militares;
- y) Definir os requisitos técnicos e funcionais dos sistemas de videovigilância e sistemas eletrónicos de controlo de acessos;
- z) Definir os requisitos técnicos e funcionais dos sistemas de energia permanente e socorrida de apoio às tecnologias de informação e comunicações;
- aa) Elaborar e coordenar a execução do plano de atividades da DCSI;
- bb) Colaborar em ações de cooperação militar, na sua área de responsabilidade.

3 — O diretor da DCSI é um Brigadeiro-General.

## **Artigo 12.º**

### **Direção de História e Cultura Militar**

1 — A DHCM é o órgão responsável pela recolha, proteção, conservação, investigação e divulgação do património histórico-militar que constitui o acervo dos órgãos de natureza cultural na sua dependência.

2 — A DHCM compete, em especial:

- a) Exercer a autoridade funcional e técnica no âmbito da heráldica, vexilologia, falerística, uniformologia, biblioteconomia, museologia, arquivística, administração e controlo do património histórico-militar móvel e imaterial;
- b) Realizar estudos e difundir normas e regulamentos relativos à heráldica, vexilologia, falerística e uniformologia;
- c) Elaborar e coordenar a execução do plano de atividades da DHCM;
- d) Planear e coordenar estudos globais com entidades e organismos externos, na sua área de responsabilidade;
- e) Publicar estudos, edições bibliográficas e outros documentos do âmbito das suas competências;
- f) Elaborar normas e instruções para o funcionamento dos arquivos, relativamente à seleção, recolha, classificação, arquivo, preservação, consulta, reprodução e destruição de documentos;
- g) Elaborar normas e instruções para o funcionamento das bibliotecas, assegurando a receção, o armazenamento, a conservação, o controlo e a consulta dos livros e de outras publicações de interesse histórico-militar;
- h) Constituir o depósito obrigatório de exemplares de todas as publicações produzidas pelo Exército, nos diferentes tipos de suporte, promovendo a sua incorporação, registo, tratamento, conservação, salvaguarda e difusão;
- i) Colaborar em projetos de cooperação a nível nacional e internacional, visando a participação em serviços partilhados e em rede no âmbito das bibliotecas digitais;
- j) Promover e apoiar a divulgação do estudo científico, técnico e cultural do património documental, histórico-militar, móvel e imaterial;
- k) Planear, coordenar e controlar a obtenção e recolha, inventariação e investigação, utilização, conservação e restauro do património histórico-militar, bem como a organização de atividades educativas;
- l) Elaborar normas e instruções para o funcionamento dos museus militares e coleções visitáveis das UEO do Exército, de forma a assegurar a seleção, recolha, depósito, preservação, restauro, exposição e segurança do património museológico do Exército;
- m) Realizar, coordenar e divulgar estudos de história militar;
- n) Colaborar em ações de cooperação militar, na sua área de responsabilidade;
- o) Aprovar os anuários elaborados pelas UEO do Exército.

3 — A DHCM tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

4 — O diretor da DHCM é um Oficial-General, na situação de reserva.

## **Artigo 13.º**

### **Direção de Educação**

1 — As atribuições, as competências e a estrutura orgânica da DE são estabelecidas através de diploma próprio.



2 — O diretor da DE é um Oficial-General, na situação de reserva.

## **SECÇÃO II**

### **Estado-Maior do Exército**

#### **Artigo 14.º**

##### **Definição e composição**

1 — O EME é o órgão de estudo, conceção e planeamento da atividade do Exército, para apoio à decisão do CEME.

2 — O EME é dirigido pelo VCEME, que, para o exercício das suas funções, é coadjuvado por um Major-General, designado por Diretor-Coordenador do EME, que dispõe de um gabinete para apoio da gestão da informação e do conhecimento do EME.

3 — O EME compreende:

- a) O Estado-Maior Coordenador (EMC);
- b) A Unidade de Apoio do EME.

#### **Artigo 15.º**

##### **Estado-Maior Coordenador**

1 — O EMC é o principal elemento de apoio à decisão do CEME no âmbito do EME, competindo-lhe efetuar o planeamento de médio e longo prazo, coordenar e supervisionar os planos, tarefas e atividades do Exército.

2 — O EMC compreende:

- a) A Divisão de Recursos (DR);
- b) A Divisão de Planeamento de Forças (DPF);
- c) A Divisão de Cooperação, Operações, Informações e Segurança (DCOIS);
- d) A Divisão de Doutrina, Normalização e Lições Aprendidas (DDNLA).

#### **Artigo 16.º**

##### **Divisão de Recursos**

À DR compete estudar, planear, coordenar e acompanhar as atividades relativas aos recursos humanos, materiais e financeiros, às infraestruturas e à instrução, e, em especial:

- a) Realizar estudos e elaborar propostas no âmbito da obtenção, manutenção e gestão dos recursos humanos;
- b) Realizar estudos e elaborar propostas sobre os efetivos necessários para a satisfação das necessidades de médio e longo prazo do Exército;
- c) Realizar estudos e elaborar propostas sobre a composição geral dos quadros especiais dos militares e do mapa de pessoal civil do Exército, bem como sobre o respetivo conteúdo funcional e qualificações;
- d) Realizar estudos e elaborar propostas, em coordenação com os órgãos competentes do MDN e dos outros ramos das Forças Armadas, sobre os princípios orientadores do recrutamento e medidas relativas ao cumprimento das obrigações militares;
- e) Realizar estudos no âmbito do estatuto da condição militar, nomeadamente no que diz respeito aos direitos e deveres dos militares e propor procedimentos gerais relativos à justiça e disciplina no Exército;
- f) Realizar estudos no âmbito do desenvolvimento das carreiras militares;
- g) Realizar estudos no âmbito das metodologias de avaliação do mérito dos militares do Exército;
- h) Realizar estudos sobre as atividades relativas ao moral e ao bem-estar do pessoal, incluindo as referentes a remunerações, assistência religiosa e apoio social, cultural e recreativo, bem como propor normas orientadoras das mesmas;
- i) Realizar estudos, planear atividades, emitir pareceres e elaborar propostas referentes à formação, ao ensino e à simulação no Exército;

- j) Garantir a gestão integrada de todos os núcleos de simulação para apoio da formação e do treino no Exército;
- k) Realizar estudos e elaborar propostas relativas à sustentação logística da força e à sustentação de base;
- l) Participar na elaboração de memorandos de entendimento e acordos técnicos respeitantes às atividades logísticas;
- m) Realizar estudos e elaborar propostas sobre a definição das necessidades do Exército, no que diz respeito às infraestruturas e sua utilização;
- n) Realizar estudos e elaborar propostas sobre imóveis e projetos de investimento em infraestruturas a inscrever na Lei das Infraestruturas Militares;
- o) Realizar estudos e elaborar propostas relativas à proteção ambiental;
- p) Realizar estudos e elaborar os planos financeiros enquadradores dos projetos de orçamento do Exército;
- q) Realizar estudos e elaborar propostas para assegurar o enquadramento orçamental e financeiro dos projetos de investimento do Exército;
- r) Elaborar o plano de atividades do Exército e acompanhar a sua execução através da monitorização permanente dos objetivos inscritos no quadro de avaliação e responsabilização;
- s) Elaborar a proposta de orçamento das forças nacionais destacadas (FND) e assegurar a gestão orçamental neste âmbito;
- t) Realizar estudos baseados em análise estatística e de custos, com vista ao estabelecimento de dados de planeamento;
- u) Colaborar no desenvolvimento ou na revisão de doutrina, nas suas áreas específicas;
- v) Colaborar na elaboração do plano de médio e longo prazo, no âmbito da sua área funcional;
- w) Preparar e difundir as normas, os planos e as diretivas que orientem e determinem as ações a realizar no âmbito da sua área funcional.

### **Artigo 17.º**

#### **Divisão de Planeamento de Forças**

À DPF compete estudar, planear, coordenar e supervisionar as atividades relativas ao planeamento de forças, organização, e edificação de capacidades, e, em especial:

- a) Realizar estudos e elaborar propostas sobre a missão, sistema de forças e dispositivo do Exército, colaborando nos processos de planeamento estratégico ao nível nacional e das organizações internacionais de que Portugal faz parte;
- b) Realizar estudos e elaborar propostas sobre capacidades e objetivos de força do Exército, coordenando a elaboração e execução dos planos necessários à sua edificação;
- c) No quadro dos planos de edificação de capacidades e de objetivos de força aprovados, realizar estudos e elaborar propostas sobre os projetos e sistemas do Exército, coordenando a sua programação e execução, em articulação com as outras divisões do EME, com os órgãos centrais de administração e direção (OCAD) e com o CFT;
- d) Prover apoio à gestão dos projetos relacionados com os objetivos de força e sistemas do Exército, integrando e sincronizando as atividades interfuncionais;
- e) Participar em estudos e na elaboração de propostas sobre requisitos operacionais relativos a novos equipamentos, sistemas de armas e tecnologias, em coordenação com o CFT e com as outras divisões do EME, bem como emitir pareceres sobre especificações técnicas;
- f) Estudar e conduzir a atividade prospetiva no âmbito da investigação e desenvolvimento de novos equipamentos, sistemas de armas e tecnologias relativos às forças terrestres, acompanhando iniciativas em estudo e programas em curso noutros países e no quadro das organizações internacionais de que Portugal faz parte;
- g) Realizar estudos, elaborar propostas e emitir pareceres sobre projetos de investimento relativos aos planos de edificação de capacidades e forças a inscrever na Lei de Programação Militar (LPM), na Lei das Infraestruturas Militares e nos demais programas e projetos de investimento do Exército, em articulação com a DR;
- h) Planear e coordenar os trabalhos de revisão das leis de programação militar;

- i) Realizar estudos e elaborar propostas sobre a estrutura orgânica e as missões das UEO do Exército e difundir os respetivos quadros orgânicos;
- j) Emitir parecer sobre o emprego de militares e de forças do Exército na satisfação de compromissos de carácter militar, decorrentes de tratados e acordos internacionais;
- k) Coordenar a execução e a revisão do plano de médio e longo prazo do Exército;
- l) Realizar estudos e elaborar propostas no âmbito do comando e controlo e da ciberdefesa;
- m) Conceber e coordenar a metodologia de gestão de projeto no Exército;
- n) Preparar e difundir as normas, os planos e as diretivas que orientem e determinem as ações a realizar no âmbito da sua área funcional.

### **Artigo 18.º**

#### **Divisão de Cooperação, Operações, Informações e Segurança**

À DCOIS compete estudar, planear, coordenar e supervisionar as atividades no âmbito da geração de forças, da segurança militar, das informações, das relações bilaterais e multilaterais e da cooperação militar, com exceção da cooperação técnico-militar, e, em especial:

- a) Realizar estudos e elaborar propostas sobre as orientações gerais relativas à segurança militar, à contrainformação e às informações, orientando o esforço de pesquisa e a atividade dos órgãos de informações militares do Exército;
- b) Colaborar com o Centro de Informações e Segurança Militares do EMGFA (CISMIL) e com os órgãos congéneres dos outros ramos das Forças Armadas, no âmbito da segurança militar, da contrainformação e das informações;
- c) Emitir pareceres no âmbito da obtenção de produtos georreferenciáveis e de outra informação geográfica com interesse para as informações militares, em articulação com o Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE);
- d) Realizar estudos e apoiar a elaboração de propostas relativas à edificação de capacidades em segurança militar, contrainformação e informações no Exército;
- e) Colaborar na elaboração de propostas e atividades relativas aos anteprojetos de propostas da LPM e da Lei das Infraestruturas Militares;
- f) Coordenar o processo de geração de forças do Exército na satisfação de compromissos de carácter militar, decorrentes de tratados e acordos internacionais, em articulação com o EMGFA, o CFT e as outras divisões do EME;
- g) Realizar estudos, planear atividades, emitir pareceres e elaborar propostas referentes ao treino operacional no Exército;
- h) Realizar estudos e elaborar propostas sobre estados de prontidão e ciclos de emprego das Forças do Exército, em coordenação com o CFT e com as outras divisões do EME;
- i) Coordenar as relações dos adidos de defesa e militares com o Exército;
- j) Coordenar as atividades e ações de cooperação externa bilateral e multilateral no âmbito da defesa;
- k) Colaborar na elaboração do plano de médio e longo prazo, no âmbito da sua área funcional;
- l) Preparar e difundir as normas, os planos e as diretivas que orientem e determinem as ações a realizar no âmbito da sua área funcional;
- m) Garantir a articulação e a harmonização dos procedimentos relativos à segurança das matérias classificadas, difundir as normas técnicas, os planos e as diretivas que orientem e determinem as ações a realizar nesse âmbito;
- n) Assegurar o cumprimento das normas de segurança de âmbito nacional e das organizações internacionais de que Portugal faz parte;
- o) Supervisionar e assegurar a administração das matérias classificadas de âmbito nacional e do âmbito das organizações internacionais de que Portugal faz parte;
- p) Propor a abertura e o encerramento dos órgãos de segurança previstos nas normas de segurança em vigor;
- q) Propor a formação e atualização do pessoal militar e civil do Exército no âmbito das matérias classificadas;

r) Garantir a preparação e a atualização dos processos de credenciação do pessoal militar e civil do Exército, tendo em vista as habilitações de segurança adequadas para o acesso e o manuseamento de matérias classificadas;

s) Supervisionar e controlar periodicamente, através de inspeções de segurança, os postos de controlo na sua dependência técnica e os locais onde é registada, controlada e armazenada a informação classificada nas UEO do Exército que não disponham de posto de controlo.

### **Artigo 19.º**

#### **Divisão de Doutrina, Normalização e Lições Aprendidas**

À DDNLA compete estudar, planear, dirigir e supervisionar as atividades de produção de doutrina, normalização e lições aprendidas, e, em especial:

- a) Coordenar a elaboração de propostas sobre o desenvolvimento ou revisão da doutrina do Exército;
- b) Planear, coordenar, integrar e explorar as atividades desenvolvidas por grupos de trabalho nacionais e internacionais no âmbito da doutrina;
- c) Coordenar e controlar as atividades do Exército relativas à normalização;
- d) Coordenar e orientar a participação de representantes do Exército nos grupos de trabalho de padronização da OTAN, no âmbito terrestre;
- e) Coordenar com o EMGFA e com os outros ramos das Forças Armadas a participação de representantes do Exército nos grupos de trabalho de padronização da OTAN, de âmbito conjunto;
- f) Assegurar a difusão das matérias das suas áreas de competência constantes de documentação proveniente de organizações internacionais de que Portugal faz parte;
- g) Avaliar a situação do corpo doutrinário e promover a sua atualização;
- h) Estudar e propor normas de funcionamento do sistema doutrinário e estabelecer ciclos de produção de doutrina;
- i) Analisar a informação relativa a assuntos de doutrina contida em relatórios de atividades, de comando, de inspeção e outros;
- j) Difundir as publicações doutrinárias do Exército;
- k) Gerir e apoiar o sistema de lições aprendidas do Exército;
- l) Coordenar e acompanhar, no âmbito das lições aprendidas, o progresso das ações corretivas superiormente aprovadas e que envolvam mais do que um comando ou OCAD;
- m) Coordenar e integrar os requisitos de análise solicitados, no âmbito das lições aprendidas;
- n) Preparar e difundir as normas, os planos e as diretivas que orientem e determinem as ações a realizar no âmbito da sua área funcional.

### **Artigo 20.º**

#### **Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército**

1 — A Unidade de Apoio do EME assegura o apoio administrativo-logístico, de segurança e de comunicações e sistemas de informação necessários ao funcionamento do EME e dos órgãos apoiados.

2 — À Unidade de Apoio do EME compete, em especial:

- a) Executar os atos relativos à administração do pessoal militar e civil do EME e dos órgãos apoiados, sem prejuízo das competências destes;
- b) Assegurar o apoio administrativo aos militares do Exército fora do ramo;
- c) Executar os atos referentes à justiça e disciplina no EME;
- d) Receber, registar, distribuir e expedir a correspondência do EME e dos órgãos apoiados;
- e) Garantir o apoio logístico ao EME e órgãos apoiados;
- f) Planear e coordenar as atividades de gestão ambiental dos aquartelamentos sob a sua responsabilidade, de acordo com as orientações superiores;
- g) Planear e coordenar a manutenção orgânica dos materiais e das infraestruturas do EME e dos órgãos apoiados;
- h) Garantir o cumprimento das disposições legais sobre servidões militares na área à sua responsabilidade;

- i) Registrar e controlar todo o material à carga do EME e órgãos apoiados, bem como promover a obtenção e distribuição dos materiais necessários;
- j) Elaborar o plano de atividades do EME e acompanhar o dos órgãos apoiados;
- k) Promover as medidas necessárias à segurança e saúde no trabalho, de acordo com as orientações superiores;
- l) Assegurar a vigilância das instalações e promover as medidas necessárias à sua segurança e defesa;
- m) Prestar cuidados de saúde de proximidade, através da Unidade de Saúde, aos militares do Exército, e, na sua capacidade sobran­te, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos;
- n) Garantir o apoio a militares, ex-militares e antigos combatentes para tratar de assuntos documentais, de acordo com as diretivas emanadas superiormente;
- o) Assegurar o apoio de comunicações e sistemas de informação ao EME e órgãos apoiados.

### **CAPÍTULO III**

#### **Órgãos centrais de administração e direção**

#### **SECÇÃO I**

##### **Disposições gerais**

#### **Artigo 21.º**

##### **Definição e composição**

1 — Os OCAD têm carácter funcional e visam assegurar a direção e execução de áreas ou atividades específicas essenciais, designadamente na gestão de recursos humanos, materiais, financeiros, de informação e de infraestruturas.

2 — São OCAD do Exército:

- a) O Comando do Pessoal (CmdPess);
- b) O Comando da Logística (CmdLog);
- c) A Direção de Finanças (DFin).

#### **SECÇÃO II**

##### **Comando do Pessoal**

#### **Artigo 22.º**

##### **Competências**

1 — O CmdPess assegura as atividades do Exército no domínio da administração dos recursos humanos, da formação e da saúde, de acordo com os planos e as diretivas superiores.

2 — Ao CmdPess compete, em especial:

- a) Estudar, propor, coordenar e emitir pareceres no âmbito da administração dos recursos humanos, da formação e da saúde;
- b) Elaborar e consolidar as propostas do plano de atividades do CmdPess, incluindo as despesas com pessoal do Exército, bem como controlar a sua execução;
- c) Colaborar em ações de cooperação militar, na sua área de responsabilidade;
- d) Apoiar o CFT, no âmbito da sua área funcional, no planeamento das atividades relativas ao emprego operacional dos ECOSF.

#### **Artigo 23.º**

##### **Estrutura**

1 — O CmdPess compreende:

- a) O Comandante e o respetivo Gabinete;
- b) A Direção de Formação (DF);
- c) A Direção de Administração de Recursos Humanos (DARH);

- d) A Direção de Serviços de Pessoal (DSP);
- e) A Direção de Saúde (DS);
- f) A Unidade de Apoio do CmdPess.

2 — O Comandante do Pessoal é um Tenente-General, designado por Ajudante-General do Exército, que dispõe de autoridade funcional e técnica no âmbito da administração dos recursos humanos, da formação e da saúde e tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

#### **Artigo 24.º** **Gabinete do Comandante do Pessoal**

1 — O Gabinete do Comandante do Pessoal é o órgão de apoio direto e pessoal do Comandante do Pessoal.

2 — Ao Gabinete do Comandante do Pessoal compete, em especial:

- a) Apoiar a decisão e coordenar e apoiar as atividades do Comandante do Pessoal;
- b) Realizar estudos e propostas nas áreas do âmbito do CmdPess;
- c) Em coordenação com o GabCEME, custodiar e manter atualizados os processos individuais do corpo de oficiais gerais;
- d) Conduzir o processo para a eleição e designação dos conselhos das armas e dos serviços do Exército e coordenar a sua convocação, sempre que superiormente determinado;
- e) Coordenar o planeamento de atividades, propor a atribuição dos recursos financeiros e acompanhar a execução da atividade financeira no âmbito do CmdPess;
- f) Estudar e propor a atribuição dos recursos humanos, bem como medidas no quadro administrativo;
- g) Planear e controlar a gestão financeira no seu âmbito, ao nível das FND;
- h) Desenvolver ações de auditoria interna no âmbito do processamento de abonos e descontos.

#### **Artigo 25.º** **Direção de Formação**

1 — À DF compete assegurar a atividade de toda a formação do Exército.

2 — À DF compete, em especial:

- a) Dirigir, de forma integrada, as atividades de análise, desenho curricular, desenvolvimento, implementação e avaliação da formação;
- b) Assegurar e controlar o sistema de formação do Exército;
- c) Elaborar, gerir e controlar o plano de formação anual, processando os pedidos de formação extraordinários;
- d) Analisar e aprovar os projetos conducentes à criação ou revisão de referenciais de curso;
- e) Realizar estudos e desenvolver projetos nos domínios das tecnologias educativas;
- f) Certificar toda a formação no Exército, através da coordenação, supervisão e controlo das respetivas atividades, emitindo e verificando a emissão de certificados ou diplomas de formação;
- g) Assegurar a satisfação dos requisitos de qualidade do sistema de formação do Exército;
- h) Verificar e validar as condições técnicas em que a formação é ministrada;
- i) Emitir pareceres técnicos na sua área de responsabilidade;
- j) Promover o emprego de novas metodologias e técnicas nas atividades da sua responsabilidade, designadamente no âmbito da formação, do ensino à distância, da educação física, dos desportos, da equitação e do tiro;
- k) Validar e propor superiormente a aprovação das normas e regulamentos dos cursos da sua responsabilidade;
- l) Manter atualizados os elementos estatísticos e informativos sobre as atividades na sua área de responsabilidade;
- m) Apoiar, no âmbito técnico e pedagógico, a conceção do treino da componente operacional do Exército;
- n) Assegurar a gestão das verbas específicas destinadas à formação, propondo os necessários reajustamentos à otimização dos recursos orçamentais colocados à sua disposição;

o) Promover a produção de publicações do Exército na sua área de responsabilidade, bem como apoiar a produção de publicações didáticas;

p) Propor a constituição, o regime de funcionamento e as competências de comissões técnicas, tendo em vista a realização de estudos e emissão de pareceres técnicos específicos;

q) Coordenar, supervisionar e controlar a aplicação de medidas que visem minimizar os riscos na formação.

3 — A DF tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

4 — O diretor da DF é um Major-General.

### **Artigo 26.º**

#### **Direção de Administração de Recursos Humanos**

1 — À DARH compete propor, dirigir, coordenar e executar as ações referentes à obtenção e administração dos recursos humanos do Exército.

2 — À DARH compete, em especial:

a) Detalhar o plano de necessidades de pessoal militar e civil do Exército;

b) Detalhar o plano de necessidades de efetivos militares, por convocação e mobilização, com vista à satisfação dos planos superiormente definidos;

c) Executar as operações relativas ao recrutamento normal especial e excecional;

d) Dirigir e coordenar a execução das operações relativas ao recrutamento de pessoal civil;

e) Planear, coordenar e executar as ações de promoção e divulgação da prestação do serviço militar em regime e voluntariado e contrato e nos quadros permanentes no Exército;

f) Promover a divulgação dos concursos de admissão para o recrutamento de pessoal militar e civil;

g) Estudar e propor anualmente a colocação e indigitação dos efetivos militares, do quadro permanente nas situações de ativo e de reserva na efetividade de serviço, bem como dos militares em regime de voluntariado e contrato, na estrutura orgânica das Forças Armadas e fora dela;

h) Estudar, planear e propor a distribuição anual, por quadros especiais, dos efetivos militares do quadro permanente do Exército, na situação de ativo, autorizados na estrutura orgânica das Forças Armadas;

i) Assegurar a execução dos atos relativos a colocações, transferências, substituições, reclassificações e abate aos quadros do pessoal do Exército;

j) Assegurar a execução dos atos referentes a mudanças de situação, respeitantes a militares no ativo, na reserva, reserva de disponibilidade e na reforma, bem como à prestação de serviço e sua efetividade;

k) Assegurar o controlo dos cidadãos na situação de reserva de disponibilidade;

l) Executar as operações relativas a nomeações para a frequência de tirocínios, cursos e estágios;

m) Promover o planeamento da carreira de cada militar, realizando estudos no sentido de orientar e aconselhar sobre as necessidades de formação, de desempenho de funções e de satisfação de condições de promoção;

n) Elaborar os processos relativos a promoções e graduações de militares e providenciar pela satisfação das condições especiais de promoção, bem como os processos de promoção e progressão dos militarizados e trabalhadores civis;

o) Preparar e organizar o processo de constituição dos conselhos das armas e dos serviços do Exército e propor a respetiva composição, nos termos previstos na lei;

p) Apoiar o funcionamento dos conselhos das armas e dos serviços do Exército;

q) Elaborar e difundir as listas de antiguidade dos militares do Exército e dos trabalhadores civis, quando aplicável;

r) Promover a elaboração, publicação e distribuição da Ordem do Exército;

s) Executar as operações de arquivo de identificação dos militares do quadro permanente, dos militares em regime de voluntariado e contrato, dos trabalhadores do mapa de pessoal civil e demais pessoal contratado, dos deficientes das Forças Armadas, dos grandes deficientes das Forças Armadas, dos

grandes deficientes do serviço efetivo normal, dos deficientes civis das Forças Armadas, dos pensionistas com pensão de invalidez e pensionistas de invalidez civil, emitindo os respetivos documentos de identificação, bem como elaborar e atualizar as cartas-patente e os diplomas de encarte;

*t)* Coordenar, processar e controlar a validade dos dados constantes das fichas biográficas e das fichas de avaliação dos militares, tendo em vista, designadamente, apoiar os trabalhos do Conselho Superior do Exército (CSE), do Conselho Superior de Disciplina do Exército (CSDE) e dos conselhos das armas e dos serviços do Exército;

*u)* Preparar e acompanhar a instrução dos processos relativos à qualificação como deficiente das Forças Armadas, grande deficiente do serviço efetivo normal e deficiente civil das Forças Armadas;

*v)* Preparar e acompanhar os processos com vista à atribuição de pensão de reforma, invalidez, preço de sangue, prisioneiro de guerra, condecorações e de serviços excecionais e relevantes;

*w)* Executar a escrituração dos documentos de matrícula dos militares na situação de reserva fora da efetividade de serviço, reserva de disponibilidade, reforma, licença ilimitada, licença especial, licença em comissão especial, pensionistas por invalidez e deficientes das Forças Armadas;

*x)* Representar a Exército junto do órgão central de recrutamento e divulgação e assegurar a realização das atividades específicas do ramo nos locais onde o Dia da Defesa Nacional decorre;

*y)* Preparar e encaminhar para as autoridades competentes os processos de adiamento e dispensa do cumprimento de deveres militares, bem como os processos relativos às situações de incumprimento de deveres militares;

*z)* Colaborar na elaboração de propostas de regulamentos e publicações, manuais, normas e instruções relativos a matérias da sua competência;

*aa)* Coligir os dados estatísticos sobre efetivos, necessários ao desenvolvimento dos estudos sobre recursos humanos.

3 — A DARH tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

4 — O diretor da DARH é um Major-General.

### **Artigo 27.º**

#### **Direção de Serviços de Pessoal**

1 — À DSP compete propor, dirigir e coordenar a execução das atividades desenvolvidas no âmbito do apoio social, do moral e bem-estar, do processamento de abonos e remunerações, da justiça e disciplina militar, da assistência religiosa, bem como as atividades dos órgãos musicais do Exército.

2 — À DSP compete, em especial:

*a)* Desenvolver programas de apoio social e coordenar a utilização das diversas UEO do Exército e dos outros ramos das Forças Armadas, quando disponibilizados, em missões de apoio social, com vista ao seu eficiente aproveitamento;

*b)* Planear e coordenar as atividades no âmbito do apoio social;

*c)* Coordenar e supervisionar as atividades relativas aos funerais de militares no ativo, na reserva e na reforma e de trabalhadores do mapa de pessoal civil do Exército no ativo, bem como a assistência aos respetivos familiares;

*d)* Promover e coordenar o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e de ocupação de tempos livres;

*e)* Propor e acompanhar a execução de medidas conducentes ao desenvolvimento organizacional e à manutenção do moral e bem-estar, no âmbito das remunerações, pensões, alojamento e transportes;

*f)* Executar os procedimentos com vista à inscrição, renovação, suspensão e cessação da qualidade de beneficiário da Assistência na Doença aos Militares (ADM), assegurando a confirmação dos dados declarados, bem como transmiti-los ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P. (IASFA, I. P.), e manter o respetivo arquivo;

*g)* Confirmar os dados declarados pelos beneficiários da ADM que constituem sua responsabilidade, assegurando a guarda dos respetivos arquivos e promovendo, em coordenação com o IASFA, I. P., a sua atualização;



- h) Planear e coordenar as atividades desenvolvidas no Exército no âmbito do Programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas;
- i) Assegurar a assistência religiosa aos militares e civis do Exército, nos termos previstos em legislação específica;
- j) Definir o apoio territorial, no âmbito da assistência religiosa, às diversas UEO do Exército;
- k) Coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos musicais do Exército;
- l) Preparar e verificar os elementos necessários ao processamento, liquidação e pagamento de remunerações e pensões aos servidores do Exército;
- m) Assegurar o processamento das remunerações relativas ao pessoal na situação de reserva e às pensões provisórias de invalidez, reforma e aposentação dos militares e trabalhadores civis do Exército;
- n) Executar as normas relativas ao processamento de vencimentos dos militares e trabalhadores civis do Exército;
- o) Analisar e prestar informações sobre requerimentos, exposições e reclamações respeitantes a remunerações e pensões;
- p) Prestar informações sobre remunerações, relativas ao serviço prestado pelos militares e civis do Exército que possuem ou possuíram algum vínculo contratual com o mesmo;
- q) Proceder à conferência e verificação das alterações de vencimentos, comunicando ao órgão processador eventuais correções ao processamento;
- r) Proceder ao acompanhamento do tratamento das matérias remuneratórias, propondo soluções para a resolução de questões que sejam colocadas pelos organismos processadores das remunerações da defesa nacional;
- s) Elaborar propostas de regulamentos, manuais e instruções sobre matérias do âmbito das suas competências;
- t) Emitir parecer, quando solicitado, sobre processos disciplinares e realizar estudos sobre matérias de natureza disciplinar;
- u) Organizar os processos relativos a condecorações e louvores previstos no Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, incluindo a elaboração dos respetivos diplomas, no Regulamento das Ordens Honoríficas e os respeitantes a condecorações estrangeiras e outras atribuídas a militares;
- v) Emitir parecer sobre a responsabilidade civil emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército e prestar a colaboração necessária ao Ministério Público na representação judicial do Estado em processos daquela natureza;
- w) Orientar a elaboração e emitir parecer sobre os processos relacionados com acidentes e ou doenças ocorridas nas ex-províncias ultramarinas e nas UEO do Exército;
- x) Assegurar apoio técnico-jurídico, em matérias de natureza disciplinar, à atividade operacional das FND;
- y) Proceder à valorização do cadastro disciplinar dos militares na base de dados do sistema de avaliação do mérito dos militares do Exército, em conformidade com o previsto no Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares do Exército;
- z) Elaborar, promover, difundir e assegurar a supervisão do cumprimento dos programas e normas técnicas no âmbito da segurança e saúde no trabalho e prevenção de acidentes, de acordo com as orientações superiores, bem como emitir parecer técnico sobre acidentes relacionados com o desempenho de missões ou atos de serviço;
- aa) Coligir e analisar dados estatísticos e elementos de informação sobre matérias do âmbito das suas competências.

3 — A DSP tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

4 — O diretor da DSP é um Brigadeiro-General.

## **Artigo 28.º**

### **Direção de Saúde**

1 — À DS compete planear, dirigir e coordenar o apoio sanitário no Exército.

2 — À DS compete, em especial:

- a) Gerir de forma integrada o apoio sanitário no Exército, de acordo com as diretivas superiores;
- b) Coordenar e supervisionar as áreas da medicina, medicina dentária, farmácia e medicina veterinária;
- c) Colaborar nos estudos e nas propostas sobre as grandes linhas de ação no âmbito da saúde no Exército;
- d) Colaborar tecnicamente em estudos respeitantes à classificação e seleção de recursos humanos, instalações, alimentação, fardamento, educação física e desportos;
- e) Coordenar a atividade das juntas hospitalares de inspeção do Exército e emitir parecer sobre as suas deliberações;
- f) Emitir pareceres e informações técnicas sobre doenças relacionadas com o desempenho de missões, atos ou funções de serviço;
- g) Colaborar na especificação dos equipamentos e outros artigos do seu âmbito de gestão;
- h) Coordenar, acionar e supervisionar a evacuação e hospitalização de indisponíveis, quando lhe for solicitado, em coordenação com o CmdLog;
- i) Promover o aprontamento sanitário das FND;
- j) Elaborar, promover e coordenar o programa de medicina preventiva, de acordo com as orientações recebidas superiormente;
- k) Colaborar nos procedimentos de gestão, formação e diferenciação técnica do pessoal de saúde;
- l) Prestar cuidados de saúde de proximidade, através de Unidade de Saúde, aos militares do Exército, e, na sua capacidade sobrança, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos.

3 — A DS tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

4 — O diretor da DS é um Brigadeiro-General.

### **Artigo 29.º**

#### **Unidade de Apoio do Comando do Pessoal**

1 — A Unidade de Apoio do CmdPess assegura o apoio administrativo-logístico, de segurança e de comunicações e sistemas de informação necessário ao funcionamento do CmdPess e dos órgãos apoiados.

2 — À Unidade de Apoio do CmdPess compete, em especial:

- a) Executar os atos relativos à administração do pessoal militar e civil do CmdPess e dos órgãos apoiados, sem prejuízo das competências destes;
- b) Executar os atos referentes à justiça e disciplina do CmdPess;
- c) Processar a correspondência do CmdPess e dos órgãos apoiados;
- d) Garantir o apoio logístico ao CmdPess e órgãos apoiados;
- e) Planear e coordenar as atividades de gestão ambiental dos aquartelamentos sob sua responsabilidade, de acordo com as orientações superiores;
- f) Planear e coordenar a manutenção orgânica dos materiais e das infraestruturas do CmdPess e dos órgãos apoiados;
- g) Garantir o cumprimento das disposições legais sobre servidões militares na área à sua responsabilidade;
- h) Registrar e controlar todo o material à carga do CmdPess e órgãos apoiados, bem como promover a obtenção e distribuição dos materiais necessários;
- i) Elaborar o plano de atividades do CmdPess e coordenar o dos órgãos apoiados;
- j) Promover as medidas necessárias à segurança e saúde no trabalho, de acordo com as orientações superiores;
- k) Assegurar a vigilância das instalações e promover as medidas necessárias à sua segurança e defesa.

### **SECÇÃO III**

#### **Comando da Logística**

#### **Artigo 30.º**

##### **Competências**

1 — O CmdLog assegura as atividades do Exército nos domínios da administração dos recursos materiais, de movimentos e transporte e infraestruturas, de acordo com os planos e diretivas superiores.

2 — Ao CmdLog compete, em especial:

- a) Estudar, propor, coordenar e emitir pareceres sobre matérias da sua competência;
- b) Elaborar e consolidar as propostas do plano de atividades do CmdLog, bem como controlar a sua execução;
- c) Assegurar o controlo de qualidade de todos os artigos e serviços a adquirir ou adquiridos pelo Exército na sua área de responsabilidade;
- d) Planear, coordenar e supervisionar a execução da gestão ambiental do Exército;
- e) Colaborar em ações de cooperação militar, na sua área de responsabilidade;
- f) Colaborar com o EME na preparação e atualização dos planos de reequipamento do Exército, dos anteprojetos das leis de programação militar e dos programas de médio prazo de infraestruturas;
- g) Apoiar o CFT, no âmbito da sua área funcional, no planeamento das atividades relativas ao emprego operacional dos ECOSF;
- h) Apoiar as UEO do Exército, conforme lhe for determinado, e promover as medidas necessárias à segurança do pessoal, do material e das instalações.

#### **Artigo 31.º**

##### **Estrutura**

1 — O CmdLog compreende:

- a) O Comandante e respetivo Gabinete;
- b) A Direção de Material e Transportes (DMT);
- c) A Direção de Aquisições (DA);
- d) A Direção de Infraestruturas (DIE);
- e) A Unidade de Apoio do CmdLog.

2 — O Comandante da Logística é um Tenente-General, designado por Quartel-Mestre-General, que dispõe de autoridade funcional e técnica no âmbito da administração dos recursos materiais, de movimentos e transporte e infraestruturas do Exército, e tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

#### **Artigo 32.º**

##### **Gabinete do Comandante da Logística**

1 — O Gabinete do Comandante da Logística é o órgão de apoio direto e pessoal do Comandante da Logística.

2 — Ao Gabinete do Comandante compete, em especial:

- a) Apoiar a decisão e coordenar e apoiar as atividades do Comandante da Logística;
- b) Planear, conduzir e controlar as operações logísticas;
- c) Coordenar o planeamento de atividades, propor a atribuição dos recursos financeiros e acompanhar a execução da atividade financeira no âmbito do CmdLog;
- d) Estudar e propor a atribuição dos recursos humanos, bem como medidas no quadro administrativo;
- e) Propor a renovação de certificação de eventuais fornecedores e fabricantes para o Exército;
- f) Acompanhar a execução da LPM e demais programas e projetos de investimento do Exército, propondo as medidas necessárias para o seu cumprimento;

- g) Planear e controlar a gestão financeira do seu âmbito, ao nível das FND;
- h) Elaborar, em coordenação com o CFT, os planos de projeção, rendição e retração das forças, bem como acionar o correspondente apoio logístico para a sua execução;
- i) Gerir o sistema de gestão ambiental no Exército;
- j) Assegurar a receção qualitativa e quantitativa de todos os abastecimentos e serviços adquiridos através da DA.

### **Artigo 33.º** **Direção de Material e Transportes**

1 — À DMT compete executar, de forma integrada, as atividades logísticas de reabastecimento, transporte, manutenção e serviços de campanha, de acordo com as diretivas superiores, exceto as referentes à aquisição e alienação de abastecimentos.

2 — À DMT compete, em especial:

- a) Elaborar e executar os planos de reabastecimento, manutenção e transporte;
- b) Realizar estudos técnicos no âmbito do reabastecimento, transporte, manutenção e serviços de campanha;
- c) Definir as características técnicas dos materiais, no seu âmbito, a adquirir em função dos requisitos operacionais;
- d) Assegurar a receção e validação de todos os artigos e serviços a adquirir ou adquiridos pelo Exército na sua área de responsabilidade;
- e) Elaborar, no seu âmbito, instruções técnicas específicas relativas aos sistemas e equipamentos, ao serviço do Exército;
- f) Elaborar normas e diretivas técnicas específicas relativas aos procedimentos de atividades logísticas de reabastecimento, manutenção, transporte e serviços de campanha;
- g) Emitir parecer sobre os efetivos a empenhar em tarefas de reabastecimento, manutenção e transporte e serviços de campanha;
- h) Coordenar e colaborar na prestação de apoio logístico a outros ramos das Forças Armadas, forças de segurança, Autoridade Nacional de Proteção Civil e outros serviços, organismos e entidades do Estado, bem como a forças internacionais instaladas ou em trânsito no país e às forças nacionais em território estrangeiro, nos momentos e condições que lhe forem determinados;
- i) Garantir a ligação entre as FND e as estruturas logísticas, para a concretização do apoio a essas forças;
- j) Garantir a gestão dos materiais, com base nos sistemas de informação;
- k) Proceder à catalogação dos abastecimentos do Exército;
- l) Garantir um repositório digital de informação técnica relativa aos materiais sob a sua responsabilidade;
- m) Elaborar a lista de artigos regulados, fixando os níveis de abastecimentos e os níveis das reservas de guerra;
- n) Planear, de acordo com o orçamento, as aquisições necessárias à satisfação das necessidades do Exército;
- o) Coordenar os assuntos respeitantes a uniformes, no domínio da investigação e estudos conducentes à elaboração do plano de uniformes;
- p) Coordenar os assuntos respeitantes ao sistema de alimentação, no domínio da investigação e estudos conducentes à elaboração do plano de ementas;
- q) Assegurar e coordenar o sistema de alimentação a todas as UEO do Exército, em conformidade com os padrões de qualidade superiormente estabelecidos;
- r) Emitir parecer sobre os autos de material;
- s) Propor a alienação dos artigos e materiais considerados incapazes ou obsoletos;
- t) Formular e concretizar as políticas de manutenção, em conformidade com a doutrina vigente;
- u) Elaborar e promover a aprovação de planos de manutenção programada para todos os sistemas de armas ao serviço do Exército, bem como o seu acompanhamento e atualização;
- v) Apoiar tecnicamente as unidades e os órgãos de manutenção do Exército;

- w) Calcular as necessidades de sobressalentes em função dos programas de operação e planos de manutenção;
- x) Superintender na manutenção dos artigos e materiais do Exército, de acordo com as diretivas superiores;
- y) Garantir o apoio geral em transportes de tropas e material no interior e exterior do território nacional;
- z) Gerir as verbas e executar os procedimentos relativos às deslocações individuais, em serviço, dos militares do Exército no interior e exterior do território nacional;
  - aa) Promover a execução do despacho alfandegário do material destinado ao Exército;
  - bb) Produzir e reparar artigos de fardamento e equipamento do Exército;
  - cc) Assegurar a venda de artigos de fardamento individual, artigos honoríficos e de heráldica militar.

3 — A DMT tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

4 — O diretor da DMT é um Major-General.

### **Artigo 34.º** **Direção de Aquisições**

1 — À DA compete promover a aquisição de bens e serviços e a realização de empreitadas de obras públicas necessárias à satisfação das necessidades do Exército, bem como a alienação de materiais e equipamentos incapazes.

2 — À DA compete, em especial:

- a) Elaborar as peças processuais necessárias ao lançamento de procedimentos para aquisição de bens e serviços, empreitadas de obras públicas e alienação de materiais e equipamento incapazes para o Exército, e à emissão dos despachos necessários ao lançamento dos procedimentos contratuais;
- b) Garantir a coordenação e constituição dos júris dos procedimentos de aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas e as comissões dos procedimentos de alienação;
- c) Preparar os atos de adjudicação e as minutas dos contratos escritos relativos à aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas;
- d) Emitir os pedidos de compra de bens e serviços, promovendo a liberação das cauções e a aplicação de penalidades por mora ou incumprimento contratual;
- e) Garantir a contratação dos serviços relativos às deslocações e estadas dos deficientes das Forças Armadas para tratamento no estrangeiro;
- f) Promover a contratação de apoio de serviços às FND;
- g) Executar os atos necessários ao processamento e pagamento das rendas relativas aos prédios militares arrendados ao Exército;
- h) Coordenar, supervisionar e apoiar as UEO do Exército na área da contratação pública.

3 — O diretor da DA é um Brigadeiro-General.

### **Artigo 35.º** **Direção de Infraestruturas**

1 — À DIE compete assegurar a direção, a coordenação, o controlo administrativo e a execução técnica das atividades de conceção, construção, remodelação, manutenção, conservação e demolição referentes a instalações do Exército, incluindo os respetivos equipamentos e redes, bem como verificar a qualidade dos serviços prestados e a segurança dos mesmos.

2 — À DIE compete, em especial:

- a) Garantir a gestão do património imóvel em utilização pelo Exército e salvaguardar os seus interesses, designadamente na aquisição, no arrendamento, no registo e na alienação de imóveis;
- b) Executar, no seu âmbito, os atos relativos à gestão das casas do Estado à responsabilidade do Exército e a servidões militares e a outras restrições ao direito de propriedade, em função das necessidades de Defesa Nacional;
- c) Emitir pareceres sobre os autos de infraestruturas;

- d)* Promover estudos técnicos de viabilidade, adaptação e normalização que envolvam as infraestruturas do Exército e as intervenções a que as mesmas devem ser sujeitas;
- e)* Elaborar e propor a aprovação de planos diretores e promover a sua inclusão nos planos logísticos de médio e longo prazo;
- f)* Elaborar os planos e coordenar os programas de intervenção em instalações, designadamente os planos de obras e os planos de atividade operacional militar e respetivos planos orçamentais;
- g)* Definir e coordenar as normas de funcionamento, racionalização, manutenção e conservação das instalações, designadamente no domínio das características técnicas gerais da construção, dos materiais, dos equipamentos, das instalações especiais de aquecimento, ventilação e ar condicionado, bem como, em coordenação com a DCSI, as de redes de voz e dados;
- h)* Desenvolver ações que decorrem da doutrina ambiental do Exército e promover estudos de proteção de impacto ambiental relativos às instalações militares;
- i)* Apoiar as FND em matéria de instalações de campanha;
- j)* Colaborar em ações de formação no âmbito das construções e infraestruturas;
- k)* Apoiar o EMGFA e os ramos das Forças Armadas no âmbito da direção de obras de construção e infraestruturas, mantendo a capacidade para coordenar direções de obras a gerar para o efeito;
- l)* Preparar os trabalhos de conceção e, em coordenação com a DA, as peças dos procedimentos relativos às empreitadas de obras públicas e integrar os jús dos respetivos procedimentos pré-contratuais;
- m)* Garantir a conservação e fiscalização de postos de transformação e outras infraestruturas, de acordo com a lei, perante as entidades licenciadoras externas;
- n)* Representar o dono da obra em toda a fase de execução contratual de empreitadas de obras públicas, designadamente desde a consignação da obra até à receção definitiva e respetiva elaboração da conta de empreitada;
- o)* Promover e valorizar o património edificado pelo Exército, desenvolvendo e apoiando a investigação e outros trabalhos relacionados com a arqueologia militar, fortificações e obras militares de carácter histórico, contribuindo para a divulgação e preservação da cultura militar;
- p)* Colaborar em projetos de investigação e desenvolvimento, no âmbito das infraestruturas militares;
- q)* Manter em arquivo, nos termos previstos na lei, os processos de obras.

3 — O diretor da DIE é um Brigadeiro-General.

### **Artigo 36.º**

#### **Unidade de Apoio do Comando da Logística**

1 — A Unidade de Apoio do CmdLog assegura o apoio administrativo-logístico, de segurança e de comunicações e sistemas de informação necessário ao funcionamento do CmdLog e dos órgãos apoiados.

2 — À Unidade de Apoio do CmdLog compete, em especial:

- a)* Executar os atos relativos à administração do pessoal militar e civil do CmdLog e dos órgãos apoiados, sem prejuízo das competências destes;
- b)* Executar os atos referentes à justiça e disciplina no CmdLog;
- c)* Processar a correspondência do CmdLog e dos órgãos apoiados;
- d)* Garantir o apoio logístico ao CmdLog e órgãos apoiados;
- e)* Planear e coordenar as atividades de gestão ambiental dos aquartelamentos sob a sua responsabilidade, de acordo com as orientações superiores;
- f)* Planear e coordenar a manutenção orgânica dos materiais e das infraestruturas do CmdLog e dos órgãos apoiados;
- g)* Garantir o cumprimento das disposições legais sobre servidões militares na área à sua responsabilidade;
- h)* Registrar e controlar todo o material à carga do CmdLog e órgãos apoiados, bem como promover a obtenção, armazenagem e distribuição dos materiais necessários;
- i)* Elaborar o plano de atividades do CmdLog e coordenar o dos órgãos apoiados;

- j) Promover as medidas necessárias à segurança e saúde no trabalho, de acordo com as orientações superiores;
- k) Assegurar a vigilância das instalações e promover as medidas necessárias à sua segurança e defesa;
- l) Assegurar o apoio de comunicações e sistemas de informação ao CmdLog e órgãos apoiados;
- m) Prestar cuidados de saúde de proximidade, através da Unidade de Saúde, aos militares do Exército, e, na sua capacidade sobranter, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos;
- n) Programar e executar atividades de artes gráficas e de audiovisuais necessárias ao Exército, ao nível da produção, processamento, catalogação e arquivo de meios auxiliares de instrução e de captação de imagem;
- o) Arquivar as imagens fixas, animadas e virtuais produzidas para o Exército.

## **SECÇÃO IV**

### **Direção de Finanças**

#### **Artigo 37.º**

#### **Natureza e competências**

1 — A DFIN assegura as atividades do Exército no domínio da administração dos recursos financeiros, de acordo com os planos e diretivas aprovados pelo CEME.

2 — À DFIN compete, em especial:

- a) Estudar, propor, coordenar e emitir pareceres no âmbito dos recursos financeiros do Exército;
- b) Apoiar, em estreita coordenação com o EME, a elaboração e controlo do plano de atividades do Exército;
- c) Efetuar e coordenar a integração do plano de atividades do Exército na proposta de orçamento do Exército;
- d) Assegurar a elaboração, execução e controlo do orçamento do Exército;
- e) Estudar, definir e promover a normalização e implementação dos sistemas contabilísticos orçamentais, patrimoniais e analíticos do Exército, bem como definir as instruções necessárias ao seu funcionamento e manutenção;
- f) Promover a preparação e o envio da informação a prestar a entidades externas ao Exército, nos termos previstos na legislação em vigor;
- g) Centralizar os pagamentos e recebimentos do Exército, de acordo com os princípios da unidade de tesouraria do Estado;
- h) Assegurar o cumprimento de todas as obrigações fiscais e declarativas do Exército;
- i) Proceder à elaboração da consolidação de contas das UEO do Exército e submeter a conta de gerência do Exército à apreciação e homologação do Tribunal de Contas;
- j) Diligenciar, junto do Ministério das Finanças, a libertação dos meios financeiros para utilização no Exército;
- k) Desenvolver ações de auditoria interna, análise do controlo interno e missões de acompanhamento e apoio técnico no Exército, bem como garantir a confiança e integridade da informação financeira, a regularidade financeira e a conformidade com a legislação, regulamentos e normas.

3 — A DFIN é dirigida por um Major-General, designado por Diretor de Finanças, que dispõe de autoridade funcional e técnica no âmbito dos recursos financeiros do Exército.

## **CAPÍTULO IV**

### **Comando da componente terrestre**

### **SECÇÃO I**

#### **Comando das Forças Terrestres**

#### **Artigo 38.º**

##### **Natureza e composição**

1 — O CFT é um comando destinado ao cumprimento das missões de natureza operacional e dispõe de um quartel-general, designado por Quartel-General do Comando das Forças Terrestres (QGCFT), que assegura a administração e direção das unidades e órgãos da componente fixa colocados na sua dependência hierárquica.

2 — O Comandante das Forças Terrestres é um Tenente-General, na direta dependência do CEME, coadjuvado por um Major-General, designado por 2.º Comandante do CFT.

3 — O Comandante das Forças Terrestres dispõe de autoridade funcional e técnica no âmbito das operações terrestres.

4 — Estão na dependência hierárquica do CFT:

- a) O QGCFT;
- b) Os comandos das zonas militares e os respetivos quartéis-generais;
- c) Os comandos das grandes unidades e os respetivos quartéis-generais;
- d) Os ECOSF.

5 — Os quartéis-generais referidos nas alíneas b) e c) do número anterior são estruturas de comando da componente fixa que asseguram as competências no âmbito territorial e são designados por:

- a) Quartel-General da Zona Militar dos Açores (QGZMA);
- b) Quartel-General da Zona Militar da Madeira (QGZMM);
- c) Quartel-General da Brigada Mecanizada (QGBrigMec);
- d) Quartel-General da Brigada de Intervenção (QGBrigInt);
- e) Quartel-General da Brigada de Reação Rápida (QGBrigRR).

### **SECÇÃO II**

#### **Competências**

#### **Artigo 39.º**

##### **Comando das Forças Terrestres**

1 — O CFT tem por missão apoiar o exercício do comando por parte do CEME, tendo em vista o treino operacional, o aprontamento e a sustentação das forças e meios da componente operacional do sistema de forças.

2 — Ao CFT compete, em especial:

- a) O comando e controlo das forças e meios terrestres da componente operacional do sistema de forças;
- b) O cumprimento das missões reguladas por legislação própria e de outras missões de natureza operacional que sejam atribuídas ao Exército;
- c) O planeamento e a execução das atividades de treino operacional dos ECOSF, de acordo com as orientações estabelecidas;
- d) Planear, coordenar e supervisionar o emprego dos ECOSF, quer em missões operacionais, quer em outras tarefas que lhe sejam atribuídas;
- e) Operar um centro de operações terrestres;



- f) Assegurar as ligações necessárias de forma a garantir a articulação funcional com o Comando Conjunto para as Operações Militares do EMGFA, a ligação com os outros comandos de componente, com as forças de segurança e com outras entidades ligadas à proteção civil;
- g) Colaborar em ações de cooperação militar, na sua área de responsabilidade.

#### **Artigo 40.º**

##### **Quartel-General do Comando das Forças Terrestres**

1 — Ao QGCFT compete:

- a) Planear e apoiar a decisão do Comandante das Forças Terrestres;
- b) Estudar, propor, coordenar e emitir pareceres no âmbito da componente operacional, colaborando com o EME e com os OCAD;
- c) Coordenar o planeamento de atividades, propor a atribuição dos recursos financeiros e assegurar o controlo da atividade financeira;
- d) Colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhe for determinado.

2 — O Comandante do QGCFT é o Comandante das Forças Terrestres e tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

#### **Artigo 41.º**

##### **Quartel-General da Zona Militar dos Açores**

1 — Ao QGZMA compete:

- a) Assegurar o planeamento, coordenação e controlo das atividades de apoio ao treino operacional, formação e outras atividades no âmbito da componente fixa;
- b) Assegurar o apoio administrativo-logístico ao comando da zona militar, ao respetivo quartel-general e a outros órgãos apoiados;
- c) Prestar cuidados de saúde de proximidade, através da Unidade de Saúde, aos militares do Exército, e, na sua capacidade sobranter, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos;
- d) Garantir a segurança da unidade e a disciplina dos efetivos que lhes sejam atribuídos;
- e) Organizar e desenvolver o treino individual, garantindo a manutenção dos padrões de desempenho operacionais estabelecidos;
- f) Participar na defesa terrestre do território nacional, de acordo com as missões que lhe sejam cometidas em planos operacionais;
- g) Colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhe for determinado.

2 — O Comandante do QGZMA é o Comandante da Zona Militar dos Açores e tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

#### **Artigo 42.º**

##### **Quartel-General da Zona Militar da Madeira**

1 — Ao QGZMM compete:

- a) Assegurar o planeamento, coordenação e controlo das atividades de apoio ao treino operacional, formação e outras atividades no âmbito da componente fixa;
- b) Assegurar o apoio administrativo-logístico ao comando da Zona Militar da Madeira, ao respetivo quartel-general e a outros órgãos apoiados;
- c) Prestar cuidados de saúde de proximidade, através da Unidade de Saúde, aos militares do Exército, e, na sua capacidade sobranter, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos;
- d) Garantir a segurança da unidade e a disciplina dos efetivos que lhes sejam atribuídos;

- e) Organizar e desenvolver o treino individual, garantindo a manutenção dos padrões de desempenho operacionais estabelecidos;
- f) Participar na defesa terrestre do território nacional, de acordo com as missões que lhe sejam cometidas em planos operacionais;
- g) Colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhe for determinado.

2 — O Comandante do QGZMM é o Comandante da Zona Militar da Madeira e tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

#### **Artigo 43.º**

##### **Quartel-General da Brigada Mecanizada**

1 — Ao QGBrigMec compete:

- a) Garantir a segurança da unidade e a disciplina dos efetivos que lhes sejam atribuídos;
- b) Constituir, através das suas unidades operacionais, polos de formação no âmbito do sistema de formação do Exército;
- c) Coordenar as atividades de incorporação dos militares destinados aos regimes de voluntariado e de contrato, quando determinado superiormente;
- d) Participar na defesa terrestre do território nacional, de acordo com as missões que lhe sejam cometidas em planos operacionais;
- e) Colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhe for determinado.

2 — O Comandante do QGBrigMec é o Comandante da BrigMec e tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

#### **Artigo 44.º**

##### **Quartel-General da Brigada de Intervenção**

1 — Ao QGBrigInt compete:

- a) Assegurar o planeamento e coordenação das atividades de apoio ao treino operacional, formação e outras atividades no âmbito da componente fixa;
- b) Assegurar o apoio administrativo-logístico ao comando da Brigada de Intervenção, ao respetivo quartel-general e a outras unidades e órgãos apoiados;
- c) Prestar cuidados de saúde de proximidade, através da Unidade de Saúde, aos militares do Exército, e, na sua capacidade sobrança, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos;
- d) Garantir a segurança da unidade e a disciplina dos efetivos que lhes sejam atribuídos;
- e) Organizar e desenvolver o treino individual, garantindo a manutenção dos padrões de desempenho operacionais estabelecidos;
- f) Participar na defesa terrestre do território nacional, de acordo com as missões que lhe sejam cometidas em planos operacionais;
- g) Colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhe for determinado.

2 — O Comandante do QGBrigInt é o Comandante da BrigInt e tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

#### **Artigo 45.º**

##### **Quartel-General da Brigada de Reação Rápida**

1 — Ao QGBrigRR compete, em especial:

- a) Assegurar o planeamento e coordenação das atividades de apoio ao treino operacional, formação e outras atividades no âmbito da componente fixa;

- b) Assegurar o apoio administrativo-logístico ao comando da Brigada de Reação Rápida, ao respetivo quartel-general e a outras unidades e órgãos apoiados;
- c) Prestar cuidados de saúde de proximidade, através da Unidade de Saúde, aos militares do Exército, e, na sua capacidade sobran-te, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos;
- d) Garantir a segurança da unidade e a disciplina dos efetivos que lhes sejam atribuídos;
- e) Organizar e desenvolver o treino individual, garantindo a manutenção dos padrões de desempenho operacionais estabelecidos;
- f) Operar e manter o Aeródromo Militar de Tancos;
- g) Participar na defesa terrestre do território nacional, de acordo com as missões que lhe sejam cometidas em planos operacionais;
- h) Colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhe for determinado.

2 — O Comandante do QGBrigRR é o Comandante da BrigRR e tem na sua dependência hierárquica as UEO definidas por despacho do CEME.

## **CAPÍTULO V**

### **Órgãos de conselho**

#### **SECÇÃO I**

##### **Disposições gerais**

##### **Artigo 46.º**

##### **Natureza e composição**

1 — Os órgãos de conselho destinam-se a apoiar as decisões do CEME em assuntos especiais e importantes relativos à preparação, disciplina e administração do Exército.

2 — Os órgãos de conselho são os seguintes:

- a) O CSE;
- b) O CSDE;
- c) A Junta Médica de Recurso do Exército (JMRE).

#### **SECÇÃO II**

##### **Conselho Superior do Exército**

##### **Artigo 47.º**

##### **Natureza e competências**

1 — O CSE é o órgão máximo de consulta do CEME.

2 — Ao CSE compete emitir parecer sobre:

- a) A nomeação e exoneração do CEME, nos termos previstos na Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA);
- b) Promoções a oficial general e de oficiais generais, nos termos previstos na LOBOFA;
- c) Promoções por distinção;
- d) A não satisfação de condições gerais de promoção, nos termos previstos no Estatuto dos Militares das Forças Armadas;
- e) A distribuição dos efetivos de cada categoria por quadros especiais e postos;
- f) Quaisquer outros assuntos que o CEME entenda submeter à sua apreciação.

3 — Compete ainda ao CSE:

- a) Aprovar o seu regimento;
- b) Elaborar propostas e emitir pareceres, não previstos no número anterior, que lhe forem cometidos por lei.

### **Artigo 48.º**

#### **Composição e funcionamento**

1 — O CSE é composto pelo CEME, que preside, e por todos os Tenentes-Generais do Exército na situação de ativo, exceto quando reúna em sessão restrita, caso em que integra, para além do CEME, os Tenentes-Generais na situação de ativo em serviço no Exército.

2 — O CSE pode integrar, sem direito de voto, outros oficiais habilitados para o tratamento de assuntos em agenda, a convocar pelo CEME.

3 — O CSE reúne em plenário:

- a) Para os efeitos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 2 do artigo anterior;
- b) Para a aprovação do seu regimento;
- c) Quando o CEME o considerar conveniente.

4 — O CSE reúne em sessão restrita nos casos não previstos no número anterior.

5 — O CSE reúne mediante convocação do CEME, a quem compete fixar a respetiva ordem de trabalhos.

6 — As funções de secretário do CSE são desempenhadas pelo Chefe do GabCEME, exceto quando o conselho reúne para tratar de assuntos respeitantes a oficiais de posto igual ou superior ao seu, casos em que tais funções são desempenhadas pelo membro com menor antiguidade presente na reunião.

7 — O apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CSE é prestado pelo GabCEME.

### **SECÇÃO III**

#### **Conselho Superior de Disciplina do Exército**

### **Artigo 49.º**

#### **Natureza e competências**

1 — O CSDE é o órgão consultivo e de apoio do CEME em matéria disciplinar.

2 — A composição e o funcionamento do CSDE são os constantes do Regulamento de Disciplina Militar.

### **SECÇÃO IV**

#### **Junta Médica de Recurso do Exército**

### **Artigo 50.º**

#### **Natureza e competências**

A JMRE é o órgão consultivo do CEME ao qual compete estudar e emitir parecer sobre os recursos interpostos de decisões das entidades competentes, baseadas em pareceres emitidos por outras juntas médicas do Exército.

### **Artigo 51.º**

#### **Composição**

1 — A JMRE é composta pelo presidente e por três vogais.

2 — O presidente tem voto de qualidade e é um Oficial General, na situação de reserva.

3 — Os vogais são Oficiais médicos, com os graus de consultor ou assistente, em acumulação de funções, nomeados pelo CEME, por proposta do presidente, tendo em conta as situações clínicas em apreciação.

4 — Os vogais não podem ter integrado a junta recorrida.

5 — Podem ser nomeados mais de três vogais, a título excecional, em razão da especialidade ou complexidade da situação do recurso.

6 — O apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento da JMRE é prestado pela DS.

## **CAPÍTULO VI**

### **Órgão de inspeção**

#### **Artigo 52.º**

##### **Inspeção-Geral do Exército**

1 — A Inspeção-Geral do Exército (IGE) tem por missão apoiar o CEME no exercício da função de controlo e avaliação, através das atividades de inspeção e certificação de forças.

2 — A IGE é dirigida por um Oficial General, na situação de reserva, designado por Inspetor-Geral do Exército, na dependência direta do CEME.

3 — À IGE compete, em especial:

- a) Fiscalizar o cumprimento das normas legais em vigor e determinações do CEME;
- b) Avaliar o grau de eficiência e eficácia geral das UEO do Exército, através da realização de atividades inspetivas ordinárias ou extraordinárias, que, tendo em conta o seu âmbito e objetivos, podem ser gerais, técnicas, de processos de programas e sistemas, ou de avaliação operacional;
- c) Recomendar as medidas consideradas adequadas para a resolução das deficiências detetadas durante a realização das inspeções e acompanhar a sua implementação;
- d) Avaliar e propor ao CEME a certificação de todas as forças da componente operacional do sistema de forças, nomeadamente das unidades e órgãos a destacar do Exército.

4 — A IGE desenvolve atividades relativas às ações inspetivas, podendo propor a nomeação de equipas multidisciplinares para o efeito.

5 — No exercício das suas competências, a IGE articula-se com entidades externas com competências no domínio da inspeção, designadamente a Inspeção-Geral da Defesa Nacional, com a qual coopera e partilha informação, nomeadamente no âmbito do planeamento e resultados, a fim de garantir a racionalidade, complementaridade e sinergia das intervenções.

## **CAPÍTULO VII**

### **Órgãos de base**

#### **SECÇÃO I**

##### **Disposições gerais**

#### **Artigo 53.º**

##### **Definição e composição**

1 — Os órgãos de base têm por missão a formação, a sustentação e o apoio geral do Exército.

2 — Os órgãos de base do Exército compreendem UEO organizados de acordo com as seguintes áreas:

- a) Obtenção e administração de recursos humanos;
- b) Aprontamento de forças;
- c) Apoio logístico;
- d) Ensino e formação;
- e) Divulgação e preservação da cultura militar.

#### **SECÇÃO II**

##### **Obtenção e administração de recursos humanos**

#### **Artigo 54.º**

##### **Âmbito**

A área de obtenção e administração de recursos humanos compreende:

- a) O Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE);

- b) Os centros de recrutamento;
- c) Os gabinetes de classificação e seleção.

### **Artigo 55.º** **Centro de Psicologia Aplicada do Exército**

Ao CPAE compete, em especial:

- a) Elaborar e manter atualizados métodos e técnicas de classificação e seleção, bem como difundir orientações técnicas para aperfeiçoar os procedimentos de realização de provas;
- b) Tratar os dados recolhidos pelos gabinetes de classificação e seleção, no sentido do melhor aproveitamento dos cidadãos aptos para a satisfação das necessidades do Exército;
- c) Efetuar o tratamento estatístico dos dados recolhidos no âmbito dos estudos populacionais;
- d) Definir os perfis de seleção;
- e) Elaborar perfis de competências e de seleção para as diferentes categorias, cargos e áreas funcionais do Exército;
- f) Apoiar as operações do recrutamento especial;
- g) Prestar apoio às UEO do Exército, no âmbito das suas competências, e, na sua capacidade sobrança, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos;
- h) Realizar estudos, incluindo os relativos à cooperação científica com entidades públicas e privadas, no âmbito das suas competências, com vista a aperfeiçoar os métodos e técnicas de seleção e classificação de pessoal com destino ao Exército, bem como para promover o bem-estar psicológico dos contingentes;
- i) Prestar apoio psicológico a militares ou civis, em território nacional ou no exterior, de acordo com as diretivas superiores ou protocolos estabelecidos;
- j) Organizar, treinar e manter as forças operacionais que lhes sejam fixadas;
- k) Executar operações de seleção para funções e cargos específicos do Exército.

### **Artigo 56.º** **Centros de recrutamento**

1 — Aos centros de recrutamento compete, em especial:

- a) Executar operações de recrutamento;
- b) Efetuar ações de divulgação da prestação do serviço militar e dos concursos de admissão para os regimes de voluntariado e contrato;
- c) Assegurar o arquivo da documentação relativa aos cidadãos na situação de reserva de disponibilidade e da reserva de recrutamento que tenham sido incorporados, nos termos previstos na lei;
- d) Participar nas operações de convocação e mobilização, nos termos determinados superiormente.

2 — São centros de recrutamento:

- a) O Centro de Recrutamento de Lisboa;
- b) O Centro de Recrutamento de Vila Nova de Gaia.

### **Artigo 57.º** **Gabinetes de classificação e seleção**

1 — Aos gabinetes de classificação e seleção compete, em especial:

- a) Classificar e selecionar os cidadãos para prestarem serviço militar nas Forças Armadas;
- b) Executar operações de seleção para funções específicas no Exército;
- c) Apoiar, dentro das suas capacidades, as operações do recrutamento especial.

2 — São gabinetes de classificação e seleção:

- a) O Gabinete de Classificação e Seleção da Amadora;
- b) O Gabinete de Classificação e Seleção de Vila Nova de Gaia.

### **SECÇÃO III**

#### **Aprontamento de forças**

#### **Artigo 58.º**

##### **Âmbito**

A área de aprontamento de forças compreende:

- a) Os Regimentos;
- b) O Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE);
- c) O Campo Militar de Santa Margarida (CMSM);
- d) O Centro de Segurança Militar e Informações do Exército (CSMIE).

#### **Artigo 59.º**

##### **Regimentos**

1 — Os regimentos constituem a unidade base do Exército, competindo-lhes, em especial:

- a) Organizar e desenvolver o treino individual, garantindo a manutenção dos padrões de desempenho operacionais estabelecidos;
- b) Organizar, treinar e manter as forças operacionais que lhes sejam fixadas;
- c) Incorporar os militares destinados aos regimes de voluntariado e de contrato;
- d) Constituir-se como polo de formação, quando determinado, no âmbito do sistema de formação do Exército;
- e) Participar na defesa terrestre do território nacional, de acordo com as missões que lhes sejam cometidas em planos operacionais;
- f) Prestar cuidados de saúde de proximidade, através da Unidade de Saúde, aos militares do Exército, e, na sua capacidade sobrança, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos;
- g) Colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhes for determinado;
- h) Efetuar ações de divulgação da prestação do serviço militar;
- i) Planear e coordenar a manutenção das infraestruturas à sua responsabilidade;
- j) Garantir o cumprimento das disposições legais sobre servidões militares na área à sua responsabilidade;
- k) Garantir a segurança da unidade e a disciplina dos efetivos que lhes sejam atribuídos.

2 — Os regimentos que integram a estrutura do aprontamento de forças são os seguintes:

- a) O Regimento de Infantaria n.º 1;
- b) O Regimento de Infantaria n.º 10;
- c) O Regimento de Infantaria n.º 13;
- d) O Regimento de Infantaria n.º 14;
- e) O Regimento de Infantaria n.º 15;
- f) O Regimento de Infantaria n.º 19;
- g) O Regimento de Artilharia n.º 4;
- h) O Regimento de Artilharia n.º 5;
- i) O Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1;
- j) O Regimento de Cavalaria n.º 3;
- k) O Regimento de Cavalaria n.º 6;
- l) O Regimento de Lanceiros n.º 2;
- m) O Regimento de Engenharia n.º 1;
- n) O Regimento de Engenharia n.º 3;
- o) O Regimento de Transmissões;
- p) O Regimento de Comandos;
- q) O Regimento de Paraquedistas;
- r) O Regimento de Guarnição n.º 1;
- s) O Regimento de Guarnição n.º 2;

- t) O Regimento de Guarnição n.º 3;
- u) O Regimento de Apoio Militar de Emergência.

3 — O regimento referido na alínea f) do número anterior é extinto após a transferência do Regimento de Engenharia n.º 3 para o aquartelamento de Chaves.

### **Artigo 60.º** **Centro de Tropas de Operações Especiais**

O CTOE é uma unidade do tipo regimento, tendo as competências previstas no n.º 1 do artigo anterior.

### **Artigo 61.º** **Campo Militar de Santa Margarida**

1 — O CMSM constitui uma unidade de apoio, do tipo regimento, para assegurar o apoio administrativo-logístico às unidades militares implantadas na sua área de responsabilidade e o apoio à formação e ao treino operacional das unidades do Exército e das Forças Armadas.

2 — Ao CMSM é aplicável o disposto nas alíneas a) e c) a k) do n.º 1 do artigo 59.º

### **Artigo 62.º** **Centro de Segurança Militar e Informações do Exército**

Ao CSMIE compete:

- a) Definir normas e procedimentos nas áreas das informações militares, contrainformação e segurança militar do Exército;
- b) Processar as notícias recebidas das UEO da componente fixa e elaborar relatórios periódicos e não periódicos, seguindo o princípio da necessidade de conhecer;
- c) Elaborar relatórios periódicos e não periódicos de informações militares, no âmbito do ciclo da produção da informação, e difundir a informação relevante às várias UEO do Exército, de acordo como princípio da necessidade de conhecer;
- d) Constituir-se como polo de formação no âmbito do sistema de formação do Exército;
- e) Estabelecer um canal técnico, no âmbito das informações militares, com o CISMIL.

## **SECÇÃO IV** **Apoio logístico**

### **Artigo 63.º** **Âmbito**

A área do apoio logístico compreende:

- a) O CIGeoE;
- b) O Regimento de Manutenção (RMan);
- c) O Regimento de Transportes (RTransp);
- d) A Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME);
- e) Os centros de saúde militar.

### **Artigo 64.º** **Centro de Informação Geoespacial do Exército**

1 — Ao CIGeoE compete prover com informação geográfica o Exército e a outras entidades, bem como desenvolver ações de investigação científica e tecnológica.

2 — Ao CIGeoE compete, em especial:

- a) Planear e executar todos os trabalhos destinados à obtenção e produção de cartas, plantas e outra documentação e informação geográfica, designadamente a Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000,



constituindo-se como informação de base, produtos derivados, incluindo outras séries e cartografia OTAN, em formato analógico e ou digital, fundamentais ao Exército e, se necessário, a outras entidades e organismos;

*b)* Produzir ortofotocartografia e cartografia imagem baseadas em sensores remotos, bem como cartas temáticas, plantas e outra documentação e informação geográfica necessárias ao Exército e, se necessário, a outras entidades e organismos;

*c)* Obter, catalogar, armazenar e distribuir informação geográfica produzida ou adquirida por outros organismos, nacionais ou estrangeiros;

*d)* Planear, desenvolver e executar programas concorrentes para a criação de bases de dados geográficas do território nacional e de outras regiões, e suas aplicações, a exploração da informação de imagem de satélite e outras aplicações militares táticas e ou estratégicas, e, ainda, a georreferenciação e geoposicionamento por satélites, para aplicações estáticas e dinâmicas de interesse cartográfico e essencialmente militar;

*e)* Conceber e desenvolver projetos de investigação científica e tecnológica, no âmbito da geomática, e colaborar com outros organismos, nacionais e internacionais, em projetos de investigação e desenvolvimento;

*f)* Coordenar com o EME todas as atividades relativas ao intercâmbio de documentação e informação geográfica militar com países aliados ou amigos, bem como à política geográfica da OTAN, de acordo com as orientações superiores;

*g)* Planear, desenvolver e executar todas as ações necessárias à implementação das normas da política geográfica da OTAN ratificadas por Portugal, bem como todas as atividades relativas ao intercâmbio de documentação e informação geográfica militar com outros países;

*h)* Garantir a segurança física e informática da informação geográfica por si produzida e da recebida de outros organismos, nacionais ou internacionais, através de cópias em suporte de arquivo;

*i)* Garantir, em coordenação com o EME, a prestação de apoio geoespacial a forças internacionais instaladas ou em trânsito no país, no momento e condições que lhe forem determinados;

*j)* Constituir-se como polo de formação no âmbito do sistema de formação do Exército;

*k)* Assegurar o comando e controlo técnico do apoio geoespacial em operações militares, no âmbito nacional ou internacional, de acordo com a sua natureza;

*l)* Garantir o apoio geoespacial às FND, na forma e condições que lhe forem determinadas;

*m)* Colaborar com a DHCM na promoção e divulgação do acervo histórico da cartografia militar;

*n)* Planear e coordenar a manutenção das infraestruturas à sua responsabilidade;

*o)* Organizar, treinar e manter as forças operacionais que lhes sejam fixadas.

#### **Artigo 65.º**

##### **Regimento de Manutenção**

Ao RMan é aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 59.º, competindo-lhe, ainda, para além das atividades de apoio direto no âmbito da função logística manutenção:

*a)* Desenvolver atividades de manutenção de apoio geral ao Exército e reforço de manutenção a outros órgãos de manutenção e UEO, nos artigos e equipamentos definidos superiormente;

*b)* Assegurar um centro de reunião e a classificação de material que recebe os artigos entregues pelas UEO do Exército, bem como o seu desmantelamento e preparação para alienação, conforme determinado pelo escalão superior.

#### **Artigo 66.º**

##### **Regimento de Transportes**

Ao RTransp é aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 59.º, competindo-lhe, ainda, para além das atividades no âmbito da função logística transporte:

*a)* Executar o apoio administrativo-logístico na fase de preparação e durante a missão aos militares fora do território nacional e não integrados em FND;

- b)* Executar o apoio administrativo-logístico aos militares que se desloquem a Lisboa em serviço, em particular os das zonas militares, e aos militares em regime de voluntariado e contrato deslocados, das UEO do Exército da região de Lisboa;
- c)* Executar o encaminhamento postal militar para as FND;
- d)* Efetuar a gestão dos materiais e equipamentos atribuídos às FND.

#### **Artigo 67.º**

##### **Unidade de Apoio Geral de Material do Exército**

A UAGME é uma unidade do tipo regimento, competindo-lhe, além do disposto no n.º 1 do artigo 59.º:

- a)* Rececionar, armazenar, manter e fornecer os abastecimentos necessários para equipar e permitir a sustentação do Exército;
- b)* Desenvolver atividades de manutenção de depósito e manutenção intermédia de apoio geral ao Exército, bem como de reforço de manutenção a outros órgãos de manutenção e UEO do Exército nos artigos e equipamentos definidos superiormente;
- c)* Assegurar a reunião e a classificação dos materiais entregues pelas UEO do Exército, bem como o seu desmantelamento e preparação para alienação, conforme determinado pelo escalão superior;
- d)* Assegurar o fabrico de sobressalentes e componentes para apoio à manutenção;
- e)* Assegurar o fabrico de diversos tipos de atrelados, contentores e estruturas metálicas.

#### **Artigo 68.º**

##### **Centros de saúde militar**

1 — Aos centros de saúde militar compete:

- a)* Garantir as atividades de saúde operacional, nomeadamente o apoio sanitário às ações de seleção de pessoal, de avaliação, de proteção e de promoção da saúde;
- b)* Contribuir para o preenchimento de cargos, em ordem de batalha, dos ECOSF;
- c)* Prestar cuidados de saúde primários e especializados;
- d)* Prestar apoio sanitário de área, no órgão e na unidade, aos militares do Exército e, na sua capacidade sobrança, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos;
- e)* Garantir consultas de medicina geral e familiar e de especialidade;
- f)* Garantir meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, nomeadamente de medicina física e reabilitação, laboratório de análises clínicas e imagiologia;
- g)* Constituir-se como polo de formação no âmbito do sistema de formação do Exército;
- h)* Planear e coordenar a manutenção das infraestruturas à sua responsabilidade;
- i)* Garantir o cumprimento das disposições legais sobre servidões militares na área à sua responsabilidade.

2 — São centros de saúde militar:

- a)* O Centro de Saúde Militar de Tancos/Santa Margarida;
- b)* O Centro de Saúde Militar de Coimbra.

#### **SECÇÃO V**

##### **Ensino e formação**

#### **Artigo 69.º**

##### **Âmbito**

A área do ensino e formação compreendem:

- a)* A Academia Militar (AM);
- b)* Os estabelecimentos militares de ensino;
- c)* A Escola das Armas (EA);

- d) A Escola dos Serviços (ES);
- e) A Escola de Sargentos do Exército (ESE).

### **Artigo 70.º** **Academia Militar**

- 1 — A AM é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar.
- 2 — À AM compete garantir o cumprimento das disposições legais sobre servidões militares na área à sua responsabilidade, bem como planear e coordenar a manutenção das infraestruturas à sua responsabilidade.
- 3 — As competências, a estrutura e o funcionamento da AM constam do Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar e do Regulamento da AM.
- 4 — O Comandante da AM é um Major-General, coadjuvado por um Brigadeiro-General, designado por 2.º Comandante.

### **Artigo 71.º** **Estabelecimentos militares de ensino**

- 1 — Os estabelecimentos militares de ensino são:
  - a) O Colégio Militar;
  - b) O Instituto dos Pupilos do Exército.
- 2 — Os estabelecimentos militares de ensino cumprem os objetivos e os conteúdos programáticos fixados pelo Ministério da Educação, através do MDN, e regem-se por legislação própria.

### **Artigo 72.º** **Escola das Armas**

- 1 — À EA compete:
  - a) Garantir a segurança da unidade e a disciplina dos efetivos que lhe sejam atribuídos;
  - b) Incorporar os militares destinados aos regimes de voluntariado e de contrato;
  - c) Ministrando os cursos de formação inicial, progressão na carreira e formação contínua;
  - d) Manter atualizada a oferta formativa da sua área de responsabilidade;
  - e) Orientar e supervisionar tecnicamente a formação ministrada nos polos de formação;
  - f) Garantir a certificação da formação qualificante e da formação militar da sua área de responsabilidade;
  - g) Participar em projetos de investigação e desenvolvimento e grupos de trabalho, no âmbito da organização, doutrina, material e emprego das unidades, de acordo com as orientações superiores;
  - h) Assegurar o desenvolvimento de todos os processos, metodologias, procedimentos e recursos utilizados no âmbito das diferentes fases do ciclo formativo;
  - i) Apoiar e participar na avaliação das competências, tendo em vista a respetiva certificação;
  - j) Coordenar, supervisionar e controlar a aplicação das medidas que visem garantir a segurança e a consequente minimização do risco na instrução, à sua responsabilidade relativamente à utilização das infraestruturas e à realização das atividades;
  - k) Prestar cuidados de saúde de proximidade, através da Unidade de Saúde, aos militares do Exército, e, na sua capacidade sobrança, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos;
  - l) Colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhe for determinado;
  - m) Coordenar, supervisionar e controlar a aplicação das medidas que visem a proteção ambiental;
  - n) Planear e coordenar a manutenção das infraestruturas à sua responsabilidade;

*o)* Garantir o cumprimento das disposições legais sobre servidões militares na área à sua responsabilidade;

*p)* Orientar, coordenar e impulsionar a realização de atividades que contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento do espírito de corpo das armas;

*q)* Realizar estudos técnicos associados, entre outros, ao reequipamento, à organização, doutrina, material e emprego das unidades das armas;

*r)* Assegurar a seleção, preparação e organização das equipas desportivas no Exército;

*s)* Assegurar o apoio à equitação militar, designadamente nas áreas da formação, do reequipamento do efetivo de solípedes e da doutrina equestre em uso no Exército.

2 — O comandante da EA é um Brigadeiro-General.

### **Artigo 73.º**

#### **Escola dos Serviços**

A ES tem as competências previstas nas alíneas *a)* a *o)* do artigo 72.º, competindo-lhe, ainda:

*a)* Orientar, coordenar e impulsionar a realização de atividades que contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento do espírito de corpo dos serviços;

*b)* Realizar estudos técnicos associados, entre outros, ao reequipamento, à organização, doutrina, material e emprego das unidades dos serviços;

*c)* Ministras estágios e cursos de formação e de atualização de condução auto;

*d)* Realizar exames de condução de viaturas militares e emitir os respetivos certificados de condução.

### **Artigo 74.º**

#### **Escola de Sargentos do Exército**

1 — A ESE é, nos termos previstos no respetivo estatuto, um estabelecimento de ensino militar profissional, destinado especialmente à formação inicial de sargentos e à formação ao longo da carreira.

2 — À ESE compete, em especial:

*a)* Garantir a segurança da unidade e a disciplina dos efetivos que lhes sejam atribuídos;

*b)* Ministras os cursos de formação inicial e progressão na carreira dos sargentos;

*c)* Executar os procedimentos do concurso de admissão ao curso de formação de sargentos;

*d)* Participar em projetos de investigação e desenvolvimento e em grupos de trabalho, no âmbito da organização, doutrina, material e emprego das unidades, de acordo com as orientações superiores;

*e)* Apoiar e participar na avaliação das competências, tendo em vista a respetiva certificação;

*f)* Garantir a certificação da formação qualificante e da formação militar da sua área de responsabilidade;

*g)* Manter atualizada a oferta formativa da sua área de responsabilidade;

*h)* Assegurar o desenvolvimento de todos os processos, metodologias, procedimentos e recursos utilizados no âmbito das diferentes fases do ciclo formativo;

*i)* Coordenar, supervisionar e controlar a aplicação das medidas que visem garantir a segurança e a consequente minimização do risco na instrução à sua responsabilidade, relativamente à utilização das infraestruturas e à realização das atividades;

*j)* Prestar cuidados de saúde de proximidade, através da Unidade de Saúde, aos militares do Exército, e, na sua capacidade sobranter, a outros utentes, de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos;

*k)* Colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhe for determinado;

*l)* Coordenar, supervisionar e controlar a aplicação das medidas que visem a proteção ambiental;

*m)* Planear e coordenar a manutenção das infraestruturas à sua responsabilidade;

n) Garantir o cumprimento das disposições legais sobre servidões militares na área à sua responsabilidade;

o) Assegurar o funcionamento do Centro de Línguas do Exército.

## **SECÇÃO VI**

### **Divulgação e preservação da cultura militar**

#### **Artigo 75.º**

##### **Âmbito**

A área da divulgação e preservação da cultura militar compreende:

- a) O Jornal do Exército (JE);
- b) A Biblioteca do Exército (BiblEx);
- c) O Arquivo Geral do Exército (ArqGEx);
- d) O Arquivo Histórico-Militar (AHM);
- e) Os museus militares;
- f) A Banda do Exército (BE) e a Fanfarra do Exército (FanfEx).

#### **Artigo 76.º**

##### **Jornal do Exército**

1 — Ao JE compete:

- a) Editar a publicação periódica “Jornal do Exército”;
- b) Colaborar com outros órgãos ou entidades, militares ou civis, nacionais ou estrangeiros, em atividades respeitantes à imprensa militar ou a eventos de natureza cultural.

2 — A publicação referida na alínea a) do número anterior destina-se a:

- a) Veicular no meio militar a informação interna de que for incumbida;
- b) Contribuir para o adequado conhecimento do Exército pela população em geral;
- c) Divulgar assuntos relevantes do Exército e das Forças Armadas.

#### **Artigo 77.º**

##### **Biblioteca do Exército**

1 — A BiblEx assegura a receção, o tratamento e a conservação do património documental do Exército, nos vários tipos de suporte em que este se apresente.

2 — À BiblEx, no âmbito do património documental do Exército, compete, em especial:

- a) Contribuir para o seu estudo e divulgação;
- b) Promover as condições para a sua fruição e garantia da sua classificação e inventariação.

3 — À BiblEx compete, ainda, assegurar a gestão, a manutenção e a atualização da Biblioteca Digital do Exército, integrando conteúdos nativos digitais e digitalizados, a partir de diferentes tipos de suporte descritos de forma bibliográfica.

#### **Artigo 78.º**

##### **Arquivo Geral do Exército**

Ao ArqGEx compete assegurar, de acordo com as normas de arquivo em vigor, a guarda da documentação geral do Exército.

#### **Artigo 79.º**

##### **Arquivo Histórico-Militar**

Ao AHM compete guardar, tratar e preservar toda a documentação de valor histórico relativa ao Exército.

### **Artigo 80.º**

#### **Museus militares**

1 — Aos museus militares compete:

- a) Estudar e investigar o património cultural no âmbito histórico militar;
- b) Incorporar, inventariar e documentar os bens culturais no acervo do museu;
- c) Dar a conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu;
- d) Desenvolver, de forma sistemática, programas de mediação cultural e atividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais;
- e) Divulgar os valores culturais ligados à história militar;
- f) Conservar e restaurar o património que lhe esteja atribuído;
- g) Participar em eventos de interesse histórico-militar ou com relevante significado histórico-cultural;
- h) Promover a constituição de associações de amigos do museu, de grupos de interesse especializado, de voluntariado ou de outras formas de colaboração sistemática da comunidade e do público.

2 — Os museus militares são os seguintes:

- a) O Museu Militar de Lisboa;
- b) O Museu Militar do Porto;
- c) O Museu Militar de Bragança;
- d) O Museu Militar de Elvas;
- e) O Museu Militar do Buçaco;
- f) O Museu Militar dos Açores;
- g) O Museu Militar da Madeira.

### **Artigo 81.º**

#### **Banda do Exército e Fanfarra do Exército**

1 — À BE e à FanfEx compete assegurar, no respetivo âmbito de atuação, as normas de protocolo relativas às cerimónias militares.

2 — À BE compete, ainda:

- a) Participar em atividades culturais e recreativas da responsabilidade do Exército, contribuindo para a valorização cultural e recreação do pessoal militar e civil;
- b) Colaborar com os outros ramos das Forças Armadas e com as autoridades e organismos civis na realização de concertos ou levando a efeito outras atividades musicais.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Elementos da componente operacional do sistema de forças**

### **Artigo 82.º**

#### **Definição e composição**

1 — Os ECOSF são os comandos, as forças e os meios destinados ao cumprimento das missões de natureza operacional, sendo constituídos por unidades de natureza operacional com grau de prontidão e mobilidade adequadas para serem empregues em operações conjuntas e combinadas, no âmbito nacional e internacional, podendo cumprir missões em todo o espectro das operações militares.

2 — Constituem ECOSF os seguintes comandos, forças e meios do Exército:

- a) O CFT;
- b) Os comandos das grandes unidades e unidades operacionais;
- c) Os comandos de zona militar;
- d) As forças de apoio geral e de apoio militar de emergência.

**Artigo 83.º****Comandos das grandes unidades e unidades operacionais**

1 — As grandes unidades são escalões de força que integram unidades operacionais, dispendo de uma organização equilibrada de elementos de comando, de manobra e de apoio que lhes permitem efetuar o treino operacional e conduzir operações independentes.

2 — Os comandos das grandes unidades permitem o exercício do comando e controlo das unidades operacionais colocadas na sua dependência hierárquica por despacho do CEME.

3 — Os comandos das grandes unidades são os seguintes:

- a) O Comando da Brigada Mecanizada;
- b) O Comando da Brigada de Intervenção;
- c) O Comando da Brigada de Reação Rápida.

4 — Os comandantes das grandes unidades referidas no número anterior são Brigadeiros-Generais.

5 — Os comandos das grandes unidades têm autoridade funcional em matérias de natureza operacional sobre as unidades que, não estando na sua dependência hierárquica, aprontam e mantêm as suas forças operacionais.

6 — Aos comandos das grandes unidades compete, em especial:

- a) Planear e executar as operações terrestres;
- b) Assegurar a instrução coletiva, o treino das suas subunidades e a manutenção do respetivo material e equipamento, de acordo com os planos e programas aprovados;
- c) Garantir a prontidão operacional que lhes for determinada;
- d) Participar em exercícios e operações, no território nacional ou fora deste;
- e) Planear e executar outras missões que lhes sejam determinadas superiormente.

7 — As unidades operacionais são as forças aprontadas pelos órgãos de base do Exército, cuja finalidade principal é o cumprimento de missões operacionais.

**Artigo 84.º****Comandos de zona militar**

1 — Os comandos de zona militar têm por missão assegurar a preparação e o treino das forças sob o seu comando, sendo-lhes atribuídas missões e meios operacionais.

2 — São comandos de zona militar:

- a) O Comando da Zona Militar dos Açores;
- b) O Comando da Zona Militar da Madeira.

3 — Os comandantes de zona militar referidas no número anterior são Brigadeiros-Generais.

4 — Todas as UEO sedeados nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira estão na dependência hierárquica dos respetivos comandantes de zona militar, sem prejuízo das dependências funcionais e técnicas que sejam estabelecidas.

5 — Os comandantes das zonas militares representam o CEME no âmbito regional.

6 — Os comandantes das zonas militares asseguram, ao seu nível e nos termos previstos na lei, a ligação com as forças e serviços de segurança e proteção civil, em coordenação com o CFT e os comandos operacionais das áreas em que se inserem.

7 — Os comandos de zona militar apoiam os comandos operacionais da área em que se inserem, nos termos previstos na lei.

**Artigo 85.º****Forças de apoio geral e de apoio militar de emergência**

1 — As forças de apoio geral e de apoio militar de emergência são unidades de apoio de combate e de apoio de serviços que asseguram capacidades adicionais aos comandos das grandes unidades, às zonas militares e às unidades operacionais, e a flexibilidade para responder a compromissos internacionais específicos.

2 — As forças de apoio geral e de apoio militar de emergência garantem um conjunto alargado de capacidades, suscetíveis de serem empregues em apoio supletivo às autoridades civis, em missões de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, designadamente no âmbito da resposta nacional articulada a situações de catástrofe ou calamidade.

## **CAPÍTULO IX**

### **Órgãos de apoio a mais de um ramo**

#### **Artigo 86.º**

##### **Definição e competências**

1 — Os órgãos de apoio a mais de um ramo têm como missão primária assegurar um apoio integrado às Forças Armadas e a outras entidades previstas na lei.

2 — São órgãos de apoio a mais de um ramo, no âmbito do Exército:

- a) O Estabelecimento Prisional Militar (EPM);
- b) A Unidade Militar Laboratorial de Defesa Biológica e Química (UMLDBQ);
- c) A Unidade Militar de Medicina Veterinária (UMMV).

#### **Artigo 87.º**

##### **Estabelecimento Prisional Militar**

1 — Ao EPM compete:

- a) Dar cumprimento às penas de prisão aplicadas aos militares e militarizados das Forças Armadas e aos militares da Guarda Nacional Republicana, em consequência de condenação judicial;
- b) Desenvolver medidas tendentes à adequada reintegração social dos reclusos.

2 — O EPM é regulado por legislação própria.

#### **Artigo 88.º**

##### **Unidade Militar Laboratorial de Defesa Biológica e Química**

À UMLDBQ compete:

- a) Apoiar, no âmbito da defesa biológica e química, os ramos das Forças Armadas e outros serviços, organismos e entidades do Estado;
- b) Executar ações de vigilância epidemiológica de agentes biológicos passíveis de serem usados como arma biológica;
- c) Executar o processamento de amostras e a identificação inequívoca de produtos químicos tóxicos passíveis de serem usados em atentados terroristas ou resultantes de incidentes químicos;
- d) Apoiar laboratorialmente todo o serviço veterinário;
- e) Participar em projetos de investigação e desenvolvimento dentro da sua esfera de ação.

#### **Artigo 89.º**

##### **Unidade Militar de Medicina Veterinária**

À UMMV compete, em especial:

- a) Orientar, programar, supervisionar e implementar as atividades no âmbito da medicina veterinária militar;
- b) Garantir o apoio médico-veterinário e cirúrgico aos solípedes do Exército;
- c) Garantir o apoio médico-veterinário e cirúrgico aos canídeos das Forças Armadas;
- d) Apoiar territorialmente os ramos das Forças Armadas, na implementação de sistemas de defesa alimentar e na investigação de surtos de toxinfecção alimentar;
- e) Colaborar na formação dos militares de medicina veterinária e em atividades formativas no seu âmbito de atuação;
- f) Participar em projetos de investigação e desenvolvimento dentro da sua esfera de ação.



## **CAPÍTULO X**

### **Disposições transitórias e finais**

#### **Artigo 90.º**

##### **Organização interna**

1 — Os níveis de autoridade entre os comandos e UEO do Exército são definidos por despacho do CEME, sem prejuízo do disposto no presente decreto regulamentar.

2 — A organização interna das UEO do Exército é aprovada por despacho do CEME.

3 — As normas que regulam as atividades de âmbito logístico e financeiro das UEO do Exército são aprovadas por despacho do CEME.

#### **Artigo 91.º**

##### **Cooperação institucional**

Cada um dos órgãos e serviços previstos no presente decreto regulamentar coopera e colabora com todos os serviços, organismos e órgãos do MDN, cujas atribuições e competências estejam relacionadas com a sua área de intervenção.

#### **Artigo 92.º**

##### **Norma revogatória**

São revogados:

- a) O Decreto Regulamentar n.º 69/94, de 17 de dezembro;
- b) O Decreto Regulamentar n.º 70/94, de 21 de dezembro;
- c) O Decreto Regulamentar n.º 68/2007, de 28 de junho;
- d) O Decreto Regulamentar n.º 69/2007, de 28 de junho;
- e) O Decreto Regulamentar n.º 70/2007, de 28 de junho;
- f) O Decreto Regulamentar n.º 71/2007, de 29 de junho;
- g) O Decreto Regulamentar n.º 72/2007, de 29 de junho;
- h) O Decreto Regulamentar n.º 73/2007, de 29 de junho;
- i) O Decreto Regulamentar n.º 74/2007, de 2 de julho;
- j) O Decreto Regulamentar n.º 75/2007, de 3 de julho;
- k) A Portaria n.º 536/86, de 20 de setembro;
- l) A Portaria n.º 563/86, de 1 de outubro, alterada pelas Portarias n.ºs 286/88, de 6 de maio, e 731/93, de 13 de agosto;
- m) A Portaria n.º 945/93, de 28 de setembro.

#### **Artigo 93.º**

##### **Entrada em vigor**

O presente decreto regulamentar entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de junho de 2015. — *Paulo Sacadura Cabral Portas* — *Hélder Manuel Gomes dos Reis* — *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

Promulgado em 27 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 30 de julho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

**Decreto Regulamentar n.º 13/2015**  
**de 31 de julho**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e a subsequente Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou a Reforma “Defesa 2020”, definiram as orientações políticas para a implementação da reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas.

No âmbito desta reforma, e no seguimento da aprovação da Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, que procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, o Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), determinando que a estrutura interna do EMGFA seria aprovada por decreto regulamentar.

No mesmo sentido, e nos termos da alínea *q*) do n.º 1 do artigo 11.º da LOBOFA, compete ao Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas dirigir as unidades, estabelecimentos e órgãos colocados na sua dependência.

Neste enquadramento, o Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, estabelece, no n.º 10 do seu artigo 6.º, que compete ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas definir a organização interna das unidades, estabelecimentos e órgãos do EMGFA, razão pela qual o presente decreto regulamentar estabelece apenas a organização e competências das estruturas principais do EMGFA.

Face às suas especificidades, esta organização interna é também articulada com outros diplomas cuja disciplina é complementar, nomeadamente no que se refere aos efetivos das Forças Armadas que, de acordo com a LOBOFA, no seu artigo 5.º-A, prevê a fixação anual, por decreto-lei, dos efetivos das Forças Armadas em todas as situações, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, o que veio a acontecer pela aprovação do Decreto-Lei n.º 31/2015, de 4 de março, e ainda no que respeita ao regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e voluntariado dos três ramos das Forças Armadas, no que concerne ao direito à atribuição do abono mensal por despesas de representação dos militares titulares de determinados cargos ou funções na estrutura orgânica das Forças Armadas, fixado no Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 142/2015, de 31 de julho.

Assim:

Nos termos do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, e da alínea *c*) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**CAPÍTULO I**

**Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas**

**Artigo 1.º**

**Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas**

1 — O Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas é o órgão de apoio direto e pessoal ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e também presta apoio técnico e administrativo ao Conselho de Chefes de Estado-Maior.

2 — O Gabinete do CEMGFA compreende ainda:

*a)* A Assessoria Jurídica, que tem por missão prestar assessoria jurídica e apoio contencioso, bem como conduzir os assuntos de natureza jurídica, no âmbito das atribuições e competências do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA);

*b)* As Relações Públicas e Protocolo, que têm por missão assegurar as atividades de comunicação, informação e relações públicas, bem como as atividades de protocolo, do EMGFA;

*c)* A Secretaria, que integra o Posto de Controlo.

3 — A organização e o quadro de pessoal do Gabinete do CEMGFA são aprovados por despacho do CEMGFA.

## **CAPÍTULO II**

### **Adjunto para o Planeamento e Coordenação**

#### **Artigo 2.º**

##### **Competências**

O Adjunto para o Planeamento e Coordenação (AdjPC) é o colaborador imediato do CEMGFA no que respeita ao planeamento geral e coordenação da atividade do EMGFA, competindo-lhe ainda dirigir os órgãos colocados na sua dependência direta por despacho do CEMGFA.

#### **Artigo 3.º**

##### **Gabinete do Adjunto para o Planeamento e Coordenação**

O Gabinete do ADJPC presta apoio técnico e administrativo ao AdjPC.

## **CAPÍTULO III**

### **Comando Conjunto para as Operações Militares**

#### **SECÇÃO I**

##### **Comando Conjunto para as Operações Militares**

#### **Artigo 4.º**

##### **Missão e estrutura**

1 — O Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM) tem por missão assegurar o exercício, por parte do CEMGFA, do comando operacional das forças e meios da componente operacional do sistema de forças, em todo o tipo de situações e para as missões das Forças Armadas, com exceção das missões reguladas por legislação própria e cometidas aos ramos das Forças Armadas.

2 — O CCOM tem a seguinte estrutura:

- a) O Gabinete do Chefe do Estado-Maior do CCOM;
- b) O Estado-Maior do CCOM (EMCCOM);
- c) A Célula de Planeamento de Operações Especiais (CPOE);
- d) O Centro de Treino, Avaliação e Certificação (CTAC);
- e) A Unidade Nacional de Verificações (UNaVe).

#### **Artigo 5.º**

##### **Competências do Chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares**

O Chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares (CEMCCOM) depende diretamente do CEMGFA, competindo-lhe chefiar o CCOM.

#### **Artigo 6.º**

##### **Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares**

O Gabinete do CEMCCOM presta apoio técnico e administrativo ao CEMCCOM.

#### **Artigo 7.º**

##### **Competências do Subchefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares**

1 — Compete ao Subchefe do EMCCOM (SubCEMCCOM) coadjuvar o CEMCCOM e exercer as competências que lhe forem delegadas.

2 — O SubCEMCCOM assegura a suplência do CEMCCOM nas suas ausências e impedimentos.

3 — Para além de outros que o CEMCCOM defina por despacho, dependem diretamente do SubCEMCCOM os seguintes órgãos do CCOM:

- a) A Secretaria;
- b) O Posto de Controlo.

## **SECÇÃO II**

### **Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares**

#### **Artigo 8.º**

#### **Missão e competências do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares**

1 — O EMCCOM tem por missão elaborar estudos, planos e pareceres, bem como projetos de diretivas operacionais e desenvolver as atividades necessárias para apoiar o CEMGFA na ação de comando.

2 — Ao EMCCOM compete:

- a) Avaliar a situação e colaborar na avaliação estratégica militar e, na sequência das orientações político-estratégicas derivadas, elaborar propostas de opções de resposta militar;
- b) Planear e coordenar o emprego das forças e meios da componente operacional do sistema de forças em operações militares;
- c) Acompanhar o emprego das forças e meios da componente operacional do sistema de forças na execução das missões reguladas por legislação própria e em outras missões de natureza operacional que sejam cometidas aos ramos das Forças Armadas;
- d) Acompanhar a projeção e a retração de forças nacionais destacadas;
- e) Acompanhar a sustentação das forças nacionais que se constituam na dependência do CEMGFA;
- f) Acompanhar a situação nas áreas e nos teatros de operações, das forças e meios que pertencem à componente operacional do sistema de forças, bem como dos militares nacionais destacados;
- g) Assegurar a ligação aos centros de situação de serviços e organismos do Estado com atribuições nas áreas da segurança e defesa e da proteção civil;
- h) Coordenar os planos setoriais de movimento e transporte de forças e respetivos apoios que envolvam mais de um ramo das Forças Armadas, ou que prevejam a utilização de meios civis de transporte, e assegurar a ligação com os centros de controlo de movimentos internacionais;
- i) Acompanhar a participação de militares nacionais destacados, designadamente em atividades decorrentes da satisfação de compromissos internacionais, incluindo a cooperação técnico-militar e em outras atividades no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- j) Preparar e atualizar os planos de operações;
- k) Produzir as informações necessárias para a preparação e execução de missões e operações militares;
- l) Estudar e coordenar a implementação de medidas para assegurar a capacidade de comando e controlo das Forças Armadas, bem como das forças de segurança quando, nos termos da lei, estas sejam colocadas na dependência do CEMGFA;
- m) Identificar as condições de emprego e acompanhar as forças e meios afetos à componente operacional do sistema de forças, nas ações de cooperação com as forças e serviços de segurança no combate a agressões ou ameaças transnacionais, bem como em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações;
- n) Registar a informação e apresentar propostas relativas às regras de empenhamento aplicáveis à intervenção das Forças Armadas;
- o) Definir os requisitos operacionais dos sistemas de comando e controlo, comunicações, informação e guerra eletrónica necessários à sua atividade;

- p) Assegurar o planeamento e a condução dos exercícios conjuntos, bem como dos exercícios combinados, quando estejam envolvidos forças e meios de mais do que um ramo das Forças Armadas;
- q) Elaborar o plano anual de exercícios das Forças Armadas;
- r) Contribuir para definição e experimentação da doutrina militar conjunta e combinada;
- s) Contribuir para o planeamento orçamental conjunto das forças e elementos nacionais destacados e monitorizar os indicadores estatísticos da atividade desenvolvida;
- t) Colaborar na elaboração do plano e do relatório anual de atividades do EMGFA;
- u) Colaborar na preparação do projeto de orçamento do EMGFA;
- v) Planear e coordenar a realização de cerimónias militares conjuntas que não sejam expressamente cometidas a outros órgãos ou serviços do EMGFA.

### **Artigo 9.º** **Estrutura do EMCCOM**

1 — O EMCCOM tem a seguinte estrutura:

- a) A Área de Operações, que engloba o Centro de Operações Conjunto (COC) e as funções de informações e de operações correntes;
- b) A Área de Planos, que engloba as funções de planos, de treino e de cooperação civil-militar;
- c) A Área de Recursos, que engloba as funções de pessoal, de logística, de comunicações e de finanças.

2 — O chefe da Área de Operações acumula a chefia do COC.

3 — Por despacho do CEMGFA, podem ser constituídas, sem carácter permanente, outras áreas ou funções.

### **Artigo 10.º** **Área de Operações**

À Área de Operações compete:

- a) Coordenar, através do COC, a execução das diretivas operacionais emanadas pelo CEMGFA, na qualidade de comandante operacional das Forças Armadas, em operações de âmbito militar nos planos externo e interno e garantir a manutenção da compreensão situacional nos respetivos teatros de operações, apresentando *briefings* de situação de acordo com determinações superiores;
- b) Em situações de crise, através da função de operações correntes:
  - i) Coordenar e priorizar todos os esforços da força nacional conjunta para maximizar a eficiência e a sinergia de todas as atividades no tempo e espaço, de acordo com os respetivos planos de operações, assegurando a coordenação de meios com vista a alcançar os objetivos fixados pelo CEMGFA, na qualidade de comandante operacional das Forças Armadas;
  - ii) Constituir um grupo de coordenação conjunta, para efeitos da atividade constante no número anterior;
  - iii) Implementar os planos de operações no decorrer da campanha, preparando as ordens de coordenação conjuntas e as ordens parcelares, de acordo com a situação.
- c) Garantir, através da função informações, as avaliações de risco e ameaça, nas áreas e teatros de operações onde se encontrem forças e elementos nacionais destacados;
- d) Produzir, através da função informações, em articulação com o Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL), as informações necessárias para a preparação e execução de missões e operações militares;
- e) Em situações de crise, assegurar, através da função informações, a coordenação dos esforços de pesquisa e análise das informações, bem como a operação dos sistemas funcionais de apoio às informações, com vista ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nos respetivos planos de operações;

f) Aplicar procedimentos adequados conducentes a garantir a capacidade de comando e controlo das Forças Armadas, bem como das forças de segurança quando, nos termos da lei, estas sejam colocadas na dependência do CEMGFA;

g) Manter atualizada a informação relativa aos estados de prontidão, aos graus de disponibilidade e à capacidade de sustentação, para combate, estabelecidos para as forças e meios da componente operacional do sistema de forças;

h) Acompanhar o emprego das forças e meios da componente operacional do sistema de forças na execução das missões reguladas por legislação própria e em outras missões de natureza operacional que sejam cometidas aos ramos das Forças Armadas;

i) Assegurar, através do COC, a ligação a serviços e organismos do Estado com atribuições nas áreas da segurança e defesa e da proteção civil;

j) Assegurar a condução dos exercícios conjuntos e combinados;

k) Coordenar e apoiar as atividades dos militares que desempenham cargos em quartéis-generais operacionais, de acordo com orientações e diretivas superiores.

### **Artigo 11.º** **Área de Planos**

À Área de Planos compete:

a) Coordenar a avaliação estratégica militar e a formulação de propostas de opções de resposta militar;

b) Assegurar o planeamento e a coordenação das operações, ao nível operacional e estratégico;

c) Planear e propor o emprego das forças e meios da componente operacional do sistema de forças nos planos externo e interno, incluindo a participação de militares em quartéis-generais operacionais;

d) Preparar e atualizar planos de operações e de contingência;

e) Planear e propor o uso da força pelas Forças Armadas em operações, incluindo a apresentação de proposta de regras de empenhamento;

f) Estudar a implementação de medidas que assegurem a capacidade de comando e controlo das Forças Armadas, bem como das forças de segurança quando, nos termos da lei, estas sejam colocadas na dependência do CEMGFA;

g) Elaborar, em coordenação com os ramos das Forças Armadas, o programa anual de exercícios das Forças Armadas;

h) Propor as linhas orientadoras no âmbito do treino operacional conjunto e combinado;

i) Assegurar o planeamento de exercícios conjuntos e combinados;

j) Identificar e planear o emprego das forças e meios afetos à componente operacional do sistema de forças, nas ações de cooperação com as forças e serviços de segurança no combate a agressões ou ameaças transnacionais, bem como em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações;

k) Planear e coordenar a realização de cerimónias militares conjuntas que não sejam expressamente cometidas a outros órgãos ou serviços do EMGFA;

l) Preparar os planos de ativação dos níveis de crise do CCOM, considerando, designadamente, o reforço de forma incremental por elementos dos órgãos e serviços do EMGFA e dos ramos das Forças Armadas.

### **Artigo 12.º** **Área de Recursos**

À Área de Recursos compete:

a) Participar na avaliação estratégica militar e colaborar na formulação de propostas de opções de resposta militar;

b) Contribuir para o planeamento e coordenação do emprego de forças e meios da componente operacional do sistema de forças nos planos externo e interno;

- c) Coordenar e conduzir os planos setoriais de movimento e transporte de forças e respetivos apoios que envolvam mais de um ramo das Forças Armadas, ou que prevejam a utilização de meios civis de transporte, e assegurar a ligação com os centros de controlo de movimentos internacionais;
- d) Colaborar no planeamento orçamental conjunto para as forças e elementos nacionais destacados e realizar a monitorização dos indicadores estatísticos da atividade desenvolvida;
- e) Acompanhar a sustentação das forças conjuntas e outras forças nacionais que se constituam na dependência do CEMGFA;
- f) Acompanhar a projeção e rotação e retração de forças e elementos nacionais destacados no exterior, designadamente em atividades decorrentes do cumprimento de compromissos internacionais, incluindo a cooperação técnico-militar e em outras atividades no âmbito da CPLP;
- g) Coordenar a elaboração do plano e do relatório anual de atividades do CCOM;
- h) Coordenar a preparação do projeto de orçamento do CCOM e acompanhar a respetiva execução;
- i) Definir, em coordenação com a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação (DirCSI), os requisitos operacionais dos sistemas de comando e controlo, comunicações, informação e guerra eletrónica necessários à atividade do CCOM;
- j) Planear e definir, em coordenação com a DirCSI, as estruturas de comunicações e de sistemas de informação que garantam a capacidade de comando e controlo do CEMGFA.

### **SECÇÃO III**

#### **Célula de Planeamento de Operações Especiais**

##### **Artigo 13.º**

##### **Missão e competências**

- 1 — A CPOE tem por missão, garantir ao CEMGFA o apoio no planeamento, integração e sincronização da preparação e emprego das forças de operações especiais.
- 2 — A CPOE constitui o núcleo inicial do comando de componente de operações especiais.
- 3 — À CPOE compete:
  - a) Colaborar, ao nível estratégico e operacional, em todos os assuntos do âmbito das operações especiais, nomeadamente no contributo para as opções de resposta militar;
  - b) Planear e coordenar com os ramos das Forças Armadas o emprego das forças de operações especiais em operações conjuntas;
  - c) Manter a ligação com as organizações e estruturas internacionais no âmbito das operações especiais;
  - d) Colaborar na definição da doutrina conjunta e combinada nos vários domínios da sua área específica;
  - e) Colaborar na identificação de requisitos técnicos no âmbito da interoperabilidade, nomeadamente nas áreas do armamento, equipamento e comunicações e sistemas de informação;
  - f) Colaborar no planeamento, coordenação e condução de exercícios conjuntos e combinados de forças de operações especiais, ou que integrem estas forças;
  - g) Colaborar no processo de lições aprendidas no âmbito das operações especiais.

### **SECÇÃO IV**

#### **Centro de Treino, Avaliação e Certificação**

##### **Artigo 14.º**

##### **Missão e competências**

- 1 — O CTAC tem por missão planear e conduzir a certificação de forças conjuntas, bem como validar as lições identificadas e estabelecer e promover a implementação das lições aprendidas.
- 2 — Ao CTAC compete:
  - a) Elaborar e propor as orientações a seguir nos exercícios conjuntos e combinados, no âmbito dos objetivos de treino;

b) Planear e conduzir a avaliação global dos exercícios conjuntos e colaborar na avaliação de exercícios combinados;

c) Avaliar e controlar os estados de prontidão, a disponibilidade, a eficácia e a capacidade de sustentação de combate das forças e meios da componente operacional do sistema de forças e executar os processos correspondentes;

## **SECÇÃO V**

### **Unidade Nacional de Verificações**

#### **Artigo 15.º**

##### **Missão e competências**

1 — A UNaVe tem por missão garantir o cumprimento e verificar a implementação dos tratados e acordos no âmbito do controlo internacional de armamentos e das medidas para consolidação da confiança e da segurança na Europa, na vertente militar.

2 — À UNaVe compete:

a) Planear e executar atividades no âmbito do cumprimento e da verificação da implementação dos tratados e acordos do controlo internacional de armamentos, bem como das medidas de consolidação da confiança e da segurança na Europa, na vertente militar;

b) Assegurar os procedimentos relacionados com os mecanismos de troca de informação no âmbito dos tratados e acordos no âmbito do controlo internacional de armamentos e das medidas para consolidação da confiança e da segurança na Europa, na vertente militar;

c) Assessorar tecnicamente o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito dos tratados e acordos no âmbito do controlo internacional de armamentos e das medidas para consolidação da confiança e da segurança na Europa;

d) Ministras formação, instrução e treino aos inspetores e avaliadores da UNaVe, bem como aos acompanhantes nacionais e locais e, ainda, aos militares que compõem a Equipa de Observação Nacional (EON) do tratado sobre o regime de céu aberto (*Open Skies*).

#### **Artigo 16.º**

##### **Estrutura**

A UNaVe tem a seguinte estrutura:

- a) A Secção de Operações e Instrução;
- b) A Secção de Bases de Dados;
- c) A Secção *Open Skies*;
- d) A Secção de Apoio.

#### **Artigo 17.º**

##### **Secção de Operações e Instrução**

À Secção de Operações e Instrução compete:

a) Planear e conduzir a atividade operacional no âmbito dos tratados e acordos relativos ao controlo internacional de armamentos e das medidas para consolidação da confiança e da segurança na Europa, nas vertentes ativa e passiva;

b) Contribuir para manter as unidades sujeitas a inspeção e avaliação preparadas para a satisfação das suas obrigações em matéria de controlo internacional de armamentos, através de visitas de apoio técnico;

c) Desenvolver as ações necessárias para que a UNaVe possa corresponder às solicitações colocadas no âmbito de outros instrumentos em matéria de controlo internacional de armamentos;

d) Planear a atividade de instrução e treino dos inspetores;

e) Garantir a formação e qualificação de inspetores e acompanhantes da UNaVe;



f) Planear, preparar e supervisionar a conduta de exercícios, no âmbito dos acordos bilaterais e multilaterais e de controlo internacional de armamentos.

### **Artigo 18.º** **Secção de Bases de Dados**

À Secção de Bases de Dados compete:

- a) Articular com os ramos das Forças Armadas a obtenção e validação da terminologia e dos quantitativos relativos à informação sobre a estrutura de forças nacional, seus equipamentos e pessoal;
- b) Preparar a documentação necessária para efetuar a troca de informação militar a que Portugal se encontra obrigado, nos termos dos tratados e acordos em vigor;
- c) Realizar os procedimentos relacionados com os mecanismos de troca de informação militar, no âmbito dos tratados e acordos de controlo internacional de armamentos, bem como das medidas para consolidação da confiança e da segurança na Europa;
- d) Manter atualizada e disponível, para consulta, a informação militar reportada pelos países signatários dos tratados e acordos;
- e) Integrar a atividade operacional, quando superiormente determinado.

### **Artigo 19.º** **Secção *Open Skies***

À Secção *Open Skies* compete:

- a) Garantir o planeamento e execução das missões, no âmbito do Tratado sobre o Regime Céu Aberto, assinado em Helsínquia, em 24 de março de 1992, ou de outros instrumentos que regulem a realização de voos de observação pelos Estados partes sobre os territórios de outros Estados partes e estabelecendo direitos e obrigações, em coordenação com a Força Aérea;
- b) Garantir a constituição da EON, solicitando a colaboração dos ramos das Forças Armadas, quando necessário;
- c) Garantir a formação dos elementos da EON, sempre que necessário;
- d) Garantir a preparação das propostas que consubstanciem as posições nacionais a assumir na *Open Skies Consultative Commission*, na Organização sobre a Segurança e Cooperação na Europa e noutras organizações ou instituições internacionais relevantes.

## **CAPÍTULO IV** **Comando Operacional dos Açores**

### **Artigo 20.º** **Missão e estrutura**

1 — O Comando Operacional dos Açores (COA) tem por missão efetuar o planeamento, o treino operacional conjunto e o emprego operacional das forças e meios que lhe sejam atribuídos.

2 — O COA tem a seguinte estrutura:

- a) O Gabinete de Apoio ao Comandante;
- b) O Estado-Maior do COA;
- c) O Centro de Situação e Operações;
- d) Os órgãos de apoio.

### **Artigo 21.º** **Gabinete de Apoio ao Comandante**

Ao Gabinete de Apoio ao Comandante compete:

- a) Prestar apoio técnico e administrativo ao Comandante Operacional dos Açores;
- b) Planear e executar as tarefas de relações públicas e protocolo que lhe sejam cometidas;

c) Planear e coordenar visitas e outras atividades externas do Comandante Operacional dos Açores.

### **Artigo 22.º** **Estado-Maior do COA**

1 — Ao Estado-Maior do COA compete:

- a) Elaborar e atualizar os planos de defesa militar, de contingência e de movimentos de forças no âmbito regional;
- b) Preparar os planos de ativação dos níveis de crise do COA, considerando o reforço de forma incremental por elementos dos ramos das Forças Armadas;
- c) Consolidar as informações necessárias para a preparação e execução de missões, operações e exercícios militares;
- d) Planear a implementação das medidas superiormente aprovadas, relativas à defesa militar do arquipélago dos Açores;
- e) Planear e avaliar o treino operacional conjunto;
- f) Estudar, propor e acompanhar a correta implementação de medidas que visem assegurar, atualizar ou melhorar a capacidade de comando e controlo;
- g) Planear os exercícios e os treinos operacionais conjuntos no âmbito regional, contribuindo para a elaboração do plano anual de exercícios das Forças Armadas;
- h) Planear a participação das Forças Armadas em ações de proteção civil;
- i) Consolidar as informações necessárias para a preparação de ações de apoio à proteção civil;
- j) Colaborar no processo de certificação de forças conjuntas;
- k) Planear e coordenar a realização de cerimónias militares conjuntas;
- l) Coordenar a participação de forças militares conjuntas, na Região Autónoma dos Açores, em cerimónias.

2 — O Estado-Maior do COA tem a seguinte estrutura:

- a) A Área de Operações;
- b) A Área de Informações;
- c) A Área de Comunicações e Sistemas de Informação.

### **Artigo 23.º** **Centro de Situação e Operações**

Ao Centro de Situação e Operações compete:

- a) Executar as medidas superiormente aprovadas, relativas à defesa militar do arquipélago dos Açores;
- b) Acompanhar a situação das forças e meios em operações e apoiar o exercício do comando e controlo das forças e meios atribuídos;
- c) Acompanhar e, quando aplicável, conduzir a atividade operacional na área de responsabilidade do COA;
- d) Controlar a implementação e execução das ordens e diretivas, mantendo o Comandante Operacional dos Açores informado e apoiando-o no processo de tomada de decisão;
- e) Coligir, processar e difundir dados de informações de interesse militar;
- f) Gerir os sistemas de comunicações e os planos de comunicações;
- g) Executar o treino operacional conjunto;
- h) Supervisionar os treinos e conduzir os exercícios conjuntos;
- i) Treinar e coordenar a participação das Forças Armadas em ações de proteção civil;
- j) Coordenar e, quando aplicável, conduzir o apoio em ações de proteção civil e outras missões de interesse público de natureza conjunta;
- k) Avaliar as capacidades militares, estados de prontidão, prazos de disponibilidade e capacidade de sustentação para o combate dos elementos da componente operacional do sistema de forças baseados ou destacados na área de responsabilidade do COA;

- l) Coordenar a realização de cerimónias militares conjuntas, ou com participação militar conjunta;
- m) Propor as medidas corretivas decorrentes da avaliação das capacidades militares.

#### **Artigo 24.º**

##### **Órgãos de apoio**

1 — Os órgãos de apoio do COA destinam-se a apoiar o Comandante Operacional dos Açores nas áreas das CSI, secretariado e serviços, no controlo orçamental e do património, integrando ainda um sub-registo.

2 — Aos órgãos de apoio compete:

- a) Executar, no seu âmbito, as medidas superiormente aprovadas, relativas à defesa militar do arquipélago dos Açores;
- b) Garantir e promover a manutenção, conservação e segurança dos sistemas e das instalações do Centro de Comunicações;
- c) Assegurar a execução das atividades e processos de natureza administrativa relativos ao pessoal militar e civil;
- d) Assegurar a execução das atividades e processos de natureza administrativa e financeira;
- e) Garantir e promover a manutenção, conservação e gestão dos edifícios equipamentos e outras infraestruturas a cargo do COA;
- f) Assegurar as boas práticas no âmbito da proteção do ambiente e na criteriosa gestão de consumos, tendo em vista a otimização dos recursos;
- g) Assegurar a receção, o registo, a distribuição, o controlo, o arquivo e a destruição da informação classificada.

### **CAPÍTULO V**

#### **Comando Operacional da Madeira**

#### **Artigo 25.º**

##### **Missão e estrutura**

1 — O Comando Operacional da Madeira (COM) tem por missão efetuar o planeamento, o treino operacional conjunto e o emprego operacional das forças e meios que lhe sejam atribuídos.

2 — O COM tem a seguinte estrutura:

- a) O Gabinete de Apoio ao Comandante;
- b) O Estado-Maior do COM;
- c) O Centro de Situação e Operações;
- d) Os órgãos de apoio.

#### **Artigo 26.º**

##### **Gabinete de Apoio ao Comandante**

Ao Gabinete de Apoio ao Comandante compete:

- a) Prestar apoio técnico e administrativo ao Comandante Operacional da Madeira;
- b) Planear e executar as tarefas de relações públicas e protocolo que lhe sejam cometidas;
- c) Planear e coordenar visitas e de outras atividades externas do Comandante Operacional da Madeira.

#### **Artigo 27.º**

##### **Estado-Maior do COM**

1 — Ao Estado-Maior do COM compete:

- a) Elaborar e atualizar os planos de defesa militar, de contingência e de movimentos de forças no âmbito regional;

- b) Preparar os planos de ativação dos níveis de crise do COM, considerando o reforço de forma incremental por elementos dos ramos das Forças Armadas;
- c) Consolidar as informações necessárias para a preparação e execução de missões, operações e exercícios militares;
- d) Planear a implementação das medidas superiormente aprovadas, relativas à defesa militar do arquipélago da Madeira;
- e) Planear e avaliar o treino operacional conjunto;
- f) Estudar, propor e acompanhar a correta implementação de medidas que visem assegurar, atualizar ou melhorar a capacidade de comando e controlo;
- g) Planear os exercícios e os treinos operacionais conjuntos no âmbito regional, contribuindo para a elaboração do plano anual de exercícios das Forças Armadas;
- h) Planear a participação das Forças Armadas em ações de proteção civil;
- i) Consolidar as informações necessárias para a preparação de ações de apoio à proteção civil;
- j) Colaborar no processo de certificação de forças conjuntas;
- k) Planear e coordenar a realização de cerimónias militares conjuntas;
- l) Coordenar a participação de forças militares conjuntas, na Região Autónoma da Madeira, em cerimónias.

2 — O Estado-Maior do COM tem a seguinte estrutura:

- a) A Área de Operações;
- b) A Área de Informações;
- c) A Área de Comunicações e Sistemas de Informação.

### **Artigo 28.º** **Centro de Situação e Operações**

Ao Centro de Situação e Operações compete:

- a) Executar as medidas superiormente aprovadas, relativas à defesa militar do arquipélago da Madeira;
- b) Acompanhar a situação das forças e meios em operações e apoiar o exercício do comando e controlo das forças e meios atribuídos;
- c) Acompanhar e, quando aplicável, conduzir a atividade operacional na área de responsabilidade do COM;
- d) Controlar a implementação e execução das ordens e diretivas, mantendo o Comandante Operacional da Madeira informado e apoiando-o no processo de tomada de decisão;
- e) Coligir, processar e difundir dados de informações de interesse militar;
- f) Gerir os sistemas de comunicações e os planos de comunicações;
- g) Executar o treino operacional conjunto;
- h) Supervisionar os treinos e conduzir os exercícios conjuntos;
- i) Treinar e coordenar a participação das Forças Armadas em ações de proteção civil;
- j) Coordenar e, quando aplicável, conduzir o apoio em ações de proteção civil e outras missões de interesse público de natureza conjunta;
- k) Avaliar as capacidades militares, estados de prontidão, prazos de disponibilidade e capacidade de sustentação para o combate dos elementos da componente operacional do sistema de forças baseados ou destacados na área de responsabilidade do COM;
- l) Coordenar a realização de cerimónias militares conjuntas, ou com participação militar conjunta;
- m) Propor as medidas corretivas decorrentes da avaliação das capacidades militares.

### **Artigo 29.º** **Órgãos de apoio**

1 — Os órgãos de apoio do COM destinam-se a apoiar o Comandante Operacional da Madeira nas áreas das comunicações e sistemas de informação, secretariado e serviços, no controlo orçamental e do património, integrando ainda um sub-registo.

2 — Aos órgãos de apoio compete:

- a) Assegurar a execução das atividades e processos de natureza administrativa relativos ao pessoal militar e civil;
- b) Assegurar a execução das atividades e processos de natureza administrativa e financeira;
- c) Garantir e promover a manutenção, conservação e gestão dos edifícios equipamentos e outras infraestruturas a cargo do COM;
- d) Assegurar as boas práticas no âmbito da proteção ambiental e na criteriosa gestão de consumos, tendo em vista a otimização dos recursos;
- e) Garantir a exploração e prestação de serviços de comunicações e sistemas de informação;
- f) Garantir e promover a manutenção, conservação e segurança dos sistemas e das instalações do Centro de Comunicações;
- g) Coordenar o apoio a prestar pelo Comando da Zona Militar da Madeira, em atividades no âmbito administrativo -logístico, na manutenção dos sistemas de comunicação e informação, na segurança externa das instalações e no controlo das respetivas servidões militares, quando existam;
- h) Assegurar a receção, o registo, a distribuição, o controlo, o arquivo e a destruição da informação classificada.

## **CAPÍTULO VI**

### **Órgãos de Estado-Maior**

#### **SECÇÃO I**

#### **Divisão de Planeamento Estratégico Militar**

##### **Artigo 30.º**

##### **Missão e estrutura**

1 — A Divisão de Planeamento Estratégico Militar (DiPlaEM) tem por missão prestar apoio de estado-maior no âmbito do planeamento estratégico militar e nos âmbitos da prospetiva estratégica militar e transformação, das relações militares internacionais, do planeamento de forças, da doutrina militar conjunta e combinada, da organização e métodos e da atividade de avaliação.

2 — A DiPlaEM tem a seguinte estrutura:

- a) A Repartição de Prospetiva e Planeamento Estratégico-Militar (RPPEM);
- b) A Repartição de Planeamento de Forças (RPF);
- c) A Repartição de Relações Militares Internacionais (RRMI);
- d) A Repartição de Doutrina Militar Conjunta, Organização e Métodos (RDOM);
- e) O Posto de Controlo.

##### **Artigo 31.º**

##### **Repartição de Prospetiva e Planeamento Estratégico-Militar**

À RPPEM compete:

- a) Contribuir para o plano geral de defesa nacional, através da concetualização, ao nível estratégico-militar, do plano de defesa militar, incluindo a participação global das componentes não militares da defesa nacional no apoio a operações militares;
- b) Assegurar a articulação das Forças Armadas no âmbito dos sistemas de gestão de crises nacional e das organizações internacionais de segurança e defesa de que Portugal faz parte, avaliando, propondo e coordenando a implementação de medidas e ações a nível militar;
- c) Elaborar o projeto de proposta de forças nacionais destacadas no âmbito da defesa coletiva e da segurança cooperativa, no respeito dos compromissos internacionalmente assumidos;
- d) Analisar e avaliar a implementação dos acordos ou compromissos internacionais com incidências de natureza estratégico-militar, nomeadamente através da elaboração de relatórios, estudos, propostas e pareceres, com vista a apoiar a decisão;

*e)* Promover a prospetiva estratégica militar, nomeadamente no que se refere aos processos de transformação das organizações político-militares de que Portugal faz parte, dos ambientes em que se inserem e os seus reflexos na componente militar da defesa nacional, acompanhando o desenvolvimento de tendências e elaborando estudos e pareceres;

*f)* Assegurar, no âmbito do planeamento estratégico de defesa nacional, o ciclo de planeamento estratégico-militar, através da coordenação dos trabalhos, com vista à elaboração dos projetos relativos aos documentos enquadrantes de defesa nacional, designadamente o Conceito Estratégico Militar e as missões das Forças Armadas;

*g)* Contribuir para a elaboração dos conceitos estratégicos, formular a orientação estratégica-militar nos diversos domínios de intervenção operacional conjunta e combinada e planejar a estratégia de defesa militar, através da elaboração dos respetivos projetos de proposta;

*h)* Prever o reforço de forma incremental do CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, os quais podem ser projetados integrados num quartel-general de força conjunta, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

### **Artigo 32.º**

#### **Repartição de Planeamento de Forças**

À RPF compete:

*a)* Assegurar, no âmbito do planeamento estratégico de defesa nacional, o ciclo de planeamento estratégico-militar, através da coordenação dos trabalhos, tendo em vista a elaboração dos projetos relativos aos documentos enquadrantes da defesa nacional, nomeadamente o sistema de forças e o dispositivo de forças;

*b)* Coordenar e assegurar o desenvolvimento do processo inerente ao planeamento de forças nacional, nomeadamente através da preparação de diretivas do CEMGFA, da recolha e consolidação dos contributos ao nível do EMGFA e dos ramos das Forças Armadas, tendo em vista a subsequente elaboração dos projetos de propostas de forças nacionais e de objetivos de forças nacionais, coordenando e articulando com os serviços centrais do MDN envolvidos no processo;

*c)* Promover o planeamento de forças a nível nacional e no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da União Europeia (UE) e de outras organizações de que Portugal faz parte, de acordo com as metodologias aplicáveis, assegurando a coordenação com os outros órgãos e serviços do EMGFA e com os ramos das Forças Armadas, bem como a articulação com a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), e a coordenação e preparação das respostas e posições militares nacionais, no âmbito daqueles processos de planeamento;

*d)* Acompanhar a edificação das capacidades do sistema de forças ao longo de cada ciclo de planeamento, mantendo, para o efeito, a coordenação com os outros órgãos e serviços do EMGFA e com os ramos das Forças Armadas;

*e)* Coordenar a elaboração dos anteprojetos de propostas de Lei de Programação Militar e de Lei das Infraestruturas Militares respeitantes ao EMGFA, de acordo com a metodologia em vigor e definida para o efeito, coordenando internamente com os órgãos e serviços do EMGFA envolvidos no processo, coordenando e articulando com os serviços centrais do MDN envolvidos no processo;

*f)* Promover a elaboração do anteprojeto de proposta de Lei de Programação Militar, de acordo com a metodologia em vigor e definida para o efeito, a submeter ao CCEM, tendo por base a identificação de lacunas do sistema de forças, priorizadas de acordo com os critérios definidos superiormente, assegurando a coordenação, quer com os órgãos e serviços do EMGFA, quer com os ramos das Forças Armadas;

*g)* Estudar e propor a definição dos níveis de prontidão, disponibilidade e sustentação pretendidos para as forças, de uma forma prospetiva e planeada, para cumprir com as necessidades decorrentes do seu emprego nos cenários previstos;

*h)* Prever o reforço de forma incremental do CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, os quais podem ser projetados integrados num quartel-general de força conjunta, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

### **Artigo 33.º**

#### **Repartição de Relações Militares Internacionais**

À RRMi compete:

- a) Assegurar a identificação dos compromissos militares decorrentes de compromissos internacionais;
- b) Assegurar o planeamento da participação das Forças Armadas na satisfação dos compromissos referidos na alínea anterior, bem como nas relações com organismos militares multinacionais e de outros países;
- c) Avaliar e propor ações no âmbito do relacionamento internacional militar com os países ou organismos militares multinacionais com os quais existam protocolos, programas ou acordos estabelecidos;
- d) Planear, preparar e apoiar o relacionamento ao nível bilateral com os estados-maiores-generais de outros países;
- e) Coordenar, com os órgãos e serviços do EMGFA, bem como com os ramos das Forças Armadas, as atividades de natureza militar a desenvolver no âmbito externo, consolidando um plano anual prospetivo;
- f) Apoiar o CEMGFA no âmbito do relacionamento bilateral e multilateral militar com outros países ou organizações;
- g) Manter o acompanhamento das atividades conjuntas desenvolvidas no âmbito da cooperação técnico-militar, coordenando, para o efeito, com a DGPDN;
- h) Prever o reforço de forma incremental do CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, os quais podem ser projetados integrados num quartel-general de força conjunta, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

### **Artigo 34.º**

#### **Repartição de Doutrina Militar Conjunta, Organização e Métodos**

À RDOM compete:

- a) Acompanhar, no âmbito conjunto e combinado, a evolução da doutrina militar, quer de âmbito nacional, quer de organismos militares de outros países ou internacionais, bem como acompanhar e coordenar a participação das Forças Armadas no âmbito dos acordos de normalização, nomeadamente:
  - i) Estudar e pronunciar-se sobre documentos e publicações nacionais, da OTAN e da UE, relativos a doutrina militar conjunta e combinada e a acordos de normalização;
  - ii) Acompanhar, com os órgãos e serviços do EMGFA e com os ramos das Forças Armadas, as lições aprendidas de âmbito conjunto;
  - iii) Participar nos grupos de trabalho da OTAN e da UE sobre doutrina militar conjunta e combinada e normalização;
  - iv) Promover a atualização da doutrina militar conjunta e combinada ou de matérias de normalização;
  - v) Estabelecer e manter ligações com o CCOM e com os ramos das Forças Armadas, bem como com as organizações internacionais militares de que Portugal faz parte, no âmbito das lições aprendidas, no sentido de promover a atualização da doutrina aplicável;
  - vi) Acompanhar e avaliar as publicações de conteúdo doutrinário produzidas noutros países aliados;
  - vii) Avaliar e propor a ratificação dos acordos de normalização aplicáveis às Forças Armadas e promover a sua difusão;
  - viii) Assegurar o controlo dos acordos de normalização em vigor e ratificados pelas Forças Armadas;
  - ix) Representar o EMGFA em grupos de trabalho da OTAN, no âmbito da doutrina e da normalização.
- b) Coordenar, com os órgãos e serviços do EMGFA, todas as ações necessárias à elaboração do plano de atividades do EMGFA, promovendo o seu acionamento atempado;

- c) Promover a aprovação da proposta de plano de atividades do EMGFA, procedendo à sua divulgação subsequente;
- d) Coordenar a elaboração do relatório de atividades do EMGFA, relativamente às atividades da DIPLAEM;
- e) Elaborar os manuais e regulamentos necessários para as atividades de avaliação, coordenando com os órgãos e serviços do EMGFA competentes em razão da matéria, garantindo a sua adequada atualização;
- f) Elaborar e submeter o plano anual de avaliações aos órgãos e serviços na direta dependência do CEMGFA, propondo a constituição de equipas multidisciplinares de avaliação;
- g) Executar as avaliações aprovadas, de forma a apurar, nomeadamente:
  - i) O cumprimento da legislação e normas superiores;
  - ii) A existência e adequabilidade de normativos internos;
  - iii) A adequabilidade da estrutura organizacional;
  - iv) As principais limitações ou constrangimentos ao cumprimento da missão.
- h) Elaborar os relatórios decorrentes das avaliações efetuadas, recomendando as medidas e ações corretivas para a obtenção de ganhos de eficiência e eficácia;
  - i) Promover o acionamento e o acompanhamento das medidas corretivas aprovadas;
  - j) Manter atualizada a informação relativa à situação geral das Forças Armadas e do EMGFA;
  - k) Coordenar os processos de reorganização interna do EMGFA;
  - l) Avaliar e propor, no âmbito das respetivas competências, o desenvolvimento de instrumentos de gestão que permitam ao CEMGFA o acompanhamento adequado das atividades do EMGFA e das Forças Armadas;
- m) Prever o reforço de forma incremental do CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, os quais podem ser projetados integrados num quartel-general de força conjunta, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

## **SECÇÃO II**

### **Divisão de Recursos**

#### **Artigo 35.º**

##### **Missão e estrutura**

1 — A Divisão de Recursos (DiRec) tem por missão prestar apoio de estado-maior no planeamento, de nível estratégico militar, dos recursos humanos, do ensino superior militar, da logística, da saúde militar e das finanças.

2 — A DiRec tem a seguinte estrutura:

- a) Repartição de Pessoal (RPes);
- b) Repartição de Logística (RLog);
- c) Repartição de Planeamento e Programação (RPP);
- d) Posto de Controlo;
- e) Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDM).

#### **Artigo 36.º**

##### **Repartição de Pessoal**

À RPes compete:

- a) Conduzir os processos de indigitação e nomeação de pessoal para cargos internacionais e em missões militares no estrangeiro, garantindo ainda o apoio administrativo a esse pessoal;
- b) Apoiar a condução dos processos de indigitação e nomeação de pessoal destinado a cargos ou funções no estrangeiro, fora do âmbito da alínea anterior, da responsabilidade de outros órgãos do EMGFA, designadamente cargos ou funções em quartéis-generais em operações militares, ou em apoio destas, bem como propor ao CEMGFA a definição da situação jurídico-administrativa desse pessoal quando aplicável;



- c) Coordenar o processo de preparação do pessoal destinado aos cargos ou funções referidas nas alíneas a) e b), com os órgãos e serviços do EMGFA e com os ramos das Forças Armadas;
- d) Colaborar no processo de candidaturas a cargos ou funções de interesse nacional em organizações ou estruturas internacionais;
- e) Elaborar pareceres e propor medidas relativas aos vínculos, carreiras, remunerações e avaliação do desempenho do pessoal militar, militarizado e civil das Forças Armadas;
- f) Coordenar o processo de elaboração de propostas legislativas ou regulamentares na área de pessoal, de acordo com orientações e diretivas superiores;
- g) Elaborar estudos e pareceres na área do ensino militar conjunto e da saúde militar;
- h) Elaborar a proposta do plano anual de formação do pessoal militar e civil na dependência do CEMGFA;
- i) Coordenar a execução do plano anual de formação referido na alínea anterior e elaborar propostas para a satisfação de necessidades inopinadas;
- j) Contribuir para a definição da doutrina militar conjunta e combinada nos vários domínios da sua área específica;
- k) Planear a preparação da passagem das Forças Armadas para o estado de guerra, nomeadamente no que respeita à mobilização e requisição militares e à forma de participação dos componentes não militares da defesa nacional no apoio às operações militares, em articulação com os demais serviços competentes do MDN, através da elaboração de estudos e propostas;
- l) Coordenar e acompanhar, com os ramos das Forças Armadas, o processo de preparação da passagem das Forças Armadas para o estado de guerra, atualizando os dados dos efetivos de pessoal das Forças Armadas;
- m) Manter atualizados os dados de planeamento do pessoal nas reservas de recrutamento e disponibilidade;
- n) Colaborar na negociação de acordos ou compromissos nacionais e internacionais com incidências de natureza estratégico-militar, através da elaboração de estudos e pareceres sobre assuntos relacionados com a sua área específica;
- o) Reforçar o CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno;
- p) Coligir e consolidar, em coordenação com os ramos das Forças Armadas, os dados estatísticos necessários à elaboração e atualização dos mapas de efetivos, à composição de indicadores de gestão e à elaboração de estudos sobre recursos humanos nas Forças Armadas;
- q) Elaborar a proposta de efetivos das Forças Armadas necessários à satisfação das necessidades anuais, bem como de médio e longo prazo, em coordenação com os ramos das Forças Armadas;
- r) Realizar, em coordenação com os ramos das Forças Armadas, estudos em matérias de natureza estatutária.

### **Artigo 37.º**

#### **Repartição de Logística**

À RLog compete:

- a) Contribuir para a definição da doutrina militar conjunta e combinada nos vários domínios da sua área específica;
- b) Acompanhar e difundir a evolução das atividades de investigação e desenvolvimento na área das ciências militares e tecnologias de defesa, nomeadamente em termos de edificação de capacidades previstas na Lei de Programação Militar e na Lei das Infraestruturas Militares, com a colaboração dos órgãos e serviços do EMGFA e dos ramos das Forças Armadas;
- c) Promover e acompanhar, com a colaboração dos órgãos e serviços do EMGFA, as ações conducentes à catalogação e normalização dos diversos meios de utilização comum nas Forças Armadas, nomeadamente as relativas a armamento e equipamento;
- d) Contribuir para a definição, planeamento, coordenação e acompanhamento da execução de medidas nos domínios da qualidade e do ambiente, relativamente aos órgãos na direta dependência do CEMGFA;

*e)* Propor os atos e procedimentos necessários à constituição, modificação e extinção de servidões militares e de outras restrições de utilidade pública, bem como emitir pareceres sobre licenciamentos, nos termos da legislação aplicável;

*f)* Preparar os processos relativos a acordos e protocolos nacionais e internacionais de natureza estratégico-militar, incluindo a compilação de todas as contribuições relativas ao processo de negociação, a submeter à aprovação superior;

*g)* Promover e assegurar a atualização e manutenção do acervo de acordos e protocolos relativos ao EMGFA, celebrados com outros serviços, entidades e organismos;

*h)* Reforçar o CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

### **Artigo 38.º**

#### **Repartição de Planeamento e Programação**

À RPP compete:

*a)* Contribuir para a definição da doutrina militar conjunta e combinada nos vários domínios da sua área específica;

*b)* Colaborar nos processos de nomeação de pessoal, no domínio financeiro;

*c)* Assegurar o planeamento orçamental conjunto para as forças e elementos nacionais destacados e monitorizar os indicadores estatísticos da atividade desenvolvida;

*d)* Acompanhar as atividades relacionadas com orçamento anual para as forças nacionais destacadas, nomeadamente através da elaboração de estudos e pareceres;

*e)* Elaborar o relatório anual da execução das forças nacionais destacadas, com a colaboração dos ramos das Forças Armadas;

*f)* Colaborar na elaboração do plano de atividades do EMGFA;

*g)* Acompanhar a execução do plano de atividades do EMGFA e elaborar o respetivo relatório anual;

*h)* Elaborar o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do EMGFA;

*i)* Contribuir para o processo de planeamento de forças e para a elaboração das propostas de forças da responsabilidade do EMGFA;

*j)* Efetuar a monitorização dos indicadores estatísticos da atividade desenvolvida, com a colaboração dos ramos das Forças Armadas;

*k)* Contribuir para a elaboração do anteprojeto de proposta de lei do orçamento da defesa nacional, na parte relativa às Forças Armadas;

*l)* Contribuir para a elaboração de propostas e atividades relativas ao anteprojeto de proposta de Lei de Programação Militar, respeitantes ao EMGFA;

*m)* Acompanhar a execução financeira e material da Lei de Programação Militar;

*n)* Colaborar na elaboração do anteprojeto de proposta de Lei das Infraestruturas Militares, respeitante ao EMGFA;

*o)* Colaborar na negociação dos acordos ou compromissos nacionais e internacionais com incidências de natureza estratégico-militar, através da elaboração de estudos e pareceres sobre assuntos relacionados com a sua área de intervenção.

### **Artigo 39.º**

#### **Comissão de Educação Física e Desporto Militar**

À CEFDM compete:

*a)* Estudar e propor medidas de política de educação física nas Forças Armadas;

*b)* Coordenar as atividades desportivas, designadamente as modalidades de interesse militar, em que participem os ramos das Forças Armadas, ou estes e as forças de segurança ou outros organismos nacionais e internacionais.

## **CAPÍTULO VII**

### **Direção de Comunicações e Sistemas de Informação**

#### **Artigo 40.º**

##### **Missão e estrutura**

1 — A DirCSI tem por missão planear, estudar, dirigir, coordenar e executar as atividades inerentes aos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação necessários ao exercício do comando e controlo nas Forças Armadas.

2 — A DirCSI, no âmbito da ciberdefesa, tem por missão coordenar a proteção dos valores da integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação e dos sistemas de informação das Forças Armadas.

3 — A DirCSI tem ainda por missão, no âmbito da cibersegurança setorial da defesa nacional, coordenar a proteção dos valores da integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação e dos sistemas de informação do restante universo da defesa nacional.

4 — A DirCSI tem a seguinte estrutura:

- a)* A Repartição de Coordenação e Integração (RCI);
- b)* A Repartição de Sistemas de Comunicações (RSC);
- c)* A Repartição de Sistemas e Tecnologias de Informação (RSTI);
- d)* A Repartição de Segurança (RSeg);
- e)* O Centro de Ciberdefesa (CCD);
- f)* O Serviço de Comunicações e Sistemas de Informação (SCSI);
- g)* O Centro de Comunicações e Cifra (CCC);
- h)* O Posto de Controlo.

#### **Artigo 41.º**

##### **Repartição de Coordenação e Integração**

À RCI compete:

*a)* Coordenar com os ramos das Forças Armadas a definição da doutrina militar conjunta e combinada nos vários domínios da sua área específica, através da elaboração de publicações, nomeadamente:

*i)* Estabelecer o conceito global para as comunicações e sistemas de informação em operações e exercícios de âmbito conjunto e combinado;

*ii)* Estabelecer instruções e definir metodologias e procedimentos, tendo em vista a interoperabilidade nas Forças Armadas.

*b)* Constituir-se como entidade primariamente responsável para assuntos de normalização na área das comunicações e sistemas de informação e de ciberdefesa;

*c)* Contribuir para a preparação do projeto de proposta de forças nacionais destacadas para o ano subsequente;

*d)* Contribuir para a preparação do projeto de proposta de forças nacionais destacadas, nomeadamente no estabelecimento das estruturas de comunicações e sistemas de informação;

*e)* Coordenar a elaboração do plano de atividades da DirCSI;

*f)* Coordenar a elaboração do relatório de atividades da DirCSI;

*g)* Coordenar a elaboração do plano de cursos e formação do ano seguinte, no âmbito da DirCSI;

*h)* Coordenar com o CCOM a elaboração dos requisitos operacionais respeitantes ao comando, controlo e comunicações inerentes aos planos de defesa militar e de contingência;

*i)* Propor a participação na representação nacional nos organismos nacionais e internacionais no âmbito das comunicações e sistemas de informação, nomeadamente nos organismos de supervisão da OTAN e da UE;

- j) Coordenar a elaboração das propostas e das atividades relativas aos anteprojetos e revisões da Lei de Programação Militar e da Lei das Infraestruturas Militares, no que concerne às capacidades de ciberdefesa e de comando e controlo;
- k) Coordenar a execução da Lei de Programação Militar, no que respeita às capacidades de ciberdefesa e de comando e controlo;
- l) Coordenar com os ramos das Forças Armadas a definição das arquiteturas de comunicações e sistemas de informação para apoio às operações das Forças Armadas e aos exercícios conjuntos;
- m) Coordenar com os ramos das Forças Armadas a definição dos requisitos técnicos, de forma a promover a normalização de equipamentos e a interoperabilidade sistémica nas Forças Armadas e com organizações externas;
- n) Contribuir para a gestão da informação e do conhecimento no âmbito das Forças Armadas, nomeadamente:
  - i) Coordenar as plataformas de gestão documental;
  - ii) Coordenar os portais *web* do EMGFA;
  - iii) Definir os procedimentos relativos ao ciclo de vida dos documentos classificados e não classificados.
- o) Propor e coordenar a realização de auditorias técnicas na área das comunicações, sistemas de informação, guerra eletrónica, ciberdefesa e segurança da informação, no âmbito das Forças Armadas;
- p) Apoiar os órgãos e serviços do EMGFA nas áreas de comunicações e sistemas de informação;
- q) Contribuir para a concetualização ao nível estratégico-militar do plano de defesa militar no que concerne à área das comunicações e sistemas de informação;
- r) Contribuir para a avaliação, proposta e coordenação da implementação de ações, a nível militar, para assegurar a articulação das Forças Armadas com os sistemas de gestão de crises, no que concerne à área das comunicações e sistemas de informação;
- s) Contribuir para o planeamento estratégico de defesa nacional, no que concerne à área das comunicações e sistemas de informação;
- t) Contribuir para a elaboração dos projetos de sistema de forças e do dispositivo de forças, no que concerne à área das comunicações e sistemas de informação;
- u) Contribuir para o processo do planeamento de forças e elaboração das propostas de forças da responsabilidade do EMGFA, no que concerne à área das comunicações e sistemas de informação;
- v) Contribuir para o planeamento de forças nos âmbitos da OTAN, da UE e de outras organizações de que Portugal faz parte e o acompanhamento da edificação das capacidades do sistema de forças, no que concerne à área das comunicações e sistemas de informação;
- w) Contribuir para o planeamento da participação das Forças Armadas na satisfação de compromissos internacionais, no que concerne à área das comunicações e sistemas de informação;
- x) Contribuir para a execução de ações de avaliação aos órgãos na direta dependência do CEMGFA, no que concerne à área das comunicações e sistemas de informação;
- y) Acompanhar a evolução das atividades de investigação e desenvolvimento na área das ciências militares e tecnologias de defesa, no âmbito das comunicações e sistemas de informação;
- z) Contribuir para a definição de medidas relativas à catalogação e normalização dos equipamentos de comunicações e sistemas de informação e acompanhar a sua execução;
- aa) Contribuir para o estudo que incida sobre a constituição, modificação e extinção de servidões militares e de outras restrições de utilidade pública, no âmbito das comunicações e sistemas de informação;
- bb) Reforçar o CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

#### **Artigo 42.º**

#### **Repartição de Sistemas de Comunicações**

À RSC compete:

- a) Propor a definição, com o apoio dos ramos das Forças Armadas, os sistemas integrados de comando, controlo, comunicações, informação, guerra eletrónica e ciberdefesa e a respetiva organização e utilização, nomeadamente:

- i)* Estabelecer os requisitos de comunicações;
  - ii)* Assegurar a interoperabilidade interna e externa.
- b)* Garantir, com o apoio dos ramos das Forças Armadas, a adequação dos sistemas de comunicações às necessidades do comando e controlo, no âmbito das suas competências, nomeadamente:
  - i)* Planear a manutenção evolutiva dos sistemas de comunicações;
  - ii)* Promover a normalização dos sistemas de comunicações.
- c)* Propor a participação na representação nacional nos organismos nacionais e internacionais, no âmbito dos sistemas de comunicações;
- d)* Garantir o conhecimento das capacidades, limitações, tecnologias e interoperabilidade dos organismos e operadores civis de telecomunicações, tendo em vista a sua eventual utilização em situações de exceção ou de guerra;
- e)* Propor a definição dos padrões de controlo de qualidade de serviço, a adotar nos sistemas e serviços de carácter conjunto, e promover a adoção de medidas tendentes à sua implementação no âmbito das Forças Armadas;
- f)* Propor e realizar as auditorias técnicas na área das comunicações, no âmbito das Forças Armadas;
- g)* Elaborar normas técnicas na área das comunicações, no âmbito das Forças Armadas;
- h)* Reforçar o CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

#### **Artigo 43.º**

#### **Repartição de Sistemas e Tecnologias de Informação**

À RSTI compete:

- a)* Propor a definição, com o apoio dos ramos das Forças Armadas, dos sistemas integrados de comando, controlo e comunicações e a respetiva organização e utilização, nomeadamente:
  - i)* Estabelecer os requisitos dos sistemas de informação;
  - ii)* Assegurar a interoperabilidade interna e externa.
- b)* Garantir, com o apoio dos ramos das Forças Armadas, a adequação dos sistemas de informação às necessidades do comando e controlo, no âmbito das suas competências, nomeadamente:
  - i)* Planear a manutenção evolutiva dos sistemas de informação;
  - ii)* Promover a normalização dos sistemas de informação.
- c)* Coordenar a elaboração do plano de aquisição de material informático do EMGFA para o ano seguinte;
- d)* Propor a participação na representação nacional nos organismos nacionais e internacionais, no âmbito dos sistemas de informação;
- e)* Propor a definição dos padrões de controlo de qualidade de serviço, a adotar nos sistemas e serviços de carácter conjunto, e promover a adoção de medidas tendentes à sua implementação no âmbito das Forças Armadas;
- f)* Coordenar a implementação nas Forças Armadas de uma plataforma transversal de apoio à decisão, designadamente no que diz respeito às funções de comando, controlo e direção;
- g)* Propor e realizar auditorias técnicas na área dos sistemas de informação, no âmbito das Forças Armadas;
- h)* Elaborar normas técnicas na área dos sistemas de informação, no âmbito das Forças Armadas;
- i)* Reforçar o CCOM com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

#### **Artigo 44.º**

##### **Repartição de Segurança**

À RSeg compete:

*a)* Propor a definição, com o apoio dos ramos das Forças Armadas, dos sistemas integrados de comando, controlo, comunicações e a respetiva organização e utilização, nomeadamente:

- i)* Estabelecer os requisitos de segurança;
- ii)* Promover a certificação.

*b)* Propor a definição, com o apoio dos ramos das Forças Armadas, no âmbito da segurança da informação, das arquiteturas para apoio às operações das Forças Armadas e aos exercícios conjuntos, nomeadamente:

- i)* Determinar os sistemas cripto;
- ii)* Estabelecer os requisitos de segurança a aplicar na área das comunicações e sistemas de informação.

*c)* Definir e promover a implementação da política conjunta de segurança da informação, garantindo soluções orientadas para a autonomia, sobrevivência e interoperabilidade dos sistemas, no âmbito das Forças Armadas;

*d)* Promover as medidas conducentes à atualização permanente dos sistemas criptográficos das Forças Armadas, nomeadamente:

- i)* Planear a manutenção evolutiva dos sistemas de segurança;
- ii)* Promover a normalização dos sistemas de segurança.

*e)* Propor a participação na representação nacional nos organismos nacionais e internacionais, no âmbito da segurança da informação;

*f)* Propor e realizar as auditorias técnicas na área da segurança da informação, no âmbito das Forças Armadas;

*g)* Coordenar e supervisionar as ações inspetivas no âmbito da segurança criptográfica, no âmbito das Forças Armadas;

*h)* Elaborar normas técnicas na área da segurança da informação, no âmbito das Forças Armadas;

*i)* Assegurar a cooperação em matéria da segurança da informação com as demais entidades públicas com atribuições e competências nesta área;

*j)* Reforçar o CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

#### **Artigo 45.º**

##### **Centro de Ciberdefesa**

1 — Ao CCD compete:

*a)* Assumir a direção e coordenação da capacidade nacional de ciberdefesa, nomeadamente:

- i)* Conduzir operações militares no ciberespaço;
- ii)* Garantir a proteção dos valores da integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação e dos sistemas de informação das Forças Armadas;
- iii)* Elaborar e manter atualizada uma carta de situação do ciberespaço, no domínio das Forças Armadas;
- iv)* Promover projetos de investigação e desenvolvimento, no âmbito da ciberdefesa;
- v)* Contribuir para o plano de formação, treino e qualificação dos recursos humanos das Forças Armadas, no âmbito da ciberdefesa.

*b)* Planear, coordenar e dirigir a investigação de ciberincidentes com relevância para a ciberdefesa, nomeadamente:

- i) Assegurar a capacidade permanente de deteção, resposta e recuperação de ciberincidentes;
- ii) Efetuar a análise forense de ciberincidentes.
- c) Estudar, planear e propor as soluções adequadas à proteção da informação e dos sistemas de informação, das ameaças pelo ciberespaço, nomeadamente:
  - i) Contribuir para a elaboração de políticas de segurança no ciberespaço;
  - ii) Elaborar requisitos de segurança para dispositivos de proteção periférica no ciberespaço.
- d) Contribuir para as operações de informação, na vertente *Computer Network Operations*;
- e) Assegurar a coordenação e o trabalho colaborativo e integrado com os núcleos *Computer Incident Response Capability* (CIRC) dos ramos das Forças Armadas e do EMGFA;
- f) Partilhar a informação numa estratégia de resposta defensiva e colaborativa com o Centro Nacional de Cibersegurança e os CIRC nacionais e internacionais;
- g) Elaborar e divulgar boletins de segurança com recomendações e contramedidas a implementar em resposta a ameaças emergentes, no âmbito da ciberdefesa;
- h) Planear, propor e organizar um programa de exercícios para obtenção de treino;
- i) Propor a participação na representação nacional nos organismos nacionais e internacionais, no âmbito da ciberdefesa;
- j) Exercer a autoridade técnica no âmbito da ciberdefesa e da cibersegurança setorial da defesa nacional;
- k) Reforçar o CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

2 — No âmbito da cibersegurança setorial da defesa nacional, compete ao CCD:

- a) Planear, coordenar e dirigir a investigação de ciberincidentes com relevância para a cibersegurança setorial da defesa nacional;
- b) Estudar, planear e propor as soluções adequadas à proteção da informação e dos sistemas de informação, das ameaças pelo ciberespaço;
- c) Assegurar a coordenação e o trabalho colaborativo e integrado com os CIRC do universo da defesa nacional;
- d) Partilhar a informação numa estratégia de resposta defensiva e colaborativa com os CIRC nacionais e internacionais, de forma articulada com as competências de coordenação da cooperação nacional e internacional do Centro Nacional de Cibersegurança;
- e) Cooperar com as estruturas nacionais responsáveis pela cibersegurança, ciberspionagem, cibercrime e ciberterrorismo.

3 — Aos contratos de aquisição de bens e serviços destinados ao CCD é aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, alterado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e o CCD é considerado um sistema operacional crítico, para efeitos do disposto no n.º 5 da referida disposição legal.

#### **Artigo 46.º**

#### **Serviço de Comunicações e Sistemas de Informação**

Ao SCSi compete:

- a) Garantir a manutenção da infraestrutura tecnológica que suporta as comunicações, nomeadamente:
  - i) Redes filares de cobre e fibra ótica;
  - ii) Rede de feixes hertzianos;
  - iii) Estações de satélite.
- b) Gerir o espetro eletromagnético em faixas de frequências cuja gestão esteja, em cada momento, delegada pela Autoridade Nacional das Comunicações ao MDN, em coordenação com as organizações nacionais e internacionais com competências neste âmbito;
- c) Coordenar a manutenção, exploração e prestação de serviços de comunicações e sistemas de informação;

*d)* Gerir e manter o espaço de endereçamento e encaminhamento dos sistemas de comunicações das Forças Armadas, nomeadamente:

- i)* A rede telefónica;
- ii)* A rede de transporte de dados, incluindo o encaminhamento, a distribuição e o acesso;
- iii)* O plano de numeração telefónica.

*e)* Gerir e manter o cadastro da infraestrutura que suporta as comunicações e sistemas de informação das Forças Armadas, nomeadamente:

- i)* As redes filares de cobre e fibra ótica incluindo condutas;
- ii)* A rede de feixes hertzianos;
- iii)* As redes rádio;
- iv)* As redes móveis e fixas;
- v)* As redes satélite;
- vi)* Os serviços de operador;
- vii)* O parque informático;
- viii)* Os ativos e passivos de rede.

*f)* Gerir, manter e repor as configurações dos sistemas de comunicações e de informação;

*g)* Assegurar a administração da infraestrutura tecnológica que suporta os sistemas de informação, bem como o apoio centralizado aos respetivos utilizadores, nomeadamente:

- i)* Monitorizar e gerir o funcionamento dos serviços associados aos sistemas de informação;
- ii)* Implementar um serviço de apoio ao utilizador.

*h)* Assegurar a gestão e a manutenção dos sistemas criptográficos em utilização pelas Forças Armadas;

*i)* Propor e realizar ações inspetivas no âmbito da segurança criptográfica às unidades e órgãos na dependência do EMGFA;

*j)* Garantir o apoio aos órgãos do EMGFA nas áreas de comunicações e sistemas de informação;

*k)* Assegurar o funcionamento do Núcleo CIRC do EMGFA, nomeadamente:

*i)* Monitorizar em permanência o ciberespaço sob a sua responsabilidade;

*ii)* Responder aos diversos incidentes de segurança informática ocorridos no ciberespaço que possam afetar os sistemas sob sua responsabilidade;

*iii)* Colaborar e partilhar informação com os CIRC dos ramos das Forças Armadas e CCD.

*l)* Reforçar o CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

#### **Artigo 47.º**

#### **Centro de Comunicações e Cifra**

Ao CCC compete:

*a)* Administrar, explorar e monitorizar os serviços de processamento de mensagens militares formais originadas ou destinadas ao MDN e ao EMGFA;

*b)* Administrar, explorar e monitorizar os serviços de processamento de mensagens militares formais originadas ou destinadas à OTAN e a outras organizações ou Países;

*c)* Administrar, explorar e monitorizar os serviços fornecidos pelos sistemas de informação sob a sua responsabilidade;

*d)* Operar os sistemas de comunicações sob a sua responsabilidade;

*e)* Colaborar no apoio aos órgãos do EMGFA nas áreas de comunicações e sistemas de informação sob a sua responsabilidade;

*f)* Assegurar a operação das consolas telefónicas do MDN e do EMGFA;

*g)* Planear e executar, com o apoio dos ramos das Forças Armadas, a produção do material chave e a manutenção dos sistemas e equipamentos criptográficos em uso nas Forças Armadas, durante o seu ciclo de vida;

*h)* Assegurar a manutenção, conservação e segurança dos sistemas e das instalações do CCC;



- i)* Assegurar a instrução e apoiar o manuseamento e a operação de equipamentos e sistemas criptográficos, nomeadamente ao pessoal das missões militares, das forças nacionais destacadas e dos gabinetes dos adidos;
- j)* Colaborar nas ações inspetivas no âmbito da segurança criptográfica e da segurança das comunicações, às unidades e órgãos na dependência do EMGFA;
- k)* Contribuir para o funcionamento do Núcleo CIRC do EMGFA e para a monitorização permanente dos sistemas de ciberdefesa;
- l)* Reforçar o CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Centro de Informações e Segurança Militares**

#### **Artigo 48.º**

##### **Missão e estrutura**

1 — O CISMil tem por missão assegurar a produção de informações necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas e à garantia da segurança militar.

2 — O CISMil tem a seguinte estrutura:

- a)* A Repartição de Planeamento (RPlan);
- b)* A Repartição de Coordenação e Gestão da Pesquisa (RCGP);
- c)* A Repartição de Produção (RProd);
- d)* A Repartição de Segurança e Contrainformação (RSCi), que integra um Posto de Controlo;
- e)* O Gabinete de Ligação aos Adidos de Defesa e Militares (GLADM);
- f)* A Secção de Apoio.

#### **Artigo 49.º**

##### **Repartição de Planeamento**

À RPlan compete:

- a)* Preparar e atualizar, no seu âmbito, os planos de defesa militar e os planos de contingência;
- b)* Contribuir para o planeamento estratégico-militar;
- c)* Contribuir para a preparação do projeto de proposta de forças nacionais destacadas para o ano subsequente;
- d)* Elaborar a proposta de constituição e extinção das células de informações militares (CIM), bem como as respetivas relações de comando e controlo;
- e)* Contribuir para a avaliação da situação, colaborar na avaliação estratégica e, na sequência das orientações político-estratégicas derivadas, contribuir para a elaboração das propostas de opções de resposta militar;
- f)* Planear e acompanhar, em coordenação com os ramos das Forças Armadas, o aprontamento das CIM;
- g)* Contribuir para o planeamento dos exercícios combinados e conjuntos;
- h)* Colaborar na definição da doutrina militar conjunta e combinada no âmbito das informações, contrainformação e segurança;
- i)* Elaborar o plano de formação e treino no âmbito das informações, contrainformação e segurança;
- j)* Elaborar o relatório anual das atividades de informações das Forças Armadas;
- k)* Manter a ligação com forças e serviços de segurança, bem como com serviços e órgãos de informações, no âmbito bilateral e multilateral;
- l)* Propor a participação em reuniões de informações no âmbito das organizações internacionais de que Portugal faz parte.

**Artigo 50.º**  
**Repartição de Coordenação e Gestão da Pesquisa**

À RCGP compete:

- a) Elaborar os planos de pesquisa;
- b) Coordenar o esforço de pesquisa;
- c) Gerir os pedidos de pesquisa;
- d) Planear e gerir os sistemas de informações militares nacionais e internacionais de que Portugal seja membro e assegurar a representação nacional junto dos respetivos grupos de trabalho, conforme estabelecido em compromissos internacionais;
- e) Contribuir para a implementação e definição das arquiteturas e especificações técnicas dos sistemas de informações militares nacionais e internacionais;
- f) Garantir a operação dos sistemas de informações de apoio à pesquisa e à produção das informações;
- g) Obter, processar e disseminar a informação geoespacial de natureza conjunta;
- h) Planear, coordenar e integrar a exploração dos sistemas de informação geoespacial de natureza conjunta;
- i) Assegurar a representação nacional nos organismos nacionais e internacionais no âmbito da informação geoespacial;
- j) Propor a participação em reuniões de informações no âmbito das organizações internacionais das quais Portugal faz parte;
- k) Reforçar o CCOM com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

**Artigo 51.º**  
**Repartição de Produção**

À RProd compete:

- a) Produzir as informações necessárias:
  - i) À avaliação permanente da ameaça militar;
  - ii) À preparação e atualização de planos gerais de defesa militar e de planos de contingência;
  - iii) Ao planeamento estratégico-militar;
  - iv) Ao planeamento e conduta de operações e exercícios, de âmbito nacional ou internacional.
- b) Acompanhar a evolução da situação nas áreas de interesse nacional;
- c) Acompanhar a situação nas operações em que participam forças nacionais;
- d) Gerir as informações provenientes das CIM;
- e) Coordenar e apoiar as atividades das CIM, de acordo com orientações e diretivas superiores;
- f) Colaborar no aprontamento de forças e elementos nacionais a projetar;
- g) Manter a ligação com serviços e órgãos de informações congéneres;
- h) Propor a participação em reuniões de informações no âmbito das organizações internacionais de que Portugal faz parte;
- i) Reforçar o CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

**Artigo 52.º**  
**Repartição de Segurança e Contrainformação**

1 — À RSCi compete:

- a) Conduzir as atividades de contrainformação necessárias à avaliação permanente das ameaças à segurança militar;

- b) Estudar, propor e supervisionar as medidas de segurança a aplicar para garantir a segurança militar;
  - c) Gerir, em coordenação com os ramos das Forças Armadas, as atividades de contrainformação nas Forças Armadas;
  - d) Gerir as informações de contrainformação provenientes das CIM;
  - e) Orientar a instrução de contrainformação nas Forças Armadas;
  - f) Colaborar no aprontamento de forças nacionais destacadas e de militares a projetar;
  - g) Manter ligação com serviços e órgãos de informações congéneres;
  - h) Manter atualizado o plano de segurança física do CISMIL;
  - i) Participar em reuniões de contrainformações e segurança no âmbito das organizações nacionais e internacionais de que Portugal faz parte.
- 2 — Compete ainda à RSCi garantir o funcionamento do Posto de Controlo.

### **Artigo 53.º**

#### **Gabinete de Ligação aos Adidos de Defesa e Militares**

Ao GLADM compete:

- a) Coordenar e apoiar as atividades dos adidos de defesa, de acordo com orientações e diretivas superiores;
- b) Assegurar a ligação dos adidos de defesa acreditados em Portugal;
- c) Elaborar e acompanhar a execução do respetivo plano anual de atividades;
- d) Elaborar a proposta de cargos de adido de defesa e militares e a constituição dos seus gabinetes.

## **CAPÍTULO IX**

### **Direção de Saúde Militar**

#### **SECÇÃO I**

### **Direção de Saúde Militar**

### **Artigo 54.º**

#### **Missão e estrutura**

1 — A Direção de Saúde Militar (DirSaM) tem por missão assegurar o apoio à decisão do CEMGFA no âmbito da saúde militar, bem como a direção e execução da assistência hospitalar prestada pelos órgãos de saúde militar, designadamente pelo Hospital das Forças Armadas (HFAr).

2 — A DirSaM tem a seguinte estrutura:

- a) O Gabinete de Apoio ao Diretor, que integra o Posto de Controlo;
- b) A Repartição de Estudos, Planeamento e Qualidade (REPQ);
- c) A Repartição de Pessoal;
- d) A Repartição de Logística;
- e) A Comissão Consultiva da Saúde Militar (CCSM);
- f) Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM).

3 — O HFAr depende funcionalmente do Diretor de Saúde Militar.

4 — No âmbito da DirSaM funciona a Junta Médica de Recurso, órgão de conselho do CEMGFA, presidido pelo Diretor de Saúde Militar.

### **Artigo 55.º**

#### **Gabinete de Apoio ao Diretor**

Ao Gabinete de Apoio ao Diretor compete:

- a) Prestar apoio técnico e administrativo ao Diretor de Saúde Militar;

b) Garantir o funcionamento do Posto de Controlo.

**Artigo 56.º**  
**Repartição de Estudos, Planeamento e Qualidade**

À REPQ compete:

- a) Prestar assessoria na tomada de decisões no respeitante à avaliação e qualidade dos serviços e estruturas no âmbito da saúde militar, incluindo a área clínica;
- b) Acompanhar o cumprimento dos objetivos e padrões fixados, segundo programas de melhoria contínua da qualidade e das boas práticas;
- c) Acompanhar o funcionamento do sistema de saúde militar e a qualidade da assistência hospitalar militar, bem como analisar os projetos e propostas do HFAr nesse âmbito;
- d) Desenvolver e implementar os sistemas de controlo interno, avaliando a sua adequação, eficiência e eficácia;
- e) Acompanhar o desenvolvimento das normas reguladoras da área da saúde, no que se refere à qualidade dos cuidados prestados;
- f) Preparar a implementação das linhas de orientação da saúde militar definidas pelo CEMGFA, em observância das políticas de saúde no âmbito militar aprovadas pelo Ministro da Defesa Nacional;
- g) Verificar a conformidade das atividades desenvolvidas com os objetivos, planos de atividade, normas internas e legislação em vigor;
- h) Propor e executar as auditorias no âmbito da saúde militar;
- i) Efetuar o acompanhamento das ações corretivas propostas em auditorias anteriores;
- j) Contribuir para a elaboração do plano anual de avaliações aos órgãos e serviços na direta dependência do CEMGFA, propondo a nomeação dos elementos da área da saúde que constituem as equipas multidisciplinares de avaliação;
- k) Contribuir para os estudos e propostas sobre as linhas de ação no âmbito da saúde militar;
- l) Exercer atividades no âmbito da gestão de informação e estatística, necessidades de investimento de equipamentos de saúde;
- m) Difundir normas e orientações técnicas e outros instrumentos de apoio à atividade da auditoria e qualidade;
- n) Contribuir para a avaliação e proposta de desenvolvimento de instrumentos de gestão que permitam ao CEMGFA o acompanhamento adequado das atividades do EMGFA e das Forças Armadas, na área da saúde;
- o) Apoiar a elaboração do plano defesa militar, na área da saúde;
- p) Contribuir para o planeamento estratégico de defesa nacional e para o planeamento de forças, na área da saúde;
- q) Apoiar o CISMil, na área da saúde, no acionamento de meios técnicos e humanos na produção de informações e à garantia da segurança militar;
- r) Acompanhar a evolução da situação na área da saúde, nas áreas de interesse nacional, em coordenação com o CISMil e o CCOM;
- s) Contribuir para a avaliação, proposta e coordenação da implementação de ações, a nível militar, para assegurar a articulação das Forças Armadas com os sistemas de gestão de crises;
- t) Contribuir para a preparação do projeto de proposta de forças nacionais destacadas para o ano subsequente;
- u) Propor a definição de medidas de proteção sanitária, em coordenação com os ramos das Forças Armadas, incluindo informação médico-militar, medicina preventiva, toxicologia, droga e alcoolismo, bem como o acesso a cuidados primários, necessários para garantir a prontidão operacional das forças;
- v) Prever a participação da capacidade médica e sanitária em operações, desde a fase de planeamento;
- w) Apoiar o CCOM no planeamento e coordenação da realização de cerimónias militares conjuntas, no que respeita ao apoio sanitário;

- x) Propor a definição de medidas relativas à orientação terapêutica e à normalização de procedimentos na área da saúde militar, e acompanhar a sua execução;
- y) Acompanhar a evolução da doutrina na área da saúde militar, quer de âmbito nacional, quer de outros países ou de organismos internacionais, e promover a sua atualização;
- z) Propor a representação do EMGFA em grupos de trabalho, nacionais e internacionais, no âmbito da doutrina militar e da normalização na área da saúde;
  - aa) Emitir pareceres técnicos e orientações sobre documentos e propostas de atividades que lhe sejam apresentados, no âmbito da saúde militar;
  - bb) Elaborar e promover programas de segurança e saúde no trabalho, de acordo com a legislação aplicável;
  - cc) Propor a realização e participação em missões de interesse público, no âmbito da saúde;
  - dd) Estudar a implementação de medidas relativas ao apoio e à prestação de cuidados de saúde aos deficientes das Forças Armadas, de acordo com orientações superiormente definidas, e acompanhar a sua execução;
  - ee) Promover a cooperação internacional com estruturas congêneres de saúde, designadamente no âmbito da CPLP, no quadro das políticas nacionais de cooperação;
  - ff) Acompanhar as atividades na área da saúde no âmbito da cooperação técnico-militar;
  - gg) Promover e acompanhar o desenvolvimento de projetos de investigação e desenvolvimento na área da saúde militar;
  - hh) Promover a simulação biomédica e a investigação;
  - ii) Propor a celebração de acordos e protocolos, na área da saúde, com outros serviços, entidades e organismos e contribuir para a elaboração dos termos de acordos e protocolos nacionais e internacionais de natureza estratégico-militar;
  - jj) Reforçar o CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

### **Artigo 57.º** **Repartição de Pessoal**

À Repartição de Pessoal compete:

- a) Estudar e promover a gestão global e a programação e afetação dos recursos humanos às estruturas de saúde militar, em coordenação com os ramos das Forças Armadas;
- b) Propor e difundir normas e orientações técnicas e outros instrumentos de apoio à gestão do pessoal de saúde;
- c) Coordenar o reforço do CCOM, com elementos da área da saúde, para apoio ao planeamento e para participação em exercícios combinados e conjuntos;
- d) Manter atualizada a base de dados do pessoal afeto à saúde militar;
- e) Propor as necessidades de formação no âmbito da saúde militar, incluindo as áreas de especialidade e de especialização, em coordenação com os ramos das Forças Armadas;
- f) Planear e programar o desenvolvimento dos recursos humanos através de atividades de formação, no âmbito da saúde militar;
- g) Promover ações tendentes à aquisição e incremento da experiência e da capacidade profissional, bem como ao aperfeiçoamento contínuo dos profissionais afetos à saúde militar, incluindo a participação em projetos de investigação;
- h) Promover a valorização da investigação e da participação na formação pré e pós-graduada;
- i) Promover o planeamento conjunto do ensino e da formação dos profissionais de saúde, em coordenação com as direções de saúde dos ramos das Forças Armadas.

### **Artigo 58.º** **Repartição de Logística**

À Repartição de Logística compete:

- a) Coordenar a elaboração do plano de atividades dos órgãos na direta dependência da DirSaM, garantindo a coerência com as políticas de saúde militar, contribuindo para a elaboração do plano de atividades do EMGFA;

- b) Coordenar a elaboração do relatório de atividades dos órgãos na dependência da DirSaM, contribuindo para a elaboração do relatório de atividades do EMGFA;
- c) Acompanhar a situação financeira das estruturas na dependência da DirSaM;
- d) Acompanhar os processos de contratualização, execução e revisão de contratos;
- e) Acompanhar a celebração e a execução dos acordos e protocolos, bem como efetuar a respetiva avaliação no âmbito da área de saúde;
- f) Propor a realização de auditorias administrativas;
- g) Planear e difundir orientações para a constituição de reservas estratégicas, de acordo com os planos superiormente aprovados;
- h) Contribuir para o processo de edificação das capacidades do sistema de forças ao longo de cada ciclo de planeamento e para a elaboração dos anteprojetos de propostas de Lei de Programação Militar e de Lei das Infraestruturas Militares na área da saúde;
- i) Propor e difundir normas e orientações técnicas e outros instrumentos de apoio no âmbito da saúde militar na área da logística;
- j) Emitir parecer sobre a afetação de recursos financeiros às estruturas na dependência da DirSaM;
- k) Contribuir para o levantamento das necessidades de investimento em equipamentos de saúde;
- l) Coordenar com os ramos das Forças Armadas, na vertente logística, as matérias relativas à saúde operacional, nomeadamente o apoio às forças em treino e operações e a prestação de cuidados de saúde nas unidades, estabelecimentos e órgãos das Forças Armadas;
- m) Promover e acompanhar a adequada gestão dos equipamentos e a definição de medidas relativas à catalogação e normalização de equipamentos;
- n) Coordenar a utilização das infraestruturas afetas à formação, materiais pedagógicos de apoio e outros recursos a utilizar nas diferentes atividades de formação;
- o) Monitorizar o apoio prestado ao HFAR pelo Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, ou pela entidade que a este suceda, no âmbito da aquisição, produção, armazenagem, distribuição e manutenção de material clínico, equipamento médico, medicamentoso e outros produtos de saúde.

## **SECÇÃO II**

### **Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar**

#### **Artigo 59.º**

##### **Missão e competências**

1 — A UEFISM tem por missão ministrar a formação, gerir o ensino pós-graduado não conferente de grau académico e coordenar os estudos de investigação clínica no âmbito da saúde militar.

2 — São competências da UEFISM:

- a) Realizar cursos de ensino pós-graduado no âmbito da saúde, em coordenação com instituições de ensino superior;
- b) Ministrar cursos de formação, no âmbito da saúde, não conferentes de grau académico;
- c) Promover e participar em projetos de investigação científica no âmbito da saúde militar, com o apoio de instituições científicas congéneres, nacionais e estrangeiras;
- d) Promover o conhecimento científico e tecnológico na área da saúde;
- e) Cooperar com a comunidade e apoiar o desenvolvimento na área da saúde, de acordo com as diretivas superiores;
- f) Ministrar o ensino, a formação e o treino, no âmbito da saúde militar, com recurso a práticas simuladas em modelos artificiais ou animais.

3 — As atividades de ensino pós-graduado não conferente de grau académico e de coordenação dos estudos de investigação clínica são desenvolvidas em afiliação com instituições de ensino superior universitário ou politécnico, através do Instituto Universitário Militar (IUM).

## **Artigo 60.º**

### **Estrutura**

A UEFISM tem a seguinte estrutura:

- a) O Departamento de Ensino e Formação (DEF);
- b) O Centro de Simulação Biomédica (CSB);
- c) O Serviço de Apoio.

## **Artigo 61.º**

### **Departamento de Ensino e Formação**

Ao DEF compete:

- a) Planear, programar, coordenar e avaliar a formação ministrada na UEFISM;
- b) Coordenar a elaboração do programa de formação da UEFISM;
- c) Executar a formação de saúde militar;
- d) Planear, programar e coordenar o ensino pós-graduado, em associação com instituições de ensino superior;
- e) Promover a elaboração de estudos na área da formação e do ensino pós-graduado em saúde militar;
- f) Coordenar os estudos de investigação clínica, no domínio da saúde militar, em afiliação com instituições civis e militares;
- g) Colaborar na execução do ensino pós-graduado, em associação com instituições de ensino superior.

## **Artigo 62.º**

### **Centro de Simulação Biomédica**

Ao CSB compete:

- a) Proceder a estudos técnicos que visem a qualidade da formação e ensino, com recurso a práticas simuladas;
- b) Executar a formação de saúde militar;
- c) Cooperar com entidades externas à UEFISM, no âmbito da simulação biomédica;
- d) Gerir a formação, ensino e o treino em saúde militar, usando práticas simuladas;
- e) Promover e compatibilizar as necessidades em meios humanos e materiais.

## **Artigo 63.º**

### **Serviço de Apoio**

Ao Serviço de Apoio compete, relativamente à UEFISM:

- a) Planear, organizar, assegurar e supervisionar o apoio administrativo e logístico;
- b) Assegurar a gestão financeira;
- c) Promover as atividades de manutenção e conservação;
- d) Garantir o funcionamento dos sistemas de comunicação e de informação;
- e) Assegurar o apoio administrativo e documental;
- f) Garantir o apoio às atividades de ensino e formação;
- g) Garantir e assegurar o apoio aos alunos e formandos;
- h) Promover as condições de ambiente, higiene, saúde e segurança no trabalho;
- i) Assegurar a segurança interna;
- j) Planear, organizar, assegurar e supervisionar o apoio administrativo e logístico.

### **SECÇÃO III**

#### **Hospital das Forças Armadas**

#### **Artigo 64.º**

##### **Hospital das Forças Armadas**

1 — O HFAr tem por missão prestar cuidados de saúde diferenciados aos militares das Forças Armadas, bem como à família militar e aos deficientes militares, podendo, na sequência de acordos que venha a celebrar, prestar cuidados de saúde a outros utentes.

2 — O HFAr é um órgão regulado por legislação própria.

### **CAPÍTULO X**

#### **Órgãos de apoio ao Estado-Maior-General das Forças Armadas**

#### **SECÇÃO I**

##### **Direção de Finanças**

#### **Artigo 65.º**

##### **Missão e estrutura**

1 — A Direção de Finanças (DirFin) tem por missão assegurar a administração dos recursos financeiros postos à disposição do EMGFA, de acordo com os planos e diretivas aprovadas pelo CEMGFA.

2 — A DirFin tem a seguinte estrutura:

- a) O Serviço de Auditoria Financeira e Patrimonial (SAFP), que é constituído pelas:
  - i) Repartição de Auditoria Financeira e Verificação de Contas;
  - ii) Secção de Análise de Procedimentos e Estudos Técnicos;
- b) O Serviço Administrativo e Financeiro (SAF), que é constituído pelas:
  - i) Repartição Administrativa e Financeira, que integra a Secção de Contabilidade e Finanças, a Secção de Execução Orçamental e a Secção de Tesouraria;
  - ii) Repartição de Aquisições e Contratos, que integra a Secção de Contratos e a Secção de Aquisições;
- c) A Repartição de Planeamento e Gestão Orçamental (RPGO), que integra a secção de Planeamento e Informação Orçamental e a Secção de Gestão Orçamental;
- d) A Repartição de Abonos (RA), que integra a Secção de Processamento de Vencimentos e a Secção de Avaliação de Abonos.
- e) O Posto de Controlo.

#### **Artigo 66.º**

##### **Serviço de Auditoria Financeira e Patrimonial**

Ao SAFP compete:

- a) Exercer a autoridade técnica sobre os órgãos do EMGFA com autonomia de execução orçamental e realizar auditorias no âmbito da administração financeira do EMGFA;
- b) Definir, relativamente aos órgãos do EMGFA com expressão orçamental, medidas de controlo interno que possibilitem um ajustamento rápido e efetivo em relação a incumprimentos verificados, bem como a oportuna implementação de recomendações efetuadas em sede de procedimentos de auditoria;
- c) Difundir aos órgãos do EMGFA os procedimentos técnicos relativos ao Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional, tendo em vista assegurar o cumprimento dos princípios do Plano Oficial de Contabilidade Pública e das obrigações fiscais do EMGFA;



- d) Propor as normas de execução necessárias ao funcionamento da administração financeira do EMGFA, garantindo a coordenação e um serviço de apoio técnico aos órgãos do EMGFA com expressão orçamental;
- e) Promover, em articulação com os órgãos do EMGFA com autonomia de execução orçamental, a preparação e disponibilização da informação financeira a entidades externas ao EMGFA, nos termos e prazos previstos na legislação e regulamentos em vigor;
- f) Preparar e garantir o envio da conta de gerência ao Tribunal de Contas, nos termos e prazos legalmente previstos;
- g) Receber, verificar e validar os documentos enviados à DirFin, para efeitos de elaboração de recomendações através de relatórios de verificação ou devolução;
- h) Manter organizado e atualizado o arquivo financeiro, patrimonial e orçamental do EMGFA;
- i) Centralizar a execução das obrigações do EMGFA, perante a autoridade tributária e as instituições de segurança social;
- j) Centralizar, elaborar e difundir, pelos órgãos do EMGFA com expressão orçamental, as normas e diretivas técnicas necessárias ao funcionamento da administração financeira do EMGFA, garantindo a oportuna disponibilização do apoio necessário;
- k) Fixar as normas internas relativas ao arquivo da documentação, de natureza orçamental, financeira e patrimonial, produzida pelos órgãos do EMGFA, salvaguardando a preservação da mesma em respeito pelos critérios e prazos legalmente previstos;
- l) Participar na realização de estudos e planeamento que lhe forem solicitados pelos órgãos do EMGFA, de acordo com as orientações superiormente definidas;
- m) Efetuar o controlo e a gestão dos perfis e acessos aos diferentes sistemas eletrónicos utilizados pelos órgãos do EMGFA e apoiar na formação dos seus utilizadores;
- n) Reforçar o CCOM, com elementos nomeados em ordem de batalha, quer em operações, quer para a realização de exercícios e treinos, nos planos externo e interno.

#### **Artigo 67.º**

##### **Serviço Administrativo e Financeiro**

Ao SAF compete:

- a) Promover a execução do orçamento do EMGFA, com base na expressão orçamental e no sistema de informação dos órgãos que o integram;
- b) Processar as contas correntes dos órgãos do EMGFA com expressão orçamental;
- c) Assegurar a execução de um adequado sistema contabilístico que integre as componentes orçamental, patrimonial e analítica, transversal a todos os órgãos do EMGFA;
- d) Efetuar e registar, de forma centralizada, o pagamento das despesas realizadas, com base nas dotações orçamentais atribuídas e fundos disponíveis, bem como arrecadar as receitas próprias do EMGFA;
- e) Promover a constituição de fundos de maneo, sob proposta de órgãos do EMGFA, e promover o respetivo controlo e reposição;
- f) Assegurar que o pagamento das despesas do EMGFA e que a prestação dos restantes serviços bancários se processem através da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E.;
- g) Promover, supervisionar e executar os procedimentos necessários à aquisição de bens e serviços e às empreitadas de obras públicas, no âmbito do EMGFA;
- h) Participar na realização de estudos e planeamento que lhe forem solicitados pelos órgãos do EMGFA, de acordo com as orientações superiormente definidas;
- i) Elaborar e controlar os processos aquisitivos no âmbito do EMGFA, de acordo com as regras da contratação pública.

#### **Artigo 68.º**

##### **Repartição de Planeamento e Gestão Orçamental**

À RPGO compete:

- a) Colaborar na elaboração do plano e do relatório anual de atividades do EMGFA;

- b) Coordenar e apoiar a preparação dos projetos de orçamento dos órgãos do EMGFA, tendo por referência o plano de atividades aprovado;
- c) Consolidar os projetos de orçamento dos órgãos do EMGFA, observando as orientações técnicas e os prazos definidos pela entidade coordenadora do MDN;
- d) Elaborar e disponibilizar à entidade coordenadora do MDN, após aprovação pelo CEMGFA, o projeto de orçamento do EMGFA;
- e) Ajustar o projeto de orçamento do EMGFA, em conformidade com orientações superiores;
- f) Colaborar no planeamento orçamental das forças e elementos nacionais destacados;
- g) Definir e implementar métricas de planeamento e indicadores estatísticos indispensáveis à monitorização da atividade desenvolvida no âmbito do empenhamento de forças e elementos nacionais destacados;
- h) Colaborar com a entidade coordenadora do MDN na harmonização da elaboração da parte relativa às Forças Armadas do anteprojecto de proposta de lei do orçamento da defesa nacional;
- i) Promover a execução, o controlo e a gestão do orçamento do EMGFA, com base na expressão orçamental e no sistema de informação dos órgãos que o integram;
- j) Elaborar e consolidar o Pedido de Libertação de Créditos do EMGFA e promover, junto da Direção-Geral do Orçamento, a libertação dos meios financeiros para utilização do EMGFA;
- k) Promover a preparação e o envio da informação financeira a prestar a entidades externas ao EMGFA, nos termos da legislação em vigor;
- l) Estabelecer e manter permanentemente atualizado um quadro de informação e de indicadores de gestão, nos âmbitos orçamental, financeiro e patrimonial, para apoio à decisão do CEMGFA e dos órgãos do EMGFA;
- m) Promover, em coordenação com o Serviço de Administração Financeira, os ajustamentos orçamentais adequados a otimizar a utilização das dotações atribuídas aos órgãos do EMGFA;
- n) Coordenar a execução financeira das capacidades e projetos inscritos na Lei de Programação Militar e na Lei das Infraestruturas Militares, tendo por referência a programação financeira aprovada.

### **Artigo 69.º** **Repartição de Abonos**

À RA compete:

- a) Elaborar e difundir as diretivas e normas técnicas específicas do processamento de abonos e descontos;
- b) Verificar e consolidar os elementos de informação necessários ao processamento dos abonos e descontos do pessoal militar e civil colocado no EMGFA;
- c) Assegurar o processamento dos abonos e descontos do pessoal militar e civil colocado no EMGFA, bem como o cumprimento das obrigações fiscais e contributivas, nos termos e prazos legalmente previstos.

### **SECÇÃO II** **Comando de Apoio Geral**

#### **Artigo 70.º** **Missão e estrutura**

1 — O Comando de Apoio Geral (CoAG) tem por missão assegurar o apoio administrativo, logístico e de segurança, bem como a gestão dos recursos patrimoniais, necessários ao funcionamento do EMGFA.

2 — O CoAG tem a seguinte estrutura:

- a) O Gabinete de Apoio ao Comandante;
- b) A Secretaria Central;
- c) O Sub-Registo;
- d) A Unidade de Apoio ao EMGFA (UnapEMGFA);
- e) A Unidade de Apoio ao Reduto Gomes Freire (UnapRGF);

f) A Unidade de Apoio ao Campus de Saúde Militar (UnapCSM).

3 — O CoAG integra ainda na sua estrutura, no âmbito das responsabilidades nacionais, a Estação Ibéria OTAN.

### **Artigo 71.º** **Gabinete de Apoio ao Comandante**

Ao Gabinete de Apoio ao Comandante compete:

- a) Prestar apoio técnico e administrativo ao Comandante do CoAG;
- b) Assegurar a gestão centralizada do pessoal militar e civil das unidades, estabelecimentos e órgãos na dependência do CEMGFA;
- c) Assegurar a gestão centralizada do património do EMGFA, sem prejuízo das competências das unidades de apoio.

### **Artigo 72.º** **Secretaria Central**

À Secretaria Central compete:

- a) Elaborar a ordem de serviço do EMGFA;
- b) Processar as guias de marcha do pessoal colocado na estrutura orgânica do EMGFA, incluindo quando destinado a cargos internacionais e às missões militares no estrangeiro, na sua apresentação e no fim da comissão de serviço;
- c) Processar as guias de marcha do pessoal que transita pelo EMGFA para o cumprimento de missões específicas;
- d) Coligir e disponibilizar a informação dos movimentos de pessoal referidos nas alíneas b) e c), de acordo com as diretivas superiores;
- e) Proceder à receção e encaminhamento da correspondência dirigida ao EMGFA, de acordo com as diretivas superiores;
- f) Proceder ao envio da correspondência do EMGFA para o exterior, de acordo com as diretivas superiores.

### **Artigo 73.º** **Missão e estrutura da Unidade de Apoio ao Estado-Maior-General das Forças Armadas**

1 — A UnapEMGFA tem por missão assegurar o apoio administrativo, logístico e de segurança, bem como a gestão dos recursos patrimoniais, necessários ao funcionamento do EMGFA e dos órgãos por este apoiados.

2 — A UnapEMGFA tem a seguinte estrutura:

- a) O Comando;
- b) A Subunidade de Pessoal e Segurança;
- c) O Serviço de Logística;
- d) O Serviço de Apoio Geral.

### **Artigo 74.º** **Missão e estrutura da Unidade de Apoio ao Reduto Gomes Freire**

1 — A UnapRGF tem por missão assegurar o apoio administrativo, logístico e de segurança aos organismos nacionais e internacionais instalados no Reduto Gomes Freire e efetuar a gestão dos seus recursos patrimoniais.

2 — A UnapRGF tem a seguinte estrutura:

- a) O Comando;

- b) A Subunidade de Pessoal e Segurança;
- c) O Serviço de Logística e Finanças;
- d) O Serviço de Apoio Geral.

#### **Artigo 75.º**

##### **Missão e estrutura Unidade de Apoio ao Campus de Saúde Militar**

1 — A UnapCSM tem por missão assegurar o funcionamento administrativo e logístico dos espaços, instalações, equipamentos e atividades do Campus de Saúde Militar e prestar apoio administrativo, logístico e de segurança aos órgãos do EMGFA localizados neste Campus.

2 — A UnapCSM pode prestar apoio administrativo-logístico aos órgãos dos ramos das Forças Armadas localizados no CSM, nos termos a definir através de protocolos a celebrar para o efeito.

3 — A UnapCSM tem a seguinte estrutura:

- a) O Comando;
- b) A Subunidade de Pessoal e Segurança;
- c) O Serviço de Logística e Finanças;
- d) O Serviço de Apoio Geral.

### **CAPÍTULO XI**

#### **Outros órgãos na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas**

#### **Artigo 76.º**

##### **Instituto Universitário Militar**

1 — O IUM tem por finalidade o desenvolvimento das atividades de ensino, investigação, apoio à comunidade, cooperação e intercâmbio com base num modelo de ensino superior militar, em que a progressão na carreira resulte da articulação coerente da formação inicial com a formação complementar ao longo da vida.

2 — O IUM rege-se por legislação própria.

#### **Artigo 77.º**

##### **Missões militares no estrangeiro**

As missões militares no estrangeiro são reguladas por legislação própria.

### **CAPÍTULO XII**

#### **Disposições transitórias e finais**

#### **Artigo 78.º**

##### **Norma transitória**

A UEFISM entra em funcionamento com a extinção da Escola do Serviço de Saúde Militar.

#### **Artigo 79.º**

##### **Cooperação institucional**

No desenvolvimento das respetivas atribuições e competências nas áreas complementares, o EMGFA deve assegurar, de forma recíproca e permanente, a devida articulação com os serviços centrais do MDN.

**Artigo 80.º**  
**Entrada em vigor**

O presente decreto regulamentar entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de junho de 2015. — *Paulo Sacadura Cabral Portas* — *Hélder Manuel Gomes dos Reis* — *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral* — *Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues*.

Promulgado em 27 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 30 de julho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

(DR, 1.ª Série, n.º 148, 31jul15)

**Decreto Regulamentar n.º 14/2015**  
**de 31 de julho**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), e a subsequente Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou a Reforma “Defesa 2020”, definiram as orientações políticas para a implementação da reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas.

No âmbito desta reforma, o Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, aprovou a nova orgânica do Ministério da Defesa Nacional (MDN), tendo em vista a simplificação e otimização dos serviços, ajustando-os em função das boas práticas, mantendo como referencial a racionalização das estruturas orgânicas da Administração Pública e do seu modo de funcionamento, à luz dos objetivos de modernização administrativa, melhoria de funcionamento, economia de meios e redução da despesa pública.

Foi então preconizado o aprofundamento da reorganização dos serviços centrais, através da criação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, resultante da fusão da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar com a Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, e o reforço das atribuições da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) e da Secretaria-Geral do MDN.

O mencionado decreto-lei inclui, como novas atribuições do MDN, a coordenação da execução de componentes não militares da política de defesa nacional que se insiram no âmbito de outros ministérios, nomeadamente, na preparação e adaptação dos serviços para o estado de guerra, o estado de sítio e o estado de emergência, bem como na mobilização e requisição, na gestão de crises e o assegurar da resposta nacional no âmbito da gestão de crises no quadro das alianças de que Portugal seja membro, e ainda assegurar a monitorização e apoiar a implementação das ações relativas às estratégias sectoriais identificadas no CEDN.

No quadro do MDN, cabe à DGPDN, mantendo as suas competências tradicionais na área das relações externas e da cooperação internacional de defesa, incluindo a cooperação técnico-militar, assumir estas novas responsabilidades de natureza interna no domínio da política de defesa nacional, importando ajustar a sua estrutura orgânica a esta nova realidade.

A presente reestruturação da DGPDN respeita e mantém, plenamente, os princípios de eficiência e racionalidade na utilização dos recursos públicos, designadamente humanos e orçamentais.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, e nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**Artigo 1.º**  
**Natureza**

A Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, abreviadamente designada por DGPDN, é um serviço central da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa.

## **Artigo 2.º**

### **Missão e atribuições**

1 — A DGPDN tem por missão apoiar a formulação, coordenação e execução da política de defesa nacional, do planeamento estratégico e das relações externas de defesa, competindo-lhe ainda promover e coordenar a política de cooperação no domínio da defesa.

2 — A DGPDN prossegue as seguintes atribuições:

a) Apoiar o Ministro da Defesa Nacional na direção da atividade interministerial de execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas, em articulação com o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), os serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e outros ministérios, nomeadamente quanto à execução de componentes não militares da política de defesa nacional e ao estudo e planeamento da forma de participação destas componentes no apoio às operações militares, assim como, no âmbito da gestão de crises, a resposta nacional da componente militar, no quadro das alianças de que Portugal seja membro;

b) Acompanhar e analisar a evolução da conjuntura internacional e as suas implicações estratégicas na área da segurança e defesa;

c) Estabelecer e implementar a metodologia de monitorização da implementação das ações relativas às estratégias sectoriais identificadas no Conceito Estratégico de Defesa Nacional;

d) Coordenar o desenvolvimento do planeamento estratégico de defesa;

e) Participar na elaboração das propostas de lei de programação militar e de programação das infraestruturas militares;

f) Estudar e elaborar pareceres, propostas e recomendações sobre as orientações de nível político-estratégico e os objetivos nacionais no âmbito da segurança e defesa, assegurando a articulação e a coerência das prioridades estratégicas superiormente definidas, incluindo as relativas ao empenhamento nacional em missões internacionais;

g) Planear e desenvolver as relações externas de defesa, em coordenação com as Forças Armadas e os outros serviços centrais do MDN, e em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, observando o princípio da unidade da ação externa e utilizando diretamente, através de relacionamento funcional, os adidos de defesa, ao nível político-estratégico e da cooperação no domínio da defesa, sem prejuízo da respetiva dependência orgânica;

h) Assegurar e identificar novas oportunidades no relacionamento bilateral e multilateral na área da defesa, contribuindo para a prossecução dos interesses nacionais;

i) Assessorar o Ministro da Defesa Nacional na negociação e celebração de convenções, acordos e tratados internacionais, bem como de outros instrumentos jurídicos internacionais no âmbito das relações externas da defesa nacional;

j) Assegurar, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o relacionamento bilateral e multilateral no âmbito da cooperação no domínio da defesa, concebendo e negociando os respetivos programas, incluindo os de cooperação técnico-militar, bem como coordenando, monitorizando e avaliando a sua execução.

## **Artigo 3.º**

### **Órgãos**

A DGPDN é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por um subdiretor-geral, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau, respetivamente.

## **Artigo 4.º**

### **Diretor-geral**

1 — Compete ao diretor-geral dirigir e orientar a ação dos órgãos e serviços da DGPDN, nos termos das competências que lhe sejam conferidas por lei ou que nele sejam delegadas ou subdelegadas.

2 — O subdiretor-geral exerce as competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo diretor-geral, competindo substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

**Artigo 5.º****Tipo de organização interna**

A organização interna da DGPDN obedece ao modelo de estrutura hierarquizada.

**Artigo 6.º****Receitas**

1 — A DGPDN dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe sejam atribuídas no Orçamento do Estado.

2 — A DGPDN dispõe ainda das seguintes receitas próprias:

- a) As quantias cobradas pela prestação de serviços no âmbito das suas atribuições;
- b) O produto da venda de publicações e de trabalhos por si editados;
- c) Os subsídios, subvenções, participações, doações e legados de entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- d) O rendimento dos bens que possua a qualquer título;
- e) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou a outro título lhe sejam atribuídas.

3 — As quantias cobradas pela DGPDN são fixadas e periodicamente atualizadas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, tendo em atenção os meios humanos e materiais mobilizados em cada caso, podendo ainda ser tidos em conta os custos indiretos de funcionamento.

**Artigo 7.º****Despesas**

Constituem despesas da DGPDN as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

**Artigo 8.º****Mapa de cargos de direção**

Os lugares de direção superior de 1.º e 2.º grau e de direção intermédia de 1.º grau constam do mapa anexo ao presente decreto regulamentar, do qual faz parte integrante.

**Artigo 9.º****Norma revogatória**

É revogado o Decreto Regulamentar n.º 4/2012, de 18 de janeiro.

**Artigo 10.º****Entrada em vigor**

O presente decreto regulamentar entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de junho de 2015. — *Paulo Sacadura Cabral Portas — Hélder Manuel Gomes dos Reis — Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete — Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral.*

Promulgado em 26 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 30 de julho de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho.*

**ANEXO****(a que se refere o artigo 8.º)****Mapa de pessoal dirigente**

Designação dos cargos dirigentes	Qualificação dos cargos dirigentes	Grau	Número de lugares
Diretor-geral	Direção superior	1.º	1
Subdiretor-geral	Direção superior	2.º	1
Diretor de serviços	Direção intermédia	1.º	3

(DR, 1.ª Série, n.º 148, 31jul15)

**V — PORTARIAS****Ministério da Defesa Nacional****Gabinete do Ministro****Portaria n.º 510/2015**

Tendo presente a situação de crise na Ucrânia, o Conselho do Atlântico Norte aprovou um conjunto de medidas imediatas e de carácter defensivo, designadas por *Immediate Assurance Measures*, destinadas a demonstrar a coesão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o seu compromisso com a defesa coletiva, face a qualquer possível ameaça.

Considerando os desenvolvimentos ocorridos, foram estabelecidas diretrizes estratégicas que permitem implementar um plano de transição das *Immediate Assurance Measures* para as *Assurance Measures*.

Portugal, membro fundador da OTAN, mantém o seu empenhado no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos no âmbito desta organização, nomeadamente através da participação em missões de apoio à paz, em que se enquadra a missão da OTAN no âmbito das *Assurance Measures*.

Face às medidas apresentadas e aos requisitos operacionais e meios solicitados pela OTAN aos seus Estados membros, Portugal respondeu aos seus compromissos neste âmbito, participando nesta missão.

Pelo exposto, e considerando que o estatuto dos militares das Forças Armadas envolvidos em missões humanitárias e de paz fora do território nacional, no quadro dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, definido no Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de dezembro, com as alterações identificadas em baixo, se deve aplicar aos militares que participam na referida missão da OTAN;

Considerando que o Conselho Superior de Defesa Nacional emitiu parecer favorável à participação de Portugal nesta missão, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto;

Considerando que a Assembleia da República foi informada, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto;

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 12.º e das alíneas f) e n) do n.º 3 do artigo 14.º, ambos da Lei de Defesa Nacional e nos termos do disposto no artigo 1.º e no n.º 1 do artigo 2.º do



Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 348/99, de 27 de agosto e 299/2003, de 4 de dezembro, determina o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1 — Fica o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas autorizado a empregar e sustentar, como participação de Portugal para a missão da OTAN no âmbito das *Assurance Measures*, um esquadrão, com um efetivo até 140 militares, e dois oficiais de ligação, na Lituânia, por um período de quatro meses.

2 — De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99, de 30 de dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 23, de 29 de janeiro de 1999, os militares que integram a participação nacional na missão da OTAN prevista no n.º 1 desempenham funções em países ou territórios que se consideram de classe A.

3 — Os encargos decorrentes da participação nacional prevista no n.º 1 são suportados pela dotação orçamental inscrita para as Forças Nacionais Destacadas de 2015.

4 — A presente portaria produz efeitos desde 28 de março de 2015.

25 de junho de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 129, 06jul15)

## VI — DESPACHOS

### Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional

#### Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional

#### Despacho n.º 7 742-A/2015

Considerando que a política de modernização das Forças Armadas prossegue objetivos de reorganização das suas instalações militares, de modo a garantir elevados padrões de eficácia e eficiência, alcançados com o reaproveitamento do património excedentário ou inadequado afeto à Defesa Nacional.

Considerando que a rentabilização dos imóveis, disponibilizados pelo reajustamento do dispositivo militar, visa gerar meios que possibilitem a melhoria das condições de operacionalidade requeridas pelas missões das Forças Armadas.

Considerando que o Exército não antevê qualquer utilização futura para o imóvel designado por PM 71/Lisboa - Convento do Coleginho, disponibilizando-o para rentabilização, com os inerentes benefícios financeiros e contributo para a gestão racional do património do Estado afeto à Defesa Nacional;

Considerando que o imóvel foi desafetado do domínio público militar pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 9/2015, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 43, de 3 de março, com vista à sua rentabilização.

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) manifestou interesse na aquisição do imóvel com vista à sua requalificação por forma a permitir dar resposta social e cultural às comunidades da Mouraria;

Considerando que a SCML é uma pessoa coletiva de utilidade pública e uma Instituição de referência no que respeita ao desenvolvimento de atividades sociais de apoio às comunidades mais desfavorecidas;

Considerando que nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto a venda de imóveis poderá ser realizada por ajuste direto se o adquirente for pessoa coletiva de utilidade pública e o imóvel se destine direta e imediatamente à realização dos seus fins por um período determinado;

Considerando que o PM 71/Lisboa tem a situação jurídico-registral regularizada e foi objeto de avaliação por parte da Direção-Geral do Tesouro e Finanças/Ministério das Finanças sendo-lhe atribuído o valor de € 698 000,00.

Determina-se:

1 — A alienação, por ajuste direto, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa do imóvel designado por “PM 71/Lisboa - Convento do Coleginho”, sito na Rua Marquês de Ponte de Lima, n.º 13, freguesia de Santa Maria Maior (anterior freguesia do Socorro), concelho de Lisboa, inscrito na matriz urbana sob o artigo 3 105 da referida freguesia e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o n.º 506/20150304 em nome do Estado Português, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto n.º 280/2007, de 7 de agosto.

2 — A presente alienação é efetuada mediante a contrapartida financeira de € 698 000,00 e tem como finalidade a requalificação do imóvel por forma a permitir dar resposta social e cultural às comunidades da Mouraria, por um período de 10 anos.

3 — O referido montante terá a seguinte afetação:

a) 5%, no montante de € 34 900,00 à Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional [Capítulo 01.05.01 - (F.F.123) - 02.02.25 - Outros Serviços], nos termos do n.º 4 do art.º 9, do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto;

b) 5%, no valor de € 34 900,00 à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 13.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;

c) 5%, no valor de € 34 900,00 ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 13.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;

d) O restante, no valor de € 593 300,00 ao Ministério da Defesa Nacional [Capítulo 01.05.01 - (F.F. 123) - 07.01.14 - Investimentos Militares], com vista à construção e manutenção de infraestruturas afetas ao Ministério da Defesa Nacional e para aquisição de equipamentos e bens necessários à modernização e operacionalidade das Forças Armadas, nos termos do art.º 9, do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, conjugado com a alínea c) do n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

4 — A formalização do respetivo procedimento cabe à Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos termos do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.

6 de julho de 2015. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 134, 1.º Supl, 13jul15)

**Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e da  
Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional**

**Despacho n.º 7 325/2015**

Considerando a Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2008, de 7 de fevereiro, que define as orientações para a reorganização da estrutura superior da defesa nacional e das Forças Armadas, prevendo a criação de um Hospital único das Forças Armadas;

Considerando o Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, que criou o Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR), a instalar no espaço físico onde se encontrava implantado o Hospital da Força Aérea, em Lisboa;

Considerando o Despacho n.º 67/MDN/2013, de 27 de maio, que cria o Campus de Saúde Militar a implementar no imóvel designado por “Base do Lumiar/Hospital Militar da Força Aérea”;

Considerando que, nos termos do referido Despacho, o processo de fusão hospitalar prevê a progressiva desativação dos atuais hospitais militares, não se perspetivando outra ocupação para estas instalações, as quais são, assim, disponibilizadas para rentabilização;

Considerando que, através do Despacho n.º 8 430/2013, de 5 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 28 de junho, a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional

determinou o desenvolvimento das ações necessárias à rentabilização de um conjunto de imóveis associados à Saúde Militar, do qual constam o PM 200/Lisboa — Cerca do Convento da Estrela — Ala norte e o PM216/Lisboa — Casa de Saúde da Família Militar, os quais constituem o prédio urbano inscrito na matriz predial urbana da freguesia da Estrela, sob o artigo 3 012, omissa na Conservatória do Registo Predial;

Considerando que o referido prédio urbano foi objeto de avaliação pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças que homologou o valor de € 14 883 000,00;

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) com atividade também desenvolvida na área da saúde, manifestou interesse na utilização deste imóvel, com carácter de urgência, na medida em que pretende alargar o seu campo de atuação ao nível dos Cuidados Paliativos, Pequenas Cirurgias e Cuidados Continuados Integrados Pediátricos;

Considerando que a SCML é uma pessoa coletiva de utilidade pública e uma Instituição de referência no que respeita ao desenvolvimento de atividades sociais de apoio às comunidades mais desfavorecidas;

Considerando que a Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio, que aprova a Lei das Infraestruturas Militares remete para despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional a gestão dos imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização;

Considerando que, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, aplicável ex vi artigo 6.º da Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio, a venda de imóveis pode ser realizada por ajuste direto se o adquirente for pessoa coletiva de utilidade pública, e o imóvel se destine direta e imediatamente à realização dos seus fins por um período determinado;

Considerando que o PM 200/Lisboa — Cerca do Convento da Estrela — Ala norte e o PM216/Lisboa — Casa de Saúde da Família Militar, integram o domínio público militar e que a desafetação desse domínio é condição necessária à sua rentabilização;

Assim, ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º, do n.º 1 do artigo 7.º e do n.º 3 do artigo 8.º da Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio, determina-se:

1 — Disponibilizar para rentabilização o PM 200/Lisboa — Cerca do Convento da Estrela — Ala Norte e o PM 216/Lisboa - Casa de Saúde da Família Militar.

2 — Desafetar do domínio público militar e integrar no domínio privado do Estado, afeto ao Ministério da Defesa Nacional, o PM 200/Lisboa — Cerca do Convento da Estrela — Ala Norte e o PM216/Lisboa - Casa de Saúde da Família Militar, que constituem o prédio urbano inscrito na matriz predial urbana da freguesia da Estrela, sob o artigo 3012, omissa na Conservatória do Registo Predial.

3 — Autorizar a alienação, por ajuste direto, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) do prédio urbano referido no número anterior, mediante a contrapartida financeira de € 14 883 000,00 para implementação de Unidades de Cuidados Paliativos, Pequenas Cirurgias e Cuidados Continuados Integrados Pediátricos, por um período de 30 anos, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, ex vi artigo 6.º da Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio.

4 — Que, nos termos do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio, a afetação do valor de € 14 883 000,00 seja a seguinte:

a) 5%, no montante de € 744 150,00, à Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional [Capítulo 01.05.01 — (F.F.123) — 02.02.25 — Outros Serviços];

b) 5%, no valor de € 744 150,00, à Direção-Geral do Tesouro e Finanças;

c) O restante, no valor de € 13 394 700,00 à execução da Lei de Programação das Infraestruturas Militares.

5 — A formalização do procedimento respeitante à presente alienação, cabe à Direção-Geral do Tesouro, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º da Lei Orgânica n.º 6/2015 de 18 de maio.

22 de junho de 2015. — Pela Ministra de Estado e das Finanças, *Hélder Manuel Gomes dos Reis*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento. — A Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

**Ministério da Defesa Nacional****Gabinete do Ministro****Despacho n.º 7 400/2015**

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 3 718/2014, de 25 de fevereiro, de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 49, de 11 de março de 2014, estão sujeitas a prévia concordância as autorizações de despesas superiores a € 299 27874, relativas a Construções e Grandes Reparações;

Considerando que, no âmbito da reestruturação do Exército se torna fundamental o lançamento do procedimento pré-contratual que permita a execução da empreitada de obras públicas com a designação «PM 014/PORTO — Quartel em Santo Ovídeo — Intervenções diversas para instalação da repartição de Recrutamento e requalificação da Casa de Sargentos».

Assim, atento o anteriormente exposto:

Autorizo o lançamento da empreitada de obras públicas com a designação «PM 014/PORTO — Quartel em Santo Ovídeo — Intervenções diversas para instalação da repartição de Recrutamento e requalificação da Casa de Sargentos», com o preço base de € 378 140,00.

25 de junho de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 129, 06jul15)

**Despacho n.º 7 401/2015**

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 3 718/2014, de 25 de fevereiro, de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 49, de 11 de março de 2014, estão sujeitas a prévia concordância as autorizações de despesas superiores a € 299 27874, relativas a Construções e Grandes Reparações;

Considerando que, no âmbito da reestruturação do Exército se torna fundamental o lançamento do procedimento pré-contratual que permita a execução da empreitada de obras públicas com a designação “PM 007/Vila Nova de Gaia – Quartel da Serra do Pilar e Campo de Manobras – Remodelações Diversas para Instalação do Centro de Recrutamento do Porto e PJM”.

Assim, atento o anteriormente exposto:

Autorizo o lançamento da empreitada de obras públicas com a designação “PM 007/Vila Nova de Gaia – Quartel da Serra do Pilar e Campo de Manobras – Remodelações Diversas para Instalação do Centro de Recrutamento do Porto e PJM”, com o preço base de € 350 000,00.

25 de junho de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 129, 06jul15)

**Despacho n.º 7 402/2015**

Considerando que a sociedade por quotas Mil — Parts Technologies Suport, Unipessoal, Lda, com sede na R. Curvo Semedo, n.º 5, Pinhal do Conde da Cunha, 2845-226 Foros de Amora, requereu, ao abrigo do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 397/98, de 17 de dezembro, revogado pela Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, o acesso ao exercício da atividade de comércio de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa e a autorização para alterar e registar o seu objeto social em conformidade;

Considerando que, pelo Despacho n.º 14 102/2009, de 29 de maio, de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República* n.º 119, de 23 de junho de 2009, foi autorizado o respetivo exercício;

Considerando que a Credenciação de Segurança Nacional é um dos requisitos necessários para iniciar e manter a autorização ministerial para o exercício da respetiva atividade, nos termos da alínea d) do artigo 12.º da Lei 49/2009, de 5 de agosto;

Considerando que a Autoridade Nacional de Segurança concedeu a Credenciação de Segurança Nacional, através do Despacho n.º 15/SIND/ANS/2009;

Considerando o facto da Credenciação de Segurança Nacional ter deixado de vigorar em 29 de março de 2015;

Assim, nos termos atrás descritos, constato a caducidade da Licença concedida à empresa Mil — Parts Technologies Suport, Unipessoal, Lda.

O presente despacho produz efeitos retroativos a 29 de março de 2015.

25 de junho de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 129, 06jul15)

### **Despacho n.º 7 567/2015**

A sociedade comercial Alpha C2 - Comercialização de Sistemas Eletrónicos e de Comunicações, Lda., com sede em Av. José Malhoa, n.º 2 - Tardoz, Escritório 1.1, 1070-325 Lisboa, requereu, ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 49/2009, de 5 de agosto, o acesso ao exercício das atividades de indústria e comércio de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa e a autorização para registar o novo objeto social.

O projeto de objeto social proposto pela empresa está em conformidade com o previsto na Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, na medida em que inclui a indústria e o comércio de bens e tecnologias militares na sua atividade.

A sociedade Alpha C2 - Comercialização de Sistemas Eletrónicos e de Comunicações, Lda., cumpre os requisitos cumulativos para o pedido de licença para autorização do exercício das atividades pretendidas, previstos no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto.

Assim, tendo em consideração o conteúdo da Informação n.º 667 da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, de 23 de junho de 2015, respetivos anexos, e despachos nela exarados, que afirmam encontrarem-se reunidas todas as condições para a concessão da autorização pretendida, autorizo, a empresa Alpha C2 - Comercialização de Sistemas Eletrónicos e de Comunicações, Lda., a incluir no seu objeto social, que a seguir se transcreve, a atividade de indústria e comércio de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa:

“ALPHA C2 – Comércio e Indústria de Sistemas Eletrónicos de Comunicações e de Tecnologias Militares”.

30 de junho de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 132, 09jul15)

### **Despacho n.º 7 628/2015**

1 — Nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e no artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, delego no Diretor do Instituto da Defesa Nacional (IDN), MGen (19384073) **Vítor Daniel Rodrigues Viana**, a competência para, no âmbito do respetivo Instituto:

a) Autorizar a inscrição e participação de pessoal em congressos, seminários, colóquios, reuniões, estágios, ações de formação ou outras missões específicas no estrangeiro e que impliquem deslocações, desde que integrados em atividades do Instituto ou inseridos em planos aprovados, bem como devidamente orçamentados, e tendo em consideração as medidas de contenção da despesa pública;

b) Autorizar deslocações em serviço, incluindo ao estrangeiro e no estrangeiro, e em território nacional do pessoal afeto ao IDN, bem como o respetivo processamento de despesas, com ou sem abono antecipado de ajudas de custo, tendo em consideração as medidas de contenção da despesa pública;

c) Conferir posse ao pessoal dirigente cuja competência de nomeação me esteja legalmente cometida;

d) Autorizar a prestação do trabalho suplementar nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 120.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sem prejuízo do previsto no artigo 45.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;

e) Autorizar a concessão de licenças sem remuneração por um ano e regresso antecipado e de licenças sem remuneração de longa duração e o regresso à atividade, nos termos definidos na lei;

f) Autorizar a acumulação de atividades ou funções, públicas ou privadas, nos termos da lei;

g) Autorizar funcionários e agentes a conduzir viaturas do Estado que estejam afetas ao IDN, nos termos da lei.

2 — As competências delegadas pelo presente despacho podem ser subdelegadas, no todo ou em parte.

3 — Ficam revogados os anteriores despachos de delegação de competências.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor do Instituto da Defesa Nacional que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

1 de julho de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 133, 10jul15)

### **Despacho n.º 8 324/2015**

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 3 718/2014, de 25 de fevereiro, de Sua Exa. o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 11 de março de 2014, estão sujeitas a prévia concordância as autorizações de despesas superiores a € 299 27874, relativas a Construções e Grandes Reparações;

Considerando que, no âmbito da higiene e segurança alimentar e da segurança física das instalações se torna fundamental o lançamento do procedimento pré-contratual que permita a execução da empreitada de obras públicas com a designação “PM 026/Funchal – Quartel da Nazaré (RG3) – “Reparação Geral da Cozinha e Refeitório e Remodelação da Arrecadação de Material de Guerra”;

Considerando ainda que, no âmbito da reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado, se torna fundamental a prossecução de intervenções que visem garantir a sua preservação de acordo com os princípios da boa gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado;

Assim, atento o anteriormente exposto:

Autorizo o lançamento da empreitada de obras públicas com a designação “PM 026/Funchal – Quartel da Nazaré (RG3) – “Reparação Geral da Cozinha e Refeitório e Remodelação da Arrecadação de Material de Guerra”, com o preço base de € 425 000,00.

14 de julho de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 147, 30jul15)

### **Estado-Maior-General das Forças Armadas**

#### **Instituto de Estudos Superiores Militares**

### **Despacho n.º 7 569/2015**

#### **Subdelegação de competências no Chefe dos Serviços de Apoio do Instituto de Estudos Superiores Militares**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 7 069/2015, de 08 de junho de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 26 de junho de 2015, subdelego

no Chefe dos Serviços de Apoio do Instituto de Estudos Superiores Militares, Cor Cav (03240582) **José Túlio Marques da Silva**, no âmbito da missão e dos objetivos definidos para o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), a competência para:

- a) Concessão de facilidades para estudos e para a prática de atividades desportivas a pessoal civil, sargentos e praças;
- b) Autorizar a inscrição e participação de pessoal civil em ações de formação, desde que integrados em atividades do IESM e inseridos em planos aprovados, bem como devidamente orçamentados;
- c) Autorizar a condução de viaturas afetas ao IESM, nos termos do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril e 55-A/2010, de 31 de dezembro;
- d) Autorizar em matérias de transporte, nos termos do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 430/86, de 30 de dezembro;

2 — Ficam por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Chefe dos Serviços de Apoio a partir de 04 de maio de 2015, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

30 de junho de 2015. — O Diretor, *Rui Manuel Xavier Fernandes Matias*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 132, 09jul15)

### **Despacho n.º 8 075/2015**

Nos termos do disposto nos artigos 75.º a 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, após parecer favorável dos Conselhos Científico e Pedagógico do IESM, do Conselho de Chefes de Estado-Maior, teve aprovação por Despacho de S. Exa o MDN, de 15 de janeiro de 2015, ouvido o Conselho de Ensino Superior Militar, a alteração ao 2.º ciclo em Ciências Militares — Segurança e Defesa.

Este ciclo de estudos foi objeto de decisão favorável de acreditação pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, tendo sido registado na Direção-Geral do Ensino Superior em 03 de janeiro de 2013 com o n.º R/A-Cr 215/2012.

#### **1.º**

#### **Alteração**

Considerando a alteração necessária ao adequado funcionamento do ciclo de estudos, a estrutura curricular e o plano de estudos são os que constam do anexo ao presente despacho e que dele fazem parte integrante.

#### **2.º**

#### **Entrada em vigor**

Esta alteração foi registada pela Direção-Geral do Ensino Superior em 26 de junho de 2015 com o n.º R/A-Cr 215/2012/AL01 e entra em vigor no ano letivo de 2015/2016.

3 de julho de 2015. — O Diretor, *Rui Manuel Xavier Fernandes Matias*, Tenente-General.

### **Mestrado em Ciências Militares — Segurança e Defesa**

- 1 — Estabelecimento de ensino: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- 2 — Unidade orgânica: não aplicável.
- 3 — Curso: Mestrado em Ciências Militares — Segurança e Defesa.
- 4 — Grau ou diploma: Mestre.

5 — Área científica predominante do curso: Ciências Militares.

6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 120 ECTS.

7 — Duração normal do curso: 2 anos — 4 Semestres.

8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture: não aplicável.

9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares — Segurança e Defesa:

### QUADRO N.º 1

Área Científica	Sigla	Créditos
Ciências da Gestão .....	SG	6
Ciências Políticas .....	CP	5
Comportamento Humano em Contexto Militar ....	CHCM	5
Estudo das Crises e dos Conflitos Armados .....	ECCA	13
Operações Militares .....	OM	22
Ciências Militares .....	CM	69
<i>Total</i>		120

10 — Plano de estudos

### Plano de estudos do Mestrado em Ciências Militares — Segurança e Defesa

#### 1.º Ano, 1.º Semestre

### QUADRO N.º 2

Unidades curriculares	Área Científica	Tipo	Tempo de Trabalho (horas)									Créditos	Observações
			Total	Contacto									
				T	TP	PL	TC	S	E	OT	O		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)								(6)	(7)
Gestão das Organizações.....	CG	Semestral.	50	16				2				2	
Administração de Recursos....	CG	Semestral.	100	27			4	28		3	12	4	CH
Comando e Liderança .....	CHCM	Semestral.	75	8			8	4		1	9	3	CH
Comunicação e Relações Públicas.....	CHCM	Semestral.	50	6	20		4	4				2	D/CH
Direito Internacional Público..	CP	Semestral.	50	20								2	CH
Geopolítica.....	CP	Semestral.	75	18	12							3	
Contexto Internacional.....	ECCA	Semestral.	75	3	27							3	
Guerra e Paz.....	ECCA	Semestral.	75	2	24							3	
História Militar.....	ECCA	Semestral.	50	15	8							2	

(7) Assinalar quando a UC é optativa. N: nova; D: deslocada de ano/semestre; DEN: denominação alterada; CH: alteração das horas de contacto; CR: alteração do n.º de créditos



**1.º Ano, 2.º Semestre****QUADRO N.º 3**

Unidades curriculares	Área Científica	Tipo	Tempo de Trabalho (horas)									Créditos	Observações
			Total	Contacto									
				T	TP	PL	TC	S	E	OT	O		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)								(6)	(7)
Planeamento Estratégico.....	ECCA	Semestral.	75	10	6			12				3	CH
Estudos Estratégicos.....	ECCA	Semestral.	50	2	18							2	
Enquadramento Doutrinário das Operações.....	OM	Semestral.	75	18	7			4				3	CH
Planeamento de Operações e Arte Operacional.....	OM	Semestral.	200	5	19						50	8	CH
Planeamento de Operações Nacional.....	OM	Semestral.	150	5	20						39	6	
Gestão Operacional.....	OM	Semestral.	75	2	9							3	CH
Planeamento e Conduta de Exercícios.....	OM	Semestral.	50	6	19							2	D

(7) Assinalar quando a UC é optativa. N: nova; D: deslocada de ano/semestre; DEN: denominação alterada; CH: alteração das horas de contacto; CR: alteração do n.º de créditos

**1.º Ano, Anual****QUADRO N.º 4**

Unidades curriculares	Área Científica	Tipo	Tempo de Trabalho (horas)									Créditos	Observações
			Total	Contacto									
				T	TP	PL	TC	S	E	OT	O		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)									
Trabalho Final de Curso.....	CM	Anual.....	225	12	12					20	60	9	CH

(7) Assinalar quando a UC é optativa. N: nova; D: deslocada de ano/semestre; DEN: denominação alterada; CH: alteração das horas de contacto; CR: alteração do n.º de créditos

**2.º Ano, Anual****QUADRO N.º 5**

Unidades curriculares	Área Científica	Tipo	Tempo de Trabalho (horas)									Créditos	Observações
			Total	Contacto									
				T	TP	PL	TC	S	E	OT	O		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)								(6)	(7)
Dissertação.....	CM	Anual.....	1500		3					20		60	CH

(7) Assinalar quando a UC é optativa. N: nova; D: deslocada de ano/semestre; DEN: denominação alterada; CH: alteração das horas de contacto; CR: alteração do n.º de créditos

(DR, 2.ª Série, n.º 142, 23jul15)

**Comando do Exército****Comando das Forças Terrestres****Comando da Brigada Mecanizada****Comando e Gabinete****Despacho n.º 7 459/2015****Subdelegação de competências no 2.º Comandante da Brigada Mecanizada**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 11 619/2014, de 19 de agosto, do Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 17 de setembro de 2014, subdelego no Cor Tir Inf (18922483) **Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão**, 2.º Comandante da Brigada Mecanizada, as seguintes competências:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços, bem como com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 12 500;

2 — O presente despacho produz efeitos desde 8 de setembro de 2014, pelo que se ratificam, por este meio, todos os atos praticados desse data pelo 2.º Comandante da Brigada Mecanizada que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

13 de abril de 2015. — O Comandante da Brigada Mecanizada, *Luís Nunes da Fonseca*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 130, 07jul15)

**Despacho n.º 7 460/2015****Subdelegação de competências no Adjunto do Comandante da Brigada Mecanizada**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 3 do Despacho n.º 11 619/2014, de 19 de agosto, do Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 17 de setembro de 2014, conjugada com o disposto em aditamento operado pela alínea a) do n.º 1 do Despacho n.º 737/2015, de 13 de outubro de 2014, do Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2015, subdelego no Cor Cav (13952585) **João Francisco Fé Nabais**, Adjunto do Comandante da Brigada Mecanizada para os Assuntos do Campo Militar de Santa Margarida, as seguintes competências:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços, bem como com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 12 500;

b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços, bem como da cedência ou alienação de bens;

c) Representar o Exército Português nos assuntos relacionados com o Ministério da Agricultura em matérias agroflorestais no âmbito do Campo Militar de Santa Margarida, nomeadamente quanto a ajudas anuais, projetos de investimento agrícola e florestais, bem como o licenciamento e controle dos mesmos.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 29 de setembro de 2014, pelo que se ratificam, por este meio, todos os atos praticados desse data pelo Adjunto do Comandante da Brigada Mecanizada para os Assuntos do Campo Militar de Santa Margarida que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

13 de abril de 2015. — O Comandante da Brigada Mecanizada, *Luís Nunes da Fonseca*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 130, 07jul15)

## VII — PROTOCOLOS

### *Protocolo de Cooperação entre a Federação Equestre Portuguesa e o Exército Português*

Considerando que:

- a) O Exército é detentor de um património histórico no quadro da equitação nacional, nos âmbitos desportivo e da formação, e que se mantém a relevância da equitação na formação dos seus quadros;
- b) Uma formação técnico-profissional de qualidade requer que se definam perfis de formação e conteúdos pedagógicos adaptados às diferentes realidades funcionais e alinhados com os objetivos estratégicos das instituições;
- c) A certificação da formação constitui um instrumento de excelência no reconhecimento socioprofissional das instituições signatárias;
- d) A Federação Equestre Portuguesa é uma instituição com fins culturais, sociais, formativos, não lucrativos, destinada à execução do processo de formação dos recursos humanos no desporto equestre e nas atividades relacionadas diretamente com esse mesmo desporto, por delegação do Instituto Português do Desporto e da Juventude, a quem cabe a responsabilidade, perante o estado, de definir as linhas orientadoras deste mesmo processo;
- e) Existem vantagens decorrentes da cooperação para ambas as instituições no âmbito da formação técnico-profissional equestre;
- f) No intuito de criar sinergias entre as duas instituições, afigura-se oportuno e proveitoso encetar e regulamentar a colaboração entre ambas.

Assim, entre:

A Federação Equestre Portuguesa, associação de direito privado, com o número de contribuinte 501678220 e sede social na Avenida Manuel da Maia, 26 - 4.º Dto, 1000-201 Lisboa, representada pelo seu Presidente, Dr. Manuel Luís Cidade de Moura, com poderes para o presente ato e, adiante, designada por FEP;

e

O Exército Português, com o número de contribuinte 600021610, representado pelo seu Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente-General Frederico José Rovisco Duarte, para esse efeito nomeado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, e doravante designado por Exército;

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Cooperação, que se rege pelas seguintes cláusulas:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente Protocolo tem por objeto:

- a) A formalização e regulamentação da cooperação institucional, na área do ensino/formação profissional equestre, entre o Exército e a FEP;
- b) A colaboração no desenvolvimento de projetos pedagógicos de interesse comum, com vista à certificação de formadores, técnicos e demais agentes desportivos de equitação dos seus quadros e de civis.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Âmbito de aplicação**

1 — O presente Protocolo abrange, como programas e projetos de interesse comum, os cursos e ações de formação definidos no âmbito do Programa Nacional de Formação de Treinadores (PNFT), da

responsabilidade do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), e das Normas emitidas pela FEP.

2 — São beneficiários do presente Protocolo, os militares e civis que venham a frequentar os cursos e ações de formação realizados nas instalações do Exército, por acordo entre este e a FEP.

3 — Só serão admitidos formandos civis quando e na medida em que tal não prejudique as necessidades de formação de militares do Exército.

4 — O Exército reserva-se o direito de promover, realizar e gerir a formação na área equestre dirigida exclusivamente a militares formandos do Exército, fora do âmbito da cooperação prevista no presente Protocolo;

5 — Outras modalidades de cooperação não previstas no presente Protocolo, mas consideradas de interesse mútuo, serão concretizadas caso a caso e formalizadas mediante proposta de uma das partes e ofício de aceitação da outra parte.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Responsabilidades dos formandos civis**

Nas situações em que sejam admitidos aos cursos formandos civis, deverão estes, em todas as circunstâncias, realizar as tarefas que lhes forem atribuídas com zelo e diligência, designadamente:

- a) Comparecer com assiduidade e pontualidade nas atividades do curso;
- b) Respeitar as regras disciplinares e internas do funcionamento do Exército;
- c) Cumprir as regras de urbanidade para com as pessoas com quem se relacionem, bem como zelar pela boa conservação dos bens, equipamentos e demais materiais que lhes sejam confiados;
- d) Em caso de ausência, informar atempadamente o responsável pela formação e apresentar justificação da mesma nos termos definidos pela FEP;
- e) Ficarem sujeitos ao dever de confidencialidade.

### **Cláusula 4.ª**

#### **O Exército enquanto Centro Hípico da Rede Nacional**

Considerando o âmbito de aplicação do presente Protocolo, o Exército integra a Rede Nacional de Centros Hípicos Federados (RNCHF), mantendo, no entanto, toda a autonomia na utilização das suas instalações e de acordo com o disposto no n.º 4 da cláusula 2.ª e na cláusula 5.ª.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Princípios**

1 — A cooperação entre as partes signatárias orientar-se-á pelos princípios do respeito mútuo, da reciprocidade e da liberdade de decisão de cada uma delas, quanto ao interesse, à oportunidade e à possibilidade de desenvolvimento de cada iniciativa específica no âmbito do previsto na cláusula 2.ª.

2 — Na prossecução do presente Protocolo, serão, em todos os casos, salvaguardadas as disponibilidades de ambas as partes.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Inscrições**

1 — As inscrições dos formandos nos cursos ou ações de formação, no âmbito do presente Protocolo, são apresentadas pelo Exército, em formulário individual próprio dirigido à Direção da FEP, devendo, igualmente, ser apresentadas em mapa conjunto.

2 — As inscrições de alunos civis obedecem ao preenchimento de formulário destinado a esse efeito, entregue pelos próprios ao Exército.

3 — A FEP acordará previamente com o Exército a realização dos cursos ou ações de formação calendarizadas ao abrigo do presente Protocolo.

4 — Todo e qualquer candidato deverá previamente inscrever-se como membro federado, ao nível que lhe corresponder, e assegurar a cobertura por um seguro desportivo, garante do formando para fazer face a eventuais situações de acidente decorrentes da formação.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Equipa pedagógica**

1 — Os cursos e ações de formação a realizar nas instalações do Exército serão coordenados por um formador militar desta instituição, designado pela mesma, tendo por base o perfil profissional previsto no PNFT.

2 — O exercício da atividade de coordenador, indicada no número anterior, carece de aprovação por parte da Direção da FEP.

3 — A equipa pedagógica para cada curso ou ação de formação é constituída por formadores do Exército, cuja nomeação deve igualmente obedecer ao disposto no PNFT.

4 — A função de coordenador, bem como o exercício das funções pedagógicas, podem ser exercidas por civis, eventualmente indicados pela FEP para esse efeito, desde que a especificidade dos conteúdos pedagógicos ou a conveniência de serviço do Exército o exijam.

5 — Tanto o coordenador como qualquer formador devem estar inscritos previamente como membros federados e terem o seu Título Profissional de Treinador de Desporto (TPTD) atualizado.

6 — O disposto nos números anteriores não se aplica sempre que se verificar a situação prevista no n.º 4 da cláusula 2.ª.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Responsabilidades do Exército**

1. Sempre que se realizarem cursos ou ações de formação ao abrigo do presente Protocolo, o Exército compromete-se a remeter à FEP os impressos próprios definidos pelo IPDJ, no que respeita, entre outros documentos considerados necessários, à constituição da equipa pedagógica, designadamente o coordenador e os formadores, bem como a relação dos formandos nomeados ou considerados para esse efeito.

2. A gestão dos recursos a afetar para cada curso ou ação de formação estipulada no presente Protocolo cabe ao Exército, em cumprimento dos horários aprovados.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Responsabilidades comuns**

Nenhum dos outorgantes pode transferir para entidades terceiras quaisquer responsabilidades e direitos emergentes da aplicação do presente Protocolo.

### **Cláusula 10.ª**

#### **Júri de exame**

1 — Para o termo dos cursos e ações de formação ao abrigo do presente Protocolo, e de acordo com o PNFT, é necessária a realização de um exame final, o qual é apreciado por um Júri.

2 — O Júri é constituído por um Presidente e respetivos vogais, sendo a sua definição da responsabilidade da FEP.

3 — O Júri pode ser constituído por civis e/ou por militares do Exército, obedecendo sempre aos perfis profissionais exigidos no âmbito do PNFT.

4 — Sempre que o curso ou ação de formação não justifique a presença de três elementos do Júri, o seu número poderá ser reduzido, sendo essa competência da FEP.

5 — Nas situações em que os militares do Exército são designados pela FEP para o Júri, deve ser respeitado o disposto no n.º 2 da cláusula 5.ª.

### **Cláusula 11.ª**

#### **Resultados dos exames**

1 — Os cursos e ações de formação ao abrigo do presente Protocolo são considerados, para todos os efeitos, de âmbito nacional, pelo que os resultados dos exames constarão de uma pauta assinada pelo Júri, que determine a atribuição do respetivo título profissional.

2 — Nos cursos de formação de treinadores, os formandos aprovados são considerados treinadores oficiais e ficam habilitados a desempenhar funções técnicas de acordo com o seu grau de habilitação, desde que disponham do respetivo TPTD atualizado.

### **Cláusula 12.ª**

#### **Propinas**

1 — Ao Exército compete estabelecer os valores das propinas individuais para cada curso ou ação de formação (módulo, nas situações de cursos fracionados).

2 — Cada formando civil deve efetuar o pagamento das propinas ao Exército, nos prazos e datas previamente estabelecidos.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Gestão e Financiamento**

1 — O Exército disponibiliza os meios materiais, didáticos e pedagógicos necessários à realização dos cursos e das ações de formação que são objeto do presente Protocolo, designadamente as montadas de instrução, entendendo-se como tal as destinadas as aulas de colocação em sela e de ajudas.

2 — O Exército propõe a exame os formandos que reúnam as condições técnicas e administrativas, designadamente as decorrentes dos custos relativos à inscrição para o exame, de acordo com os preços em vigor e publicados pela FEP.

3 — O pagamento do valor da inscrição para o exame é efetuado pelo aluno candidato a exame, diretamente à FEP.

4 — As despesas com o alojamento, alimentação e tratamento das montadas que cada aluno deverá aportar ao curso ou ação de formação são pagas pelo próprio diretamente ao Exército, de acordo com as tabelas em vigor.

5 — É da responsabilidade de cada aluno assegurar o manuseio das montadas de instrução, bem como das que afetar ao curso ou ação de formação.

6 — O uso indevido dos recursos disponibilizados pelo Exército aos alunos civis, no âmbito das atividades pedagógicas, que cause prejuízo efetivo, determina a obrigação de ressarcimento do valor dos danos, a serem suportados pelos próprios.

7 — O Exército, enquanto membro societário, deverá proceder ao pagamento anual de uma quota, vencida em janeiro de cada ano civil e cujo valor corresponde ao estabelecido nos Estatutos da FEP.

### **Cláusula 14.ª**

#### **Coordenação e acompanhamento**

Para efeitos de coordenação, acompanhamento e operacionalização do presente Protocolo, serão designados elementos de cada um dos outorgantes, que reportarão, respetivamente, ao Exército e ao Presidente da FEP.

### **Cláusula 15.ª**

#### **Divulgação**

O Exército compromete-se a promover a divulgação do presente Protocolo junto dos militares e civis ao seu serviço, pelos meios e pela forma considerados mais eficazes e oportunos.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**  
**Resolução e denúncia**

A violação, por um dos outorgantes, de qualquer das obrigações assumidas ao abrigo do presente Protocolo, bem como a alteração extraordinária das circunstâncias em que as partes fundaram a sua decisão, confere o direito à resolução do protocolo, a comunicar ao outro outorgante, através de declaração fundamentada, enviada por carta registada com aviso de receção.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**  
**Vigência**

1 — O presente Protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e é válido pelo período de um ano, sendo automaticamente renovado por iguais e sucessivos períodos, caso nenhum dos outorgantes comunique ao outro a vontade de não o renovar.

2 — No caso de não renovação do presente Protocolo, a decisão só produzira efeitos após a conclusão da última iniciativa que esteja em curso no momento da decisão.

**Cláusula 18.<sup>a</sup>**  
**Disposições Gerais e Finais**

1 — As dúvidas e/ou omissões referentes ao presente Protocolo deverão ser objeto de esclarecimento por acordo escrito entre os outorgantes.

2 — Durante o prazo de vigência e mediante acordo entre os outorgantes, o Protocolo poderá ser modificado, no todo ou em parte, constituindo tais alterações, após homologação superior, aditamento ao presente Protocolo.

3 — O presente Protocolo foi lavrado e assinado em dois exemplares, ficando um exemplar composto por 8 (oito) folhas rubricadas em poder de cada um dos outorgantes.

Lisboa, aos 31 dias do mês de Maio de 2015

Pelo Exército Português  
O Comandante da Instrução e Doutrina  
Frederico José Rovisco Duarte  
Tenente-General

Pela Federação Equestre Portuguesa  
O Presidente  
Luís Manuel Cidade de Moura  
Doutor

***Protocolo de Colaboração entre o Exército Português, o Município de Borba e o Município de Mafra***

**1. Preâmbulo**

Considerando que:

1 — A cooperação institucional constitui um fator determinante no desenvolvimento do conhecimento em geral, seja no âmbito da história, da cultura, ou do património, seja no âmbito científico.

2 — O Exército Português (EP) possui estruturas e recursos afins a estas áreas, nomeadamente a Academia Militar, a Direção de Formação, a Direção de História e Cultura Militar e a Direção de Infraestruturas do Exército, dispondo de quadros com experiência e conhecimento, podendo contribuir para a promoção e desenvolvimento de projetos associados à formação e produção de conteúdos com sensibilização para a valorização social e turística da história e do património histórico-militar regional;

3 — O Município de Borba (MB), detentor de um vasto património no seu concelho onde pontua o Terreiro da Batalha de Montes Claros, classificado como monumento nacional pelo Decreto n.º 31-D/2012, de 31 de dezembro, poderá contribuir para o desenvolvimento de projetos que permitam a preservação, a manutenção e a divulgação do património de interesse histórico militar;

4 — O Município de Mafra (MM) possuidor de um vasto património de interesse cultural e militar no seu concelho e no qual se situa a Escola das Armas, com o seu valioso Museu, poderá contribuir para o desenvolvimento de projetos que permitam a preservação, a manutenção e a divulgação do património de interesse histórico militar;

5 — Será de interesse mútuo a celebração de um Protocolo que vise definir as bases de cooperação entre o Município de Borba, o Município de Mafra e o Exército Português, de forma a ser possível o desenvolvimento de atividades e projetos aplicados ao incremento do conhecimento da temática associada a Batalha de Montes Claros (1665), a qual consagrou a autonomia política de Portugal em 1668, conjugando as valências e potencialidades dos três outorgantes.

## **2. Identificação das partes**

Entre:

a) O Exército Português, neste ato representado pelo Exmo. Major-General, Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira, Diretor da Formação, sito no Largo dos Castelos, em Évora, cujos poderes de representação foram conferidos por despacho do Exmo. Chefe do Estado-Maior do Exército, doravante designado por Primeiro Outorgante ou EP;

b) O Município de Borba, neste ato representado pelo Exmo. Presidente da Câmara Municipal, António José Lopes Anselmo, sita na Praça da República, em Borba, doravante designado por segundo Outorgante ou MB;

e,

c) O Município de Mafra, neste ato representado pelo Exmo. Presidente da Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva, sita na Praça do Município, em Mafra, doravante designado por terceiro Outorgante ou MM;

É celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos e com as cláusulas que se seguem:

## **3. Parte dispositiva**

### **Cláusula 1.ª Âmbito e Objeto**

1 — A cooperação entre os Outorgantes estabelecer-se-á no quadro e domínios do desenvolvimento de projetos, atividades e ações de formação ou sensibilização para a valorização social, cultural e turística da história e do património histórico-militar associado à Batalha de Montes Claros.

2 — O presente protocolo visa estabelecer as bases de colaboração entre o EP, o MB e o MM, na área da Cultura e História Militar, mediante a possibilidade de partilha de sinergias que permitam o desenvolvimento nas áreas de conhecimento acima mencionadas.

### **Cláusula 2.ª Obrigações do Exército Português**

O Primeiro Outorgante, através da Direção de Formação, obriga-se a:

a) Indicar responsáveis ou pessoal técnico para responder as necessidades das atividades a serem desenvolvidas, nomeadamente na colaboração para a pesquisa documental no âmbito do Arquivo Histórico Militar, Biblioteca do Exército e Museu Militar;

b) Indicar civis ou militares, no ativo ou na reserva, para constituir grupos de trabalho com elementos das várias entidades, que desenvolvam projetos de sensibilização para a valorização social e turística da história e do património histórico-militar;

c) Possibilitar a utilização de instalações e equipamentos adequados à realização de seminários, conferências, palestras e ações de formação de diferentes durações, julgados convenientes e dentro das suas disponibilidades;

d) Indicar um elemento para integrar a comissão de acompanhamento, o qual zelará pelo bom cumprimento do presente Protocolo.



### **Cláusula 3.ª**

#### **Obrigações do Município de Borba**

O Segundo Outorgante, obriga-se a:

- a) Promover e divulgar eventuais projetos de sensibilização para a valorização social e turística da história e do património histórico-militar regional;
- b) Integrar, eventualmente, grupos de trabalho com elementos das várias entidades, que desenvolvam projetos de sensibilização para a valorização social e turística da história e do património histórico-militar regional;
- c) Promover a cooperação com a Comunidade local e regional e outras entidades relevantes para a promoção e desenvolvimento de conhecimento do património histórico-militar;
- d) Indicar um elemento para integrar a comissão de acompanhamento, o qual zelará pelo bom cumprimento do presente Protocolo.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Obrigações do Município de Mafra**

O terceiro Outorgante, obriga-se a:

- a) Promover e divulgar eventuais projetos de sensibilização para a valorização social e turística da história e do património histórico-militar regional;
- b) Integrar, eventualmente, grupos de trabalho com elementos das várias entidades, que desenvolvam projetos de sensibilização para a valorização social e turística da história e do património histórico-militar regional;
- c) Promover a cooperação com a Comunidade local e regional e outras entidades relevantes para a promoção e desenvolvimento de conhecimento do património histórico-militar;
- d) Indicar um elemento para integrar a comissão de acompanhamento, o qual zelará pelo bom cumprimento do presente Protocolo.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Encargos Financeiros**

Do presente protocolo não decorrem encargos financeiros para os seus Outorgantes.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Regras de segurança**

- 1 — Os Outorgantes obrigam-se a cumprir todas as normas e orientações relativas a segurança das instalações e equipamentos militares, que lhes forem comunicadas.
- 2 — A ocorrência de circunstâncias extraordinárias, nomeadamente, alterações ao estado de segurança, imperativo de serviço, bem como, razões de interesse público podem implicar a não autorização da utilização das instalações e equipamentos militares.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Disposições Gerais**

- 1 — Será criada uma comissão de acompanhamento técnico, integrada por um elemento de cada entidade, a qual zelará pelo cumprimento do presente Protocolo.
- 2 — As dúvidas e omissões relacionadas com a interpretação do presente protocolo serão solucionadas mediante acordo entre as partes signatárias.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Prazo de vigência**

- 1 — O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura, sendo automática e sucessivamente renovado pelo período de um ano, salvo se for denunciado por qualquer uma das partes;

2 — A denúncia referida nesta cláusula não dá lugar ao pagamento de indemnização.

Feito em triplicado, ficando cada um dos Outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Mafra, aos 17 dias do mês de junho de 2015.

O Exército Português  
Diretor da Formação  
Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira  
Major-General

O Município de Borba  
Presidente da Câmara Municipal  
António José Lopes Anselmo Hélder

O Município de Mafra  
Presidente da Câmara Municipal  
António Guerra de Sousa Silva

---

## VIII — ALVARÁS

### Presidência da República

#### Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas

#### Alvará (extrato) n.º 19/2015

#### Ordem Militar de Cristo

Por Alvará de 15 de maio de 2015:

#### Membro-Honorário

Escola de Tropas Paraquedistas

15 de junho de 2015. — O Secretário-Geral das Ordens, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

(DR, 2.ª Série, n.º 119, 22jun15)

#### O Chefe do Estado-Maior do Exército

*Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Está conforme:

#### O Ajudante-General do Exército

*José Carlos Filipe Antunes Calçada*, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

2.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 07/31 DE JULHO DE 2015

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, nos termos do disposto nos artigos 16.º, alínea *a*), 34.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º do mesmo diploma legal, o MGen (070973-F) **Paulo Cruz dos Santos Guerra**.

(Despacho 25jun15)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º, atento o disposto no artigo 13.º e na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 16.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, conceder a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, ao Cor Inf (04180880) **Jorge Manuel Fernandes Alves de Oliveira**.

(Portaria n.º 508/15, DR, 2.ª série, n.º 129, 06jul15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, nos termos do disposto nos artigos 16.º, alínea *a*), 34.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º do mesmo diploma legal, os seguintes militares:

Cor Tir Art (13032082) José António de Figueiredo Feliciano.

(Despacho 02jun15)

TCor Art (11903386) Manuel Joaquim Ramalhinho Baltazar;  
TCor Cav (03991286) Manuel Francisco Pereira da Lapa.

(Despacho 16jun15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 1.ª Classe, nos termos do disposto no artigo 22.º, do n.º 2 do artigo 23.º, do artigo 34.º e do n.º 2 do artigo 38.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter lido considerado ao abrigo do artigo 20.º do mesmo diploma legal, o Cor Eng (03233378) **António Luís Nisa Pato**.

(Despacho 12jun15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 2.ª Classe, por terem sido considerados ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Maj	Inf	(14857691)	José Virgílio dos Reis Martins;
Maj	Inf	(16430388)	Manuel Alves dos Santos.

(Despacho 29mai15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 3.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, o Cap Inf GNR (1970340) **Fernando Miguel Magano Martins**.

(Despacho 27mai15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 3.ª Classe, por ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SMor Art (12916784) **José Augusto Mendes**.

(Despacho 29mai15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 4.ª Classe, por terem sido considerados ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

SAj	Inf	(16810684)	João António Gouveia Gomes;
SAj	Inf	(19392089)	Victor Manuel Pratas Rosa;
SAj	SGE	(10536289)	José Miguel Penhasco Soares;
1Sarg	Inf	(11066898)	Gonçalo Miguel Roque Fulgêncio;
1Sarg	PesSecr	(26238592)	Maria Inês Pereira Lopes.

(Despacho 29mai15)

1Sarg Inf GNR (1970166) Luís Miguel Malveiro Costa David.

(Despacho 27mai15)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 34.º e atento o disposto no artigo 25.º, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 26.º e na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, conceder a Medalha da Defesa Nacional, 1.ª Classe ao MGen (10528774) **António Manuel Netas da Silva Graça**.

(Portaria n.º 405/15, DR, 2.ª série, n.º 111, 09jun15)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 34.º e atento o disposto no artigo 25.º, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 26.º e na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, conceder a Medalha da Defesa Nacional, 2.ª Classe, ao Maj TEDT (00741083) **Fernando Manuel Gaspar Lousa**.

(Portaria n.º 406/15, DR, 2.ª série, n.º 111, 09jun15)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, 3.ª Classe, os seguintes militares:

Cap Art (14605495) Daniel Lage de Oliveira Pegado.

(Despacho n.º 6 667/15, DR, 2.ª série, n.º 114, 15jun15)

SMor Art (18278282) António Manuel Aguiar Vidicas.

(Despacho n.º 6 911/15, DR, 2.ª série, n.º 119, 22jun15)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, 4.ª Classe, o SAj Inf (02020992) **Jorge Manuel Marques Farfalha**.

(Despacho n.º 6 563/15, DR, 2.ª série, n.º 113, 12jun15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª Classe, ao abrigo do disposto no artigo 26.º, artigo 34.º e do artigo 38.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo diploma legal, o Cor **Cláudio Tavares Casali**, do Exército Brasileiro.

(Despacho 24jun15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por terem sido considerados ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares:

TCor	Inf	(01304389)	Rui Manuel Soares Pires;
Maj	Inf	(01292286)	Rui Carlos Monteiro de Oliveira;
Maj	AdMil	(38877993)	António Manuel Paulo Cipriano.

(Despacho 29mai15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por terem sido considerados ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares:

Cap	TManMat	(05542186)	Paulo Jorge Paulino Barata;
Cap	Mat	(06508902)	Jorge Machado da Silva Balula;
Cap	Mat	(07744503)	Vítor João Antunes Beltrão;
Cap	Mat	(04331703)	José Manuel Grilo Taveira Pinto;
Ten	AdMil	(04047605)	Fredy Luís Monteiro Henriques.

(Despacho 29mai15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por terem sido considerados ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares:

SSch	Tm	(19735884)	Jorge Manuel Brito de Almeida;
SSch	SGE	(14747985)	Paulo Rodrigues Tomás;
SAj	SGE	(17824287)	Carlos Manuel Duarte Freitas;
SAj	Inf	(10952087)	Joaquim António de Matos Bernardo;
SAj	Mus	(05614692)	Antero Albino Ferreira Guedes;
SAj	Inf	(07104492)	Mário Manuel Matias Semedo;
SAj	Cav	(17548793)	Rui Alexandre Rodrigues Camal;
SAj	Tm	(00866192)	Susana Maria de Oliveira Matos;
1Sarg	AdMil	(16205192)	Fernando Jacinto Pais António;
1Sarg	Mat	(04601090)	Luís Miguel Figueira Santos;
1Sarg	Eng	(35465692)	Paulo Jorge Serras Soares;
1Sarg	PesSecr	(29500891)	Sebastião José Fonte Santa Marques;
1Sarg	Inf	(02928199)	Jorge Humberto da Costa Sousa;
1Sarg	Cav	(39424792)	Nelson Cardoso Tomás;
1Sarg	Tm	(01335101)	Ricardo Daniel Casinha Marques;
1Sarg	Cav	(18588696)	Abílio Manuel Proença Barbas;
1Sarg	Mat	(09332502)	Tiago Miguel Lopes Pereira.

(Despacho 29mai15)

Condecorado com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Ouro, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o CbCh GNR (1870143) **Joaquim Ramos de Sousa**.

(Despacho 22jan15)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Prata, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap	Med	(08188899)	Patrícia Isabel Cardoso Alves da Silva Goulart;
Cap	Art	(15509297)	Alexandra Sofia de Barros Nascimento;
Cap	Inf	(08510798)	Sérgio de Almeida Moraes;
Cap	Inf	(18312799)	Hélder Clemente Rosa de Brito;
1Sarg	Inf	(11066696)	Sérgio Filipe Duarte Santos;
1Sarg	Art	(00554398)	Teresa Maria Pereira Dias Fernandes;
1Sarg	Art	(00331797)	Rui Miguel Ferreira Pires;
1Sarg	Art	(11737296)	Noel Ventura Valadão;
1Sarg	Eng	(12500396)	Humberto de Jesus Camacho;
1Sarg	Inf	(01368698)	Beto Teixeira dos Santos;
1Sarg	Eng	(09120498)	Vítor Hugo Rosa Braz;
1Sarg	Mat	(13398997)	Marcelo António Teixeira Pinheiro;
1Sarg	Art	(15416397)	Hélio Kin Fajal;
1Sarg	Med	(05002296)	José António da Costa Marques.

(Despacho 03jun15)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Ten	Inf	(14559210)	João Pedro de Almeida Lopes;
Ten	Inf	(02424506)	José Manuel Moniz da Cunha;
Ten	Eng	(04436609)	Tiago André Grilo Matias;
Ten	Eng	(18218006)	Ricardo José Ferreira Sales;
Ten	Eng	(03491109)	João Filipe Coelho Luís;
Ten	AdMil	(06197010)	Andreia de Fátima de Sousa Ribeiro;
Ten	AdMil	(19905210)	João Filipe Rodrigues Pinheiro;
Alf	Inf	(16252209)	José Décio Jardim da Silva;
Alf	Inf	(04952310)	Tomás Correia Rabaça;
Alf	AdMil	(10316710)	Ana Maria Dias Pereira Calado;
2Sarg	Inf	(18453802)	João Luís Santos Pereira;
2Sarg	Inf	(15113510)	Pedro Miguel Pacheco Lima;
2Sarg	Inf	(02921610)	André Manuel Antunes Gomes;
2Sarg	Art	(10666104)	André Dinis Vieira Fernandes;
2Sarg	Cav	(07312506)	João Pedro Carta Calafate Ferreira Caixinha;
2Sarg	Tm	(04540006)	Miguel da Silva Filipe;
2Sarg	Mat	(10569709)	Jorge Miguel Magalhães Ferreira;
2Sarg	Mat	(12216710)	José Manuel Moreira da Cruz;
2Sarg	Mat	(16288410)	Hélder Alexandre Afonso de Morais.

(Despacho 05jun15)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Maj	Cav	(19397996)	Bruno Gonçalo Nunes Carrasqueira	“Afeganistão 2013”;
Maj	Cav	(03918794)	Pedro Nuno Antunes Ferreira	“Cabo Verde 2013”;
Cap	Cav	(03288801)	Humberto Gourdin de Azevedo Coutinho Rosa	“Mali 2014-15”;
Ten	Cav	(05282299)	Sérgio Godinho Brandão Nunes	“Afeganistão 2012-13”;
Ten	Cav	(17199306)	Marco José Martins da Silva	“Afeganistão 2013”;
Ten	Cav	(14336306)	Pedro Miguel da Costa Júlio	“Afeganistão 2013”;
1Sarg	Cav	(13553802)	Fábio José de Oliveira Santos	“Afeganistão 2012-13”;
1Sarg	Cav	(19128700)	Guilherme Henrique Mateus Machado	“Afeganistão 2013”;
2Sarg	Cav	(12536705)	Bruno Jorge Barros Rodrigues	“Afeganistão 2013”;
2Sarg	Cav	(06483004)	Telmo Rodrigo Oliveira Neves Carteiro	“Afeganistão 2013”.

(Despacho 05jun15)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cor	Tm	(08751380)	Fernando Cunha dos Santos Pinto	“Moçambique 2010-12”;
TCor	SGPQ	(10365379)	João Manuel da Costa Lopes	“Bósnia 2002-03”;
TCor	SGPQ	(10365379)	João Manuel da Costa Lopes	“Afeganistão 2013-14”;

Maj	Inf	(07427291)	Fernando Manuel da Silva Rita	“Moçambique 2014-15”;
Maj	Cav	(30043393)	Vasco Sérgio do Vale Carriço	“Afeganistão 2012-13”;
Cap	Cav	(16011902)	Ivo Miguel Montemor Caseiro	“Afeganistão 2013”;
Cap	Cav	(16011902)	Ivo Miguel Montemor Caseiro	“Cabo Verde 2014”;
Ten	Cav	(05282299)	Sérgio Godinho Brandão Nunes	“S.Tomé 2014”;
SAj	Cav	(02452987)	António José Couchinho Pina	“Afeganistão 2013”;
SAj	Mat	(19210692)	José António de Matos	“Afeganistão 2010-11”;
1Sarg	Cav	(03959593)	José Augusto Ramos Ferreira	“Afeganistão 2013”;
1Sarg	Mat	(21624492)	Sérgio Alfredo Madeira Gomes	“Afeganistão 2013”;
1Sarg	Tm	(18719195)	Rui Nelson Marcelino Lisboa	“Líbano 2010-11”;
1Sarg	Cav	(09297795)	Nuno David Dinis Carvalho	“Afeganistão 2013”;
1Sarg	Cav	(01066599)	Artur Ricardo Ribeiro do Espírito Santo	“Cabo Verde 2014”;
2Sarg	Cav	(12536705)	Bruno Jorge Barros Rodrigues	“S.Tomé 2014”.

(Despacho 05jun15)

### Louvores

Louvo o MGen (10528774) **António Manuel Netas da Silva Graça**, pela forma notável, extraordinariamente competente e exemplar como, durante cerca de dois anos, exerceu as importantes funções de diretor do Pólo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR), contribuindo, de forma decisiva, para a afirmação desta unidade hospitalar.

Iniciando as suas funções em plena fase de fusão dos ex-hospitais militares, foi notório o seu elevado espírito de missão na forma como dirigiu aquela unidade hospitalar, demonstrando uma capacidade de liderança ímpar, acompanhada de uma apurada capacidade de análise das situações e dos problemas neste contexto tão delicado, na tentativa de assegurar o melhor funcionamento possível de todos os serviços hospitalares até à plena entrada em funcionamento do Pólo de Lisboa do HFAR.

Detentor de elevada competência no âmbito técnico-profissional e cultura militar, destacando-se pela sua sensibilidade e raciocínio claro e estruturado, colaborou também, de forma meritória e empenhada no grupo de trabalho para a apresentação de uma proposta de Programa Funcional do Pólo de Lisboa do HFAR, em representação do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o qual constituiu um passo fundamental para a implementação de um hospital militar único, contribuindo assim para o sucesso da reforma do Sistema de Saúde Militar.

Pelas razões expostas, é com profundo agrado e da mais elementar justiça que faço público reconhecimento do extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais evidenciados pelo Major-General António Manuel Netas da Silva Graça no exercício das suas funções, considerando que da sua ação resultou um contributo muito significativo para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

28 de maio de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Portaria n.º 405/15, DR, 2.ª série, n.º 111, 09jun15)

Louvo o MGen (070973-F) **Paulo Cruz dos Santos Guerra**, pela forma extraordinariamente dedicada e competente como vem desempenhando há cerca de vinte meses o cargo de Diretor da Escola de Serviço de Saúde Militar (ESSM).

Oficial General dotado de elevada competência profissional e assumindo em permanência uma postura de elevado sentido de missão institucional, tem dirigido superiormente a ESSM no cumprimento das atribuições legalmente cometidas, não obstante o delicado processo de reorganização em que a Escola se encontra envolvida por força da transformação na Defesa Nacional e em particular na área da saúde militar.

De fato, estabelecida que foi a extinção da ESSM e a criação da Unidade de Ensino Formação e Investigação em Saúde Militar, bem como a criação da Direção de Saúde Militar no EMGFA, assumiu uma atitude extremamente proactiva que mantivesse a continuação da formação de excelência que a Escola vem ministrando e que assegure a manutenção das capacidades instaladas aquando da sua extinção.



Esta atitude traduziu-se na elaboração de um programa funcional que sirva de referência e modelo para a futura unidade, a par do acompanhamento das licenciaturas que atualmente decorrem no exterior da Escola, na elaboração de referenciais de curso segundo as normas de certificação estabelecidas, na análise da formação ministrada nos Ramos tendo em vista a formação comum e em observância das orientações internacionais, designadamente no âmbito da OTAN.

O Major-General Médico Santos Guerra tem assim obtido excelentes resultados em áreas de elevada amplitude e complexidade, fruto do total empenhamento das suas capacidades pessoais, intelectuais e profissionais. As qualidades evidenciadas, nomeadamente a elevada perspicácia, clarividência e capacidade de análise crítica congregaram-se para a excelência de desempenho, comprovada na sua efetiva capacidade de liderança e gestão, sendo mais evidentes nas alterações e ajustamentos provocados atempadamente no sistema de formação em saúde militar em tão curto espaço de tempo.

A sua ação como Diretor da ESSM fica ainda marcada pela preocupação pelo bem-estar dos militares sob o seu comando, materializada pela preocupação constante na funcionalidade dos serviços de apoio e condições de alojamento da sua unidade.

Dotado de elevada perspicácia e lealdade, o MGen Med Santos Guerra tem pautado todos os seus atos pelos ditames da honra merecendo assim ser destacado e apontado como exemplo a seguir e os serviços por si prestados, dos quais resultou honra, prestígio e lustre para o Comando da Instrução e Doutrina, para o Exército e para Portugal, sejam considerados relevantes, extraordinários e distintos.

25 de junho de 2015. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Cor Inf (04180880) **Jorge Manuel Fernandes Alves de Oliveira** pela forma excecionalmente dedicada e altamente competente e empenhada como exerceu as funções de diretor técnico do Projeto 1 e diretor do Núcleo Conjunto de Coordenação, entre 12 de julho de 2013 e 6 de julho de 2015, no âmbito da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

Oficial sensato, ponderado e com elevado espírito de iniciativa, possui um correto sentido das responsabilidades, tendo desenvolvido um trabalho inteligente, intenso e profícuo em estreita colaboração com os seus superiores, fazendo justiça à confiança que nele foi depositada e muito contribuindo para a prossecução dos objetivos da execução da política de Cooperação Técnico-Militar.

Muito frontal, dotado de excelente capacidade de análise e elevada capacidade de liderança, evidenciou uma postura equilibrada e muito competente, oferecendo sempre o seu melhor contributo na procura de soluções, num contexto difícil e complexo, em resposta aos diversos desafios, tarefas e solicitações com que se deparava diariamente, procurando antecipadamente salvaguardar, pela qualidade dos seus pareceres, as melhores decisões da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional no apoio à Estrutura Superior das Forças Armadas Angolanas e à coordenação das atividades de Cooperação Técnico-Militar (CTM) na República de Angola.

Ao longo da sua comissão de serviço, o Coronel Jorge Oliveira revelou ser um profundo conhecedor da realidade angolana, o que contribuiu particularmente para a consecução do Programa-Quadro de CTM Luso-Angolano 2010-2014, bem como para a elaboração do Programa-Quadro CTM Luso-Angolano 2015-2017, no âmbito dos quais revelou sempre um alto sentido prospetivo, uma permanente disponibilidade, bem como invulgares capacidades de trabalho, organização e persistência que refletiram o seu notável espírito de missão e a sua esclarecida noção do dever.

É também de elementar justiça realçar a qualidade das propostas do Coronel Jorge Oliveira para o planeamento dos programas de visitas oficiais de altas entidades nacionais, civis e militares, no ano de 2015, em particular as visitas de S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional, do General CEMGFA, do General CEME e do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, que em muito contribuíram para uma imagem de credibilidade e eficiência da CTM portuguesa. Adicionalmente, mercê do conjunto das suas elevadas capacidades intelectuais, técnicas e de liderança, aliadas às suas excelentes relações de trabalho com os militares da contraparte com quem privou e desenvolveu um relacionamento privilegiado, contribuiu para o desenvolvimento de um novo protocolo nos domínios do ensino e da formação entre os Ministérios da Defesa Nacional, de Portugal e de Angola, um instrumento de grande relevância para a qualificação de recursos humanos de Angola e a intensificação das relações bilaterais entre os dois países.

Pelas excepcionais qualidades militares e humanas apontadas, o elevado espírito de sacrifício, a capacidade de trabalho, bem como os vincados referenciais éticos, aliados a dotes de extraordinárias correção e lealdade e a um apurado sentido de camaradagem, é pois justo que reconheça os serviços prestados pelo Coronel Jorge Manuel Fernandes Alves de Oliveira, qualificando-os como extraordinários, relevantes e distintos, deles tendo resultado honra e lustre para o Ministério da Defesa Nacional.

25 de junho de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Portaria n.º 508/15, DR, 2.ª série, n.º 129, 06jul15)

Louvo o Cor Tir Art (13032082) **José António de Figueiredo Feliciano** pela forma muito distinta como dirigiu o Colégio Militar nos últimos dois anos.

Oficial com um profundo conhecimento dos assuntos relativos ao ensino, compreendeu logo no início das suas funções as especificidades do projeto educativo deste estabelecimento militar de ensino não superior, face ao processo de reforma que se encontrava em curso com significativas implicações estruturais.

Na preparação do ano letivo de 2012/2013 era necessário iniciar a atividade letiva do 1.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Misto, bem como acomodar os alunos cujas famílias optassem pela frequência em regime de externato. Estas alterações careciam da revisão da documentação estruturante do Colégio Militar, em consonância com as diretivas do Ministério da Defesa Nacional e outras orientações superiores, da requalificação de estruturas e equipamentos escolares e de apoio à vida interna dos alunos, a par de uma comunicação efetiva com a comunidade colegial no sentido de informar e esclarecer todo este processo de mudança com efeitos emocionais bastante complexos.

O Cor Tir José Feliciano assumiu o seu cargo em maio de 2012 já com este processo a decorrer e, mercê dos seus conhecimentos, das suas qualidades pessoais de liderança, na capacidade de encontrar consensos mas também na determinação do caminho a seguir, conseguiu cumprir com sucesso os objetivos estabelecidos, mesmo em períodos de alguma adversidade e incompreensão das diferentes partes envolvidas nesta comunidade educativa. Releva a forma como conduziu estes trabalhos em ligação com as Associações de Pais e de Antigos Alunos, para que fossem minimizados os efeitos de posições contrárias à reforma, na vida interna deste estabelecimento militar de ensino.

A sua determinação e capacidade de resiliência foram evidentes na forma como motivou a sua estrutura de comando interna e todos os que consigo serviam para o aprontamento das condições de base ao funcionamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico, para a integração das novas alunas, bem como das discentes transferidas do Instituto de Odivelas, na estrutura do Batalhão Colegial e em todo o cerimonial e tradições do Colégio Militar, herdados do anterior modelo de ensino diferenciado masculino em regime de internato obrigatório, com características significativamente diferentes. A sua autoridade, capacidade de diálogo e motivação foram fulcrais para traçar o caminho futuro na redefinição do projeto educativo desta escola com formação de matriz militar, respeitando o seu legado e identidade nas vertentes em que se mostrava possível essa continuidade.

Como Diretor foi ainda notada a sua ação junto da estruturas do Corpo de Alunos e do Serviço Escolar, particularmente dos oficiais, dos docentes e dos discentes, acompanhando as atividades escolares de forma continuada e presencial, o que lhe permitiu ter um conhecimento bastante pormenorizado das questões que se levantavam no quotidiano, designadamente com pais e encarregados de educação, sendo proactivo na resolução de diferendos e na apresentação de estudos e propostas adequadas a nível superior.

Oficial de invulgares qualidades pessoais e profissionais, com elevada capacidade de comando e gestão de processos, soube cumprir a sua missão num ambiente dinâmico e complexo, o que foi revelador da sua competência para assumir funções de Oficial General, devendo os seus serviços ao Colégio Militar serem considerados relevantes, extraordinários e muito distintos, de que resultou honra e lustre para o Exército.

02 de junho de 2015. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Cor Eng (03233378) **António Luís Nisa Pato** pela forma dedicada, altruísta e muito eficiente como dirigiu o Instituto de Odivelas (IO) durante os últimos dois anos de atividade escolar.

Ao assumir o cargo de Diretor desta Instituição secular em 31 de agosto de 2013, num momento extremamente complicado do período de reforma dos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMEs), tinha já sido tomada a decisão de integração do IO no Colégio Militar. Importava planear, programar e conduzir estes dois anos letivos em condições de estabilidade letiva muito difíceis, de forma a garantir o ensino e aproveitamento das alunas que aí permaneciam.

Estas condições de funcionamento eram particularmente agravadas pelo ambiente vivido na comunidade educativa, face à redução significativa do efetivo discente determinada pelo processo de reforma, à necessidade de distribuição de docentes pelos outros EMEs e à incompreensão gerada nas Associações de Pais e Antigas Alunas pela extinção do IO.

A tudo isto o novo Diretor respondeu com enorme coragem, espírito de sacrifício e abnegação, demonstrando uma invulgar capacidade de liderança no encontro de consensos, mas também uma determinação e obediência exemplares no caminho a seguir, de acordo com as orientações superiores, apresentando sempre o seu entendimento e propostas com frontalidade e lealdade, de forma clara e objetiva, procurando defender o interesse do serviço e de todos quantos consigo serviam aquela Instituição.

A estabilidade letiva nestes anos letivos assentava essencialmente na motivação e apoio de docentes e discentes, para a obtenção de resultados escolares com bom aproveitamento, bem como garantir as condições de funcionamento do IO com um quadro de pessoal militar e civil bastante reduzido. A elevada competência profissional deste oficial foi evidente na forma como geriu o IO com os recursos disponíveis, a par de conseguir uma congregação de esforços pedagógicos assinalável nos estudos e outras atividades de apoio às alunas, nunca deixando descuar o serviço escolar. Releva ainda a sua importante ação no diálogo com pais, encarregados de educação e antigas alunas, atenuando e ultrapassando os muitos efeitos do impacto da reforma, com especial incidência emocional neste estabelecimento militar de ensino.

Pelo que foi referido anteriormente, o Coronel Nisa Pato demonstrou ser um oficial com excecionais qualidades e virtudes militares, um Diretor que desempenhou o seu cargo de forma muito eficiente em circunstâncias extremamente difíceis e onde sempre revelou elevados dotes de caráter, o que lhe mereceu o apreço da comunidade educativa do IO e dos seus superiores hierárquicos. É assim merecedor do reconhecimento público através deste louvor e que os seus serviços sejam considerados como muito relevantes e de elevado mérito.

12 de junho de 2015. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o TCor Art (11903386) **Manuel Joaquim Ramalhinho Baltazar**, pela forma distinta, excecionalmente competente e extremamente dedicada como ao longo de dois anos e meio exerceu as funções de Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Instrução e Doutrina e colaborou no apoio à ação do Gabinete do Comando.

Tendo presente o elevado número de prédios militares existentes em Évora, quer afetos ao Comando da Instrução e Doutrina, quer afetos à Manutenção Militar, as inúmeras atividades de coordenação e de apoio de natureza funcional, bem como de cooperação civil-militar, local e regional, o Tenente-Coronel Ramalhinho Baltazar, mediante uma forte capacidade de liderança, elevada capacidade de organização e elevada competência profissional, tem vindo a exercer uma ação extremamente relevante no apoio à ação de comando deste Órgão Central de Administração e Direção. Esta ação tem sido consubstanciada na melhoria significativa da eficiência do serviço e na utilização racional dos recursos humanos e materiais disponíveis, os quais tem sabido utilizar com critério e sustentabilidade.

Imbuído de grande dinamismo de ação, inexcedível dedicação e permanente disponibilidade para o serviço, o seu extraordinário desempenho refletiu-se também no acompanhamento das importantes obras de manutenção e conservação das infraestruturas, nomeadamente dos alojamentos de praças, das moradias do Comando, dos blocos habitacionais, do apoio de serviços, das instalações desportivas, segurança e de um modo geral a todos os aquartelamentos. Com efeito, abraçando com grande entusiasmo todas as atividades à sua responsabilidade ao longo deste período, constituindo-se num exemplar colaborador e numa mais-valia para as atividades desenvolvidas no Comando da Instrução e Doutrina.

Afirmando-se constantemente pelos elevados dotes de carácter, concorreu de forma evidente para a concretização de vários projetos, sendo de realçar a coordenação do apoio a diversas comemorações que se realizaram na região, nomeadamente as relacionadas com o dia do Comando, as celebrações do dia do Combatente, a evocação do encontro do *Degebe* e da Batalha de Montes Claros e outros eventos que envolveram várias entidades civis regionais.

Patenteando qualidades de abnegação e espírito de sacrifício exemplares, esclarecido e excecional zelo, equilibrado por um elevado sentido de dever e espírito de obediência, disciplina, bom senso e ponderação, a par de uma elevada capacidade de iniciativa e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias, o Tenente-Coronel Ramalhinho Baltazar assegurou as atividades de coordenação geral, de transmissão de ordens, de protocolo e de relações públicas à sua responsabilidade associadas ao levantamento do pólo cultural do Comando da Instrução e Doutrina, desdobrando-se em contactos e coordenando o apoio com diversas entidades externas, de que se salienta a Direção Regional de Cultura, a Camara Municipal de Évora, a Universidade de Évora, os órgãos culturais instalados na cidade de Évora, entre outros organismos, que muito contribuíram para a imagem de prestabilidade e franco apoio que a instituição militar tem na região.

De esmerada educação, honesto, frontal, perspicaz e praticando em elevado grau a virtude da lealdade o Tenente-Coronel Ramalhinho Baltazar pautou todos os seus atos pelos ditames da honra, pela excelência do seu desempenho, profissionalismo e elevada capacidade de comando, sendo digno de ser publicamente distinguido e de ocupar postos de maior responsabilidade e risco, tendo os serviços por si prestados resultado em honra, prestígio e lustre para o Comando da Instrução e Doutrina, para o Exército e para as Forças Armadas, devendo ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.

16 de junho de 2015. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o TCor Cav (03991286) **Manuel Francisco Pereira da Lapa** pela forma muito distinta, altamente eficiente e excecionalmente competente como, durante os últimos três anos, desempenhou as importantes funções de 2.º Comandante do Regimento de Cavalaria N.º 6 (RC6), contribuindo decisivamente para a boa imagem e prestígio da Unidade.

Colaborador invulgarmente dedicado e de rara lealdade, cuidadoso e entusiasta nos diferentes trabalhos que lhe foram confiados, evidenciou um extraordinário desempenho atestado na sua preocupação em dar cabal cumprimento às diretrizes recebidas, imprimindo-lhes o rigor e o bom senso necessários à eficiência pretendida, sendo exemplo marcante, o detalhe com que planeou e coordenou os múltiplos aspetos que envolveram a realização de importantes eventos que integram regularmente o calendário da Unidade, tais como: o Dia do RC6; o Concurso Nacional Combinado de Equitação; a Festa de Natal; as diversas jornadas dos Campeonatos Desportivos Militares; as várias cerimónias militares e de condecoração de ex-combatentes; as ações de convívio e de promoção do moral e bem-estar; as atividades de despedida de pessoal e o apoio aos múltiplos exercícios táticos conduzidos pelos encargos operacionais orgânicos do RC6.

Oficial com naturais qualidades de chefia, confirmando excecionais qualidades e virtudes militares, afirmando constantemente dinamismo e determinação, revelou elevada competência profissional no exercício do seu cargo, na qual sobressaiu uma grande capacidade de planeamento e organização, permanente disponibilidade, exemplar frontalidade e indefetível abnegação e, interpretando de forma exemplar o contexto das diretivas dos escalões superiores, soube desenvolver uma ação notável na gestão e emprego dos escassos recursos humanos, materiais e financeiros à disposição da Unidade.

É digno de particular realce o esforço exercido pelo Tenente-Coronel Manuel Lapa nas áreas críticas da gestão da alimentação e na manutenção, bem como na conservação e remodelação de infraestruturas, com claros reflexos no desempenho dos encargos operacionais, na melhoria das condições de vida do pessoal e, consequentemente, no seu moral e bem-estar. Neste contexto, merece destaque a sua ação orientadora que foi determinante na concretização de diversas intervenções, com ênfase para a completa apropriação do Campo Polivalente Desportivo, a profunda remodelação da Casa da Guarda, a renovação das Cavalariças e a restauração das coberturas dos edifícios regimentais, nas quais, mercê de uma clarividente ponderação, lhe permitiu apresentar projetos de elevado pragmatismo e dirigir os trabalhos inerentes, que muito contribuíram para a qualidade final das obras levadas a cabo, com evidente benefício direto e duradouro para o RC6.

É de salientar ainda o seu desempenho como Comandante do RC6, em exercício de funções, durante cerca de quatro meses, período no qual, mercê de um invulgar e exemplar sentido do dever, que aliado às suas inatas capacidades de comando e chefia, conseguiu, em permanência, com um esclarecido e excecional zelo, garantir as condições apropriadas para o funcionamento da Unidade num período de intensa e delicada atividade, nomeadamente no decorrer das ações relativas a uma inspeção geral ordinária, na *Combat Readiness Evaluation* (CREVAL) a *Recce Coy/NRF2014* e na comemoração do Dia do RC6.

Pelo excecional conjunto de qualidades profissionais e humanas patenteadas, pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, espírito de sacrifício e de obediência demonstrados como 2.º Comandante do RC6, cujas funções exerceu de forma altamente honrosa e brilhante, justo se afigura apontar o Tenente-Coronel Manuel Lapa como um excelente oficial de Cavalaria e qualificarem-se os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintos, dos quais resultaram evidente honra e lustre para o Exército e para as Forças Armadas.

16 de junho de 2015. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Maj TEDT (00741083) **Fernando Manuel Gaspar Lousa** pela forma extraordinariamente dedicada, digna e competente como exerceu, durante cerca de dois anos, as suas funções de enfermeiro coordenador no Pólo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR), evidenciando grande profissionalismo, competência técnica e elevadas qualidades pessoais.

Iniciando as suas funções em plena fase de fusão dos ex-hospitais militares, foi notório o seu elevado espírito de missão na forma como coadjuvou a direção do Pólo de Lisboa do HFAR na coordenação técnica da atividade de enfermagem daquela unidade hospitalar, evidenciando excecionais qualidades técnicas e competências interpessoais e contribuindo assim, com exemplar empenho e dedicação, para o sucesso da reestruturação hospitalar e, consequentemente, da reforma do Sistema de Saúde Militar.

Pelas razões expostas, é com profundo agrado e da mais elementar justiça que faço público reconhecimento do extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais evidenciados pelo Major Fernando Manuel Gaspar Lousa no exercício das suas funções, considerando que da sua ação resultou um contributo muito significativo para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

28 de maio de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Portaria n.º 406/15, DR, 2.ª série, n.º 111, 09jun15)

Louvo o Maj Art (38670891) **Luís Miguel Claro Sardinha**, pela forma excecionalmente competente e empenhada como exerceu as funções de Chefe da Célula das Informações Conjunto (“*Head of the J2 Branch*”), quando integrou a missão EUTM-SOMÁLIA MHQ sob a égide da União Europeia, no Quartel-General em Mogadíscio na Somália, entre março e outubro de 2014.

No contexto do seu desempenho, durante os seis meses da sua permanência em Mogadíscio, evidenciou sempre um elevado espírito de missão e aptidão para bem servir nas mais difíceis circunstâncias, bem como uma apurada sensibilidade para a leitura correta e necessária da especificidade da sua função, quer no âmbito nacional ou multinacional onde este se encontrava.

A sua perícia, integridade, conhecimento, profissionalismo e ponderação no cumprimento das exigentes responsabilidades inerentes à sua função na área das informações, permitiram-lhe contribuir de forma valiosa e relevante, em aspetos fundamentais que concorreram globalmente para o êxito da missão EUTM Somália, sendo também responsável em assuntos com implicações na segurança do pessoal que integrava esta missão.

Militar de uma incansável dedicação e consistência, provando ser um excelente e experiente oficial, muito recomendável para funções em ambiente multinacional. Imbuído de um assinalável espírito de iniciativa, de natureza extremamente afável, desenvolveu uma ação de comando e coordenação criteriosa, confirmando elevadas capacidades de planeamento e de organização que lhe permitiram estabelecer excelentes relações e recolher dividendos entre o pessoal da EUTM Somália, o que mereceu rasgados elogios por parte do Comandante da missão, pelo seu relacionamento e desempenho harmonioso, fomentando uma relação cooperativa com os outros membros da comunidade internacional.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades e virtudes militares que creditam o Major Claro Sardinha como sendo um oficial de elevada craveira, que pautou a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação, a obediência e competência profissional, devendo por isso, os serviços por si prestados serem considerados relevantes e de elevado mérito.

15 de dezembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 261/15, DR, 2.ª série, n.º 108, 04jun15)

Louvo o Cap Inf (19714395) **Henrique José Caetano Carvalho**, pela forma excecionalmente competente e empenhada como exerceu as suas funções de Oficial de Logística, do 1.º Batalhão de Infantaria Paraquedista (1BIPara), quando integrou a Força Nacional Destacada (FND) — *KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM) — no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre setembro de 2014 e abril de 2015.

Fruto da sua experiência e elevada capacidade de trabalho, organizou a Secção Logística, área fundamental do Estado-Maior coordenador na projeção, sustentação e retração da força de modo extremamente funcional, dando-lhe capacidade de prever e suprir, por antecipação, as inerentes necessidades. Fruto da sua sensatez e pragmatismo apresentou sempre as melhores recomendações para a resolução cabal dos problemas logísticos, inculcando a necessidade de racionalizar recursos, denotando deste modo, um esclarecido e excecional zelo.

Demonstrou uma enorme capacidade no planeamento e coordenação diária das várias tarefas logísticas. Desenvolveu em paralelo à logística operacional, a sustentação da Força Nacional Destacada, evidenciando-se o valioso contributo para o novo sistema de filtragem da água que reabastece o campo português de *slim lines*. A missão de manter e gerir este campo foi realizada de uma forma extraordinária, através dos ganhos de eficiência e produtividade obtidos. A proatividade e elevada capacidade de negociação para conduzir reuniões com empresas civis, especialmente com a ECLIPSE muito contribuiu para otimizar contratos, do ponto de vista financeiro e da qualidade de prestação de serviços.

Durante as várias operações e exercícios da KTM, garantiu as condições e os meios necessários, no tempo e locais adequados, para apoiar logisticamente a Força, em coordenação permanente com várias nações, relevando-se a organização multinacional da KTM nas várias operações executadas “*Albanian Flag Day*”, “*Football Match*”, “*Presence Mitrovica IV*”, “*Golden Eye*” e “*Demonstrations in Downtown Pristina*”, nos exercícios “*Fox III*” e “*Silver Saber 2-14*”.

Pelas excepcionais qualidades e virtudes militares e humanas que possui, e pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício, obediência e competência profissional, bem como, pelo extraordinário zelo colocado em todos os atos de serviço, o Capitão Caetano Carvalho é digno de ser apontado como sendo um oficial de elevada craveira e de que os serviços por si prestados sejam considerados relevantes e de elevado mérito, deles tendo resultado prestígio, honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

09 de abril de 2015. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 319/15, DR, 2.ª série, n.º 129, 06jul15)

Louvo o Cap Art (14605495) **Daniel Lage Oliveira Pegado**, pela grande competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Chefe da Equipa de Abastecimento Aéreo, quando integrou o *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali* (MINUSMA) da ONU, no teatro de operações do Mali.

Oficial com extraordinárias competências profissionais, disciplinado, dinâmico e dotado de um notável espírito de iniciativa. Sobressai o elevado espírito de missão e a forma como coordenou a Equipa de Abastecimento Aéreo da Força Nacional Destacada (FND), mantendo em permanência um elevado estado de prontidão e de motivação dos seus subordinados. Em virtude das distintas qualidades técnicas, militares e humanas, foi em todas as circunstâncias um colaborador do Comandante de Destacamento, tal como das restantes equipas da FND.

É de reconhecer a forma discreta mas eficaz que conduziu ao sucesso do trabalho da sua equipa, assegurando sempre que necessário o planeamento, a execução e a análise de missões de enorme valor operacional. Neste âmbito, deve ressaltar-se a sua ação na coordenação de equipas nacionais e multinacionais que permitiu a largada de cargas em apoio aos contingentes holandeses e sueco no território do Mali, cujo sucesso mereceu o reconhecimento da hierarquia superior.

O Capitão Oliveira Pegado, possuidor de excecionais qualidades profissionais e humanas, soube neste contexto multinacional manter uma relação cordial e proveitosa com todas as entidades locais e da MINUSMA, que se revelaram determinantes para o sucesso da operação.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Capitão Oliveira Pegado como sendo um oficial que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de excelentes dotes de carácter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a responsabilidade, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas, resultando honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

26 de maio de 2015. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 280/15, DR, 2.ª série, n.º 113, 12jun15)

Louvo o SCh AdMil (09423285) **Carlos Manuel Beato Amaro** pelas excecionais qualidades e virtudes militares evidenciadas e pela afirmação constante de elevados dotes de carácter que sempre patenteou no cumprimento das tarefas que lhe foram atribuídas no desempenho das funções de Adjunto do Comandante da Escola Prática dos Serviços (EPS) nos últimos vinte e dois meses.

O Sargento-Chefe Beato Amaro revelou possuir um elevado sentido de responsabilidade que se associa um carácter íntegro, abnegação e vincada formação militar, qualidades que lhe têm permitido atingir elevados níveis de desempenho e cotar-se como um elemento absolutamente imprescindível ao cumprimento da missão da EPS.

A sua inexcédível competência profissional e o empenho que coloca na execução de todas as tarefas, estão bem patentes na forma como tem apoiado a realização dos estudos no âmbito da revisão da estrutura do Curso de Formação de Sargentos (CFS) e do Curso de Promoção a Sargento-Ajudante (CPSA), na colaboração ativa e empenhada com a Secção de Pessoal, estabelecendo-se como elemento dinamizador nas ações de desenvolvimento da moral e bem-estar, procurando reforçar a disciplina, coesão e espírito de corpo dos militares que servem nesta Escola e ainda no cuidado que tem dedicado à preservação da identidade e memória dos Serviços do Exército, dinamizando as áreas museológicas, culturais e do arquivo que integra o acervo documental com valor histórico.

Paralelamente, tornou-se um elemento fundamental no enquadramento de todo o pessoal militar em serviço na EPS, sabendo com sensatez e ponderação, mas sempre com elevados níveis de exigência e no culto intransigente dos valores militares, aconselhar e orientar os militares mais jovens e menos graduados para a prática de comportamentos ajustados à sua condição de militares, contribuindo decisivamente para a existência de um forte sentido da disciplina e elevado sentido do dever.

No âmbito das suas tarefas de Adjunto do Comandante, pautou a sua conduta por uma lealdade extrema não deixando de apresentar com frontalidade as suas opiniões e efetuando as recomendações que lhe pareceram mais adequadas para a resolução de situações, por vezes bem complexas que se evidenciaram no funcionamento diário desta Escola Prática, tendo-se constituído como um precioso colaborador, em muito contribuindo para a concretização dos objetivos muito ambiciosos que foram definidos no âmbito da missão da Unidade.

Possuidor de um elevado espírito de sacrifício, cultivando em elevado grau as virtudes da lealdade e da obediência, disciplina e disciplinador, dotado de reconhecida coragem moral, o Sargento-Chefe Beato Amaro é, inequivocamente, um exemplo a seguir, agregando um conjunto de qualidades humanas e virtudes militares que o tornam um militar distinto, tendo contribuído significativamente com a sua ação para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Escola Prática dos Serviços, do Comando da Instrução e Doutrina e do Exército, sendo merecedor que os serviços por si prestados sejam considerados como relevantes e de elevado mérito.

25 de junho de 2015. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o SAj Inf (02020992) **Jorge Manuel Marques Farfalha**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Adjunto do Chefe da Equipa de Abastecimento Aéreo, quando integrou o *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali* (MINUSMA) da ONU, no teatro de operações do Mali.

Militar extremamente correto e disciplinado, granjeou o respeito e a admiração de todos os militares da Força Nacional Destacada (FND).

O seu elevado espírito de sacrifício e reconhecida lealdade, permitiram-lhe ser um excelente auxiliar do Comandante de Destacamento. Como membro da Equipa de Abastecimento Aéreo, evidenciou um ótimo nível de conhecimentos profissionais, contribuindo para o sucesso das largadas de carga realizadas pelo C-130H no território do Mali, apesar das limitações existentes decorrentes das condições de operações sempre complexas e exigentes.

O Sargento-Ajudante Marques Farfalha contribuiu decisivamente para o meritório desempenho da Equipa de Abastecimento Aéreo, assegurando com uma notável competência e rigor o desenrolar das diferentes tarefas de elaboração e inspeção das cargas aéreas. De realçar o elevado espírito de missão expresso na execução das tarefas superiormente atribuídas, constituindo-se como um exemplo para os restantes militares da FND.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Sargento-Ajudante Marques Farfalha como sendo um militar que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de admiráveis dotes de carácter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício e a abnegação, devendo por isso, os serviços por si prestados serem considerados relevantes, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas, resultando honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

26 de maio de 2015. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 284/15, DR, 2.ª série, n.º 113, 12jun15)

## II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

### Adidos, Quadro e Supranumerários

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que, os militares abaixo designados, transitem de situação de ativo nos termos do artigo 171.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, nas datas que a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	Situação de Ativo		Desde
				Anterior	Atual	
Cor	Art	(15313680)	José Duarte Velosa Trindade	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	04-05-15
Cor	Cav	(03240582)	José Túlio Marques da Silva	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	04-05-15

(Portaria de 29mai15)



Posto	A/S	NIM	Nome	Situação de Ativo		Desde
				Anterior	Atual	
Cor Tir	Art	(13032082)	José António de Figueiredo Feliciano	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>d</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	28-06-15
Cor	Inf	(06979783)	Carlos Manuel Alves Batalha da Silva	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	13-04-15
Cor	AdMil	(12287983)	Manuel David de Jesus	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	12-06-15
Cor	AdMil	(12287983)	Manuel David de Jesus	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	28-06-15
(Portaria de 30jun15)						
TCor	Inf	(04030986)	João Alberto Nunes Silva	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>d</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	24-05-15
(Portaria de 29mai15)						
TCor	Inf	(15560185)	José Joaquim Barreno Branco	Adido alínea <i>d</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	01-06-15
TCor	Inf	(15560185)	José Joaquim Barreno Branco	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	15-06-15
TCor	AdMil	(16220986)	Fernando Jorge Eduardo Fialho Barnabé	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>d</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	26-06-15
TCor	Eng	(11122990)	Bartolomeu Pedro Martins de Bastos	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>a</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	15-06-15
(Portaria de 30jun15)						
Maj	Inf	(00407693)	Jorge Manuel de Sousa Rodrigues	Adido alínea <i>d</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	15-05-15
Maj	Inf	(02890793)	Raul Alexandre Ferreira da Silva Sousa Pinto	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>d</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	11-05-15
Maj	Art	(29947893)	Agostinho José Caldas de Freitas	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	14-05-15
Maj	Inf	(09266294)	Bruno Miguel Clara Fernandes Gaspar Mendes	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	11-05-15
Maj	Inf	(15360694)	Jorge Miguel Simões Pereira	Adido alínea <i>d</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	15-05-15

Posto	A/S	NIM	Nome	Situação de Ativo		Desde
				Anterior	Atual	
Maj	Cav	(19939497)	Marco António Frontoura Cordeiro	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	13-05-15
(Portaria de 29mai15)						
Maj	Inf	(15360694)	Jorge Miguel Simões Pereira	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	15-06-15
Maj	Inf	(12159096)	Henrique Manuel Alves Montenegro	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>a</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	15-06-15
(Portaria de 30jun15)						
Cap	Cav	(05613296)	Eduardo Jorge Pereira Gomes	Adido alínea <i>g</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	13-05-15
Cap	Inf	(06350496)	António Manuel Matos Coelho Lopes	Quadro art.º 172.º	Adido alínea <i>a</i> ) do n.º 2 do art.º 173.º	11-05-15
Cap	Inf	(13849501)	Miguel Maurício Leonor Fidalgo Pistola	Supranumerário alínea <i>e</i> ) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	11-05-15
(Portaria de 29mai15)						

### Passagem à situação de Reserva

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o MGen (16596076) **Luís Manuel Martins Ribeiro**, transite para a situação de reserva nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 154.º do EMFAR, conjugado com a alínea *b*) do n.º 2 do artigo 84.º da Lei n.º 66-B/2012, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de junho de 2013.

(Portaria n.º 282/15, 08nov13, *DR*, 2.ª série, n.º 94, 15mai15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o TCor TManTm (05121580) **Joaquim António Gonçalves Barbosa**, transite para a situação de reserva nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com a alínea *b*) do n.º 2 do artigo 86.º da Lei n.º 82-B/2014, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de abril de 2015.

(Portaria n.º 283/15, 22abr15, *DR*, 2.ª série, n.º 94, 15mai15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os Militares abaixo mencionados, transitem para a situação de reserva nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de setembro, e com alínea *d*) do n.º 2 do artigo 86.º da Lei n.º 82-B/2014, devendo ser considerados nesta situação na data que a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	Data reserva
Cor	Inf	(15254081)	João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte	11-05-15
(Portaria n.º 340/15, 20mai15, <i>DR</i> , 2.ª série, n.º 109, 05jun15)				

Posto	A/S	NIM	Nome	Data reserva
TCor	Inf	(16199985)	Paulo Jorge Torres Afonso	30-04-15
(Portaria n.º 342/15, 20mai15, DR, 2.ª série, n.º 109, 05jun15)				
Maj	TPesSecr	(08499386)	Manuel António de Vilhena Pereira	11-05-15
(Portaria n.º 341/15, 20mai15, DR, 2.ª série, n.º 109, 05jun15)				
SMor	Mat	(10973583)	Euclides Ferreira Costa	31-03-15
(Despacho n.º 5 069/15, 27abr15, DR, 2.ª série, n.º 93, 14mai15)				
SMor	Art	(15769982)	António Carvalho Ferreira	01-04-15
SAj	Inf	(19256291)	António Manuel Melo Marceneiro	01-04-15
(Despacho n.º 5 070/15, 27abr15, DR, 2.ª série, n.º 93, 14mai15)				
SCh	Tm	(05664786)	José Alcídio Martins Teixeira	01-05-15
(Despacho n.º 6 204/15, 20mai15, DR, 2.ª série, n.º 109, 05jun15)				
SCh	Inf	(08269881)	Amílcar José Martinho Ramalho	21-04-15
(Despacho n.º 6 205/15, 20mai15, DR, 2.ª série, n.º 109, 05jun15)				

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o SCh Cav (09876279) **Luiz Manuel Vicente Vergara Peres**, transite para a situação de reserva nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com a alínea *b*) do n.º 2 do artigo 86.º da Lei n.º 82-B/2014, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de março de 2014.

(Despacho n.º 5 071/15, 17abr15, DR, 2.ª série, n.º 93, 14mai15)

### Passagem à situação de Reforma

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os oficiais abaixo mencionados, transitem para a situação de reforma, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de setembro, devendo ser considerados nesta situação desde as datas aí consignadas:

Posto	A/S	NIM	Nome	Data reforma
TCor	SGE	(18071474)	Levelino José Pães	01-05-15
TCor	TManMat	(03094377)	Carlos Marques Janela	05-05-15
TCor	QTS	(03030275)	Jorge Manuel de Moura Soares	21-05-15
Maj	TManMat	(09928879)	Américo Augusto Frade	24-05-15

(Portaria n.º 517/15, 23jun15, DR, 2.ª série, n.º 130, 07jul15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os sargentos abaixo mencionados, transitem para a situação de reforma, nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de setembro, devendo ser considerados nesta situação desde as datas aí consignadas:

Posto	A/S	NIM	Nome	Data reforma
SMor	Cav	(01138079)	José Manuel da Silva Rodrigues	03-05-15
SMor	Inf	(01530978)	Hélder António de Barros Oliveira	05-05-15
SMor	Art	(09431181)	Victor Manuel Mendes Evangelista	10-05-15
SMor	Farm	(18955279)	Eduardo Fontes Carvalho	17-05-15
SMor	Cav	(08189780)	Ricardo Fernando Banha dos Santos	27-05-15
SCh	SGE	(06804781)	Victor Manuel Gomes Rodrigues	11-05-15
SAj	Eng	(18869986)	Rui Nelson de Lima Martins Nogueira	01-05-15

(Despacho n.º 7 404/15, 23jun15, *DR*, 2.ª série, n.º 129, 06jul15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o 1Sarg Aman (60082971) **João Honorato Costa** transite para a situação de reforma, nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação, desde 8 de maio de 2015.

(Despacho n.º 7 405/15, 23jun15, *DR*, 2.ª série, n.º 129, 06jul15)

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro (Regime de Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais), torna-se público o pensionista, a seguir identificado, que é abonado da respetiva pensão/remissão pela Caixa Geral de Aposentações, na data indicada:

Posto	NIM	Nome	Pensão/Remissão	Data
1Sarg	PPI (02491192)	Ludgero Fernando Pereira Ferreira	€ 132,07	07-04-15

### III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

#### Promoções

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, o seguinte:

É confirmada a promoção ao posto de BGen do Cor Tir Inf (13020883) **Eugénio Francisco Nunes Henriques**, efetuada por deliberação de 2 de julho de 2015 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 7 do mesmo mês.

Assinado em 10 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

(Decreto PR n.º 59/15, *DR*, 1.ª série, n.º 136, 15jul15)

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, o seguinte:

É confirmada a promoção ao posto de BGen do Cor Tir Art (01234982) **Maurício Simão Tendeiro Raleiras**, efetuada por deliberação de 2 de julho de 2015 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 7 do mesmo mês.

Assinado em 10 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

(Decreto PR n.º 60/15, DR, 1.ª série, n.º 136, 15jul15)

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, o seguinte:

É confirmada a promoção ao posto de BGen do Cor Tir AdMil (00670483) **Rui Manuel Rodrigues Lopes**, efetuada por deliberação de 2 de julho de 2015 do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 7 do mesmo mês.

Assinado em 10 de julho de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

(Decreto PR n.º 61/15, DR, 1.ª série, n.º 136, 15jul15)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 26 de junho de 2015, promover ao posto de Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º e 242.º do referido estatuto, o TCor Inf (11794785) **Francisco José Ferreira Duarte**.

2 — O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015).

4 — Mantém a situação de Adido ao Quadro nos termos do artigo 191.º do EMFAR, pelo que nos termos do n.º 3 do artigo 173.º do EMFAR não encerra vaga.

5 — Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Cor Inf (01372287) Nuno Manuel Mendes Farinha.

6 — A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 505-B/2015, de 22 de maio, de Suas Excelências o Ministro da Defesa Nacional e o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015.

01 de julho de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 522/15, DR, 2.ª série, n.º 131, 08jul15)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 26 de junho de 2015, promover ao posto de Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º e 242.º do referido estatuto, o TCor Inf (09156086) **Lino Loureiro Gonçalves**.

2 — O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015).

4 — Fica na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Cor Inf (11794785) Francisco José Ferreira Duarte.

6 — A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 505-B/2015, de 22 de maio, de Suas Excelências o Ministro da Defesa Nacional e o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015.

01 de julho de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 524/15, *DR*, 2.ª série, n.º 131, 08jul15)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 26 de junho de 2015, promover ao posto de Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º e 242.º do referido estatuto, o TCor Inf (11079884) **Jaime Ventura Morais Queijo**.

2 — O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015).

4 — Fica na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Cor Inf (09156086) Lino Loureiro Gonçalves.

6 — A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 505-B/2015, de 22 de maio, de Suas Excelências o Ministro da Defesa Nacional e o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015.

01 de julho de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 519/15, *DR*, 2.ª série, n.º 131, 08jul15)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 26 de junho de 2015, promover ao posto de Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º e 242.º do referido estatuto, o TCor Inf (04572785) **Assis Inácio dos Santos Rodrigues**.

2 — O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015).

4 — Mantém a situação de Adido ao Quadro nos termos do artigo 191.º do EMFAR, pelo que nos termos do n.º 3 do artigo 173.º do EMFAR não encerra vaga.

5 — Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Cor Inf (11079884) Jaime Ventura Morais Queijo.

6 — A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 505-B/2015, de 22 de maio, de Suas Excelências o Ministro da Defesa Nacional e o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015.

01 de julho de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 523/15, *DR*, 2.ª série, n.º 131, 08jul15)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 26 de junho de 2015, promover ao posto de Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º e 242.º do referido estatuto, o TCor Art (19881486) **Vítor Hugo Dias de Almeida**.

2 — O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015).

4 — Fica na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Cor Art (00267186) José Carlos Levy Varela Benrós.

6 — A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 505-B/2015, de 22 de maio, de Suas Excelências o Ministro da Defesa Nacional e o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015.

01 de julho de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 520/15, *DR*, 2.ª série, n.º 131, 08jul15)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 26 de junho de 2015, promover ao posto de Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º e 242.º do referido estatuto, o TCor Cav (01585486) **Henrique José Cabrita Gonçalves Mateus**.

2 — O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3 — Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação da presente portaria no *Diário da República (DR)*, nos termos do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015).

4 — Fica na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

5 — Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Cor Cav (03763787) Paulo Jorge Rodrigues Ramos.

6 — A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 5 505-B/2015, de 22 de maio, de Suas Excelências o Ministro da Defesa Nacional e o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015.

01 de julho de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 521/15, *DR*, 2.ª série, n.º 131, 08jul15)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por despacho de 28 de maio de 2015, promover ao posto de Sargento-Mor, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 4 do artigo 274.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os seguintes Sargentos-Chefes:

Posto	QEsp	NIM	Nome
SCh	Art	(08060782)	Vítor Manuel Lourenço Duarte;
SCh	AdMil	(09245683)	Manuel Claudino Pinto Machado;
SCh	Eng	(19168281)	João Cardoso Marques;
SCh	Cav	(12747384)	Vítor Manuel Cambiais Fróis Caldeira;
SCh	Mus	(14929885)	João Hígino Araújo Oliveira;
SCh	Inf	(16824483)	Gaspar Manuel Leite Ribeiro de Moura;
SCh	Cav	(17435682)	José Mário da Cruz Costa;
SCh	Inf	(15416282)	Rui Paulo Monteiro Duarte;
SCh	Inf	(13910984)	Armando José Baptista Teixeira;
SCh	Inf	(07814482)	Adriano Fernando Cardoso;
SCh	Tm	(01483885)	Luís Alberto da Silva Reis;
SCh	AdMil	(01952582)	José Carlos Ribeiro Gomes;
SCh	AdMil	(00107082)	Inocêncio Soares Dias;
SCh	Inf	(11855983)	Octávio Manuel Martins Alves Diz;
SCh	Para	(00123882)	António da Silva Agostinho;
SCh	Mat	(19796484)	José Manuel dos Santos Cordeiro;
SCh	Art	(19567480)	Jorge Manuel Marreiros;
SCh	SGE	(07283684)	Rui Rodrigues Duarte Redinho.

2 — Estas promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 5 005-B/2015, publicado no *Diário da República (DR)*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, de Suas Excelências o Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública, nos termos do previsto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *DR*, de acordo com a disposição legal enunciada na alínea *a*) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014.

4 — Os referidos sargentos contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR. Ficam integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

5 — Mantêm a situação relativamente ao Quadro, ao abrigo do artigo 171.º do EMFAR, ficam posicionados na Lista Geral de Antiguidades do seu Quadro Especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do mesmo estatuto.

01 de junho de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 6 207/15, *DR*, 2.ª série, n.º 109, 05jun15)



1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por despacho de 29 de maio de 2015, promover ao posto de Sargento-Chefe, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º, alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os seguintes Sargentos-Ajudantes:

Posto	QEsp	NIM	Nome
SAj	Cav	(18313586)	José Manuel Agante de Matos;
SAj	Cav	(17445687)	António Correia França;
SAj	SGE	(06265883)	Abílio José Duarte Tavares da Silva;
SAj	Mat	(03357086)	António Luís Esteves Rebelo;
SAj	Inf	(14212686)	Domingos Manuel Segurado Ilhéu;
SAj	Corn/Clar	(10006788)	Pedro Jorge Silva Henriques;
SAj	Farm	(19924583)	Jorge Manuel da Encarnação Rodrigues;
SAj	SGE	(07047186)	José Luís da Silva Domingos;
SAj	Art	(16052084)	Ricardo Jorge Santos Gonçalves;
SAj	Vet	(08883687)	José Luís da Conceição Simões;
SAj	AdMil	(05624885)	João Manuel Fernandes Barreira;
SAj	Med	(07812387)	José Manuel de Moura Coelho;
SAj	Tm	(08896285)	Eusébio Fernandes Ferreira;
SAj	AdMil	(12893787)	José Manuel Alves dos Santos;
SAj	Eng	(13336187)	Augusto Manuel Fonseca Vidal;
SAj	Eng	(01670486)	Luiz António Pombo Palmeiro Pedro;
SAj	Mat	(10524686)	José Pote Pereira Caneira;
SAj	Tm	(04517587)	João Carlos Fontes Antunes;
SAj	Tm	(02380586)	Luís Veiga Maria Loureiro;
SAj	Tm	(14503987)	António Manuel Teixeira Pacheco;
SAj	Tm	(07262586)	Luciano do Nascimento Costa;
SAj	Cav	(12442887)	Rui Manuel da Luz Lopes;
SAj	Inf	(00672188)	João Maria Gomes Henriques;
SAj	Mus	(09346589)	António José Baião Bravo;
SAj	Cav	(00262587)	Jorge Hélder Severino Carujo;
SAj	Cav	(13506483)	Carlos Alberto Simões dos Reis;
SAj	Eng	(08413487)	Mário Jorge Duarte de Oliveira Maia;
SAj	Eng	(05285686)	Vítor Manuel Pires Gonçalves Capela;
SAj	Art	(03864386)	Joaquim José Bravo dos Santos;
SAj	Inf	(12266186)	António Carlos Bento Correia;
SAj	Inf	(12333286)	Rui Guardado da Silva;
SAj	Mat	(15547787)	José Luís Delgado Dinis;
SAj	Inf	(10498087)	José Carlos Rafael Lopes;
SAj	Mat	(00460288)	António Carlos Verde Mendes;
SAj	Inf	(12779187)	José Zeferino Marques da Silva;
SAj	Inf	(18710384)	António Manuel Ferreira Fragoso;
SAj	Inf	(05200287)	Hélder Roberto do Carmo Santos;
SAj	Art	(10903187)	José Carlos Teixeira da Costa;
SAj	Med	(17140785)	Paulo Jorge Alves Rana;
SAj	SGE	(11650686)	Augusto Panta Baltazar;
SAj	Inf	(19928787)	João Manuel Marques Tavares;
SAj	Cav	(09111287)	José João Batista Figueiredo;
SAj	Para	(08147586)	Carlos Alberto Monteiro de Queirós;
SAj	Para	(18817784)	João Pedro de Jesus Batalha Jordão;
SAj	Inf	(00086786)	José Manuel Ramos Fernandes;
SAj	Mat	(04801685)	José António Trindade Parente;
SAj	Mat	(16682586)	Mário Jorge Noválio Bossa;

Posto	QEsp	NIM	Nome
SAj	Mat	(13563186)	José Manuel Rodrigues Silva Castelo Henriques;
SAj	Mat	(04504587)	José Manuel Nogueira Simões;
SAj	SGE	(05426187)	Carlos António Freitas Lopes;
SAj	Inf	(01498088)	Filipe José Ferreira da Costa Vieira;
SAj	Inf	(10456187)	Paulo Carlos da Costa Vieira Gomes;
SAj	Inf	(09442887)	Pedro Manuel Silva Pires;
SAj	Inf	(05338687)	Carlos Alberto Marques Capela;
SAj	Inf	(01576387)	Jorge Alexandre Mateus Machado;
SAj	Art	(08092688)	Victor Manuel Valente Piçarra;
SAj	Art	(00039389)	José Domingos Dias Camponês;
SAj	Art	(14963388)	José Manuel Sebastião Dias.

2 — Estas promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 5 005-B/2015, publicado no *Diário da República (DR)*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, de Suas Excelências o Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública, nos termos do previsto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *DR*, de acordo com a disposição legal enunciada na alínea a) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014.

4 — Os referidos sargentos contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR. Ficam integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

5 — Mantêm a situação relativamente ao Quadro, ao abrigo do artigo 171.º do EMFAR, ficam posicionados na Lista Geral de Antiguidades do seu Quadro Especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do mesmo estatuto.

01 de junho de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 6 206/15, *DR*, 2.ª série, n.º 109, 05jun15)

1 — Por despacho de 2 de junho de 2015 do Chefe da RPM/DARH, ao abrigo dos poderes que lhe foram subdelegados pelo Major-General DARH, conferido pelo despacho n.º 1 966/2015, de 6 de fevereiro, publicado no *Diário da República (DR)*, 2.ª série n.º 39 de 25 de fevereiro, após Subdelegação do Exmo. Tenente-General AGE, são promovidos ao posto de Sargento-Ajudante, nos termos do artigo 183.º e alínea c) do artigo 262.º, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 2 do artigo 274.º, todos do EMFAR, os sargentos a seguir indicados:

Posto	QEsp	NIM	Nome
1Sarg	Med	(26973892)	Hermínio dos Santos Francisco;
1Sarg	Med	(39634892)	Dinis Manuel Pereira Costa;
1Sarg	Med	(37606091)	Elisabete Macieira Barreira;
1Sarg	Eng	(03834991)	Joaquim Manuel do Carmo Patrício;
1Sarg	SGE	(10283887)	Luís Carlos Manuel Desidério Ferreira;
1Sarg	Inf	(32597992)	Paulo Emanuel Camilo Lopes;
1Sarg	AdMil	(09441092)	António Jorge Gonçalves Teixeira;
1Sarg	Inf	(12070692)	António Manuel de Almeida Nunes;
1Sarg	AdMil	(18444991)	Marcelo Afonso Gomes Esteves;
1Sarg	AdMil	(16205192)	Fernando Jacinto Pais António;
1Sarg	Cav	(08768792)	Rui Manuel do Pranto Sousa;
1Sarg	AdMil	(27243391)	Luís Carlos Eiras Gonçalves;
1Sarg	Tm	(25670091)	José Carlos Almeida da Silva;
1Sarg	Cav	(22669992)	Nuno Miguel Monteiro da Silva;
1Sarg	Tm	(35331892)	José Carlos da Conceição Lourenço;

Posto	QEsp	NIM	Nome
1Sarg	AdMil	(16800692)	Victor Sérgio Mendes Patrício Ferreira Ralha;
1Sarg	Art	(28496992)	Raimundo Grilo Queiroz;
1Sarg	Mat	(04601090)	Luís Miguel Figueira Santos;
1Sarg	AdMil	(39099092)	Marco Paulo Afonso Português;
1Sarg	Inf	(33487193)	Vítor Duarte da Silva Correia;
1Sarg	Trans	(06208492)	João Carlos Assunção dos Santos;
1Sarg	PesSecr	(23053092)	Nuno Manuel Carvalho Santos;
1Sarg	Inf	(28146192)	Paulo Jorge Dias Carvalho;
1Sarg	AdMil	(03264093)	Luís Miguel Castelo Rodrigues;
1Sarg	Cav	(23196791)	Fernando Manuel Morais Romeira;
1Sarg	AdMil	(28514592)	João Carlos Sequeira Pereira da Costa;
1Sarg	PesSecr	(25894492)	Orlando Morais Marques;
1Sarg	Art	(33973092)	José Carlos Diogo Baião;
1Sarg	Inf	(02869291)	Miguel Ângelo Almeida Moura;
1Sarg	AdMil	(04612491)	José Francisco Estopa Pestana;
1Sarg	AdMil	(00262692)	Ana Cristina Pombeiro de Jesus;
1Sarg	Mat	(33566092)	Vasco Antero Catarino Pires;
1Sarg	Eng	(25235592)	Carlos Jorge Saruga Bailão;
1Sarg	PesSecr	(27945491)	Marco António Patrão Mourato;
1Sarg	AdMil	(01306493)	Olga Maria da Silva Rodrigues Costa;
1Sarg	Trans	(28092691)	José António Carvalho Pereira;
1Sarg	Trans	(21542391)	Artur Jorge Lopes Marinho;
1Sarg	Med	(03993994)	Ana Isabel Serrano Batista;
1Sarg	Cav	(03959593)	José Augusto Ramos Ferreira;
1Sarg	AdMil	(23496492)	Carlos Adelino de Almeida Serrano;
1Sarg	Mat	(00815492)	Rui Manuel Palmela Cruz;
1Sarg	Mat	(34088792)	João Manuel Roque Monteiro;
1Sarg	Art	(04375493)	Marco Paulo Cardoso Dimas;
1Sarg	AdMil	(25447091)	Rui Hélio Moreira Cordeiro de Figueiredo;
1Sarg	Eng	(21837891)	Ricardo da Silva Mendes;
1Sarg	Eng	(17400492)	Rui Miguel Antunes Ferreira;
1Sarg	Cav	(02362492)	Nelson de Sousa Cardoso;
1Sarg	AdMil	(17332392)	José Manuel Veríssimo Alves;
1Sarg	Eng	(20529592)	Henrique Inácio Pinto;
1Sarg	Mat	(32987892)	José Paulo Alves de Magalhães;
1Sarg	Mat	(24102791)	Nuno Miguel Ribeiro Pascoal;
1Sarg	Art	(21640292)	Bruno António Lima Rodrigues;
1Sarg	Cav	(11872291)	Miguel Ângelo Gonçalves Bandeira da Cruz;
1Sarg	Corn/Clar	(35638691)	Américo Henrique Pereira de Brito Leitão;
1Sarg	Eng	(13931692)	Eusébio Pratas Mendes Abreu;
1Sarg	AdMil	(22529592)	Ana Merícia Pereira de Afonseca;
1Sarg	Inf	(38943991)	Pedro Miguel Matias Ferreira;
1Sarg	Mat	(00918091)	Artur de Jesus Lameira;
1Sarg	Art	(01104092)	Paulo Jorge de Matos Tim-Tim;
1Sarg	Tm	(09737093)	António Alexandre da Silva Veloso;
1Sarg	Mat	(38527092)	Carlos Alberto Pires dos Santos;
1Sarg	Art	(21742693)	João Paulo Calado Baiana;
1Sarg	Mat	(03751293)	Paulo Jorge Caiola Germano;
1Sarg	Eng	(11614393)	Paulo João Cardoso dos Santos;
1Sarg	Inf	(01985892)	Virgílio Manuel Duarte Bronze;
1Sarg	Art	(14970391)	Paulo Jorge Carvalho da Silva;
1Sarg	Trans	(12623293)	Carlos Manuel Ribeiro Gonçalves;

Posto	QEsp	NIM	Nome
1Sarg	Mat	(26650991)	João Humberto Ferreira Domingues;
1Sarg	Inf	(21455093)	Osvaldo Miguel Rodrigues Pereira;
1Sarg	Eng	(21831892)	Carlos Manuel Pereira Rodrigues;
1Sarg	Eng	(31446792)	Luís Manuel Dinis Santos;
1Sarg	Trans	(21309792)	Rui Miguel da Silva Viegas;
1Sarg	Art	(26034092)	Rui Manuel Varela Pexirra;
1Sarg	Mat	(25731991)	Rui Manuel Marçal Pereira;
1Sarg	Eng	(06722792)	Ricardo Manuel Lopo Pires Barão;
1Sarg	Tm	(07614192)	Fernanda Maria Martins da Rosa;
1Sarg	Tm	(12115393)	Elvira Gabriela Ferreira Fernandes Moura;
1Sarg	Mat	(29333192)	José Manuel da Silva Pereira;
1Sarg	Tm	(00753991)	Teresa Maria Silvestre Lamas;
1Sarg	AdMil	(31526091)	Manuel António Moreira;
1Sarg	Art	(28199693)	Nelson Amaral Baião;
1Sarg	Cav	(21633592)	Mário José Carolino Mineiro;
1Sarg	Inf	(06062592)	Aristides Manuel Rodrigues das Neves;
1Sarg	Eng	(06411592)	Luís Miguel Tavares de Jesus;
1Sarg	AdMil	(22858092)	Adelindina da Conceição Godinho Lopes;
1Sarg	Art	(03881993)	Paulo Alexandre Costa Lambuzana;
1Sarg	Eng	(35465692)	Paulo Jorge Serras Soares;
1Sarg	Mat	(33866191)	Joaquim Manuel Martins Gomes;
1Sarg	PesSecr	(03303493)	António Pedro dos Santos Fortes;
1Sarg	Trans	(33745093)	David Manuel Marques da Silva;
1Sarg	PesSecr	(27456191)	Paulo Alexandre Nunes do Coito;
1Sarg	Mat	(05491492)	António Ricardo Paulo Silva;
1Sarg	Mat	(11868892)	Nuno Miguel Sampaio de Beires Junqueira;
1Sarg	Inf	(02149293)	Joaquim Manuel Galhano Ferreira;
1Sarg	Eng	(21545892)	Rui Miguel Lopes Pissarreira;
1Sarg	AdMil	(33261393)	Carlos Alberto Muacho Direitinho;
1Sarg	Tm	(33751493)	Pedro Alexandre Anacleto Pereira;
1Sarg	Tm	(21944691)	Mário César Colaço Arede.

2 — Estas promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 5 005-B/2015, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, de Suas Excelências o Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública, nos termos do previsto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *DR*, de acordo com a disposição legal enunciada na alínea *a*) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014.

4 — Os referidos sargentos contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR. Ficam integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

5 — Mantêm a situação relativamente ao Quadro, ao abrigo do artigo 171.º do EMFAR, ficam posicionados na Lista Geral de Antiguidades do seu Quadro Especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do mesmo estatuto.

02 de junho de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 6 401/15, *DR*, 2.ª série, n.º 111, 09jun15)

1 — Por despacho de 23 de junho de 2015 do Chefe da RPM/DARH, ao abrigo dos poderes que lhe foram subdelegados pelo Major-General DARH, conferido pelo despacho n.º 1 966/2015, de 6 de fevereiro, publicado no *Diário da República (DR)*, 2.ª série n.º 39 de 25 de fevereiro, após Subdelegação do Exmo. Tenente-General AGE, são promovidos ao posto de Sargento-Ajudante, nos termos do artigo 183.º e alínea *c*) do artigo 262.º, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 2 do artigo 274.º, todos do EMFAR, os sargentos a seguir indicados:

Posto	QEsp	NIM	Nome
1Sarg	Cav	(35981693)	Eurico João Vilarelhos Pedro;
1Sarg	Tm	(09163094)	Duarte Filipe Gomes Gato;
1Sarg	Inf	(26861292)	Luís Gustavo Pires Monteiro;
1Sarg	Eng	(34483293)	António Miguel Lobato Pereira Castanheira;
1Sarg	Mus	(12225793)	Francisco José de Carvalho Rolo;
1Sarg	AdMil	(36211392)	Sérgio Bruno Moutinho de Moura;
1Sarg	Mat	(07650092)	Carlos Alberto Leitão da Silva;
1Sarg	Mat	(29136092)	Alcides Anselmo Martins José;
1Sarg	Inf	(13188294)	Sérgio Alexandre Pereira Esteves;
1Sarg	AdMil	(37738293)	Paulo Jorge Martins de Lima;
1Sarg	Tm	(19861492)	Rui Filipe Braga Pinto de Sousa;
1Sarg	PesSec	(20695393)	Pedro Manuel de Almeida Cardeira;
1Sarg	AdMil	(27003392)	José Silvino Caetano Severino;
1Sarg	AdMil	(22036993)	Ricardo José Cordeiro Sobral;
1Sarg	Tm	(17943392)	António de Jesus Marçal;
1Sarg	Mat	(24190693)	Mário João Duarte Filipe Madaleno;
1Sarg	Inf	(29966693)	Rui Manuel da Silva Henriques;
1Sarg	Mat	(03952593)	Paulo José dos Santos Ribeiro;
1Sarg	Eng	(36754092)	Sérgio de Jesus Belo;
1Sarg	Mat	(28011191)	Jorge Pedro Gaioso Fernandes;
1Sarg	AdMil	(14483093)	Afonso José Mártires Manchinha;
1Sarg	Eng	(34692793)	Alípio José Rodrigues da Silva.

2 — Estas promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 5 505-B/2015, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, de Suas Excelências o Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública, nos termos do previsto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *DR*, de acordo com a disposição legal enunciada na alínea *a*) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014.

4 — Os referidos sargentos contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR. Ficam integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

5 — Mantêm a situação relativamente ao Quadro, ao abrigo do artigo 171.º do EMFAR, ficam posicionados na Lista Geral de Antiguidades do seu Quadro Especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do mesmo estatuto.

23 de junho de 2015. — O Chefe da Repartição, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 7 252/15, *DR*, 2.ª série, n.º 127, 02jul15)

1 — Por despacho de 2 de junho de 2015 do Chefe da RPM/DARH, ao abrigo dos poderes que lhe foram subdelegados pelo Major-General DARH, conferido pelo despacho n.º 1 966/2015, de 6 de fevereiro, publicado no *Diário da República (DR)*, 2.ª série n.º 39 de 25 de fevereiro, após Subdelegação do Exmo. Tenente-General AGE, são promovidos ao posto de Primeiro-Sargento, nos termos do artigo 183.º e alínea *d*) do artigo 262.º, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *a*) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 1 do artigo 274.º, todos do EMFAR, os sargentos a seguir indicados:

### Infantaria

Posto	NIM	Nome
2Sarg	(16808700)	João Filipe Cachapela de Matos;
1Sarg	Grad (04001001)	Sílvio de Jesus Pinto Reis;
2Sarg	(00242002)	Paulo Alexandre da Silva Neves;
2Sarg	(04245209)	Christian Antunes Farinha;
2Sarg	(10501599)	Marco Cláudio Ferreira da Silva;
2Sarg	(08372103)	Gabriel António Magalhães da Cunha;
2Sarg	(10692403)	Bruno Manuel Ribeiro dos Santos;
2Sarg	(15695503)	João Gonçalo Barreto da Silva Alegrete;
2Sarg	(10819604)	Nuno Jorge da Silva Castro;
2Sarg	(07062402)	Pedro Miguel Rodrigues Ferreira Pinho;
2Sarg	(02769504)	Luís Emanuel Ferreira Afonso da Silva;
2Sarg	(05160703)	João Ricardo Garcia Marques Bicho;
2Sarg	(17827602)	Clementino Mendes Pedrosa;
2Sarg	(05181603)	Fabiani Albino João Ferreira;
2Sarg	(03592199)	Sérgio Manuel de Jesus;
2Sarg	(01858309)	Hugo Rafael Neves Ribeiro Rodrigues;
2Sarg	(07835704)	David Ferreira Azevedo;
2Sarg	(09675803)	José Agostinho Marques Pereira;
2Sarg	(03616299)	Jorge Manuel Ferreira da Silva;
2Sarg	(02173705)	Décio Miguel Pacheco Brum;
2Sarg	(10013697)	Sandro Joaquim Calhas Falcão;
2Sarg	(13105306)	Edi Augusto Galhofa Vicente;
2Sarg	(19528099)	João Filipe Mondim da Costa;
2Sarg	(16668701)	José Manuel Batista Ribeiro;
2Sarg	(02235601)	Élvio Emiliano Nóbrega Pinto;
2Sarg	(02737903)	Messias Gabriel Moura de Carvalho;
2Sarg	(11286804)	Filipe da Silva Lourenço;
2Sarg	(05959902)	Vítor Manuel Teixeira Pinto;
2Sarg	(03208800)	António Manuel Ferreira Abreu;
2Sarg	(00971998)	Ricardo Simões Baptista Lucas Correia;
2Sarg	(09578203)	Fábio Damas Nunes;
2Sarg	(17724602)	Dionísio Pedro Mendes;
2Sarg	(14917597)	Rowllings Gomes Antunes Correia;
2Sarg	(00366105)	Marco Jorge Sousa de Abreu;
2Sarg	(18337898)	José Carlos Pinheiro dos Santos;
2Sarg	(03641506)	Eugénio David Simão da Costa;
2Sarg	(10363598)	Pedro Miguel Faísca da Silva;
2Sarg	(15444705)	Tiago Miguel Rosa Ramos;
2Sarg	(10676697)	Luís Filipe Rego;
2Sarg	(04152801)	Brigite Telma Mendes Neves.

**Artilharia**

<b>Posto</b>	<b>NIM</b>	<b>Nome</b>
2Sarg	(19179706)	Ângelo Rafael Branco Lourenço Sequeira;
2Sarg	(07766603)	Carlos Francisco Pedrosa Ferreira da Silva;
2Sarg	(00492700)	José João Moedas da Silva;
2Sarg	(15745803)	Fábio João Neves Cartaxo;
2Sarg	(13291798)	José António Bettencourt de Aguiar;
2Sarg	(15880604)	Luís Pedro Dias Lopes;
2Sarg	(04311303)	Luís Miguel Soares da Costa;
2Sarg	(06756998)	Carlos Miguel Coelho Figueiredo Pais;
2Sarg	(07761004)	Jonathan Raban Soares;
2Sarg	(02336202)	David Damasceno Gonçalves Jardim;
2Sarg	(14853405)	Hugo Daniel Tavares Vilar;
2Sarg	(14440103)	Mónica Sofia Gomez da Silva;
2Sarg	(00039506)	Tiago Miguel Torres dos Santos;
2Sarg	(05611203)	André Filipe Duarte Simões;
2Sarg	(07077905)	Tiago Filipe dos Santos Aldrabinha;
2Sarg	(12134006)	Luís Miguel Beleza Pinto Pires;
2Sarg	(08347202)	Maria Beatriz Dias Barros Soares Rocha;
2Sarg	(08436904)	Hugo Ricardo da Silva Gomes Cardoso de Gouveia;
2Sarg	(15087103)	Sérgio Tiago Fé Fernandes.

**Cavalaria**

<b>Posto</b>	<b>NIM</b>	<b>Nome</b>
2Sarg	(05786605)	Bruno Filipe Andrade Vilas Boas;
2Sarg	(13059106)	Francisco Miguel Monteiro Cid;
2Sarg	(13694509)	André Marques Rodrigues;
2Sarg	(08591705)	Ivo Alexandre Carneiro Portela Gomes Pereira;
2Sarg	(02300004)	Tomás Enrique Pinto Sanchez;
2Sarg	(16957506)	Carlos Alexandre Mendes Cravo;
2Sarg	(07803099)	Marco Manuel Pinto Amorim;
2Sarg	(10833806)	Lígia Daniela Coelho da Rocha;
2Sarg	(16041604)	Bruno Miguel Magro Dias;
2Sarg	(06483004)	Telmo Rodrigo Oliveira Neves Carteiro;
2Sarg	(15641800)	Emanuel Alexandre Dinis Ribeiro;
2Sarg	(03515503)	Ricardo Lou Barradas;
2Sarg	(01470609)	Daniela Sofia Fernandes Macedo;
2Sarg	(17838704)	Marco André Alves Antunes;
2Sarg	(10031103)	António Miguel de Oliveira Pinto;
2Sarg	(19230904)	Mário José Ferreira Magalhães;
2Sarg	(10676302)	Paulo Miguel Vieira da Silva Bértolo;
2Sarg	(13738198)	Flávio Ricardo Cerdeira Gamboa.

**Engenharia**

<b>Posto</b>	<b>NIM</b>	<b>Nome</b>
2Sarg	(04514503)	Ricardo Manuel Marques Mendonça;
1Sarg	Grad (01655200)	Henrique Manuel Martins Coelho;
2Sarg	(05756102)	Tiago André Bento Almeida Monteiro;
2Sarg	(01942802)	Danny Simões Mateus;
2Sarg	(19121905)	Tiago Daniel Pinto Gaspar;

Posto	NIM	Nome
2Sarg	(13289006)	Tiago Emanuel Lourenço Martins;
2Sarg	(08931405)	Tiago Alexandre Cabral Luz Arsénio;
2Sarg	(19311509)	Philippe Eusébio Pereira;
2Sarg	(03060406)	Ricardo Ribeiro Marques;
2Sarg	(12538009)	Bruno Emanuel Nunes da Silva;
2Sarg	(17880304)	Miguel Alexandre Cortes Costa;
2Sarg	(01727206)	Luís Gabriel Alves Morte;
2Sarg	(13251904)	André Ferreira Ginó.

**Transmissões**

Posto	NIM	Nome
1Sarg	Grad (10862999)	Hélder Renato Queirós da Costa;
2Sarg	(09879805)	Márcia Ribeiro da Silva;
2Sarg	(13960306)	José Carlos Ferreira da Silva;
2Sarg	(07310306)	José Emanuel Correia Ferreira;
2Sarg	(06797501)	Bruno Ricardo das Neves Maricato;
2Sarg	(14073302)	Roberto José Rolo Varajão;
2Sarg	(13711805)	Rúben Timóteo de Oliveira Durão;
2Sarg	(02704904)	Ricardo Jorge de Magalhães Trigo;
2Sarg	(04503909)	Suzana Dalila Alomaya Marques Tavares;
2Sarg	(00157606)	Nélson Simplício André Pinho;
2Sarg	(01291809)	André Pereira Barbosa;
2Sarg	(11822605)	Christopher Manuel Alves Monteiro;
1Sarg	Grad (08835301)	António Luís Pinto Carvalho;
2Sarg	(13279904)	André Filipe Alves da Costa Marques;
2Sarg	(14292206)	Wilson Filipe Pinto Cardoso;
2Sarg	(07758904)	Rúben Rodrigues Bota;
2Sarg	(00176704)	Ricardo Miguel Ramalho Pestana Fialho.

**Medicina**

Posto	NIM	Nome
2Sarg	(09869604)	Lúcia Maria da Silva Mendes;
2Sarg	(19505206)	Pedro Miguel Castanheira Longuinho;
2Sarg	(19355006)	Vera Carina dos Santos Dias Seborro Machado;
2Sarg	(01253905)	Sara Isabel da Silva Vidal;
2Sarg	(14597504)	Paulo Alexandre de Almeida Marques;
2Sarg	(13134806)	Tânia Isabel Miranda Santos;
2Sarg	(08648809)	João Manuel Peixoto Coelho;
2Sarg	(11001803)	Pedro Gonçalo Pires Batista;
2Sarg	(08491801)	Paulo Alexandre da Costa Santos.

**Administração Militar**

Posto	NIM	Nome
2Sarg	(18388302)	Flávio Rafael Pinto Peixoto;
2Sarg	(12743203)	Dayara da Silva Santos;
2Sarg	(11926802)	Acácio Francisco dos Santos;
2Sarg	(13926404)	João Miguel Pereira Leal.



**Serviço de Material**

<b>Posto</b>	<b>NIM</b>	<b>Nome</b>
2Sarg	(18757500)	Filipe Pereira Gonçalves;
2Sarg	(10793009)	Rui Filipe Pimenta Cadeireiro;
2Sarg	(07074602)	Alexandra Oliveira Coelho;
2Sarg	(08692904)	João Carlos da Costa Rafael;
2Sarg	(11204106)	Aurélio Filipe Soares Barbosa;
2Sarg	(18615905)	Ricardo Jorge Gonçalves Dionísio;
2Sarg	(11284209)	André Filipe Braga da Cunha;
2Sarg	(02387606)	Bruno Miguel Pascoa Pereira;
2Sarg	(10514104)	Bruno Daniel Moreira Magano;
2Sarg	(13585402)	Jorge Manuel Matos Faria da Silva Rocha;
2Sarg	(09196704)	Telmo Manuel Rosa Antero;
2Sarg	(04588501)	Gonçalo Filipe Miguens Lino;
2Sarg	(04636803)	Cristina Alexandra Freitas Abreu;
2Sarg	(16175103)	Ana Mafalda Augusto Almeida;
2Sarg	(01060804)	Elisabete Manuela Rocha Vieira;
2Sarg	(13065505)	André Filipe dos Reis Brandão;
2Sarg	(12189704)	Filipe Luís Joaquim Correia;
2Sarg	(05519103)	Catarina Sofia Chousa Alves;
2Sarg	(15387801)	Filipe André Mendes Rosa Percheiro;
2Sarg	(09592104)	António Manuel Canhão Saraiva;
2Sarg	(13254504)	Alexandre Ferreira Viana;
2Sarg	(06138403)	Bruno Lamas de Carvalho;
2Sarg	(10972906)	Nuno Tiago Paiva Santos;
2Sarg	(18361902)	Miguel Tavares de Matos.

**Pessoal e Secretariado**

<b>Posto</b>	<b>NIM</b>	<b>Nome</b>
2Sarg	(03606100)	Vítor Dantas Barreiro.

**Transportes**

<b>Posto</b>	<b>NIM</b>	<b>Nome</b>
2Sarg	(12535904)	Carina da Silva Pinho.

**Músicos**

<b>Posto</b>	<b>NIM</b>	<b>Nome</b>
2Sarg	(01439003)	Frederico Manuel Frazão Azenha;
2Sarg	(15027602)	Emanuel Alberto Oliveira Neto;
2Sarg	(01605905)	Ivo dos Reis Nascimento;
2Sarg	(00760001)	Tiago Alexandre Cupido Ferreira.

2 — Estas promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 5 005-B/2015, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, de Suas Excelências o Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública, nos termos do previsto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, conjugado com a faculdade prevista no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, por visar satisfazer necessidades de carácter operacional do Exército, considerando a carência existente de 31 % de efetivos no posto de Primeiro-Sargento e a necessidade do desempenho de funções de comando e chefia em unidades operacionais em que o referido posto se mostra essencial para a formação, treino, aprontamento e sustentação operacional do Exército, para o cumprimento das Missões atribuídas.

3 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *DR*, de acordo com a disposição legal enunciada na alínea *a*) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014.

4 — Os referidos sargentos contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

5 — Os Primeiros-Sargentos Graduados, continuam na mesma posição da estrutura remuneratória do posto de Primeiro-Sargento, que já detinham enquanto militar graduado.

6 — Ficam na situação de Quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR e posicionados na Lista Geral de Antiguidades do seu quadro especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

02 de junho de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf

(Despacho n.º 6 402/15, *DR*, 2.ª série, n.º 111, 09jun15)

---

#### IV — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES

##### Nomeações

Nos termos da alínea *q*) do n.º 1 do artigo 11.º da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, e do n.º 6 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, nomeio o MGen (11063282) **António Martins Pereira** para o cargo de Subchefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares, previsto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, em substituição do MGen PILAV (032208-D) Amândio Manuel Fernandes Miranda.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de julho de 2015.

30 de junho de 2015. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Despacho n.º 7 499/15, *DR*, 2.ª série, n.º 131, 08jul15)

1 — Nos termos do disposto no artigo 4.º do estatuto dos militares nomeados para participarem em ações de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de dezembro e verificados os requisitos nele previsto, nomeio o Cor Inf (05303583) **Jorge Manuel Sequeira Iglésias**, por um período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início a 10 de agosto de 2015, no desempenho das funções de Diretor Técnico do Projeto 2 de Apoio ao Exército Angolano, inscrito no Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2ª série), de 30 de dezembro de 1998, publicada no *Diário da República* – 2ª série de 28 de janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

07 de julho de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Despacho n.º 7 945/15, *DR*, 2.ª série, n.º 139, 20jul15)

Nos termos dos artigos 11.º, n.º 2 e 16.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de abril, nomeio o Maj TExpTm (11669386) **João Manuel Guerra Batista**, Chefe do Centro de Comunicações da Presidência da República, com efeitos a partir de 29 de junho e em regime de comissão normal.

26 de junho de 2015. — O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

(Despacho n.º 7 700/15, DR, 2.ª série, n.º 134, 13jul15)

---

## V — DECLARAÇÕES

### Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

#### Fim de funções

Os sargentos abaixo indicados, deixaram de prestar serviço efetivo, na situação de reserva, nas respetivas UEO, nas datas a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	UEO	Data
SMor	Tm	(18432880)	Fernando Rodrigues Ferreira	ANPC	05-06-15
SCh	Inf	(04708181)	António Manuel Matos Pedro	IASFA	12-03-15

Os sargentos abaixo indicados, deixaram de prestar serviço no ArqGEx, na situação de reserva, na data que a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	Data
SAj	Mat	(05550185)	Jorge Sousa Fortes	01-06-15
SAj	Inf	(03956283)	Vítor Manuel de Almeida	01-06-15

Os sargentos abaixo indicados, deixaram de prestar serviço, na situação de reserva na Liga dos Combatentes, na data que a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	Data
SAj	Art	(17227484)	João Carlos Ventura Barbas	31-05-15
1Sarg	Corn/Clar	(06966886)	Arnaldo Manuel Soares Carvalho	28-04-15

---

## VI — OBITUÁRIO

Faleceram os militares abaixo mencionados da SecApoio/RRRD:

### 2014

outubro      26      1Sarg Med (52063311) Virgílio José Alves Correia.

**2015**

junho	05	1Sarg	Aman	(07115767)	José Leandro Ferreira;
junho	07	TCor	Inf	(51388411)	Arnaldo Manuel Serra Gomes;
junho	08	TGen		(51285611)	António Marques Alexandre;
junho	10	Cap	SGE	(50282611)	Alfredo dos Santos Veiga;
junho	12	TCor	Inf	(42093862)	José Nunes Celorico;
junho	12	CbAdj	Inf	(39111554)	João de Jesus da Silva;
junho	12	Cor	AdMil	(36351862)	Francisco da Silva Marques;
junho	14	SCh	Art	(51191711)	António José Ribeiro Pinto;
junho	17	SAj	Aman	(17484570)	Gilberto Gaudêncio Gomes Luís;
junho	22	TCor	Inf	(51303011)	António Joaquim Roque Graça;
junho	23	SMor	Inf	(50290811)	José Maria Dias;
junho	23	SCh	Cav	(50131711)	Joaquim Gonçalves Lopes Monteiro;
junho	25	Cor	Cav	(50457311)	João Carlos Craveiro Lopes;
junho	29	Cap	SGE	(52169211)	Armando Eduardo Silveira Catarino.

**O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, General.*

Está conforme:

**O Ajudante-General do Exército**

*José Carlos Filipe Antunes Calçada, Tenente-General.*



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

3.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 07/31 DE JULHO DE 2015

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.<sup>a</sup> Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, a Ten (01708501) **Sílvia Maria Basto Estrela**.

(Despacho 29maio15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.<sup>a</sup> Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares em regime de contrato:

1Cb	(11293709)	Carlos Gregório Macedo Pinto;
Sold	(06381105)	Sara Marina da Silva e Sousa.

(Despacho 29maio15)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares em regime de contrato:

Furr	(14854609)	João António da Silva Duarte;
Sold	(15055104)	Tiago Manuel Cruz Amoroso Lopes;
Sold	(11328210)	Sandra Cristina da Silva Dias.

(Despacho 03jun15)

Ten	(05979401)	Maria Garmendia dos Santos;
2Sarg	(02112204)	Luísa Maria da Costa Oliveira;

Furr	(18386009)	Mário Daniel Moreira Carneiro;
Furr	(06665906)	Bruno Manuel Roque Santos;
Furr	(00046409)	Tânia Alexandra Oliveira Monteiro;
Furr	(03613605)	Vítor Agostinho Rodrigues do Nascimento;
Furr	(01618406)	André Miguel Jesus Damas;
Furr	(01988605)	Adélia Maria Reis Fernandes;
Furr	(19317910)	Márcia Daniela Monteiro Calado;
Furr	(09919006)	Wilson Emanuel Gaspar Lopes;
Furr	(02566403)	Nuno Filipe Gonçalves Garcia;
Furr	(11795109)	Paula Cristina Macieira;
Furr	(17062705)	David Miguel Mateus Pires;
CbAdj	(07857610)	André Filipe Pinheiro Pacheco;
1Cb	(09907309)	Hélder Meira Fiuza;
1Cb	(02709506)	Flávio Emanuel Nunes Miranda;
1Cb	(11681006)	Isaac Neves de Sousa;
1Cb	(17406203)	Hugo Miguel de Matos Balbino;
1Cb	(17020106)	João Paulo Manha Carvalho;
1Cb	(00238810)	Samuel Hipólito Tavares Lopes;
1Cb	(05321404)	Dina Alexandra Damil Dias;
1Cb	(05061706)	Tiago Marques Leandro;
1Cb	(07255110)	Carlos Ismael Ferreira Machado;
1Cb	(18042809)	Cláudia Patrícia da Silva Ferreira;
1Cb	(13226209)	Bruno Miguel Dias dos Santos Pereira da Silva;
1Cb	(19343310)	Tânia Patrícia Fonseca Duarte;
1Cb	(19069010)	André Filipe Palma Rocha Silva;
1Cb	(09185809)	Bruno Alexandre Godinho Coelho;
1Cb	(12998310)	Rui Filipe da Silva Vieira;
1Cb	(13538306)	Ricardo Emanuel Magalhães Leite;
1Cb	(17753010)	Carlos Filipe Rodrigues Courela;
1Cb	(07062206)	Tiago José da Costa Barroso;
1Cb	(10082505)	João David Canelas Costa;
1Cb	(15461110)	José Eduardo Carapinha Bravo;
1Cb	(08429402)	Wilfred Simon Lisboa de Rita Rolim;
1Cb	(07298510)	João Marco dos Reis Mesquita;
1Cb	(02856509)	Sérgio Paulo Lopes Mata;
1Cb	(15106711)	João Filipe Machado da Silva;
1Cb	(11161206)	Rui Jorge Marques Alves;
1Cb	(08417210)	Marcos André da Costa Ferreira;
1Cb	(06250904)	Bruno Miguel Castro Barbosa;
1Cb	(15572603)	Francisco Manuel da Silva Rodrigues;
1Cb	(08221906)	Joaquim Miguel Pires Cid;
1Cb	(13463906)	Ana Catarina Oliveira Gomes Alegre;
1Cb	(06142710)	André Paulino Parreira;
1Cb	(17840305)	Dinis Manuel Bailão Gomes Carvalho;
1Cb	(00307710)	João Carlos Fernandes Gomes;
1Cb	(11170103)	Márcio Miguel Vieira Moraes;
1Cb	(13355909)	Eva Isabel Lebreiro Costa;
1Cb	(04462304)	Cláudio Emanuel Moreira de Castro;
1Cb	(12532202)	Sérgio Miguel Gama de Andrade;
1Cb	(09514810)	Nuno Rodrigo Pinto Martins;
1Cb	(05252509)	Ana Resendes Simões Correia;
1Cb	(16740611)	Gerson Henrique Miranda Dinis;

2Cb	(15928210)	João Pedro Nogueira Gomes;
2Cb	(07998710)	João Miguel Semedo Monteiro;
2Cb	(07687509)	Cláudio Monteiro Nunes;
2Cb	(01122003)	Nuno Miguel Alves Pentieiro;
Sold	(02301002)	Nuno Miguel Freitas Sousa;
Sold	(00061705)	Luís Filipe da Silva Gouveia;
Sold	(04869805)	Carlos Miguel Sousa da Mota;
Sold	(18423910)	Nélson André Bombico Paul;
Sold	(06022209)	Pedro Jorge Freire Pimenta;
Sold	(08293803)	Jorge Miguel Martins Teixeira;
Sold	(17016910)	Gerson Rafael Rodrigues Andrade;
Sold	(08978010)	Sónia Cristina Rodrigues Marques;
Sold	(02982503)	Fábio Fernando de Jesus Gomes;
Sold	(03991910)	Vítor Hugo Pereira Garcia;
Sold	(09156404)	Vítor José de Lima Cunha;
Sold	(10794906)	Joel Daniel Alexandre Coelho;
Sold	(12019311)	João Vitor Gonçalves Medeiros;
Sold	(15416810)	Rúben Alexandre da Silva Reis Malaquias;
Sold	(06907206)	Rúben Diogo Fernandes Montes;
Sold	(12676706)	Maria Teresa Cristo Leite;
Sold	(19116406)	Cheila Denise Rudera Freire;
Sold	(10315410)	Pedro Miguel Teixeira Moreira;
Sold	(04049610)	Ricardo José Ferreira Viana;
Sold	(06038810)	João Henrique Bernardo Pinto;
Sold	(17275209)	Vítor Miguel Alves Afonso;
Sold	(13071605)	Hélder Miguel da Silva Barbosa;
Sold	(14035709)	Renato Alexandre de Oliveira Sebastião;
Sold	(02278205)	Renato Augusto Pestana;
Sold	(07783310)	Marco António Rufino Páscoa;
Sold	(08739410)	Diogo Alexandre da Cunha Nunes;
Sold	(16412106)	Delfim Lemos Pais Carrilha;
Sold	(05500406)	Luís Daniel Horta da Silva Matos;
Sold	(01485002)	Luís Miguel Amador Ramalhinho;
Sold	(02767510)	Nilton Pinho da Silva Almeida;
Sold	(13617406)	Carlos Daniel Gonçalves Gomes;
Sold	(08927810)	Hugo Ricardo Trindade da Costa;
Sold	(19513010)	Manuel António de Carvalho Silva Redondo;
Sold	(01228506)	Fábio Luís Pereira dos Santos Loyo;
Sold	(11745009)	Cátia Marisa Gomes Alves;
Sold	(03714501)	José Henrique Soares Simões;
Sold	(10711906)	Rui Manuel Mendes de Oliveira;
Sold	(19925806)	Marco André Pinho Silva;
Sold	(15706209)	Daniela Filipa Mendes Carraça;
Sold	(05549309)	Miguel Salvador;
Sold	(08564505)	Sílvio Fernando Serra Rocha;
Sold	(17459709)	Raquel Gomes Marques;
Sold	(11477509)	Inês Isabel Ribeiro Rolo;
Sold	(10871611)	Patrícia Isabel Nunes Pinto;
Sold	(05567105)	Hugo António dos Santos Gonçalves;
Sold	(08011002)	Samuel David Leitão Pãozinho;
Sold	(00650710)	Daniel Filipe Tempero Casimiro;
Sold	(02125309)	Ivo Samuel Lucas de Sousa;

Sold	(04427503)	Bruno Miguel Costa Rodrigues;
Sold	(09877704)	Fábio Filipe Pereira;
Sold	(09981805)	Ricardo Miguel Correia Fragata;
Sold	(08678602)	Hélder Alexandre Torneiro Augusto;
Sold	(13319610)	Pedro Miguel Torres Barroso;
Sold	(16106610)	Tiago José Silvestre da Silva Almeida;
Sold	(19411309)	Edgar Emanuel Fernandes Baessa;
Sold	(19622106)	Bruno Alexandre Cardoso Salvado;
Sold	(11314909)	Cláudio Miguel Santos Coelho;
Sold	(13445705)	Pedro Miguel das Neves Barroso Gomes;
Sold	(04188704)	Miguel Ângelo do Nascimento Viegas Cava;
Sold	(10382106)	Cláudio Filipe Alves Marques;
Sold	(11225009)	Lídia de Jesus da Cruz Louro;
Sold	(02321201)	Hélder José Meimosa Vaz;
Sold	(11207010)	Cristiano José Realinho Ferreira;
Sold	(04388404)	Luís Filipe Nunes Moreira;
Sold	(06931503)	Óscar Gonçalo de Paiva Mendes;
Sold	(07216010)	Hugo Micael Paiva Sousa;
Sold	(07703509)	Pedro Miguel Teixeira Pereira;
Sold	(03301410)	Ricardo André Rodrigues Oliveira Matos;
Sold	(02647306)	Bruno Alexandre Madruga Brandão;
Sold	(12286609)	Rute Isabel Grilo Fernandes Crespo Ferreira;
Sold	(03108410)	Carlos Manuel Martins Ramos;
Sold	(04572709)	Rúben André Castelo de Sousa;
Sold	(17101602)	Vítor Manuel da Conceição Tavares;
Sold	(19144309)	Fábio Jorge Pereira Domingues;
Sold	(07459204)	Rodrigo Santos Francisco;
Sold	(10201304)	Célia Maria Neves Lopes;
Sold	(10125506)	Nélson Ricardo Figueiredo Marmé;
Sold	(01949406)	Fábio André Nunes Modesto;
Sold	(11515909)	César Andrade da Mota;
Sold	(04037309)	Carlos Daniel Bastos de Andrade;
Sold	(08165810)	Hélio Fernando Soares da Rocha Ramalho;
Sold	(04601109)	André Filipe Ferreira Lanca;
Sold	(17881809)	Ana Lúcia Ribeiro Ferreira;
Sold	(12882910)	André Proença Carvalho Serra;
Sold	(08765509)	Ricardo Jorge Barata Gonçalves Figueira;
Sold	(00301910)	Paula Daniela Matos da Cunha;
Sold	(11604504)	Sílvia Catarina Azinheira Quitério;
Sold	(01599311)	Daniel dos Santos Fernandes;
Sold	(08342909)	Vítor Miguel Magalhães Gonçalves;
Sold	(16126506)	Liliana Ramos da Costa Viana;
Sold	(17212709)	Daniel Mário Soares Ribeiro;
Sold	(14364105)	João Fernando Ferreira de Sousa;
Sold	(11259411)	Sofia Gomes Nóbrega Comba;
Sold	(00522010)	André Filipe Moraes de Almeida;
Sold	(01419206)	Hugo Filipe Caeiro Carboila;
Sold	(19417605)	Tiago Manuel dos Santos Sousa;
Sold	(03937310)	Daniel Fernando Gonçalves Mesquita;
Sold	(07730610)	Joana Rita Brunheta Coimbra;
Sold	(05063406)	Vanda Catarina Silva Pereirinha;
Sold	(05669605)	Ana Cristina Lino Pacheco;



Sold	(11862709)	Mónica Alexandra Pires Sandinha;
Sold	(05210509)	Romina Sibel Silva da Cruz;
Sold	(16849509)	David Alexandre das Relíquias Vieira;
Sold	(07538404)	Pedro Miguel Sá;
Sold	(08519709)	Fábio Filipe Cruz Robalo;
Sold	(12330705)	Cláudio Rafael de Oliveira Almeida;
Sold	(03543109)	Dora Sofia de Oliveira Brazão Soares;
Sold	(04894809)	Fábio Alexandre Lopes Marcos;
Sold	(19278709)	Francisco Manuel Pereira Mendes;
Sold	(15230010)	Luís Paulo Victoria da Silva;
Sold	(16936302)	Fábio Rafael Garcia da Silveira;
Sold	(16671204)	Vânia de Fátima Pimentel Marques.

(Despacho 05jun15)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Ex Cap	(06131466)	Gentil Custódio Silvestre	“Moçambique 1974-75”;
Ex Cap	(41170258)	Rogério Rebocho Alves	“Guiné 1971-73”;
Ex Ten	(36109255)	José Augusto Ferreira de Campos	“Índia 1957-58”;
Ex Alf	(36105758)	Victor Manuel Correia de Azevedo	“Angola 1969-71”;
Ex Alf	(40093561)	Victor Manuel Cardoso Gameiro	“Moçambique 1969-71”;
Ex 2Sarg	(48044860)	Vasco Jorge Soares	“Guiné 1962-64”;
Ex 2Sarg	(02008765)	Manuel João dos Santos Gonçalves	“Guiné 1967-69”;
Ex 2Sarg	(04318065)	João Carlos Melo Vieira	“Moçambique 1967-70”;
Ex 2Sarg	(07851964)	Victorino João da Costa Guerreiro	“Angola 1965-68”;
Ex 2Sarg	(08165665)	João Manuel Pereira Mascarenhas	“Moçambique 1966-68”;
Ex 2Sarg	(34134062)	Óscar Laginha Seruca	“Angola 1963-65”;
Ex 2Sarg	(34075458)	Aníbal Manuel da Palma Ferreira	“Angola 1961-63”;
Ex 2Sarg	(33154861)	João Cortes Guerreiro da Silva	“Angola 1965-67”;
Ex Furr	(00266772)	António Teixeira Pinto	“Angola 1973-75”;
Ex Furr	(73018465)	Hugo Cabrita Mendes da Palma	“Moçambique 1968-69”;
Ex Furr	(08423872)	Valdemar Casimiro Murta	“Angola 1973-75”;
Ex Furr	(34092462)	Luís Duarte Sequeira Rodrigues	“Angola 1964-65”;
Ex Furr	(10002272)	António Manuel Gomes Saloio	“Angola 1973-75”;
Ex Furr	(18944473)	José João Guerra	“Moçambique 1974-75”;
Ex 1Cb	(06573565)	António Maria Pereira Longo	“Angola 1966-68”;
Ex 1Cb	(46441355)	Jacinto Feliz	“Moçambique 1957-58”;
Ex 1Cb	(04898370)	Duarte Saraiva Vieira	“Angola 1970-72”;
Ex 1Cb	(08336869)	Manuel José da Encarnação Rufino	“Moçambique 1970-72”;
Ex 1Cb	(14569773)	João Manuel Mendes Rosa	“Angola 1974-75”;
Ex 1Cb	(11810469)	Carlos Cândido da Silva Neves	“Angola 1970-72”;
Ex 1Cb	(07611972)	Bento dos Reis Correia	“Angola 1972-74”;
Ex 1Cb	(08655771)	Vítor Manuel Marques Machado	“Moçambique 1972-74”;
Ex 1Cb	(16391669)	Victor Manuel da Cruz Gomes	“Moçambique 1970-72”;
Ex 1Cb	(04287267)	Manuel da Costa Rossas	“Angola 1967-70”;
Ex 1Cb	(01550165)	Jeremias Lopes Henriques	“Angola 1967-69”;
Ex 1Cb	(01691572)	Manuel Antunes Correia	“Guiné 1973-74”;

Ex 1Cb	(03100164)	Manuel António Bastos Marques	“Angola 1965-67”;
Ex Sold	(14274268)	João dos Santos	“Moçambique 1969-71”;
Ex Sold	(07997171)	Carlos Alberto da Silva Bettencourt Costa	“Angola 1971-73”;
Ex Sold	(01067464)	Ludgero José Mendes dos Santos	“Guiné 1965-66”;
Ex Sold	(16490472)	Arlindo Filipe Hortelão	“Guiné 1973-74”;
Ex Sold	(01051367)	Manuel Fernandes Pereira	“Moçambique 1967-69”;
Ex Sold	(08444770)	António Lourenço Marques Louçã	“Angola 1971-73”;
Ex Sold	(34123962)	Joaquim Martins	“Angola 1963-65”;
Ex Sold	(07878565)	Alexandre Nogueira Soares	“Angola 1966-68”;
Ex Sold	(01891069)	Carlos Alberto Valente dos Reis	“Angola 1970-72”;
Ex Sold	(02615166)	António da Silva Pereira	“Guiné 1967-68”;
Ex Sold	(07594964)	António dos Reis Sancho	“Angola 1965-67”;
Ex Sold	(14108270)	Veríssimo Arcanjo Neto Feliciano	“Angola 1970-72”;
Ex Sold	(05047667)	António Nobre Rodrigues	“Angola 1967-69”.

(Despacho 03jun15)

Condecorado com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o seguinte militar:

Ex 1Cb	(46441355)	Jacinto Feliz	“Índia 1958-60”.
--------	------------	---------------	------------------

(Despacho 03jun15)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares em regime de contrato:

Ex Alf	(05409870)	Délio Viegas Gonçalves	“Angola 1975”;
Furr	(17487710)	Ana Eloísa Ribeiro Granja	“Afeganistão 2013”;
Furr	(06082105)	Lina Margarida Fidal Eugénio	“Afeganistão 2012-13”;
CbAdj	(05969603)	David Alexandre de Oliveira dos Santos Coelho	“Afeganistão 2013”;
1Cb	(16478806)	Pedro Miguel Martins Bernardo	“Afeganistão 2013”;
1Cb	(10897006)	Rui Filipe Ribeiro Brandão	“Afeganistão 2013”;
1Cb	(01121510)	Nuno Rafael Bilhó da Silva	“Afeganistão 2013”;
1Cb	(03793809)	Mauro Filipe Serra Rebocho	“Afeganistão 2013”;
Sold	(11533310)	Nuno Alexandre Aleixo da Silva	“Afeganistão 2013”;
Sold	(01464811)	Fábio Alexandre Roma Militão	“Afeganistão 2013”;
Sold	(14066205)	João Pedro Passos Pinto	“Afeganistão 2013”;
Sold	(18455112)	Francisco José Barreleiro Martins	“Afeganistão 2013”;
Sold	(01420109)	Elisabete Gadanho Lopes de Pina	“Afeganistão 2013”;
Sold	(16234803)	Arlindo Jorge de Sousa Vaz	“Afeganistão 2013”;
Sold	(18010704)	André Filipe Francisco Martins	“Afeganistão 2013”;
Sold	(14575605)	Aires Daniel Castanheira Saraiva	“Afeganistão 2013”;
Sold	(13652410)	Pedro Miguel Miranda Serrano	“Afeganistão 2013”;
Sold	(14791810)	David António Correia de Carvalho	“Afeganistão 2012-13”;
Sold	(16477805)	Fabiana dos Santos de Brito	“Afeganistão 2012-13”;
Sold	(06639710)	Ana Isabel da Silva Pereira	“Afeganistão 2013”;

Sold (18182511) Daniel Augusto Lino  
Sold (00906906) Bruno Cristiano Correia Granja

“Afeganistão 2013”;  
“Afeganistão 2013”.

(Despacho 05jun15)

## II — MUDANÇAS DE SITUAÇÕES

### Ingressos em regime de contrato

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 22 de junho de 2015, ingressar na categoria de Oficial, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 296.º e da alínea *a*) do artigo 304.º, ambos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 40.º da Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015), com o posto de Aspirante a Oficial, os militares abaixo indicados:

Posto	NIM	Nome	Especialidade	Clas. Final	Valores
Asp Grad	(01491905)	Pedro Miguel da Costa Vieira	“290 C Reconhecimento Rodas”	17,55	
Asp Grad	(04799711)	João Fernando da Silva Louro	“290 C Reconhecimento Rodas”	16,32	

2 — Os supracitados militares concluíram com aproveitamento o 1.º Curso de Formação de Oficiais 2014, inserido no Plano de Incorporações para 2014, atento o despacho de 21 de agosto de 2014 de S. Exa. a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 67.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013 — Lei do Orçamento do Estado para 2014.

3 — Contam a antiguidade no posto de Aspirante a Oficial desde 10 de fevereiro de 2015, mantendo a atual situação remuneratória.

4 — Ficam inscritos na escala de antiguidade nos termos do n.º 4 do artigo 296.º do EMFAR.

23 de junho de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 500/15, DR, 2ª série, n.º 126, 01jul15)

### Passagem à situação de Reforma

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro (Regime de Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais), torna-se pública a lista dos pensionistas, a seguir identificados, que são abonados da respetiva pensão/remissão pela Caixa Geral de Aposentações:

Posto	NIM	Nome	Pensão/Remissão	Data
Furr	PPI (12695998)	Ricardo Jorge Lopes Cardoso Constantino Alves	€ 425,91	25-03-15
CbAdj	PPI (16709799)	Ana Alcinda Vieira Calaça	€ 37,98	17-03-15
1Cb	PPI (02288672)	Joaquim Gomes Faria	€ 67,91	06-02-15
Sold	PPI (00293000)	Leonor Silva Mena Paulino	€ 34 279,65	27-02-15
Sold	PPI (05437300)	Maria Alice Moreira Mendes Santos	€ 360,81	04-03-15
Sold	PPI (05464566)	Laurentino José Fialho Pinto	€ 18,87	02-03-15
Sold	PPI (00250766)	Carlos Anjos Gote	€ 75,46	30-03-15
Sold	PPI (05935701)	Carlos Jorge Silva Galvão	€ 30 785,81	10-04-15
Sold	PPI (10396401)	Daniel Filipe Maia Rocha	€ 6 229,21	07-04-15
Sold	PPI (03592903)	João Filipe Fernandes Almeida	€ 20 681,90	23-04-15
Sold	PPI (08341404)	Carla Sofia Henriques Almeida	€ 6 996,17	23-04-15

Em conformidade com o artigo n.º 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro — Estatuto de Aposentações, publica-se a pensão mensal de reforma por invalidez que, a partir da data indicada passa a ser paga pela Caixa Geral de Aposentações, aos militares a seguir mencionados:

#### 1 de abril de 2015

Posto	NIM	Nome	Pensão
Alf	PPI (03471863)	Domingos Armindo Neves Gonçalves	€ 227,40
Furr	PPI (00471963)	Vítor Manuel Sousa Viegas	€ 250,15
Furr	PPI (05608666)	José Sousa Neto	€ 388,19
Furr	PPI (03633967)	José Carlos Soares Pires Pereira	€ 220,99
Furr	PPI (72955871)	Alberto Marques Silva	€ 230,35
Furr	PPI (17594173)	José Pais Fernandes	€ 399,45
1Cb	DFA (16194068)	Mário Machado	€ 1 332,65
1Cb	DFA (17657799)	Oliveiros Manuel Silva Marinhão	€ 1 231,73
1Cb	PPI (00774465)	Domingos Assunção Teodoro	€ 227,40
1Cb	PPI (00425467)	Joaquim José Piedade Oliveira	€ 215,81
1Cb	PPI (11824667)	Luís Manuel Lopes	€ 379,09
1Cb	PPI (00993768)	Abílio Manuel Leitão Pratas Lopes	€ 220,99
1Cb	PPI (09262268)	António Gomes Branco	€ 188,55
1Cb	PPI (04316571)	João Matos Lourenço Rosa	€ 399,45
Sold	DFA (02421871)	António Santos Pina	€ 1 227,85
Sold	PPI (00260360)	Diógenes Bastos Gonçalves	€ 388,19
Sold	PPI (45322261)	Francisco Silva Teixeira	€ 227,40
Sold	PPI (00280464)	Izidro Sanches Barreiros Afonso	€ 404,44
Sold	PPI (04919465)	Armando Coelho Leal	€ 227,40
Sold	PPI (05579967)	Manuel Santos Martins	€ 404,44
Sold	PPI (06844769)	Virgílio Francisco Pedrosa	€ 239,99
Sold	PPI (70961169)	Aurélio Arrone Fijamo	€ 404,44
Sold	PPI (01413570)	João Fortunato Narciso	€ 399,45
Sold	PPI (01530870)	José Francisco Beirão Zagalo	€ 404,44
Sold	PPI (05402570)	Isidro Marques Cardoso	€ 388,19
Sold	PPI (02600472)	Armando Rodrigues Gouveia	€ 404,44
Sold	PPI (05382972)	Otílio Dionísio Vilhena	€ 215,81
Sold	PPI (06354872)	José Marques Guerreiro	€ 404,44
Sold	PPI (09614572)	Custódio Apolinário Santos Duarte	€ 227,40

(Aviso n.º 2 468/15, DR, 2.ª série, n.º 46, 06mar15)

#### 1 de maio de 2015

Furr	DFA (05210869)	Mário Ângelo Almeida	€ 1 545,18
CbAdj	PPI (27073492)	João Alberto Batista Alves	€ 262,85
Sold	DFA (05949564)	Manuel Simões Marques	€ 1 227,85

(Aviso n.º 3 624/15, DR, 2.ª série, n.º 66, 06abr15)

#### 1 de junho de 2015

Furr	DFA (04655172)	António José Salgueiro Chaves Sampaio	€ 1 536,80
1Cb	DFA (02067966)	Fernando Óscar Lemos Barbosa	€ 1 272,28
1Cb	DFA (02645869)	António Pedro Baptista Silva	€ 1 161,93
1Cb	PPI (07029563)	Abílio Fernandes Fresco	€ 399,45
1Cb	PPI (07241363)	António Silva Gomes	€ 239,99
1Cb	PPI (04009964)	Martinho Neves Romão	€ 227,40
1Cb	PPI (01340866)	Albino Rua Coelho	€ 220,99

<b>Posto</b>	<b>NIM</b>	<b>Nome</b>	<b>Pensão</b>
1Cb	PPI (03017566)	Carlos Alberto Frederico Alves	€ 399,45
1Cb	PPI (03285969)	Luís Gonzaga Paredes Sampaio Araújo	€ 399,45
1Cb	PPI (12813869)	Adérito Augusto Bastardo	€ 399,45
1Cb	PPI (01422070)	Artur Faria Pimentel Teixeira	€ 404,44
Sold	DFA (09566065)	Álvaro Pinto Correia	€ 1 311,69
Sold	DFA (02865167)	Humberto Leite Silva	€ 1 311,69
Sold	DFA (04219567)	António Pedro Grilo	€ 1 332,65
Sold	DFA (07280067)	João Batista Pereira	€ 1 227,85
Sold	DFA (04310872)	José Manuel Rodrigues	€ 1 227,85
Sold	DFA (04913172)	Francisco Matos Jesus	€ 1 238,33
Sold	DFA (09466572)	José Carlos Rodrigues Matos	€ 1 227,85
Sold	DFA (17777672)	Mário Reis Vieira	€ 1 227,85
Sold	PPI (39114949)	Tibério Nascimento Marcelo	€ 215,81
Sold	PPI (38414560)	Joaquim Fernando Gomes Costa	€ 388,19
Sold	PPI (05138164)	Abel Saraiva Oliveira	€ 210,55
Sold	PPI (09021166)	José Neves Rodrigues	€ 237,03
Sold	PPI (01948767)	Fortunato Antunes Martins	€ 399,45
Sold	PPI (11520267)	Eduardo Maio Santos	€ 399,45
Sold	PPI (12466068)	José Jesus Ribeiro	€ 404,44
Sold	PPI (10702069)	Luís Gonzaga Guedes Valente	€ 210,55
Sold	PPI (14363970)	Mário Joaquim Santos	€ 205,41
Sold	PPI (18409870)	José Silva Fernandes	€ 230,24
Sold	PPI (05663372)	Manuel Jesus Pereira	€ 399,45
Sold	PPI (08453972)	Manuel Figueira Chaves	€ 379,09

(Aviso n.º 5 026/15, DR, 2.ª série, n.º 88, 07mai15)

### III — OBITUÁRIO

Faleceu o militar abaixo mencionado da SecApoio/RRRD:

**2015**

junho 12 Sold DFA (00201873) Óscar Pereira Dias.

#### O Chefe do Estado-Maior do Exército

*Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, General.*

Está conforme:

#### O Ajudante-General do Exército

*José Carlos Filipe Antunes Calçada, Tenente-General.*